

FRoNteira

Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Patrícia Bernardes

Assessor Especial da Reitoria: José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Paulo Roberto de Sousa

Pró-reitores: Extensão - Wanderley Chieppe Felipe; Gestão Financeira - Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação - Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura - Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e de Pós-graduação - Sérgio de Moraes Hanriot; Recursos Humanos - Sérgio Silveira Martins; Arcos - Jorge Sundermann; Barreiro - Renato Moreira Hadad; Betim - Eugênio Batista Leite; Contagem - Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas - Iran Calixto Abrão; São Gabriel – Alexandre Rezende Guimarães; Valle; Serro e Guanhães - Ronaldo Rajão Santiago



**editora
PUC Minas**

EDITORA PUC MINAS

Direção e coordenação editorial: Mariana Teixeira de Carvalho Moura

Comercial: Paulo Vitor de Castro Carvalho

Conselho editorial: Edil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ev'Angela Batista Rodrigues de Barros; Flávio de Jesus Resende; Jean Richard Lopes; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Luciana Lemos de Azevedo; Márcia Stengel; Mariana Teixeira de Carvalho Moura; Meire Chucre Tannure Martins; Mozahir Salomão Bruck; Pedro Paiva Brito; Sérgio de Moraes Hanriot.

EDITORA PUC MINAS • Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Rua Dom Lúcio Antunes, 180 • 30535-630 • Coração Eucarístico

Tel: (31) 3319.9904 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil

e-mail: editora@pucminas.br

ISSN: 1679-5377

FRoNteira

Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais



Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais
PUC Minas Curso de Relações Internacionais

Belo Horizonte
v. 19 n. 38
p. 183 - 385
2º sem. 2020

FRONTEIRA

Conselho Executivo

Prof. Javier Alberto Vadell
Prof. Leonardo César Ramos

Estagiários

Ana Rachel Simões Fortes
Fabiana Freitas Sander
Júlia Clara Lúcio de Araújo
Juliana de Faria Campos
Marina D'Lara Siqueira Santos
Matheus de Abreu Costa Souza
Pedro Diniz Rocha
Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes
Vinícius Tavares de Oliveira
Victor de Matos Nascimento

Conselho Editorial

Alexandre César Cunha Leite (Universidade Estadual da Paraíba)
Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília)
André Luiz Reis da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília)
Antônio Jorge Ramalho da Rocha (Universidade de Brasília)
Carlos Augusto Canedo (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Carlos Aurélio Pimenta Faria (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Clóvis Brigagão (Universidade Cândido Mendes)
Domício Proença Júnior (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Eduardo José Viola (Universidade de Brasília)
Eugênio Diniz (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Flávia de Campos Mello (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Henrique Altemani (Universidade Estadual da Paraíba)
João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
José Flávio Sombra Saraiva (Universidade de Brasília)
Léa Guimarães Souki (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Leonardo Nemer Caldeira Brant (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Marcelo Galuppo (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Maria Elizabeth Marques (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Maria Izabel Valladão de Carvalho (Universidade de Brasília)
Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Mônica Herz (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Nizar Messari (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Onofre dos Santos Filho (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Oswaldo Bueno Amorim Filho (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Paulo José dos Reis Pereira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Ricardo Seitenfus (Universidade Federal de Santa Maria)
Taiane Las Casas Campos (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Tullo Vigevani (Universidade Estadual Paulista)

Apoio

Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)
Chefe do Departamento: Chyara Salles Pereira

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

F935 Fronteira: Revista de Iniciação Científica. – v.1, n.1
(2001-). – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2001- .
v.
ISSN 1679-5377
Semestral
1. Relações internacionais - Periódicos. I. Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais. Curso de Relações
Internacionais.

CDU: 327(05)

Sumário

Crimeia: uso da identidade como estratégia.....	183
---	-----

Crimea: identity used as strategy

Crimea: la identidad como estrategia

Lais Eduarda de Souza, Marina Rezende de Oliveira, Pedro Henrique Marcelino Silva

O tráfico de mulheres e seu combate: Brasil e Colômbia a partir de 2016. Análise à Luz da Teoria Feminista Marxista.	203
---	-----

The trafficking of women and their combat: Brazil and Colombia from 2016. Analysis in the Light of Marxist Feminist Theory.

La trata de mujeres y su combate: Brasil y Colombia a partir de 2016. Análisis a la luz de la teoría feminista marxista.

Isabela Madeira, Isadora A. Faria, Julia Cardoso, Julia C. Paulino

O compartilhamento de ideias no processo de independência do México e da Guatemala e seus efeitos na autonomia dos povos indígenas	225
--	-----

The sharing of ideas in the independence process of Mexico and Guatemala and their effects on the autonomy of indigenous peoples

El intercambio de ideas en el proceso de independencia de

México y Guatemala y sus efectos en la autonomía de los pueblos indígenas

Jardel Henrique de Faria Almeida

27 anos de operações de paz italianas: as preferências do Estado italiano ao propagar a segurança no sistema internacional	257
--	-----

27 years of Italian peace operations: the Italian State's

preferences while propagating security among the international system

27 años de las operaciones de paz italianas: las preferencias del

Estado italiano al propagar la seguridad en el sistema internacional

Flávia Silva Lanza, Karoline Victoria Sousa Tübben

Securitização e o papel do refugiado: a agenda ambiental e o Estado de Bangladesh	280
---	-----

Securitization and the role of refugee: environmental agenda and the State of Bangladesh
La titulización y el papel del refugiado: la agenda ambiental y el Estado de Bangladesh

Flávio Timar Rodrigues, Victoria Rodrigues Silva

A restrição causada pelo capitalismo no processo da evolução socioeconômica angolana no período pós-colonial	301
--	-----

The restriction caused by capitalism in the process of Angolan socioeconomic evolution in the postcolonial period
La restricción provocada por el capitalismo en el proceso de evolución socioeconómica angolana en el período poscolonial

Gustavo Domingues Morais, Julia Alonso de Souza, Laryssa Tomaz de Frias Marques de Souza

Inserção na OTAN: negociação entre a Grécia e a Macedônia entre 1990 e 2019	328
---	-----

Inset at NATO: negotiation between Greece and Macedonia between 1990 and 2019
Inserción en la OTAN: negociación entre Grecia y Macedonia entre 1990 y 2019

Bruna Maria dos Santos, Álvaro Manchon Ferreira, Isabela Mendes Silva

Grupos extremistas como um entrave à educação de jovens nigerianas: uma análise do sequestro das estudantes pelo Boko Haram	348
---	-----

Extremist groups as an obstacle to the education of Nigerian girls: an analysis of the kidnapping of students by Boko Haram
Los grupos extremistas como barrera para la educación de chicas nigerianas: un análisis del secuestro de las estudiantes por Boko Haram

Ana Laura Machado Pereira, Anna Clara Klinkerfuss Martins, Carolina Arida Uescar

O Pragmatismo Responsável de Geisel e a posição brasileira perante o conflito árabe-israelense (1974-1979)	363
--	-----

Geisel's Responsible Pragmatism and the Brazilian position in the Arab-Israeli conflict (1974-1979)
El Pragmatismo Responsable de Geisel y la Posición Brasileña en el Conflicto Árabe-Israelí (1974-1979)

Beatriz Vieira Rauber, Rafaela Elmir Fioreze, Victor Hugo Dresch da Silva

Crimeia: uso da identidade como estratégia

Crimea: identity used as strategy

Crimea: la identidad como estrategia

Laís Eduarda de Souza*

Marina Rezende de Oliveira**

Pedro Henrique Marcelino Silva***

Resumo

Em 2014 foi realizado, na península Crimeia, localizada ao sul da Ucrânia, um referendo para decidir se a região deveria permanecer oficialmente ao território ucraniano, ou ser anexada à Rússia. Este artigo apresenta uma análise acerca da questão identitária como fomentadora deste cenário, bem como das questões históricas e dos interesses russos na península. Como base, utilizou-se a teoria construtivista de Wendt (2014), que define a relevância das identidades e interesses para as Relações Internacionais, aplicando esses conceitos para analisar artigos, reportagens e discursos oficiais. Foi observada a forma como anos de pertencimento e vinculação ao Estado russo resultaram na identificação de grande parte da população da Crimeia com a língua, cultura e identidade russa como um todo. Concomitantemente, o modo como a Rússia parte desse argumento para administrar interesses próprios.

Palavras-chave: Rússia. Crimeia. Identidade. Interesses.

Abstract

In 2014 there was a referendum in the Crimean Peninsula, located in the south of Ukraine, which intended to decide if the region should remain officially as part of the Ukrainian territory, or be annexed by the Russian Federation. The present article displays an analysis of the identity as the main issue to occasion this scenario, along with the historical factors and the Russian interests. Wendt's constructivism (2014) was used as base to the research, considering the concepts of identity and interest in the International Relations area, based on which the articles, reports and official speeches were analysed. It was recognized how years of belonging and being linked to the Russian state resulted in the Crimean population feeling identified to the Russian language, culture and identity as a whole, and also the use that Russia makes of this aspect to persuade individual interests.

Keywords: Russia. Crimea. Identity. Interests.

* Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: laissousa9@gmail.com

** Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: marinarezendeo97@gmail.com

*** Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: marcelinopedro97@gmail.com

Resumen

En 2014, se realizó un referéndum en la península de Crimea, ubicada al sur de Ucrania, con el objetivo de definir si la región debería permanecer oficialmente como parte del territorio ucraniano o ser anexado a Rusia. Este artículo presenta un análisis sobre la cuestión de identidad como motor de este escenario, junto a los problemas históricos y los intereses rusos en la península. Como base, se utilizó la teoría constructivista de Wendt (2014), que trata de la relevancia de las identi-

dades e intereses para las Relaciones Internacionales, aplicando estos conceptos para analizar artículos, informes y discursos oficiales. Se observó cómo años de pertenencia y vinculación al estado ruso resultaron en la identificación de una gran parte de la población de Crimea con el idioma, la cultura y la identidad rusos. Al mismo tiempo, la forma como Rusia utiliza de este argumento para gestionar sus propios intereses.

Palabras clave: Rusia. Crimea. Identidad. Intereses.

Introdução

No dia 18 de março de 2014, após a resultado favorável de um referendo, a Federação Russa anexou a península Crimeia ao seu território. O presente artigo objetiva compreender em que medida a questão identitária, fortemente presente nos argumentos russos, conseguiu influenciar os resultados do referendo ocorrido em 2014 na Crimeia, que resultou na anexação da região à Rússia. A hipótese aqui defendida é de que a Federação Russa, a partir de interesses geopolíticos e estratégicos, utilizou-se ativamente do fator identitário como forma de legitimar sua presença no território da Crimeia e incentivar um resultado favorável no referendo.

De acordo com a abordagem construtivista proposta por Wendt (2014), focando nos conceitos de identidade e interesse, o objetivo primordial do artigo é entender a noção de pertencimento e identidade vinculados à população da Crimeia, e como a Rússia utilizou estrategicamente disso para impulsionar a anexação da península ao seu território. Para isso, será necessário analisar, paralelamente, os processos históricos crimeus para entender suas implicações atuais; compreender a importância geopolítica desse território, de modo a analisar quais são os reais interesses russos no cenário em questão; e entender quais foram os argumentos utilizados pelo governo russo para justificar sua atuação dentro da Crimeia, bem como seu posicionamento em prol da anexação.

As discussões serão divididas em três sessões: em um primeiro momento, se discutirão as noções de identidade e interesses, à luz da teoria construtivista de Alexander Wendt (2014), e como estas podem ser aplicadas ao caso estudado. Posteriormente, será

apresentado o contexto histórico da Crimeia. Na terceira seção serão abordadas as estratégias russas de tentativa de influência no referendo, tanto a partir de discursos, quanto de propagandas. Por fim, apresentamos a nossa análise e considerações finais, que trazem um panorama geral do caso estudado.

Identidades e Interesses

De acordo com Wendt (2014), teórico do campo, os aspectos importantes das relações internacionais são socialmente construídos e não são imutáveis. Enquanto a maioria das teorias de Relações Internacionais preocupam-se com o Estado e questões como economia e *hard power* - vide realismo e suas variações -, a teoria construtivista proposta por Wendt adiciona novos atores ao Sistema Internacional (SI), ao considerar que “Estados também são pessoas” (WENDT, 2014, p. 262) e, portanto, os indivíduos e a sociedade também influenciam na organização do SI. Dessa forma, o autor julga que questões como identidade e interesses são cruciais no contexto internacional (WENDT, 2014).

Segundo Wendt (2014, p. 272), “identidade é, em sua base, uma qualidade subjetiva ou enraizada no auto entendimento de um ator”, mas que depende da percepção que o outro tem sobre esse ator. Em suma, é equivalente a dizer que identidade é o que o ator acredita que seja, mas ao mesmo tempo, ele depende que os outros acreditem que ele seja aquilo que ele é. Ou seja, é “constituída por estruturas internas e externas” (WENDT, 2014, p. 272).

Ele discute quatro tipos de identidade: (1) pessoal ou corporativa, (2) de tipo, (3) papel, e (4) coletiva. A identidade pessoal ou corporativa “são constituídas por estruturas homeostáticas auto-organizadas que fazem dos atores entidades distintas”, ou seja, tem relação com a “consciência e memória - uma sensação de ‘Eu’” (WENDT, 2014, p. 273). A identidade de tipo se refere ao fato de que um indivíduo pode ter várias características que compartilha com um outro indivíduo, que tenham “conteúdo ou significado social”, dado através de “regras mais ou menos formais de associação” e que “variam cultural e historicamente” (WENDT, 2014, p. 274).

Identidades de papéis “não são baseadas em propriedade intrínsecas e só existem em relação aos *Others*”. São identidades que refletem “posições em uma estrutura social” e dependem da percepção e do entendimento do Outro (WENDT, 2014, p. 275). Por

fim, a identidade coletiva está relacionada com a identificação e o pertencimento. Essa identificação é “quase sempre específica e raramente total (embora possa se aproximar no amor e no patriotismo), mas sempre envolve estender os limites do *Self* para incluir o *Other*” (WENDT, 2014, p. 277). Para a finalidade deste artigo, o principal tipo de identidade será a coletiva.

A identidade coletiva mais forte na região da Crimeia é a russa⁴. Isso se dá tanto devido ao fato de que o domínio russo que sempre foi muito forte na região, quanto da proximidade geográfica e do passado e história comuns entre russos e crimeus. Vale lembrar que a Crimeia só se tornou território ucraniano por conta de uma questão administrativa e sua população, no entanto, sempre se alinhou à Rússia (KOROLKOV, 2014).

Putin inclusive afirma, em discurso após a divulgação dos resultados do referendo, que “para entender a razão dessa escolha, basta apenas saber que a história da Crimeia, e que Rússia e Crimeia sempre estavam destinadas a estarem juntas” e acrescenta que “tudo na Crimeia fala sobre nossa história e orgulho compartilhados” (PUTIN, 2014a, tradução nossa)⁵.

No que tange aos interesses, Wendt (2014) faz uma separação como a identidade sendo o que os atores são, ao passo que os interesses dizem respeito ao que eles querem e que essas coisas geralmente se relacionam. Algumas interessantes constatações feitas por ele e que valem a pena ser mencionadas, dizem que “interesses pressupõem identidades, porque um ator não pode saber o que ele quer até que saiba quem é”, e “identidades por si só não explicam a ação, uma vez que ser não é a mesma coisa que querer, e nós não podemos ‘ler’ o último a partir do primeiro” (WENDT, 2014, p. 280).

Ele separa interesses em interesses objetivos e subjetivos. O primeiro se refere a “necessidades ou imperativos funcionais que devem ser satisfeitos para que uma identidade seja reproduzida”, enquanto o segundo diz respeito “àquelas crenças que os atores realmente têm sobre como satisfazer suas necessidades de iden-

4. Como dito por Uchôa (2014, p. 2), “(...) o território da Crimeia, que não chega a representar 5% da área total da Ucrânia, é habitado por cerca de 2 milhões de pessoas, mais de 65% de origem russa, estando o restante dividido entre ucranianos (cerca de 25%) e outras etnias. Naquela fração territorial, a língua russa é mais falada que o tártaro da Crimeia e mesmo o ucraniano”.

5. To understand the reason behind such a choice it is enough to know the history of Crimea and what Russia and Crimea have always meant for each other. Everything in Crimea speaks of our shared history and pride.

tidades” (WENDT, 2014, p. 280-281). Basicamente, os interesses objetivos seriam o que os Estados fazem para se manterem vivos, enquanto os subjetivos seriam os desejos estatais.

Considerando a construção social feita a partir dos interesses, Wendt (2014) afirma que os Estados também possuem interesses próprios e estes são reproduzidos de maneira quase que padronizada ou universais. Ele define a ideia de interesse nacional como interesses objetivos, que existem independentes das percepções do outro, de acordo com a necessidade de segurança e manutenção do órgão estatal. Em seu livro, ele destaca a formulação de três interesses nacionais previamente definidos por George e Keohane e adiciona mais um, afirmando que essas “necessidades subjacentes são comuns a todos os Estados” (WENDT, 2014, p. 284). A primeira delas seria a sobrevivência física, ou seja, a manutenção territorial. Em seguida tem-se a autonomia, como sendo “a capacidade de um Estado de exercer controle sobre a alocação de seus recursos e a escolha de seu governo” (WENDT, 2014, p. 284). O bem-estar econômico vem em terceiro, como referente “à manutenção do modo de produção de uma sociedade e a base dos recursos do Estado” (WENDT, 2014, p. 285). Por fim, adicionada por Wendt, a autoestima coletiva, sendo entendida como a “necessidade de um grupo de se sentir bem sobre si mesmo, por respeito ou status” (WENDT, 2014, p. 285).

Compreendida a base teórica para sustentação desse artigo, busquemos agora fazer um panorama histórico da península, de forma a, posteriormente, compreender os interesses russos na região e os eventos que culminaram com a convocação do referendo em 2014. Feito isso, retomaremos estes interesses, mas para pensar como estes influenciaram nas propagandas em favor da anexação da Crimeia à Rússia.

Os interesses russos

Antes de buscar compreender os interesses, faz-se estritamente necessário entender o que é a Crimeia e a história comum que compartilha com russos e ucranianos. Portanto, este será o esforço dessa seção.

A Crimeia é uma região que se formou há mais de 7.000 anos, como resultado de uma separação do continente europeu. É banhada pelo mar Negro e pelo mar de Azov - o menos profundo da Terra. Muitas disputas foram travadas na região Crimeia, desde disputas

por mercado, até disputas e tentativas de expansão religiosas, notadamente o cristianismo e islamismo. Já no século IX começou a ser povoada por tribos russas, mas só foi anexada ao Império Russo após “a vitória da Rússia na Guerra Russo-Turca (1768–1774), que pôs um fim ao domínio [do Império] Otomano⁶ na península” (CHERSTIÚK, 2014, p. 13).

Anos depois, após a Revolução bolchevique de 1917, a Crimeia passou a se chamar “República Socialista Federativa Soviética da Rússia”, ou seja, ainda que com uma certa autonomia, possuía vinculação com o governo russo. Com a ascensão da União Soviética, Khrushchov, que governou o país de 1953 a 1964, determinou que a região crimeia deveria ser transferida à administração ucraniana porque “a Crimeia está mais perto da Ucrânia e, com a nova configuração, seria mais fácil de governar a partir de Kiev” (KOROLKOV, 2014, p. 32). Além disso, era um presente para o povo ucraniano como celebração dos 300 anos da “unificação da Rússia com a parte Oriental da Ucrânia” (KOROLKOV, 2014, p. 32).

Mesmo tendo pertencido à Rússia em outras ocasiões e após mais de 50 anos pertencendo à Ucrânia, as tensões atuais na região da Crimeia se originaram da tentativa de anexação do território pela Rússia, em 2014. O governo russo argumenta que a região é de maioria russa e que seria um desejo do povo pertencer ao país. Isso pode ser percebido através dos discursos proferidos pelo próprio presidente russo Vladimir Putin, notadamente durante o discurso de anexação da Crimeia, em 2014, onde ele diz que “(...) na mente e no coração do povo, a Crimeia sempre foi uma porção inseparável da Rússia” (PUTIN, 2014a, tradução nossa)⁷.

Além disso, invocam o direito à autodeterminação dos povos como argumento para a anexação da Crimeia à Rússia (AKOPOV, 2014). Putin, nesse mesmo discurso, faz um apelo à sociedade internacional, indagando: “Não é o desejo dos habitantes da Crimeia escolherem livremente o seu destino? Por favor, compreendam-nos” (PUTIN, 2014a, tradução nossa)⁸.

No que tange aos interesses, vale ressaltar que possuir bases na Crimeia – que por muitos é considerada um ponto de apoio da

6. O Império Otomano governava a região da Crimeia desde 1475, quando “o canato da Crimeia virou um protetorado” (CHERSTIÚK, 2014, p. 13).

7. In people’s hearts and minds, Crimea has always been an inseparable part of Russia.

8. Isn’t the desire of Crimea’s residents to freely choose their fate such a value? Please understand us.

Rússia - é muito importante para os russos, e aqui pensamos segundo Mahan (1890), que afirma que a posição geográfica é a principal definidora do poder marítimo (COSTA, 1992). A posição geográfica confere à Rússia acesso oceânico (saída para o Mar Negro), além de controle sobre os estreitos de Bósforo e Dardanelos, que são localidades importantes quando se pensa em escoamento da produção e a própria ligação que se faz entre os continentes asiático e europeu. Aqui vale lembrar que essa logística de escoamento de produção, especialmente para a Europa, é muito importante para a Rússia, uma vez que este é seu principal mercado: de 69% do gás natural importado pela União Europeia, 37% é proveniente da Rússia (KOTTASOVÁ, 2018).

A Crimeia está localizada em uma área estratégica, é uma península banhada pelo Mar Negro, que dá acesso ao leste europeu. A Rússia possui uma das suas mais importantes bases navais - chamada de Base Naval da Frota do Mar Negro - nessa região, há 230 anos. Desde então foram feitos diversos acordos entre Rússia e Ucrânia, após a queda da União Soviética, para decidir quem tomaria o controle da base. Entre 1992 e 2010 ocorreram acordos que dividiram as bases entre Ucrânia e Rússia, mas atualmente a Rússia possui o controle delas (SANDERS, 2016).

A economia da Crimeia é baseada na produção de grãos, vinhos e tabaco. Além disso, o turismo também é presente na região com vários *resorts* nas áreas costeiras (WHAT..., 2014). O Mar Negro é rico em reservas de óleo e gás, e a Ucrânia utiliza a área marítima da região crimeia para extrair esses minerais (COHEN, 2019). O argumento é de que a anexação da Crimeia possibilitaria o aumento do poder econômico e energético russo, uma vez que os portos russos situados na região da Crimeia são responsáveis pelo escoamento de 25% das exportações de Kremlin, além do fato de que a região é considerada uma potencial área turística, com investimentos já sendo propostos por investidores russos que desejam que a Crimeia volte a ser uma atração turística, assim como na era soviética (RIBEIRO, 2015).

Ademais, há diversos números de poços de petróleo e gás natural no Mar Negro que ainda não foram explorados. A Ucrânia já havia demonstrado interesse e estabelecido acordos com empresas de extração e de energia para a extração dessas fontes de energia, o que geraria em torno de 20% do consumo de gás da Ucrânia, em 2013, ou seja, seria um grande passo para que a Ucrânia se dis-

tanciasse da dependência energética da Rússia. Entretanto, com a anexação da região à Kremlin, a intenção russa é nacionalizar as propriedades de depósito de gás para vendê-la a uma empresa estatal nacional (RIBEIRO, 2015).

O próprio presidente russo afirma o interesse estratégico durante o mesmo discurso citado anteriormente neste artigo, proferido em 2014, após confirmação da anexação da Crimeia. Ele afirma a Crimeia como “nosso legado histórico comum e um fator muito importante na estabilidade regional” (PUTIN, 2014a, tradução nossa)⁹, pensando legado enquanto legado russo. E que “esse território estratégico deve ser parte de uma soberania forte e estável, que hoje só pode ser russa” (PUTIN, 2014a, tradução nossa)¹⁰.

A fala de Putin a respeito de uma soberania forte e estável podendo ser apenas russa, está baseada no seu entendimento de que o governo ucraniano atual é fruto de um golpe de Estado, executado por “nacionalistas, neonazistas, russóforos e antissemitas” (PUTIN, 2014a, tradução nossa)¹¹, que utilizavam da violência e do terror para se impor sobre o povo ucraniano (PUTIN, 2014a). As próximas seções são cruciais para entender esse pensamento e a sequência de eventos que levou à anexação.

Da Revolução Laranja até a crise de 2014

Durante as eleições presidenciais de 2004, na Ucrânia, uma série de protestos tomou conta do país, contrários às práticas de corrupção e fraude eleitoral que vinham sendo noticiadas, que ficaram conhecidos como “Revolução Laranja”. Esse nome remete ao fenômeno das “revoluções coloridas”, que ocorreram no início do século XXI, com o objetivo de instalar governos “pró-Occidentais” em países de posicionamento contrário. Muitas dessas manifestações ocorreram em Estados da antiga União Soviética, sob uma retórica de “democracia e liberdade” (BINGOL, 2006). Dessa maneira, o contexto internacional também contribuiu como motivador para as revoltas da população ucraniana, que desembocaram em uma nova eleição, ao fim de 2004, disputadas por Viktor

9. Crimea is our common historical legacy and a very important factor in regional stability.

10. And this strategic territory should be part of a strong and stable sovereignty, which today can only be Russian

11. Nationalists, neo-Nazis, Russophobes and anti-Semites

Yushchenko e Viktor Yanukovych. Após esse turbulento período, o ex-primeiro ministro, Viktor Yushchenko, se sagrou vencedor, tendo recebido importantes apoios, a saber, Yulia Tymoshenko (uma das líderes das oligarquias do Oeste) e pelo Partido Socialista da Ucrânia (SPU) (ALT, 2015).

Ao assumir o governo, o presidente Yushchenko nomeia Tymoshenko como sua primeira ministra e inicia-se um planejamento de reformas na política interna da Ucrânia. Tymoshenko propõe uma série de medidas econômicas que possuíam um cunho bastante liberal, mas que não se sabia concretamente ao que se referia, uma vez que seu projeto não foi publicado oficialmente (ALT, 2015).

No entanto, divergências de opinião cada vez mais frequentes entre o presidente e a primeira ministra, especialmente com relação ao processo de reprivatizações de empresas, levaram à demissão de Tymoshenko por parte do presidente. Em consequência disso, Tymoshenko, dotada de muita influência em regiões chave do país, passou a fazer oposição forte ao governo (ALT, 2015).

Inusitadamente, o presidente Yushchenko decide nomear o candidato derrotado, Viktor Yanukovych como seu novo primeiro-ministro. O resto de seu mandato é marcado por conflitos entre seus opositores. Em 2010, durante as eleições presidenciais, o presidente Viktor Yushchenko não consegue se reeleger e a disputa se concentra entre Tymoshenko e Yanukovych, em uma disputa acirrada (com 45% dos votos no segundo turno, respectivamente) (ALT, 2015).

Yanukovych tinha uma boa relação com o governo russo e tinha planos de tornar o russo um dos idiomas oficiais do país. No entanto, não desejava depender e muito menos ser controlado pela Rússia. Sinalizou esse não-alinhamento se aproximando da União Europeia. José Manuel Durão Barroso (2011), então presidente da Comissão Europeia, após reunião com o presidente ucraniano, afirmou categoricamente que o acordo bilateral entre União Europeia e Ucrânia seria um ponto muito importante para a política de Yanukovich, além de ser algo que ele priorizava em sua agenda. Barroso (2011, tradução nossa) finaliza seu discurso dizendo que a “Ucrânia é mais do que um país que faz fronteira com a União Europeia. É um vizinho importante e um parceiro”¹².

12. Because Ukraine is more than just a country located at the borders of the EU. It is a key neighbour and a close partner.

No final de 2013, após um longo período de negociações, o então presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovich, rejeitou um acordo de livre-comércio com a União Europeia e preferiu assinar um tratado, em qual ficaria acordado que a Rússia forneceria um empréstimo de bilhões de dólares, além de benefícios, tais redução do preço do gás natural e ajuda financeira. Neste momento, a parte da população ucraniana que apoiava o tratado entre Ucrânia e União Europeia foi às ruas protestar, contrários à decisão do presidente, sofrendo repressões por parte das forças policiais nacionais (SMITH-SPARK; GUMUCHIAN; MAGNAY, 2014).

Em fevereiro de 2014, o presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovich, deixou o país e foi para a Rússia. Por isso, o Parlamento do país decidiu afastá-lo do cargo e acusá-lo de assassinato pelos massacres ocorridos durante os protestos (KYIV, 2014). Com a saída de Yanukovich da presidência, Oleksandr Turchynov se tornou presidente em exercício do país e o parlamento nomeou um novo primeiro-ministro pró-União Europeia - Arseni Yatseniuk - que governaria o país até a realização de novas eleições (KYIV, 2014).

O governo da Rússia não reconheceu esse novo governo, sob alegações representava um risco à integridade dos cidadãos de etnia russa que residiam na Crimeia, além de se tratar de um golpe de Estado. Nas palavras de Putin,

Só pode haver uma avaliação: isso foi uma aquisição anticonstitucional, uma tomada armada de poder. Alguém questiona isso? Ninguém faz (...) As autoridades atuais são legítimas? O Parlamento é parcialmente, mas todos os outros não são. O atual presidente interino definitivamente não é legítimo. Há apenas um presidente legítimo, do ponto de vista legal. Claramente, ele não tem poder. No entanto, como eu já disse, e vou repetir: Yanukovich é o único presidente indubitavelmente legítimo (PUTIN, 2014b, tradução nossa)¹³.

Agora, sobre ajuda financeira para a Crimeia. Como você deve saber, decidimos nos organizar para ajudar a Crimeia, que nos procurou pedindo ajuda humanitária. Iremos providenciá-la, é claro (...) compreendemos que o que preocupa os cidadãos da Ucrânia, tanto russos como ucranianos, e a população de língua russa nas

13. There can only be one assessment: this was an anti-constitutional takeover, an armed seizure of power. Does anyone question this? Nobody does (...) Are the current authorities legitimate? The Parliament is partially, but all the others are not. The current Acting President is definitely not legitimate. There is only one legitimate President, from a legal standpoint. Clearly, he has no power. However, as I have already said, and will repeat: Yanukovich is the only undoubtedly legitimate President.

regiões leste e sul da Ucrânia é esse crime descontrolado. Portanto, se vemos esse crime descontrolado se espalhando para as regiões orientais do país, e se as pessoas nos pedirem ajuda, uma vez que já temos o pedido oficial do presidente legítimo, usaremos todos os meios disponíveis para proteger essas pessoas. Acreditamos que isso seria absolutamente legítimo. Este é o nosso último recurso (PUTIN, 2014b, tradução nossa)¹⁴.

Observa-se, pois, que o presidente russo enxerga nesse cenário uma oportunidade para invalidar, por meio de discursos, o governo ucraniano e construir uma percepção de que a Rússia se responsabiliza por amparar e proteger os crimeus das ameaças de um governo central ilegítimo (BIERSACK; O'LEAR, 2014). Com isso, elabora-se uma justificativa para a presença de tropas russas no território crimeu, bem como para a ação que vem a seguir: na península, Sergei Axionov, pró-Rússia, é nomeado premiê e propõe a realização de um referendo que tinha como função decidir se a Crimeia seria anexada novamente à Rússia, ou se continuaria sendo parte da Ucrânia (ENTENDA a ..., 2014).

O Referendo

Após a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Ucrânia vem enfrentando dificuldades para construir sua identidade. O país se divide entre Oeste e Centro, que apoiam uma aproximação à União Europeia; e Sul e Leste, que são pró-Rússia; devendo se atentar para o fato de que dos “50 milhões de habitantes do país, 25 milhões falam russo como primeiro idioma e mais de 10 milhões são originários da Rússia” (MIELNICZUK, 2006, p. 255).

A questão da construção de identidade é exposta por Kuzio (2001), como fonte de conflitos entre a Ucrânia e a Rússia. Para o autor, as elites ucranianas são compostas por grupos de identi-

14. Now about financial aid to Crimea. As you may know, we have decided to organise work in the Russian regions to aid Crimea, which has turned to us for humanitarian support. We will provide it, of course (...) When we see this we understand what worries the citizens of Ukraine, both Russian and Ukrainian, and the Russian-speaking population in the eastern and southern regions of Ukraine. It is this uncontrolled crime that worries them. Therefore, if we see such uncontrolled crime spreading to the eastern regions of the country, and if the people ask us for help, while we already have the official request from the legitimate President, we retain the to use all available means to protect those people. We believe this would be absolutely legitimate. This is our last resort.

dades distintas que buscam impor seus interesses umas sobre as outras, mas existe uma identidade mais ampla que impede uma fragmentação do Estado.

A península da Crimeia, local onde há um foco de tensão entre os dois Estados, possui mais da metade da sua população de origem russa e, por essas raízes culturais, uma parte da população se mostrou a favor da anexação à Rússia. Em um estudo realizado pelo *The Pew Research Center*, 91% dos crimeus entrevistados afirmaram considerar a realização referendo como válida e justa, ao mesmo tempo em que 88% defenderam a obrigatoriedade do governo ucraniano de reconhecer os resultados que fossem obtidos - evidenciando a falta de uma concreta noção de pertencimento para com a Ucrânia (O'LOUGHLIN; TOAL, 2019).

Ademais, dados do censo de 2001 do governo ucraniano revelam que a península crimeia possui uma população estimada em pouco mais de 2 milhões de pessoas. Destas, mais da metade (58.5%) se considera de etnia russa e, inclusive, fala russo no dia a dia (GOVERNMENT OF UKRAINE, 2001). Essas informações são ilustradas abaixo.

Imagem 1 - Porcentagem da população que identifica russo como sua língua nativa



Fonte: Ukraine's language divide (2014)

Observamos, portanto, que nas regiões ao sul e leste da Ucrânia, a língua russa é considerada nativa por grande parte da população, o que pode ser interpretado como resultante de influência direta russa na região. Pode-se também pensar nas regiões norte e oeste do país como tendo maior influência ocidental, vide União Europeia, o que constituiria menor influência russa e consequente maior identificação com a ideia de nação ucraniana e pró-europeia.

No período que precedeu a votação do referendo, o governo russo se aproveitou dessas características para reforçar a perspectiva dos crimeus como um povo etnicamente mais próximo da Rússia do que da Ucrânia para utilizar propagandas em território crimeu com o intuito de incentivar a população a votar pela anexação da região à Rússia no referendo (AZHNIUK *et al.*, 2016). As campanhas eram feitas, principalmente, em forma de *outdoors* espalhados pelas ruas. Como Kremlin possui imensos interesses naquela região, tendo em vista os ganhos de território, autonomia e estratégicos, o modelo propagandístico utilizado foi incisivo, como pode ser conferido na imagem 2, logo abaixo:

Imagem 2 - Propagandas russas em território crimeu durante a realização do referendo



Fonte: AZHNIUK *et al.*, 2016

As propagandas acima foram utilizadas pela Rússia para incentivar o voto favorável da população crimeia à anexação da península ao país. Dizem, da esquerda para direita: “Em março de 2016, nós escolhemos: Crimeia-nazista ou Crimeia-russa”; “Cidadãos, uni-vos por Sevastopol!”; “Eu sou um cidadão de Sevastopol - Nós somos Rússia!”; “Crimeia e Rússia, unidos para sempre”; “Acabe com o fascismo! Todos vão ao referendo”¹⁵. Algumas das imagens associam a Crimeia não anexada ao território russo, à regimes fascistas. Já ou-

15. On March 16 we choose: Nazi-Crimea or Russian Crimea; Citizens, stand up for Sevastopol! I am a citizen of Sevastopol - We are one Russia!; Crimea and Russia - United forever; Stop fascism! Everybody go to referendum!

tras, estampavam a frase: “Rússia e Crimeia unidos para sempre”, com a intenção de elevar o sentimento de identidade russo nos crimeus (AZHNIUK *et al.*, 2016). Os *slogans* utilizados pelas autoridades russas vão de acordo com o interesse do país em ter a península como parte de seu território, podendo assim ter um maior direito sob a utilização e exploração do Mar Negro, uma vez que esse local é considerado demasiadamente estratégico para a Rússia.

No que tange ao entendimento do referendo, este possuía aproximadamente 1,5 milhão de pessoas aptas¹⁶ para votar (GRANT, 2015), e ocorreu no dia 16 de março de 2014. As pessoas possuíam duas opções de voto:

1. Você é favorável a que a República Autônoma da Crimeia se una novamente à Rússia como parte constituinte da Federação Russa?
2. Você é favorável a restaurar a Constituição da República da Crimeia de 1992 e a condição da Crimeia como parte da Ucrânia? (GRANT, 2015)

O resultado obtido pelo Referendo foi a opção pela reintegração da Crimeia pela Rússia, tendo obtido 96,7% dos votos. Após a votação, o presidente Vladimir Putin discursou dizendo que “mais de 82% do eleitorado participou da votação. Mais de 96% dos eleitores se posicionaram a favor da reunificação com a Rússia. Os números falam por si mesmos” (PUTIN, 2014a, tradução nossa)¹⁷. Desde então a Crimeia foi integrada ao território russo.

Apesar da vitória expressiva nas urnas, a sociedade internacional, reconhecida enquanto reunida durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovou uma resolução declarando que o referendo da Crimeia seria inválido. Dos 193 países reunidos, 100 países votaram a favor, 11 contra e 58 se abstiveram. Os argumentos utilizados retomam a ideia de preservação da “unidade e integridade territorial dos Estados-membros [da ONU]”, além de respeito aos acordos bilaterais firmados entre os dois países (NAÇÕES UNIDAS, 2014).

Repercussões da anexação da Crimeia pelo Estado Russo renderam até mesmo a vontade, por parte dos russos, de retirada da assinatura do país no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Inter-

16. Para possuir direito ao voto, o cidadão deveria ser ucraniano registrado como residentes na Crimeia, e possuir mais de 18 anos (GRANT, 2015)

17. More than 82 percent of the electorate took part in the vote. Over 96 percent of them spoke out in favour of reuniting with Russia. These numbers speak for themselves.

nacional (TPI)¹⁸, que argumentou em seu relatório produzido em 2016 que “a situação no território da Crimeia e de Sevastopol factualmente constitui um estado de ocupação ainda em andamento” (INTERNATIONAL CRIMINAL COURT, 2016, p. 35, tradução nossa)¹⁹. A Sociedade Internacional, em sua maioria, como supracitado, e o Direito Internacional, a partir do que também foi citado anteriormente, se opõem veementemente à anexação, sob alegações de que o referendo foi de fato questionável. No entanto, a Rússia segue com o território crimeu anexado até os dias atuais.

Conclusão

A Rússia utilizou de diferentes estratégias para impulsionar a reintegração da Crimeia, combinando *hard* e *soft power*. Nas análises realizadas neste artigo, enfatiza-se o segundo, percebido na maneira como o governo russo valeu-se da questão identitária para alcançar seus interesses. Os discursos do presidente russo Vladimir Putin se destacam, na medida em que ressaltam a todo momento a amizade e proximidade que a Crimeia possui com a Rússia. A identidade assume um papel importante no cenário problemático crimeu: mesmo enquanto o território esteve integrado à Ucrânia, grande parte da população se identificava mais com a etnia russa, até mesmo na língua - característica extremamente relevante no que diz respeito ao reconhecimento de sua identidade.

Em vista disso, o governo russo buscou disseminar a ideia de que a Crimeia sempre esteve mais ligada à Rússia do que à Ucrânia. Apesar dos interesses russos relacionados à posição geográfica da península e sua importância economicamente, o foco dos discursos oficiais foi, constantemente, um apelo para a questão identitária. Ao mesmo tempo, utilizou do afastamento de Yanukovich do cargo de presidente ucraniano para elaborar uma narrativa na qual a presença militar russa em território crimeu visava a proteção daquela população.

Essa preocupação de corroborar suas ações com discursos direcionados ao povo crimeu evidenciou uma forte estratégia de *soft*

18. O Tribunal Penal Internacional, é um organismo, criado a partir do Estatuto de Roma, em 1998, que tem como objetivo ser “uma instituição permanente, com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional” (ESTATUTO DE ROMA, 1998, p. 2). Assinado por mais de 120 Estados, o Tribunal inaugurou suas atividades em 2003.

19. the situation within the territory of Crimea and Sevastopol factually amounts to an on-going state of occupation

power, com a pretensão de influenciar a opinião pública, que foi um ator extremamente relevante nesse caso. A realização do referendo constata a importância da população crimeia para o desdobrar desse cenário, e o resultado do referendo foi exatamente o que a Rússia desejava. Se desconsiderarmos, por um momento, a oposição do Sistema Internacional, é possível afirmar que o governo russo teve sucesso com a tática utilizada para atingir seus objetivos.

Tendo em vista os interesses russos acerca da Crimeia, realizamos uma análise que visa aplicar os termos apresentados na seção de *Identities e Interesses*, em uma tentativa de juntar os elementos apresentados ao longo de toda nossa argumentação. Essa análise se estabelece a partir do quadro abaixo.

Imagem 3 - Quadro comparativo de interesses nacionais

País	sobrevivência física	autonomia	bem estar econômico	autoestima coletiva
Ucrânia	Perde território, então não assegura seu principal interesse	Perde autonomia, pois sofre com perda de território.	Perde em ganhos econômicos, ao perder importante ponto estratégico	Diminui autoestima coletiva, pois população perde status ou respeito ao perder território e perder ganhos econômicos
Rússia	Ganha território, então maximiza seu principal interesse	Ganhos de autonomia, pois tem capacidade de alocar mais recursos, ao ganhar território	Tem ganhos positivos, ao ganhar importante ponto estratégico	Aumenta autoestima coletiva, pois população ganha respeito e status (ao menos internamente)

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da análise das referências presentes neste artigo

No quadro acima podemos perceber, ao fazer as comparações devidas, que a sobrevivência física se apresenta como um jogo de soma zero. A autonomia se coloca como uma questão mais complexa, mas aqui levamos em consideração mais a alocação de recursos. Com relação ao bem-estar econômico, temos claros ganhos russos, uma vez que a Crimeia é uma região estratégica e com muito potencial econômico, como já descrito anteriormente. No que tange à autoestima coletiva, excluindo-se fatores externos, ou seja, de repercussão internacional, tem-se um ganho por parte da Rússia e uma perda por parte da Ucrânia. Se levarmos em consideração os

fatores externos, podemos ter uma inversão desse quadro, uma vez que grande parte da sociedade internacional se coloca contrária à atitude russa.

De um modo geral, podemos notar que a Rússia tem mais ganhos com a anexação da Crimeia do que o contrário. Nos quatro fatores analisados, todos apontam para ganhos ou aumentos relativos de suas capacidades.

Em conclusão, este artigo concentrou esforços para entender o uso da identidade crimeia como plataforma para dar legitimidade à anexação da península ao território russo, que se pautou acima de tudo nos interesses nacionais do país. Foram analisados artigos, reportagens e discursos oficiais, em especial partindo do governo russo, que possibilitaram compreender a existência da construção de uma narrativa de identificação da população crimeia com a Rússia, propiciando o resultado favorável do referendo, também benéfico para os interesses políticos e econômicos do Estado. O caso é antigo, mas se arrasta há muito tempo e, atualmente, processo ucraniano encontra-se tramitando na Corte Internacional de Justiça, no qual a Rússia é acusada de “intervir militarmente na Ucrânia, financiar atos de terrorismo e violar os Direitos Humanos de milhões de cidadãos ucranianos” (UKRAINIAN GOVERNMENT apud OLIPHANT, 2017, tradução nossa)²⁰, retomando a atenção para o tema.

Referências

AKOPOV, Sergey. A decisão do povo da Crimeia é irreversível. In: *CRIMEIA: Cultura. História. Natureza*. **Rússia Hoje**: Publicação da Embaixada da Rússia no Brasil. 5ed. Athalaia, 2014. p. 3-4.

ALT, Vivian. Ucrânia: da Revolução Laranja à crise de 2014. **Politike**, 2015. Disponível em: <http://politike.cartacapital.com.br/ucrania-da-revolucao-laranja-a-crise-de-2014/>. Acesso em: 23 de mai. de 2016.

ANEXAÇÃO da Crimeia aumenta potencial energético da Rússia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/05/1460398-anexacao-da-crimea-aumenta-potencial-energetico-da-russia.shtml>. Acesso em: 09 mai. 2016

AZHNIUK, Oksana; DAVYDENKO, Olexandra; HERZOG, Klemens; LEITNER, Dominik. **Propaganda in Crimea**, 2016. Disponível em: <http://project32640.tilda.ws/>. Acesso em: 10 mai. 2019.

20. intervening militarily in Ukraine, financing acts of terrorism, and violating the human rights of millions of Ukraine's citizens.

BARROSO, José Manuel Durão. Presidente da Comissão Europeia. Declaração do Presidente Barroso após seu encontro com o Presidente da Ucrânia, Sr. Yanukovich. **European Commission**: Press Release. Kiev, 18 abr. 2011. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-11-282_en.htm?locale=en. Acesso em: 10 mai. 2019.

BIERSACK, John; O'LEAR, Shannon. The geopolitics of Russia's annexation of Crimea: narratives, identity, silences, and energy. **Eurasian Geography and Economics**, Abingdon, v. 55, p. 247-269, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/15387216.2014.985241?needAccess=true>. Acesso em: 08 maio 2019.

BINGOL, Yilmaz. The 'Colorful' Revolution of Kyrgyzstan: Democratic Transition or Global Competition? **Spring and Summer**, Yalova, v. 5, p. 73-81, 2006. Disponível em: <http://alternatives.yalova.edu.tr/article/view/5000159590>. Acesso em: 10 mai. 2019.

CHERSTIÚK, Snejana. História da Crimeia começou há 7.000 anos. In: CRIMEIA: Cultura. História. Natureza. **Rússia hoje**: Publicação da Embaixada da Rússia no Brasil. 5ed. Athalaia, 2014. p. 9-13.

COHEN, Ariel. As Russia Closes In On Crimea's Energy Resources, What Is Next For Ukraine? **Forbes**, 28 fev. 2019. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/arielcohen/2019/02/28/as-russia-closes-in-on-crimeas-energy-resources-what-is-next-for-ukraine/#5375900329cd>. Acesso: 10 mai. 2019.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia política e geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992

ENTENDA a crise na Crimeia. **G1**, 05 mar. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/03/entenda-crise-na-crimea.html>. Acesso em: 07 mai. 2016

GOVERNMENT OF UKRAINE. **Population Census**. 2001. Disponível em: <http://2001.ukrcensus.gov.ua/eng/results/general/nationality/Crimea/>. Acesso em: 07 mai. 2016

GRANT, Thomas D. Annexation of Crimea. **The American Journal of International Law**, Cambridge, v. 109, n. 1, p. 68-95, 2015.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Report on Preliminary Examination Activities 2016. **The Office of the Prosecutor**, 2016. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/iccdocs/otp/161114-otp-rep-PE_ENG.pdf. Acesso em: 10 dez 2019.

KARKLIS, Laris. Ukraine's language divide. The Washington Post, 2014.

KYIV. Yanukovich, fugitive ex-president wanted for mass murder, remains missing. In: EuroMaidan Revolution. **Kyiv Post**, 2014. Disponível em: <https://www.kyivpost.com/article/content/ukraine-politics/arrest-warrant-issued-for-yanukovich-and-other-former-officials-337482.html>. Acesso em: 17 maio 2019.

KOROLKOV, Aleksandr. Por que a Crimeia pertencia à Ucrânia. In: CRIMEIA: Cultura. História. Natureza. **Rússia hoje**: Publicação da Embaixada da Rússia no Brasil. 5ed. Athalaia, 2014. p. 32-33.

KOTTASOVÁ, Ivana. Europe is still addicted to Russian gas. **CNN Business**, 2018. Disponível em: <https://money.cnn.com/2018/06/05/news/economy/russia-europe-gas-dependency/index.html>. Acesso em: 10 mai. 2019.

KUZIO, Taras. Identity and Nation-building in Ukraine: Defining the “Other”. **Ethnicities**, Toronto, v. 1, n. 3, p. 343-365, 2001.

MIELNICZUK, Fabiano. Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 223-258, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-0102-85292006000100004#nota01. Acesso em: 12 mai. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral da ONU: referendo na Crimeia é inválido, 2014. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/assembleia-geral-da-onu-referendo-na-crimea-e-invalido/>. Acesso em 15 abr. 2019.

OLIPHANT, Roland. Ukraine sues Russia in International Court of Justice for ‘financing terrorism’. **The Telegraph**, 2017. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/2017/03/06/ukraine-sues-russia-international-court-justiceforfinancing/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

O’LOUGHLIN, John; TOAL, Gerard. The Crimea conundrum: legitimacy and public opinion after annexation. **Eurasian Geography and Economics**, 2019. Disponível em: <https://rsa.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15387216.2019.1593873?journalCode=rege20>. Acesso em: 12 mai. 2019.

PUTIN, Vladimir. **Address by President of the Russian Federation**. Moscou: Kremlin, 18 mar. 2014a. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>. Acesso em: 9 mai. 2019.

PUTIN, Vladimir. Transcript: Putin defends Russian intervention in Ukraine. **Washington Post**, 2014b. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/transcript-putin-defends-russian-intervention-in-ukraine/2014/03/04/9cadcd1a-a3a9-11e3-a5fa-55f0c77bf39c_story.html?noredirect=on&utm_term=.d9b4a505ca7a. Acesso em 15 abr. 2019.

RIBEIRO, Renata Corrêa. **As Relações da Rússia com a Ucrânia e a Moldávia: Uma perspectiva comparada da política externa russa para a Crimeia e a Transnístria**. 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21286/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20COMPLETA_Renata%20Corr%C3%AAa%20Ribeiro.pdf. Acesso em: 03 set. 2019.

SANDERS, Deborah. **Maritime Power in the Black Sea**, 2016. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781315593920>. Acesso em: 03 set. 2019.

SMITH-SPARK, Laura; GUMUCHIAN, Marie-Louise; MAGNAY, Diana. Ukraine, Russia sign economic deal despite protests. **CNN**, 2014. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2013/12/17/world/europe/ukraine-protests/>. Acesso em: 23 mai. 2016.

UCHÔA, Marcelo Ribeiro. Povo da Crimeia tem direito à autodeterminação. **Consultor Jurídico**, 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-mar-22/>

marcelo-ribeiro-uchoa-povo-crimeia-direito-autodeterminacao. Acesso em: 25 abr. 2019.

UKRAINE's language divide: mapa político. **The Washington Post**: Kranis, 2014. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2014/02/27/to-understand-crimea-take-a-look-back-at-its-complicated-history/>. Acesso em: 23 mai. 2019.

WENDT, Alexander. **Teoria social da Política Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/Apicuri, 2014. p. 239-299.

WHAT is the Crimea and why does it matter. **Telegraph**, 2014. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/ukraine/10671066/What-is-the-Crimea-and-why-does-it-matter.html>. Acesso em: 09 mai. 2016.

Recebido em: 21/10/2019

Aprovado em: 16/12/2019

O tráfico de mulheres e seu combate: Brasil e Colômbia a partir de 2016. Análise à Luz da Teoria Feminista Marxista.

*The trafficking of women and their combat: Brazil
and Colombia from 2016. Analysis in the Light of
Marxist Feminist Theory.*

*La trata de mujeres y su combate: Brasil y Colombia a
partir de 2016. Análisis a la luz de la teoría feminista
marxista.*

Isabela Madeira*
Isadora A. Faria**
Julia Cardoso***
Julia C. Paulino****

Resumo

O Tráfico Humano é um crime invisível e ainda recorrente no século XXI, que faz vítimas constantemente, em sua maioria do sexo feminino. O presente artigo terá como objetivo a análise do Tráfico de Mulheres para fins de exploração sexual no Brasil e Colômbia. Dessa forma, é proposta uma discussão da problemática do tráfico, sendo de interesse do artigo estudar como os países estão construindo sua agenda de segurança no que tange ao tráfico internacional de mulheres. Propõe-se então uma análise à luz da teoria feminista marxista das políti-

cas que são construídas por esses atores periféricos em contribuição com os movimentos feministas.

Palavras-chaves: Tráfico Humano. Tráfico de Mulheres. Exploração Sexual. Teoria Feminista. Segurança Humana.

Abstract

Human Trafficking is an invisible crime and still recurring in the 21st century, constantly making victims, mostly female. This article aims to analyze the Women Trafficking for the purpose of sexual exploitation in Latin American countries, Brazil and Colombia.

* Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Campus Poços de Caldas. Contato: isamadeira411@gmail.com

** Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Campus Poços de Caldas. Contato: isadorafaria100@gmail.com

*** Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Campus Poços de Caldas. Contato: juliacardoso659@gmail.com

**** Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Campus Poços de Caldas. Contato: juliacassia.p@gmail.com

Thus, it is proposed a discussion of the problem of trafficking, which is of interest to the article, to study how countries are building their security agenda regarding international women trafficking. Proposing an analysis considering the Marxist feminist theory of policies that are constructed by these peripheral actors in contribution to feminist movements.

Keywords: Human Trafficking. Women Trafficking. Sexual Exploitation. Feminist Theory. Human Security.

Resumen

La trata de personas es un crimen invisible y todavía recurrente en el siglo XXI, que constantemente hace

víctimas, en su mayoría mujeres. Este artículo tendrá como objetivo analizar la Trata de Mujeres con fines de explotación sexual en Brasil y Colombia. Por lo tanto, se propone un debate sobre el problema de la trata, y es en interés del artículo estudiar cómo los países están construyendo su agenda de seguridad sobre la trata internacional de mujeres. Se propone entonces un análisis a la luz de la teoría feminista marxista de las políticas que son construidos por estos actores periféricos en contribución a los movimientos feministas.

Palabras clave: Trata de Personas. Trata de Mujeres. Explotación Sexual. Teoría Feminista. Seguridad Humana.

Introdução

Com a chegada do século XXI, a exploração sexual e escravidão de mulheres é reconhecida internacionalmente. O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) cria então o Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, no qual diversos países assinam e se responsabilizam pelo combate ao tráfico. Mas até os dias de hoje, o tráfico de pessoas corresponde à terceira atividade ilícita mais lucrativa do mundo e que, apesar de haver mudanças no foco internacional, é um combate longe de ser resolvido. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o número de pessoas traficadas aumentou nos últimos treze anos. Levando em consideração que mulheres correspondem ao maior número de vítimas e na maioria dos casos são para fins de exploração sexual, há a necessidade de atenção a esse tipo específico de tráfico (ONU, 2019).

Com o foco regional na América Latina, pode-se perceber que Brasil e Colômbia possuem um dos maiores índices desse tipo específico de tráfico. Ambos os países passaram a modificar suas formas de atuação no combate ao tráfico ao longo dos últimos anos, visto suas características de países transitórios e das origens das vítimas (IMDH, 2019). Com críticas ao sistema que contribui para tal ato e em busca por mudanças, o artigo tem por objetivo avaliar mudanças positivas/negativas em ambos os países em relação ao combate do tráfico de mulheres. Surge assim um questionamento: Como ocorreram as alterações dos cenários doméstico e interna-

cional, entre Brasil e Colômbia, no combate ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual a partir do ano de 2016?

As Organizações não-Governamentais (ONG's) serão a essência de um processo de mudança social e político que visa expor a violência cometida às mulheres. Trazem uma nova forma de lidar com esse tipo de situação, além de permitir que suas reivindicações passem a ser base para a formação das políticas públicas estatais. Com a ascensão da ideologia feminista, a população (majoritariamente mulheres) está adentrando a luta e promovendo uma maior pressão a partir das ONG's, para que estas usem seu poder de influência para auxiliar na criação de políticas de contenção e monitoramento. Portanto, acredita-se que o Brasil e a Colômbia passaram a aderir às reivindicações dos movimentos feministas e das ONGs regionais para formular as mudanças domésticas e internacionais no combate ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.

Modelo analítico

Feminismo para os 99%: uma análise marxista sobre gênero

A teoria feminista aborda, em sua ampla gama, aspectos sociais positivos ou negativos para mulheres e outros grupos nas Relações Internacionais. Ao identificar temas relacionados às mulheres e gênero, essa teoria oferece visões mais justas aos problemas da sociedade, utilizando-se do ativismo para reivindicar, criticar e compreender a ordem hierárquica de gênero no mundo. Ao avaliar o tema em questão, pode-se relacionar o tráfico de mulheres ao sistema capitalista e ao patriarcalismo inserido na sociedade que contribui para tal atividade criminosa. Pensando nisso, a teoria do feminismo utilizada tem como pressuposto ideais marxistas. Extraíndo concepções do livro *Feminismo para os 99%* de Arruzza (2019), pode-se interpretar as características do tráfico e dos movimentos contrários ao crime (SYLVESTER, 2004).

Arruzza critica o feminismo *mainstream* alegando que não leva em consideração todas as classes sociais, priorizando mulheres brancas que já possuem consideráveis vantagens sociais, culturais e econômicas e que, em contrapartida, o feminismo para os 99% busca uma mudança social mais abrangente. Condiz com a ideia de que os problemas relacionados à discriminação de gênero podem ser resolvidos pela extinção do capitalismo, mediante a ideia de este ser

um sistema opressor, que priva as decisões coletivas e configura a geografia mundial. Portanto, este sistema é incompatível com as noções de democracia e paz, pois exclui as minorias e prioriza - visando o feminismo - os indivíduos brancos e que possuem uma maior oportunidade para alcançar seus objetivos (ARRUZZA, 2019).

A definição da violência de gênero não é vista como ordem regular das coisas, é algo sistêmico associado às relações sociais do capitalismo. Ela pode vir de forma racional, no qual há instrumentalização de assalto de gênero (métodos são utilizados para escravizar sexualmente mulheres) e de forma pública, que leva mulheres a sofrerem consequências catastróficas de violência e exploração devido ao sistema de poder que hierarquiza homens em relação às mulheres em diversos aspectos. Questões sobre a dependência econômica, vulnerabilidade política, preconceitos raciais e profissionais de mulheres são normalizadas com a constante afirmação de inferioridade. Ressaltando que a violência é parte da estrutura capitalista devido à sustentação desse sistema pela coerção bruta e pelo consentimento (ARRUZZA, 2019).

Anterior à abordagem feminista marxista, as análises feministas (liberais) possuíam a concepção de que pautas de mulheres negras não deveriam ser abordadas, visto que a luta era homogênea das mulheres, a ideia de irmandade pós-racial. A teoria defende que pautas de direito das mulheres devem levar em consideração questões raciais, pois a sociedade se forma em moldes imperialistas racistas, sendo assim mulheres não brancas tendem a sofrer mais em relação à ordem social. Mulheres negras, pardas e migrantes vivem em condições de exploração e trabalhos precários, enquanto mulheres privilegiadas têm acesso a profissões qualificadas, que trazem possibilidade de melhores condições de trabalho (ARRUZZA, 2019).

O Manifesto Feminista molda-se com base nas lutas de classes e nas consequências que advém delas. O que corrobora com a hipótese é o fato de haver desigualdade e hierarquias que se tornaram inerentes às relações sociais capitalistas, originando conflitos de interesses entre os grupos oprimidos e dos opressores dentro dessa estrutura. As lutas fragmentadas não darão origem a resistentes alianças para transformar o sistema como um todo. Portanto, o feminismo para os 99%, sendo um feminismo anticapitalista, não se satisfaz com a busca pela igualdade ou pelos direitos legais até que se tenha justiça, e jamais será satisfeita com o status democrático até que haja a real liberdade e justiça proporcional a todos e todas (ARRUZZA, 2019).

Teoria da Estruturação

Visando o foco do presente artigo de se estabelecer uma relação entre os movimentos de reivindicação e as mudanças na ordem social, a teoria da estruturação auxilia no entendimento acerca da ordem capitalista patriarcal, da noção de exploração de mulheres e das mudanças estruturais que se busca através dos movimentos feministas. Surge como contraposição ao pensamento sociológico de Parsons, que se baseava na concepção de que os indivíduos possuem funções determinadas pela estrutura social. Essa teoria é denominada como estruturalismo e possui como principal característica a relação dualista entre objetividade (ordem) e subjetividade (mundo das ideias) (GIDDENS, 2003).

Giddens, criador da concepção de estruturação, passa a analisar a ordem social a partir dos agentes e suas interações, contrapondo o estruturalismo de Parsons. Baseia-se na premissa de que o dualismo deva ser entendido como dualidade da estrutura, no qual os agentes (subjetividade) possuem suficiente impacto na ordem estabelecida. A constante relação entre indivíduos e o processo de habituação de ações formam a rotina que, por sua vez, cria as instituições (práticas, norma, regras) da sociedade. Tais instituições passam a fazer parte da estrutura social, na qual condicionam as ações dos indivíduos. Entretanto, elas não são fixas, visto que são formadas pela conduta dos agentes que modificam suas ações ao decorrer das relações sociais (GIDDENS, 2003).

Um ponto importante a ser ressaltado para explicar as estruturas sociais é a regionalização: os locais passam a serem vistos como cenários de interação que possuem suficiente impacto na conduta dos seres humanos, sendo eles psicológico e social no ocultamento ao reconhecimento de alguns tipos de atividades e pessoas e à relevância de outros. Pode-se destacar que sociedades transpassam a ideia de fronteiras especificadas e que certas instituições (práticas, costumes) perpassam Estados. Formas de conduta podem advir de bases e culturas disseminadas regionalmente, ou até mesmo em um contexto espaço-tempo de longa projeção. A ordem que sociedades se organizam é diretamente influenciada por concepções históricas e geográficas que definem, justificam e reiteram condutas humanas formando as instituições. Para haver modificações de bases estruturais, são necessárias reivindicações por mudanças sociais (GIDDENS, 2003).

Nova agenda internacional e o foco na segurança humana

Tradicionalmente, o conceito de segurança é centrado na soberania e na integridade territorial do Estado, parte de ideais dos realistas clássicos de que só se alcança segurança na medida que se tem uma expressiva força militar. O Estado era visto como o único ator racional e com interesses nas questões de segurança, logo, era compreendida pela maneira a qual o Estado utilizava seu contingente militar frente a ameaças de outros que poderiam ferir sua soberania. A visão dominante de segurança era muito simplista, e com o surgimento de um novo conceito no contexto do pós-Guerra Fria houve um alargamento que permitia abranger novas agendas securitárias. A noção de segurança começa a ser posta em direção a novos atores, como, por exemplo, nas pessoas. Desse modo, na década de 90 surge o conceito de Segurança Humana (OLIVEIRA, 2016).

O conceito de Segurança Humana foca no indivíduo e não no Estado como sujeito a ser securitizado. Portanto, refere-se não só a unidades como o Estado, mas também dos diversos agrupamentos humanos que podem ter a segurança abalada pelas condições de pobreza, de miserabilidade, falta de acesso à educação e diminuição das liberdades. A noção de segurança humana, discutida desde o início do século, está estreitamente ligada aos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) e do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Os cientistas sociais consideram que o RDH de 1994 foi o que promoveu o conceito (REZENDE, 2017).

Em 1994, o relatório recomendava uma transição conceitual profunda da segurança nuclear, ou seja, militar, para a Segurança Humana. De acordo com o PNUD, para a maioria das pessoas, a insegurança resulta muito mais de preocupações da vida cotidiana do que da possibilidade de um evento cataclísmico. O relatório afirma que serão exploradas as novas fronteiras da Segurança Humana da vida cotidiana das pessoas, pois é necessário descobrir os sinais de alerta de uma possível crise, para que dessa maneira se possa colocar em prática ações de preventiva (OLIVEIRA, 2016).

Segundo PNUD, existem sete elementos interdependentes que estruturam o conceito de Segurança Humana, sendo eles: segurança alimentar, ambiental, comunitária, econômica, pessoal, política e sanitária. Portanto, o Tráfico de mulheres, além de claramente ser uma agenda ao que se refere como Segurança Humana, também pode se enquadrar em alguns dos elementos que estruturam o conceito. É in-

dubitável que a prática do tráfico está relacionada com a falta de observância aos direitos de condições dignas para a vida dessas pessoas (OLIVEIRA, 2016). A falta de oportunidades que abrem novos horizontes e que aumentam a autoestima dessas mulheres, fornecendo as condições para seu desenvolvimento como pessoa, é resultado da falha estatal. Podemos analisar que a prática do tráfico se relaciona com os elementos de Segurança Pessoal e Segurança Econômica.

Essa relação se dá, pois, a Segurança Pessoal visa a segurança das mulheres contra violências a que são submetidas. Além de ficarem expostas a inúmeras doenças sexualmente transmissíveis, são agredidas, humilhadas pelos seus aliciadores e clientes, vivem o terror das intimidações e ameaças em um regime de escravidão sexual. Já a relação com Segurança Econômica leva em consideração a desigualdade econômica a qual se encontram essas mulheres. Muitas vítimas não possuem expectativas para mudanças socioeconômicas, vivem em situações de desemprego, falta de recursos mínimos, desigualdade constante que as caracterizam como alvo fácil para aliciadores, prometendo mudanças que não seriam cabíveis na realidade na qual estavam inseridas (LADEIRA, 2016).

O Tráfico de Mulheres e Perfil das Vítimas

Para dar início à discussão, é necessário especificar o conceito de tráfico humano e suas ramificações. Há clara diferença entre contrabando e tráfico humano: enquanto o primeiro é feito pelo consentimento de migrantes, no segundo o consentimento da vítima não possui relevância visto que geralmente é obtido pelo transcurso e violência. Pode ocorrer de modo que se torne possível o tráfico de pessoas internacionalmente e dentro do próprio país, com objetivo de exploração do indivíduo para algum benefício ou lucro (UNODC, 2019). Há diversos motivos para o ato, como a escravidão, exploração sexual, remoção de órgãos e outras práticas semelhantes. De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o tráfico de pessoas é definido por:

Recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou o acolhimento de pessoas. Através da ameaça ou uso da força, coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de poder ou à situação de vulnerabilidade, ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios em troca do controle da vida da vítima para fins de exploração (UNODC, 2019).

É a terceira maior atividade criminosa do mundo ficando atrás apenas do tráfico de drogas e de armas: os lucros ultrapassam de 32 bilhões de dólares anualmente. Tal atividade foi reconhecida como problema transnacional apenas no ano de 2000, data em que foi realizada a Convenção de Palermo das Nações Unidas que resultaram em políticas internacionais de prevenção e repressão a esse tipo de crime. As principais vítimas do tráfico são mulheres e jovens, que correspondem a 83% das vítimas e em sua maioria são para fins de exploração sexual. O objetivo central do artigo é a análise sobre o tráfico para fins de exploração sexual e políticas pós 2016 no Brasil e na Colômbia, dois países que se encontram na lista de Estados que mais possuem registros do crime na América Latina (VIEIRA; CHARF, 2016).

De acordo com o Relatório do Plano Nacional de 2010, mulheres e meninas adolescentes são introduzidas nesse mundo geralmente por pessoas próximas como familiares ou amigos, que as aliciam. Muitas vezes são raptadas para outras regiões ou outros países e acabam sendo mantidas em casas noturnas como prostitutas. Apesar de algumas possuírem o intuito de trabalhar com a prostituição, ao chegarem nos locais de destino tornam-se devedoras dos exploradores, têm seus documentos confiscados e em algumas circunstâncias são mantidas em cativeiros. As vítimas também são ludibriadas pelo comprometimento por parte dos aliciadores de que serão empregadas como garçonetes, empregadas domésticas, babás etc. Outra forma para o tráfico é através do rapto, especialmente crianças e adolescentes são raptadas para outros lugares, presas e/ou drogadas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010).

Os problemas relacionados ao tráfico de mulheres são amplos e constituem uma gama de fatores sociais, políticos e econômicos. Em relação aos que mantêm esse mercado lucrativo, pode-se avaliar a discriminação de gênero. Tal discriminação possui a visão de mulheres como objetos sexuais e, portanto, são, em uma ordem patriarcal, obrigadas a atender desejos e demandas dos homens contribuindo para o lucrativo funcionamento do tráfico. Outra forma é através da corrupção de funcionários públicos que estão envolvidos no tráfico, ou que aceitam suborno para facilitar passagem fronteiriça da atividade. Locais com instabilidade política, econômica e civil tendem a ser foco de sequestros e violência contra mulheres, sendo elas mais vulneráveis a tais crimes (OIT, 2005).

Fatores que contribuem para que a mulher seja aliciada por estranhos são a violência doméstica e a pobreza que levam as vítimas à procura de subsistência e ascensão social, emigração indocumentada e o turismo sexual. O contato com a prostituição se dá no país nativo e assim surgem propostas para ascender na profissão com promessas de boa remuneração em países estrangeiros. No Brasil, o perfil das vítimas é caracterizado, em sua maioria, por mulheres e jovens de regiões periféricas, de classe baixa, baixo nível de escolaridade, negras e pardas. Geralmente sofrem com violência intrafamiliar e doméstica e não possuem assistência estatal para lidar com os crimes a que foram submetidas, levando-as a procurarem outras saídas para os abusos, estupro e abandono a que são mantidas. Na Colômbia, além das características semelhantes ao Brasil, também há fatores de conflitos armados e alto índice de desemprego que torna mulheres alvos fáceis (MELO, 2016).

Brasil e Colômbia: dados sobre o Tráfico de Mulheres: 2014-2016

A partir de dados do UNODC (Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes) pode-se observar um aumento nos anos de 2014 a 2016 no número de casos de tráfico para fins de exploração sexual. Apesar disso, os países tiveram queda no número de detidos e condenados por prática ao crime de tráfico humano no mesmo período. No Brasil, o número de pessoas que entraram em contato com a polícia por suspeita do crime caiu de 110 a 63 pessoas e na Colômbia o número de capturas foi de 47 para 42 suspeitos. Ambos os países atualmente reconhecem em suas legislações todos os tipos de tráficos indicados no protocolo sobre tráfico de pessoas da ONU (SOUTH, 2018).

O Brasil e a Colômbia possuem, em porcentagem de vítimas do tráfico, em torno de 80% e 90% de mulheres respectivamente, levando a maior concentração de casos no âmbito de exploração sexual. De acordo com a ONG *Counter-Trafficking Data Collaborative*, as porcentagens de casos para esse fim correspondem a mais de 55% no caso brasileiro e 78% no caso colombiano. Ao comparar com outros países das Américas, pode-se constatar que ambos estão entre os principais países que possuem mais casos desse tipo específico de tráfico; as vítimas nacionais tendem a ser transferidas para países da Europa, China e EUA. Enquanto no país colombiano o fluxo interno é dado por colombianas com 73% dos casos para

exploração sexual, no Brasil o fluxo interno consiste em vítimas do Paraguai e Venezuela (CTDC, 2018).

No Brasil, o número de vítimas aumentou de 44 a 75 vítimas nos anos de 2014 a 2016, no qual correspondia a 26 mulheres adultas e 18 crianças do sexo feminino, e 33 adultas e 42 crianças no ano de 2016. Ao pesquisar sobre Colômbia, pode-se perceber a insuficiência de dados por parte do UNODC⁵. O país teve como aumento nos anos de 2014-2016 de 48 a 65 vítimas, no qual correspondia a 39 mulheres e 9 meninas, aumentando para 63 adultas e 2 crianças no ano de 2016. Deve-se levar em consideração que esses números se referem a casos reconhecidos pela polícia e governo federal. Apesar de haver captação de dados de forma confiável pelo UNODC, não há correspondência real aos números de vítimas, devido ao fato de que para se fazer parte da estatística do tráfico é necessário o reconhecimento das vítimas e do crime em questão (SOUTH, 2018).

Novas políticas de prevenção e auxílios internacionais - pós 2016

O relatório anual norte americano *Trafficking in Persons Report* fornece, de forma abrangente, informações sobre as políticas e deficiências nacionais no combate ao tráfico humano para governos, instituições não governamentais e organizações internacionais. *Tier* é uma avaliação dos países baseadas no ato de Proteção às Vítimas do Tráfico de 2000. *Tier 1* são os que cumprem os padrões mínimos e *Tier 2* são os países que não cumprem totalmente os padrões exigidos, mas estão engajados em combate ao tráfico. De acordo com o relatório de 2019, Brasil e Colômbia corresponderam ao *Tier 2* e *1* respectivamente, evidenciando algumas recomendações. No caso brasileiro, algumas são: promoção de assistência e abrigo para as vítimas, processar e condenar traficantes e treinar funcionários públicos sobre indicadores de tráfico e identificação proativa das vítimas. Na Colômbia, sendo evidenciado o alto nível de tráfico para fins de exploração sexual, a mais importante recomendação é aumentar os esforços para combate do tráfico sexual de crianças no setor de turismo (UNITED STATES OF AMERICA, 2019).

5 A Organização responsável oferece apenas dados de 2016-2017 sobre o caso no país, mesmo evidenciando a data de 2014. Para encontrar dados dos anos de 2014 foi necessário pesquisar em um artigo relacionado à coleta de dados do ano de 2016, mesmo assim de forma superficial. (SOUTH, 2016)

Em julho de 2016, o governo colombiano passou a investir em estratégias nacionais no combate ao tráfico de pessoas se estendendo até 2018, por meio do decreto⁶. Esse projeto objetivou o combate a partir de processos informacionais de treinamentos, proteção e amparo, cooperação internacional, promoção de métodos de pesquisa e estudo relacionando as causas e, por fim, a análises regionais e suas consequências a fim de promover o desenvolvimento de políticas públicas cada vez mais decisivas. As autoridades nacionais promoveram atividades de conscientização do tráfico de pessoas, através de campanhas educativas e os perigos das fraudes de emprego internacional e até mesmo nacional. Sendo reconhecido pela ONU no combate ao tráfico de pessoas em 2018 devido aos esforços do país, principalmente no combate ao tráfico de mulheres após a descoberta de um bordel em Bogotá com mais de 50 vítimas (COLÔMBIA, 2016).

Desde a Convenção de Palermo, o Brasil reconhecia o tráfico de pessoas exclusivamente como tráfico para fins de exploração sexual e a partir de 2016 houve a implementação da lei nº 13.344/2016 reconhecendo outros modelos. O país, a partir de então, passou a focar no combate ampliado ao tráfico e com isso passou a dispersar do foco sobre a segurança da mulher. Em contrapartida, houve a incorporação prevista pelo Protocolo de Palermo da necessidade de cooperação de órgãos e entes governamentais e não governamentais no combate ao tráfico. Fortificou-se redes de enfrentamento ao crime, incluindo o governo e organizações da sociedade civil⁷, incentivos à cooperação entre países que por sua vez influenciará acordo de Brasil e Colômbia e estimulou o aumento de pesquisas e divulgação sobre o tema para conscientizar a sociedade (RASIA, 2019).

Em 2018 foi publicado o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP) com o objetivo de 58 metas para o combate ao tráfico de pessoas. Tais metas serão implementadas em seis eixos temáticos, são eles: gestão pública (atuação conjunta Estados e Municípios), fortalecimento da cooperação de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e organismos internacionais,

6 Acesso em: http://www.mininterior.gov.co/sites/default/files/noticias/doc-20160630-wa0010_1.pdf

7 Um exemplo é a Rede de Enfrentamento de Violência Contra a Mulher que foi criada para resolver questões diversas da violência contra a mulher, incrementando também questões de Tráfico para Exploração Sexual desde 2011 e ganhou força nos últimos anos junto ao UNODC no Brasil.

responsabilização, capacitação de profissionais e organizações envolvidas com o enfrentamento ao tráfico de pessoas, assistência às vítimas e conscientização pública. É necessário a avaliação de que com a implementação da lei citada acima, o III PNETH passou a ser mais abrangente e não especifica o Tráfico de Mulheres para fins de exploração sexual (BRASIL, 2018).

No que tange ao auxílio internacional, pode ser citado a iniciativa da Glo.Act⁸, que passou a desenvolver ações no Brasil e Colômbia em 2017, tornando-os os únicos países da América do Sul a fazerem parte deste movimento. Seu objetivo central é a promoção de desenvolvimento de políticas públicas, assistência legislativa, a capacitação de agentes, cooperação regional e a proteção e assistência às vítimas e de crianças vítimas do tráfico. A Glo.Act no Brasil têm financiado eventos desde 2018 e auxiliado em organizações no combate ao tráfico internacional de mulheres. Na Colômbia, o projeto possui papel ativo no acordo da região tri-fronteiriça amazônica Brasil, Peru e Colômbia contra a exploração sexual (GLO.ACT, 2018).

Em 2018, com a colaboração do Glo.Act, um pacto internacional para o combate ao tráfico de pessoas e à exploração sexual foi firmado entre Brasil, Colômbia e Peru. A região da tríplice-fronteira, por ser a maior rota de tráfico de mulheres, foi a escolhida para desenvolvimento de um projeto para enfrentar os desafios relacionados à prevenção, assistência a vítimas e repressão da exploração sexual e do tráfico de crianças e adolescentes. Há o enfoque na proteção de mulheres e crianças indígenas, que devido a localidade, são mais propensas a se tornarem vítimas do tráfico nos três países. Neste ano, foi realizado uma segunda reunião para reiterar o compromisso e aprimorar as atuações conjuntas. Esse plano, de acordo com pesquisas realizadas, foi o que mais deu enfoque ao tráfico para fins de exploração sexual (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018).

Análise

A análise sobre o tráfico de mulheres e o impacto do feminismo nas reivindicações por mudanças nas políticas domésticas e internacionais é possível de ser realizada de forma esclarecedora à luz da teoria feminista marxista. Levando em consideração que o

8 Ação Global de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas e Tráfico Ilícito de Migrantes, período determinado de 2015 a 2019 em países estratégicos no combate ao crime. Mais sobre em: <https://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/glo-act/countries.html>

tráfico humano é a terceira maior atividade lucrativa ilícita, e sendo majoritariamente de vítimas mulheres para fins de exploração sexual, a abordagem do sistema capitalista como seu propulsor explica um dos motivos pelo qual, em pleno século XXI, ainda é praticado. Além disso, uma outra explicação se relaciona à ordem patriarcal que se estabeleceu ao longo da história que influencia tanto no tráfico, quanto na impunidade do mesmo (ARRUZZA, 2019).

No que tange aos movimentos e seus impactos, é possível de se compreender pela teoria da estruturação (GIDDENS, 2003), que avalia que as estruturas sociais podem ser modificadas pelas ações dos indivíduos. No caso em questão, a união de mulheres contrárias a ordem sexista e machista é de suma importância nas reivindicações por justiça, igualdade e não violência. Tais mulheres, referidas como ativistas, formam grupos de apoio e organizações na busca por impacto político na luta contra o tráfico de mulheres. Com diversas críticas às ordens estruturais no Brasil e Colômbia e ao nível internacional que auxilia no tráfico, o feminismo impacta do nível cívico ao político dos países.

A ineficiência estatal e a cultura como propulsora do tráfico

Partindo de uma concepção crítica de segurança, no que tange aos países latino-americanos, pode-se observar a ineficiência estatal em relação a prevenção e punição pelo tráfico de mulheres. No Brasil, os problemas socioeconômicos são grandes fatores para a vulnerabilidade da mulher em relação ao tráfico para fins de exploração sexual. O país possui muitos contrastes sociais e muitas vezes há carência de atenção do governo para aqueles que mais necessitam. O Estado também é um grande facilitador do tráfico, no qual têm participação ávida devido aos baixos custos de operação, redes de comunicação e a facilidade de adentrar em outros países sem necessidade de vistos (MELO, 2016).

Na Colômbia, um outro fator que auxilia é o narcotráfico, que não só ameaça a segurança da mulher como também a segurança política do Estado, diminuindo ainda mais a eficiência de medidas de combate ao tráfico para fins de exploração sexual. A questão de corrupção nos dois países também corresponde ao motivo dessa atuação na região. A corrupção é utilizada pelo crime organizado como estratégia: agentes públicos podem ser peça chave na impunidade dos traficantes, sendo possível reconhecer a falha no que tan-

ge à Segurança Econômica, pois as vítimas só são mais vulneráveis ao tráfico devido à desigualdade que são submetidas economicamente. Também há falha de Segurança Pessoal, tanto com o grande impacto do narcotráfico no crime, como também na violência contra a mulher (MELO, 2016).

Tendo em vista as falhas e brechas dadas por Brasil e Colômbia, deve-se avaliar os problemas que são gerados devido ao crime em questão. As organizações criminosas, uma vez estabelecidas nos países, podem expandir áreas de atuação associando-se às organizações de tráfico de drogas e armas. O dinheiro que é gerado em tais atividades é suficiente para atrair instituições financeiras locais que realizam lavagem de dinheiro, desestimulando investimentos nesses países e contribuindo para a desestabilização econômica. Com a corrupção por agentes públicos, a partir de uma análise crítica, podemos avaliar que o Estado pode ser uma ameaça às vítimas pois podem contribuir com o crime. Além disso, os trabalhos da indústria ilegal do sexo podem gerar também conflitos entre traficantes e chefes que controlam esse tipo de tráfico, contribuindo para o aumento de violência (OIT, 2005).

O tráfico para fins de exploração sexual também pode ser relacionado às questões culturais das regiões estudadas. Primeiramente deve ser definido o que é cultura para assim haver a compreensão do seu impacto nas ações e decisões da sociedade. Segundo Edward Tylor, abordado no livro *Evolucionismo Cultural* (CASTRO, 2005), uma cultura é todo complexo que aborda crenças, leis, normas, conhecimento, arte, moral, costumes ou qualquer hábito adquirido pelo homem dentro de uma sociedade. A cultura define ações sociais, assim como é definida por elas e com isso podemos relacioná-la às concepções sexistas objetificação da mulher. (GIDDENS, 2003).

A partir do momento que a sociedade reitera ações de cunho sexistas, essas ações se tornam rotina nas culturas, fazendo com que se tornem instituições de violência e exploração. A advogada Tamara Amoroso Gonçalves, co-coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), explica a relação entre o social e concepções culturais pré-estabelecidas para tal ato ilícito:

[...] aqueles que traficam impõem toda a força de uma cultura ainda machista e patriarcal, que organiza a sexualidade a partir de um eixo violento e em que as mulheres existem para servir aos desejos

dos homens. Para além de toda a situação concreta de violação de direitos que essas vítimas experienciam, elas ainda são destituídas de sua possibilidade de desejar. Elas não têm vontades ou desejos, mas são apenas, literalmente, objetos de desejo. Esse processo, simbólico ou real, nas culturas estruturadas a partir de um paradigma machista, desloca as mulheres da categoria seres humanos para a de objetos. (GONÇALVES, 2013, p. 254)

Esse comércio de mulheres é fortemente influenciado pelas concepções patriarcais culturais. Para Leal e Leal (p. 4, 2005), as relações culturais abordam “valores patriarcais/ machistas, de classe, de gênero/etnia e adultocêntrico, que inserem mulheres, crianças e adolescentes em relações desiguais de poder”. A cultura latino-americana foi fortemente influenciada ao longo dos séculos pelos países colonizadores e até hoje os hábitos permanecem fortemente enraizados na objetificação sexual da mulher. Ao avaliar dados internacionais percebe-se que não apenas os países possuem influência culturais do exterior, como também as vítimas do tráfico no Brasil e Colômbia, em sua maioria, são levadas para países da Europa e América do Norte. Essa relação cultural também auxilia na marginalização do tráfico de mulheres, sendo um dos motivos por ainda ser um crime tão recorrente (MERCOSUL, 2012).

Atuação dos movimentos feministas pós 2016 e tentativa de quebra estrutural

A teoria feminista marxista aborda, além da relação desigual entre homens e mulheres, a desigualdade entre mulheres no que tange à economia e à raça. As organizações de proteção à mulher incorporaram essa visão para promover atuação específica no combate a violência de gênero. Devido à falta de estrutura e empregos nas regiões, essas mulheres - em suma negras e pardas - ficam expostas à um perigo iminente, podendo potencialmente torná-las vítimas de grupos voltados ao tráfico humano. A partir dessa concepção, as ONG's atuantes no Brasil e Colômbia passam a exercer suas atividades focando em áreas periféricas e em mulheres propensas a serem vítimas do tráfico, visando sua segurança (ARRUZZA, 2019).

No Estado brasileiro, o movimento formado pelas ONG's tem uma atuação genérica ao que se refere ao tráfico de mulheres, pois desconsideram as divisões de classes enraizadas na sociedade. A atuação, tem como característica principal, o fato de que todas

as mulheres são vulneráveis ao tráfico humano na mesma intensidade, sendo que todas as mulheres são sensíveis ao tráfico, mas as marginalizadas se encontram em uma situação de maior insegurança. Ambas organizações que serão apresentadas, impactam a sociedade civil, mas não contribuem para mudanças nas políticas do Estado brasileiro (GONÇALVES, 2013).

A Associação Mulheres pela Paz é uma ONG feminista que foi fundada no Brasil em 2008, por Clara Charf, ativista pela igualdade de gênero, e tem como objetivo difundir a ideal de paz e consolidar a importância da segurança humana, buscando equidade de direitos e visibilidade para mulheres. Dentre as pautas de segurança da associação, está o tráfico de mulheres. A ONG utiliza como método de enfrentamento alicerçado as ideias feministas, questões como investimento em educação, valorização do trabalho ou ação de caráter feminino (VIEIRA, 2014). Outra ONG com caráter feminista que exerce uma função importante no âmbito da discussão do tráfico de mulheres é a Serviço à Mulher Marginalizada, que tem como articuladora a pioneira na discussão da questão no país a jornalista Priscila Siqueira, que possui foco exclusivo no tráfico de mulheres e crianças e utiliza como palco para difusão de ideias, a ONU (MIRAMONTES, 2010).

Na Colômbia, a ONG *Espacio de Mujer* dá importância ao processo de tráfico de pessoas, mas foca nos cuidados, principalmente, de vítimas mulheres em um contexto de marginalização e de submissão às práticas de prostituição, além de atender a vítimas migrantes (ESPACIO DE MUJERES, 2018). Outra Organização é o GAATW que tem exclusividade em relação a atendimentos às vítimas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Ambas focam em empoderar vítimas, a partir do acesso aos elementos conceituais e reconhecimento como sujeitos dotados de direitos, transformando em um mecanismo de autocuidado que implica em mudanças tanto no âmbito pessoal quanto no social. Há também a criação de ciclos de planejamento adotados que envolvem a crítica a estrutura do tráfico e o vínculo dessa ação as estruturas de gênero, ao processo migratório e à mão-de-obra exploratória. (GAATW, 2013).

No entanto, apesar de a segurança das mulheres ser o objetivo central para essas ONG's, ao promover assistência e propor políticas públicas aos governos, elas não conseguem ter impacto suficiente para modificar ações estatais. Mesmo que mulheres integrem

as ONGs e passem a reivindicar mudanças na estrutura cultural e política, os valores patriarcais arraigados se sobrepõem por muitas das vezes. Essas organizações e movimentos feministas buscam mudanças estruturais no sistema o qual são inseridas, porém não possuem real impacto devido à cultura e ordem capitalista pré-estabelecidas que propulsiona o tráfico.

Após analisarmos as reivindicações feministas dos países latino-americanos Brasil e Colômbia, fica evidente que o objetivo central dessas articulações se caracteriza por buscar mudanças estruturais no sistema o qual se inserem. Dessa forma, se relaciona diretamente com a teoria da estruturação de Giddens (2003), pois acreditam na dualidade da estrutura em que os agentes possuem a possibilidade de modificar a estrutura sexista e exploratória. No entanto, tal modificação só é possível caso haja a valorização das ONGs e o reconhecimento das mulheres como formadoras de políticas. Assim, a monopolização do poder de caráter patriarcal e machista seria desconstruída e haveria uma possibilidade de equidade de gênero.

Críticas ao sistema e atuação governamental

É necessário evidenciar que o sistema capitalista possui papel fundamental na proliferação do tráfico, além de contribuir para a vulnerabilidade socioeconômica das vítimas também auxilia para a contínua atividade criminosa. Seguindo a linha marxista, que discute sobre a exploração do trabalhador em busca de maior lucratividade, podemos relacionar a ordem sistêmica que leva a exploração das mulheres para fins de exploração sexual. Com a ordem mundial em um viés capitalista, tal atividade torna-se difícil de ser barrada visto a alta rentabilidade que o crime proporciona aos criminosos e aos atores públicos corrompidos pelo sistema. A relação financeira que tal crime engloba é um excelente ponto para sua proliferação e aumento nos últimos anos (ARRUZZA, 2019).

Sendo o capitalismo um sistema explorador e incapacitante, as vítimas do tráfico encontram-se de maneira geral marginalizadas. Não são mulheres com graus elevados de escolaridade ou que possuem capital para que possam ascender socialmente, assim, elas são parte da exploração em massa que o sistema gera. Levando em consideração que o capitalismo se insere em uma dinâmica monopolista e patriarcal, o sistema não é democrático, logo, ocasiona uma

maior vulnerabilidade das vítimas tanto pelo gênero quanto pela classe social a qual estão inseridas. Os traficantes usufruem dessa característica exploratória e atuam em regiões com maiores índices de desigualdade pois compreendem que o Estado possui tendência de “esquecer” tais regiões por não realizarem políticas públicas de combate à desigualdade (ARRUZZA, 2019).

Uma grande problemática ligada ao tema é a falta de informações sobre as ONG's que tentam combater o tráfico e auxiliar as vítimas. Mesmo sendo implementada no Brasil a ação conjunta com ONG's, não foi possível encontrar quais especificamente atuaram e quais foram os meios de ação. Ao pesquisar sobre o tema, pode-se perceber a falta de estrutura que estas possuem em relação a informação de seu trabalho e como ele é feito. Outro tópico notado foi como mesmo atuando diretamente nas regiões, o trabalho feito pelas organizações não-governamentais não obteve força o suficiente para alarmar o Estado e promover mudanças em conjunto, tendo tais feitos advindo primordialmente da ONU. Estas ações podem ser vistas como uma negligência do Estado com as ONG's regionais, pois não utilizaram de seus conhecimentos locais e culturais nas mudanças reivindicadas para a população vítima. Com exceção das ONG's brasileiras que atuam de forma ampliada, não combatendo a problemática em seu enraizamento.

Como retratado ao longo do tópico “Brasil e Colômbia: dados sobre o tráfico de mulheres: 2014-2016”, os dados relacionados ao número de vítimas não correspondem à realidade, visto que os Estados não possuem bancos de dados específicos para esse tipo de tráfico. Além disso, é dada como justificativa a dificuldade de se detectar esse crime de exploração devido ao consentimento de prostituição como profissão, não havendo uma margem mais realista do número de vítimas. Também pode-se observar que as políticas pós 2016 em ambos os países foram abordadas de forma a tratar o tráfico de mulheres como Tráfico Humano, principalmente no Brasil. Isso pode ser explicado pela concepção patriarcal no qual, por a maioria dos políticos serem homens, tudo que se relaciona ao direito das mulheres passam a ser tratados à luz dos direitos humanos. Exemplo dado é no Brasil no qual a partir de 2019, o Ministério da Mulher foi extinto transformando-se em Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2018).

Por fim, por não ser um crime de grande repercussão como é o homicídio, no Brasil e na Colômbia os governos não efetuam es-

forços específico na prevenção e sim na repressão ao tráfico. Os governos reconhecem a posição racial, econômica e social das vítimas, mas por não utilizarem o conhecimento das ONG's de combate a violência às mulheres, acabam por não elaborar políticas de desenvolvimento econômico e cultural nas regiões de atuação do tráfico. Isso se dá principalmente pelo fato de que as regiões que possuem maiores índices de vítimas, são regiões marginalizadas, nas quais a estrutura excludente estatal tende a ocultar os problemas relacionados às que mais sofrem com o tráfico de mulheres. Sendo assim, além do sistema capitalista e machista, outro impasse ao combate é a regionalização na qual ocorre tal crime.

Conclusão

Ao produzir o presente artigo, pode-se chegar à conclusão de que a hipótese anteriormente citada foi refutada. Apesar de haver um maior impacto social das Organizações Não-Governamentais em relação ao tráfico de mulheres, elas não influenciaram na alteração do cenário internacional de ambos os países. Contribuem para ações no nível doméstico de auxílio às vítimas, porém os Estados não utilizam de suas *expertises* para a formação de programas e políticas de combate ao tráfico de mulheres. As mudanças a partir de 2016 vieram pelo auxílio internacional do UNODC e parcerias, que realizam um amplo programa de combate ao Tráfico Humano. Buscam, internacionalmente, combater problemas que possuem raízes no nível doméstico.

Apesar de as ONGs e movimentos feministas não possuírem impactos diretos nas políticas estatais, é importante ressaltar sua influência ao demonstrar a desigualdade de gênero e econômica existente nas regiões. Os movimentos feministas também denunciam como a estrutura social brasileira e colombiana sujeitam suas populações ao machismo e a uma organização sistêmica internacional capitalista, contribuindo para a ascensão de um novo pensamento social. A grande problemática é que mesmo as ONGs tendo amplo conhecimento sobre as regiões do tráfico de mulheres, os países buscam majoritariamente auxílio de Organizações Internacionais que atuam de forma mais ampla. No momento em que as leis forem fortificadas e o Estado reconhecer o importante papel de suas organizações regionais, a luta pelos direitos das mulheres será reconhecido como uma solução para a problemática do tráfico.

Referências

ARRUZZA, Cinzia *et al.* **Feminism for The 99%: A Manifesto**. London: Verso, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.440/2018**. Aprova o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/promocao-e-defesa/decreto-no-9-440-2018-aprova-o-iii-plano-nacional-de-enfrentamento-ao-trafico-de-pessoas/view>. Acesso em: 17 out. 2019.

CASTRO, Celso (org.). **Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer, Apresentação e Revisão**. Tradução: Maria Lúcia Oliveira. Belo Horizonte: Jorge Zahar Editor, 2005.

COLOMBIA. Colombia pone en marcha Estrategia Nacional para luchar contra la Trata de Personas. **Ministerio del Interior**, Bogotá, 5 jul. 2016. Disponível em: <https://www.mininterior.gov.co/sala-de-prensa/noticias/colombia-pone-en-marcha-estrategia-nacional-para-luchar-contra-la-trata-de-personas>. Acesso em: 20 out. 2019.

CTDC. **Victims from the Americas**. International Organization for Migration, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://www.ctdatacollaborative.org/story/victims-americas>. Acesso em: 9 out. 2019.

VIEIRA, Vera; CHARE, Clara. (coord.). **Percepção da Sociedade sobre o Tráfico de Mulheres**. São Paulo: Associação Mulheres pela Paz. Disponível em: https://assets-dossies-igp-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/06/DATAFO-LHA_pesqTráficoMulheres2016.pdf. Acesso em: 18 set. 2019.

ESPACIOS DE MUJER (Colômbia). **III Balance de la implementación de las políticas anti-trata en Colombia**. Medellín: Espacios de Mujer, 2018. ONG. Disponível em: http://www.espaciosdemujer.org/wp-content/uploads/Balance_EDM_2018oct.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

GAATW (Colômbia). **Corporación Espacios de Mujer: Conocer, saber... transformar!**: Entrevista a la Corporación Espacios de Mujer de Medellín. Medellín: Betty Pedraza Lozano, 18 abr. 2013. ONG. Disponível em: <https://www.gaatw.org/members/featured-members-of-the-forthnight/166-spanish/entrevista-con-los-miembros/722-corporacion-espacios-de-mujer-conocer-saber-transformar>. Acesso em: 30 out. 2019.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. Tradução: Álvaro Cabral. 2. ed. atual. São Paulo: Martin Fontes, 2003.

GLOACT. **Ação Global de Prevenir e Combater ao Tráfico de Pessoas e Tráfico Ilícito de Migrantes (2015 a 2019)**, 2018. Plano Geral. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2016/glo.act/GloACT_ProjectSummary_PT_2016.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.

GONÇALVES, Tamara A. **Tráfico de Meninas e Mulheres para fins de exploração sexual: uma problemática que extrapola divisas nacionais**. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. Tráfico de pessoas: uma abordagem para os direitos humanos. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

IMDH (Brasil). **Tráfico de Pessoas: Como é Feito no Brasil e no Mundo?**. [S. l.]: Imdh-site, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/trafico-de-pessoas/trafico-de-pessoas-como-e-feito-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 11 out. 2019.

LADEIRA, Ansyse Cynara Teixeira. **Tráfico Internacional De Mulheres: Seu Enfrentamento no Âmbito Nacional e Internacional**. [s. l.]: DeVry Brasil, 2016.

LEAL, Maria Lúcia P.; LEAL, Maria Fátima P. **Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual: Um Fenômeno Transnacional**. Socius Working Papers, Lisboa, v. 4, 2005.

MELO, Daniella da Silva. **As políticas de combate ao tráfico humano na América latina: caso Brasil e Colômbia**. [S. l.]: USP, [2016]. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/DANIELLA-DE-MELO_SP24-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf. Acesso em: 8 set. 2019.

MERCOSUL. Diana González Perrett; e Andrea Tuana Näge. **Guia MERCOSUL de Atenção a Mulheres em Situação de Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual**. [S. l.]: MERCOSUL, 2012. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/GLO-ACT/BR_Guia_MERCOSUL_Trafico_Mulheres_PORT_Completo_para_IMPRESSAO.pdf. Acesso em: 7 set. 2019

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Secretária Nacional de Justiça (org.). **Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: Relatório do Plano Nacional**. Brasília: [s. n.], 2010. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-relatorios/etprelatorioplanonacional.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (Colômbia). Procuradoria da República no Amazonas. **MPF assina pacto internacional para combate ao tráfico de pessoas e à exploração sexual na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru**. Amazonas, 17 dez. 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-impressao/noticias-am/mpf-assina-pacto-internacional-para-combate-ao-trafico-de-pessoas-e-a-exploracao-sexual-na-triplice-fronteira-brasil-colombia-peru>. Acesso em: 20 out. 2019

MIRAMONTES, Andrea. **Mulheres Como Mercadoria: Entrevista com Priscila Siqueira**. In: Folha Universal. São Paulo, 20 fev. 2010. Disponível em: <https://feminismo.org.br/mulheres-como-mercadoria-entrevista-com-priscila-siqueira/660/>. Acesso em: 30 out. 2019.

OLIVEIRA, Maria Caroline Lourenço de. **O Tráfico Internacional de Mulheres para fins de exploração sexual na Tríplice Fronteira: Brasil, Argentina e Paraguai**. 2016. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

ONU (org.). **Número de casos de tráfico de pessoas atinge recorde em 13 anos**. Nações Unidas Brasil, 1 fev. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/numero-de-casos-de-trafico-de-pessoas-atinge-recorde-em-13-anos-indica-relatorio/>. Acesso em: 11 out. 2019.

OIT ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (Brasília). Secretaria Internacional do Trabalho. **Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual**. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/Trafico_de_Pessoas/trafico_div/trafico%20de%20pessoas%20para%20fins%20de%20exploracao%20sexual.pdf. Acesso em: 7 set. 2019.

RASIA, Hanneli Aresi. **Políticas Públicas de Combate ao Tráfico de Pessoas no Brasil**: Um Estudo de Dados à Luz dos Dispositivos Normativos e do Protocolo de Palermo. Dissertação (Bacharel em Direito/ Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de UniCeub, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13365/1/21485506.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

REZENDE, Maria José de. **Os Relatórios do Desenvolvimento Humano e a insegurança humana**: proveniente da crise da água e mudanças climáticas. Polis, Londrina, v. 46, p 1-20, jun. 2017.

SOUTH America, **Data and Analysis**: Human Traffic. [s.l.]: UNODC, 2018. National Office against Organized Crime and Terrorist Financing. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2018/GLO-TIP_2018_SOUTH_AMERICA.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

SOUTH America, **Data and Analysis**: Human Traffic. [s.l.]: UNODC, 2016. National Office against Organized Crime and Terrorist Financing. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Glotip16_Country_profile_South_America.pdf. Acesso em: 14 out. 2019.

SYLVESTER, Christine. **Feminist International Relations**: Unfinished Journey. 2. ed. atual. Inglaterra: Cambridge University Press, 2004.

UNODC (org.). **Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes**: Nações Unidas Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html/>. Acesso em: 11 out. 2019.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State. **Trafficking in Persons Report**. June 2019. Disponível em: <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/06/2019-Trafficking-in-Persons-Report.pdf>. Acesso em 19 de out de 2019.

VIEIRA, Vera. **De que Paz Falamos?** São Paulo: Associação Mulheres Pela Paz, 2014. Disponível em: <http://www.mulherespaz.org.br/de-que-paz-falamos/>. Acesso em: 30 out. 2019.

Recebido em: 29/11/2019

Aprovado em: 02/03/2020

O compartilhamento de ideias no processo de independência do México e da Guatemala e seus efeitos na autonomia dos povos indígenas

The sharing of ideas in the independence process of Mexico and Guatemala and their effects on the autonomy of indigenous peoples

El intercambio de ideas en el proceso de independencia de México y Guatemala y sus efectos en la autonomía de los pueblos indígenas

Jardel Henrique de Faria Almeida*

Resumo

Este artigo analisa o compartilhamento de ideias e valores entre o México e a Guatemala no período independentista, para perceber seus efeitos sobre a autonomia dos povos indígenas. Tem-se como pressupostos teóricos o Construtivismo Estrutural de Wendt e o modelo teórico de Ribeiro no que toca os “Povos-testemunho”. As regiões estudadas são etnicamente diversas, e os diferentes estamentos da sociedade colonial reagiram de forma diferente ao domínio espanhol. O grande fluxo de ideias e valores compartilhados entre as elites coloniais estavam embebidos no etnocentrismo e foram incrementadas pelo resultado das revoluções indígenas, o que acarretou a potencialização do imaginário negativo sobre os povos originários. Estes fatores refletiram nas constituições que surgiram nos Estados, e ainda hoje eles enfrentam problemas quanto a integração destes povos na vida nacional.

Palavras chaves: México. Guatemala. Povos indígenas. Independência. Autonomia.

Abstract

This article analyzes the sharing of ideas and values between Mexico and Guatemala during the independence period, in order to understand their effects on the autonomy of indigenous peoples. The theoretical assumptions are Wendt's Structural Constructivism and Ribeiro's theoretical model in what concerns the “Peoples-testimony”. The regions studied are ethnically diverse, and the different groups of colonial society reacted differently to Spanish rule. The great flow of ideas and values shared among the colonial elites were embedded in ethnocentrism and were increased by the result of the indigenous revolutions, which led to the potentialization of the negative imaginary about the original peoples. These factors were reflected in the constitutions that emerged in the States, and even

* Graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: jardelhalmeida@gmail.com

today they face problems regarding the integration of these peoples in national life.

Keywords: Mexico. Guatemala. Indigenous peoples. Independence. Autonomy.

Resumen

Este artículo analiza el intercambio de ideas y valores entre México y Guatemala durante el período de independencia, con el fin de comprender sus efectos sobre la autonomía de los pueblos indígenas. Los supuestos teóricos son el Constructivismo Estructural de Wendt y el modelo teórico de Ribeiro en lo que concierne al “Pueblos Testimonio”. Las regiones estudiadas son étnicamente diversas y

los diferentes estratos de la sociedad colonial reaccionaron de manera diferente al dominio español. El gran flujo de ideas y valores compartidos entre las élites coloniales se incrustó en el etnocentrismo y se vio incrementado por el resultado de las revoluciones indígenas, que llevaron a la potencialización del imaginario negativo sobre los pueblos originarios. Estos factores se vieron reflejados en las constituciones que surgieron en los Estados, y aún hoy enfrentan problemas en cuanto a la integración de estos pueblos en la vida nacional.

Palabras clave: México. Guatemala. Pueblos Indígenas. Independencia. Autonomía

Introdução

O propósito desse trabalho é a averiguar o compartilhamento de ideias e valores no processo de independência e na constituição dos Estados da região da Mesoamérica, tendo como foco o México e a Guatemala. Com a análise dessas ideias, entenderemos o seu impacto na autonomia e marginalização dos povos indígenas. Este trabalho é orientado pelo Construtivismo Estrutural de Wendt (1999), a partir do qual é possível demonstrar que a construção de uma determinada realidade, ou mesmo a criação de preconceitos, se dão através de ideias e o compartilhamento destas na formação de identidades. Também será analisado a teoria de Darcy Ribeiro (1975) no tocante as configurações histórico-culturais dos povos americanos, em particular os “Povos-Testemunho”, que seriam aqueles povos que após a colonização europeia se encontraram divididos entre suas etnias e não conseguiram ser bem-sucedidos na integração igualitária destas aos Estados que surgiram.

Os Estados destacados se conectavam por pontos comuns na história, pelas características similares, e pelas influências que receberam, isso nos leva a pergunta de partida deste trabalho: de que forma o compartilhamento de ideias e valores no período de independência, e posteriormente na formação dos Estados Nacionais, entre México e Guatemala, afetou a autonomia dos povos indígenas nos países em questão?

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar o subtrato de ideias comuns entre os países citados no período indepen-

dentista, para verificar fatores que apontam para uma marginalização e discriminação dos povos indígenas, que por sua vez teria afetado a autonomia destes.

Desse modo, ao fazer esse estudo, será possível entender o real impacto efetuado pelos ideais presentes no ponto de origem desses Estados, na autonomia dos ameríndios dessa região. Por meio desse trabalho pretende-se verificar não só se esses valores e ideais reafirmaram a discriminação, mas também se eles agiram contribuindo para a perpetuação desse estigma sobre os índios, haja visto que atualmente o processo de aprovação de direitos desses povos ainda passam por inúmeras dificuldades.

Os Povos-Testemunho

O pensamento político da América Hispânica foi influenciado tanto por questões internas quanto por questões externas a região, fato é que no fim do século XVIII já existia uma intensa preocupação nacionalista. Esses fortes ideais, quando transferidos a América Latina, impulsionaram os discursos separatistas das metrópoles, conduzindo também a produção das constituições dos Estados Nacionais. No entanto, estes não produziram a igualdade de direitos e liberdades tão presentes no ideal europeu. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), sobre a os povos indígenas no contexto latino americano:

As declarações de independência das repúblicas do continente referiam-se à igualdade de direitos de todos os habitantes, mas não trouxeram uma melhoria na situação dos povos indígenas; em alguns casos, a presença e a existência dos direitos dos povos indígenas foram reconhecidas de jure, mas seu reconhecimento de fato foi negado. Todas as lutas pela independência foram marcadas por esforços para estabelecer a igualdade de direitos e pôr fim à discriminação (UNITED NATIONS, 2007, tradução nossa)².

Para compreender melhor os países a se trabalhar, é importante fazer uso da teoria de Darcy Ribeiro. Ribeiro propõe que “nada no mundo ficou imune às forças transformadoras desencadeadas

2. The declarations of independence of the continent's republics referred to the equality of rights of all inhabitants but did not bring about an improvement in the situation of indigenous peoples; in some cases the presence, existence and rights of indigenous people were recognized de jure but their de facto recognition was denied. All the independence struggles were marked by the efforts to establish equality of rights and put an end to discrimination.

pela expansão europeia” (1975, p. 15). Os processos civilizatórios estão presentes nas bases e contribuíram com a reordenação da natureza cuja mudança ocorreu em todas as esferas, e daí surgiu também, as grandes transfigurações dos povos que ocorreram nos últimos séculos. A partir desse entendimento, Ribeiro desenvolve categorias de classificação para esses povos, sendo elas: Povos-Testemunho, Povos-Novos, Povos-Transplantados e os Povos-Emergentes (RIBEIRO, 1975).

Os Povos-Testemunho latinos americanos, onde se encontram os dois países que serão analisados, são aqueles que representam as velhas e fortes civilizações autônomas sobre as quais se abateu a colonização europeia. Eles contavam originalmente com enormes riquezas e alto nível de civilização, e então sofreram as consequências da expansão da Europa que os marcaram profundamente. Atualmente são resultantes dessa mistura étnica, e abarcaram sua constituição híbrida e historicidade na construção de sociedades nacionais modernas. São representantes dos Povos-Testemunho nas Américas aqueles que se encontram na Mesoamérica e no Altiplano Andino: México, Guatemala, Bolívia, Peru e Equador (RIBEIRO, 1975). Segundo Darcy Ribeiro (1975):

Os que foram diretamente colonizados, uma vez reintegrados na independência, não voltaram a ser o que eram antes, porque se haviam transfigurado profundamente, não só pela conjugação das tradições com as europeias, mas pelo esforço de adaptação às condições que tiveram de enfrentar como integrantes subalternos de sistemas econômicos de âmbito mundial e, também, pelos impactos diretos e reflexos que sofreram da revolução mercantil e da industrial (RIBEIRO, 1975, p. 18).

Tais Estados possuem semelhanças que os equiparam em alguns aspectos, seja pela colonização ou pela formação étnica, se mostrou instigante analisar dois deles sob a ótica proposta pelo trabalho. Em meio aos Estados analisados podemos encontrar sobreviventes dos Astecas, no México, e dos Maias, na Guatemala.

Os povos e regiões analisados contavam originalmente com enormes riquezas, tais quais poderiam contribuir com a inserção na economia mundial atual. No entanto, essas riquezas foram saqueadas pelos europeus, sendo que muitas delas foram completamente extintas, o que prejudicou profundamente as bases estruturais desses povos que acabaram por ser espoliados da história (RIBEIRO, 1975). Toda a subjugação produziu “profundas deformações”,

como dito por Darcy Ribeiro (1975), que além de debilitar os povos, empobreceram toda a sua vida cultural.

Como nações, ambos – México e Guatemala – são desafiados pela integração dentro de si mesmos das duas tradições culturais das quais se tornaram herdeiros. Primeiramente temos a famosa contribuição europeia, através de toda a tecnologia, língua e crenças, que acabou por redefinir grande parte dos padrões e tradições mundiais. Em segundo, dentro dos Povos-Testemunho, temos toda uma tradição cultural originária dos povos nativos das Américas que foi drasticamente reduzida (RIBEIRO, 1975), sobre ela:

Seu antigo acervo cultural (...) preservou costumes, formas de organização social, corpos de crenças e de valores profundamente arraigados em vastas camadas da população, além de um patrimônio de saber vulgar e de estilos artísticos peculiares que encontram, agora, oportunidade de re florescer como instrumentos de autoafirmação nacional (RIBEIRO, 1975, p. 19).

Os Estados objeto de estudo desse trabalho, continuam sendo atraídos pelas duas tradições culturais, porém se mostram, até então, incapazes de fundi-las de uma forma que venha a representar toda a população. Na impossibilidade de compreensão de ambos os lados, sobretudo pela sobreposição dos desejos dos povos nativos pelos interesses da elite dominante, um estamento dominante europeizado impera, e encontra do outro lado, massas marginalizadas que, mesmo havendo sido diminuídas, ainda representam uma parcela significativa da população (RIBEIRO, 1975).

Com a chegada dos espanhóis, as populações indígenas se viram abaladas pelas guerras, epidemias e diversos outros fatores³, e a partir daí começaram a entrar em colapso. Toda uma classe dirigente foi destituída por minorias forasteiras que de súbito se tornaram dominantes. Nessa inversão de papéis os índios vivenciaram a dizimação de grande parte de suas estruturas estatais, governamentais e espirituais (RIBEIRO, 1975).

O resultado da colonização sobre estes povos e dos Estados formados é o fator principal que nos leva a analisá-los, pois através

3. Existem diversas hipóteses sobre a sujeição tão rápida dos impérios americanos, entre elas podemos encontrar: superioridade bélica e estrategista dos espanhóis; divisões políticas no interior desses impérios que favoreceram a exploração pelos espanhóis; aspectos da mitologia dos povos mesoamericanos que favoreceram a identificação dos conquistadores com deuses; choque cultural que teria desfavorecido os índios por possuírem uma menor capacidade de lidar com a alteridade; doenças transmitidas pelos espanhóis, para as quais os nativos não tinham capacidade de resistência (BARROS, 2005).

da história esses povos se desenvolveram com um modo de vida congruente, que assume formas próprias. Ao longo dos anos, com o advento da colonização, muitos grupos indígenas transformaram toda sua vitalidade e organização em grupos “cujos membros nasciam e morriam, apenas vivendo para cumprir a sina que lhes era imposta” (RIBEIRO, 1975, p. 22). Com isso os índios continuavam a transmitir sua cultura, porém agora apenas com “retalhos da velha tradição”, e simultaneamente introjetavam uma grande parte do patrimônio cultural do colonizador, observando entrar na sua cultura vários padrões e modelos europeus que obtiveram grande poder de coação (RIBEIRO, 1975).

Segundo Ribeiro, na América Latina “se engajavam enormes contingentes humanos utilizados como combustível para operar o sistema produtivo colonial e para servir projetos alheios” (RIBEIRO, 1975, p. 23). No entanto esses movimentos conquistadores nunca conseguiram extinguir completamente as crenças e costumes do antigo *ethos* dominante na América, fazendo com que, como já dito, os povos constituintes da Guatemala e do México se caracterizem pela presença da velha tradição e da tradição europeia.

A Guatemala e o México foram alvo de uma série de correntes de pensamento e de muitos acontecimentos que marcaram o final do século XVIII e início do século XIX, estes ideais instituíram novos padrões dentro destes Estados, que um após o outro, em um período muito curto de tempo, conquistaram a independência em relação a metrópole. O Construtivismo Estrutural de Alexander Wendt (1999) fundamentará nosso argumento nas tantas vezes em que é proposto a existência de um compartilhamento de ideia e valores.

A construção da realidade e o racismo

O construtivismo contribui com a análise do que se propôs, principalmente no que tange a importância das ideias na construção da realidade. O Construtivismo Estrutural proposto por Wendt (1999) tem como base a ideia de que a realidade é construída socialmente, sendo assim, as ideias compartilhadas são o alicerce para a construção da estrutura, da realidade e das identidades. Desse modo, a estrutura social é construída socialmente e vai gerar impactos nos agentes, assim como os agentes vão gerar e

constituir a estrutura em processo de interação (TOLOSSA, 2004; WENDT, 1999). Aqui, é importante destacar que as elites *criollas* e os povos nativos já se encontravam inseridos na estrutura colonial de dominação. Com isso, o pensamento europeu não pode ser interpretado a partir do nada, mas dentro de uma estrutura sócio histórica preexistente de dominação colonial/imperial, a qual será analisada mais adiante.

Wendt em sua obra *“Social Theory of International Politics”* (1999), começa a desenvolver um debate que se tornou fundamental as Relações Internacionais (RI), integrando o papel das ideias no Sistema Internacional e a constituição de interesses a partir delas. Segundo o autor as ideias são grandes constituidoras de interesses, diferente do que já foi proposto por outras teorias, esses mesmos interesses não surgem apenas de fatores materiais, eles brotam através de ideias compartilhadas e/ou das culturas. Neste sentido ele propõe uma ordem: o poder no cenário internacional é constituído em grande parte pela distribuição de interesses, porém os interesses por sua vez são em grande parte constituídos pelas ideias. Segundo ele:

A alegação não é que as ideias são mais importantes que o poder e o interesse, ou que elas são autônomas de poder e interesse. Poder e interesse são tão importantes e determinantes quanto antes. A alegação é que o poder e o interesse têm os efeitos que eles possuem em virtude das ideias que os compõem (WENDT, 1999, p. 135).

Poder e interesse são duas variáveis fundamentais, e é importante destacar que eles são constituídos em grande parte por ideias, e não apenas por bases materiais. Ideias, valores e culturas são subjetivos, no entanto, são tão reais quanto poder e interesse, na busca por analisar o “mundo real”, não podemos excluí-las, pois, este mundo se constitui de muito mais do que apenas forças materiais como o poder, ele está repleto de significados que foram construídos (WENDT, 1999).

Ainda segundo o Construtivismo, tem-se a importância de entender como ocorre os impactos do compartilhamento de ideias na vida social e na construção da base material do sistema. Além disso é necessário ressaltar que as identidades são muitas vezes produzidas em contraponto a identidade dos outros, sempre promovendo compreensões binárias como bom e mau, civilizado e bárbaro, selvagem e educado (WENDT, 1999). Tendo em mente

este compartilhamento de ideias constituindo a realidade, busca-se verificar se os preconceitos (ideias) impactaram na autonomia dos povos indígenas.

Quando pensamos na construção da realidade através do compartilhamento de ideias e valores, devemos necessariamente relacionar a noção de racismo e as implicações da presença de ideias racistas no sistema. O racismo, segundo Henderson “é a crença, prática, e política de dominação baseada no ilusório conceito de raça” (2007, p. 20, tradução nossa)⁴. Sendo assim o racismo não se trata apenas de preconceito, na verdade ele reflete o aprofundamento deste, são as práticas e políticas que se enraizaram e são mantidas pelo poder institucional. Ao longo da história das relações entre os continentes e Estados, esse racismo racionalizou a escravidão, a conquista, a colonização e o genocídio, promovendo uma relação intelectual com a ideia de raça (HENDERSON, 2007).

Apesar de assumirmos o Construtivismo de Wendt como nossa teoria geral, também devemos ser críticos as suas ideias. Assume-se que estas contribuem largamente para a base argumentativa no que tange o compartilhamento de ideias e a construção da realidade estimulada através da socialização, contudo ele se mostra limitado no que tange a raça. Com isso optou-se por complementá-lo com a análise de Debra Thompson sobre a afasia racial;

Como se vê, tanto a RI quanto a política comparada sofrem da mesma doença: afasia racial. Isso não é o mesmo que amnésia, o que indica que por alguma infelicidade uma série de eventos foram levados a um esquecimento não intencional de como o mundo moderno foi fundado, e como ele continua como uma ordem racial hierárquica. Amnésia racial obscurece o poder envolvido na evasão proposital [...]. Amnésia nega intenção. A afasia, por outro lado, indica um esquecimento calculado, obstrução do discurso, linguagem e fala (THOMPSON, 2017, p. 44-45, tradução nossa)⁵.

Thompson (2017) afirma que a preponderância da afasia racial nos leva à diversos desafios. Segundo ela as instituições são

4. Racism is the belief, practice, and policy of domination based on the specious concept of race.

5. As it turns out, both IR and comparative politics suffer from the same malady: racial aphasia. This is not the same as amnesia, which indicates some unfortunate series of events that led to an unintentional forgetting of how the modern world system was founded on, and continues as, a hierarchical racial order. Racial amnesia obscures the power involved in purposeful evasion [...]. Amnesia disavows intent. Aphasia, on the other hand, indicates a calculated forgetting, an obstruction of discourse, language and speech.

muitas vezes vistas como “daltônicas”, como se elas não enxergassem as cores e com isso não fizessem distinções. Ainda, muitos Estados assumem ter compromissos normativos e legais com a igualdade racial, porém a estratificação racial sobrevive tanto em países desenvolvidos como não desenvolvidos. Neste sentido a supremacia branca e o racismo como uma estrutura social são obscurecidos, Thompson afirma que isso se dá:

pelo domínio positivista e enfoque no empirismo em RI, além da necessidade de estabelecer causalidade em comparação política; como resultado, o racismo é reduzido a atos ou atitudes individualistas abomináveis. A promessa da sociedade pós-racial é realizada não através de reparações ou igualdade material, mas na imposição de **discursos sem raça** que mantêm ordens raciais internacionais e domésticas firmemente entrincheiradas (THOMPSON, 2017, p. 45, tradução e grifo nosso)⁶.

Acredita-se que as noções de Thompson sobre raça se assemelham ao Construtivismo. Primeiro, adentrando na conceituação de raça, temos que, segundo a autora, raça não é apenas um apanhado de diferenças fisiológicas, “é mais como um poderoso conjunto de ideias ou normas sobre a identidade, diferença e organização de uma sociedade e seus constituintes” (THOMPSON, 2017, p. 46, tradução nossa)⁷. A ideia de raça é uma produção cognitiva que carrega significados ontológicos e consequências materiais (THOMPSON, 2017).

Através de diversos mecanismos houve a difusão de diferentes noções relacionadas a ideia de raça, “se raça é uma ideia, é uma ideia global” (THOMPSON, 2017, p. 49, tradução nossa)⁸. Dado o apresentado até então, pode-se afirmar que as noções e ideais sobre raça incutiram o racismo nas Relações Internacionais, mas qual será o impacto dessas ideias na autonomia dos povos indígenas?

Tendo exposto as principais noções sobre o Construtivismo e a ideia de raça, é preciso demarcar que ao longo do trabalho a

6. the positivist dominance and focus on empiricism in IR and need to establish causality in comparative politics; as a result, racism is instead reduced to abhorrent individualistic acts or attitudes. The promise of the post-racial society is realised not through reparations or substantive equality but in the imposition of race-free discourses that keep international and domestic racial orders firmly entrenched.

7. race is more like a powerful set of ideas or norms about the identity, difference and organisation of a society and its constituents.

8. if race is an idea, it is a global one.

análise desse compartilhamento de ideias estará majoritariamente ligado à elite colonial e à classe *criolla*, estes possuíam maior facilidade na comunicação por ter mais acesso a imprensa, maior mobilidade entre o México e a Guatemala, entre outros fatores. Os povos indígenas se encontravam quase sempre em comunidades isoladas umas das outras, em um meio muito fragmentado que dificultava a relação entre eles (ANNA, 2009).

Procura-se verificar o *status* da autonomia dos povos nativos, para tanto, é necessário esclarecer esse termo. O autor Cornelius Castoriadis, vai destacar que a autonomia existe em duas dimensões, a primeira sendo o indivíduo, onde encontramos a discussão sobre o indivíduo autônomo, e a segunda no plano coletivo, discutindo-se sobre uma sociedade autônoma e não alienada (CASTORIADIS, 2000). Ele chega à seguinte conclusão:

[a autonomia] trata-se de tomar seu lugar na qualidade de instância de decisão. A autonomia seria o domínio do consciente sobre o inconsciente [...] a legislação ou a regulamentação por si mesmo, opomos a heteronomia, a legislação ou a regulamentação pelo outro, a autonomia é minha lei, oposta a regulação pelo inconsciente que é uma lei outra, a lei de outro que não eu (CASTORIADIS, 2000, p. 123-124)

O indivíduo pode ser objeto, “desde sua concepção, e mesmo antes, por parte dos que os engendram e criam” (CASTORIADIS, 2000, p. 124). Com isso, autonomia representa o fortalecimento do meu discurso em detrimento do discurso do outro. O discurso do outro atua no imaginário, e com essa dominação, o sujeito está propenso a se tornar algo que ele não é, “o sujeito não se diz, mas é dito por alguém, existe, pois, como parte do mundo de outro” (CASTORIADIS, 2000, p. 124).

Quando se aplica a questão da autonomia aos povos indígenas, esta adquire novas proporções. O ocultamento do outro neste sentido está conectado a questões históricas, “sendo os povos indígenas atrelados à ideia de primitivos, irracionais, credores de mitos, animalescos, solidifica-se, com o passar do tempo, a concepção de que são incapazes de gerir seus interesses de maneira autônoma” (MADRUGA, 2019, p. 67). Ainda, um fator crucial no que tange a autonomia dos povos indígenas, é a emancipação. Neste sentido o que se destaca não é necessariamente romper com a racionalidade ocidental, mas sim a busca pelo reconhecimento de sua alteridade (MADRUGA, 2019).

Reunido as teorias e conceitos, começamos a pensar no elo entre estes países na véspera das independências, a seguir será exibido um panorama sobre o processo de independência e as ideias que surgiram no período e que vieram a desenvolver um papel importante nos acontecimentos os quais analisado.

A Nova Espanha e as revoluções pela independência

Antes de adentrarmos na análise do processo para a independência, devemos fazer uma breve análise dos efeitos da herança colonial, pois eles influenciaram fortemente no período que analisamos. Sempre que estudamos a conquista da América devemos pensar na questão do “outro”, ou seja, a produção da igualdade ou desigualdade que surge no contato com outrem. Todorov, tendo como foco a conquista da América e seus reflexos nos povos indígenas, afirma que “a relação com o outro não se dá numa única dimensão” (2003, p. 269), a partir daí ele desenvolve três eixos de análise para compreender essa relação:

Primeiramente, um julgamento de valor (um plano axiológico): o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele, ou, como se dizia na época [...]. Há, em segundo lugar, a ação de aproximação ou distanciamento em relação ao outro (um plano praxiológico): adoto os valores do outro, identifico-me a ele; ou então assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem [...]. Em terceiro lugar, conheço ou ignoro a identidade do outro (seria o plano epistêmico); aqui não há, evidentemente, nenhum absoluto, mas uma gradação infinita entre os estados de conhecimento inferiores e superiores (TODOROV, 2003, p. 269-270).

Como visto, diferentes resultados podem se originar desse encontro, porém um resultado em particular foi difundido em larga escala, e ele produziu e depois espalhou a grande ideia que se fez sobre os povos indígenas: eles são inferiores. No imaginário de boa parte dos europeus os índios estavam em um estágio intermediário entre animais e homens (TODOROV, 2003).

Tal concepção deu abertura para o surgimento da doutrina da desigualdade, a qual vai de encontro com a doutrina que afirma a igualdade entre todos os homens, que mesmo sendo uma doutrina menos difundida, ainda assim se fazia presente. O contraponto entre igualdade e desigualdade ainda leva a uma outra oposição, a da identidade e diferença: “a diferença se degrada em desigualdade; a igualdade em identidade” (TODOROV, 2003, p. 211). Tal colocação

diz muito sobre a relação com o outro, se o considero diferente, o trato de forma desigual, se o considero como igual, ou no mesmo patamar no qual me encontro, concedo a ele uma identidade, a possibilidade de ser indivíduo.

Dada essa inferiorização dos povos indígenas, surgem as restrições sociais impostas pela metrópole espanhola. Estas restrições eram bastante diferentes se tratando dos três principais grupos étnicos – índios, *mestizos* e brancos.

Os índios constituíam 60 por cento da população nacional; os *castas*, 22 por cento; e os brancos, 18 por cento. Estes, por sua vez, estavam divididos perigosamente entre os espanhóis nascidos na América (*criollos*), que totalizavam 17,8 por cento da população, e os nascidos na Europa (chamados no México *guachupines*), em números de apenas 15 mil, ou dois por cento da população total do país (ANNA, 2009, p. 76).

O conjunto de obrigações fiscais e de direitos sociais e econômicos eram muito diferentes entre essas etnias, elas na verdade eram quase diretamente contrárias aos valores numéricos. Cabe uma análise da pirâmide social da época para constataremos o que expressamos acima, lembrando que essa relação era muito similar entre o México e a Guatemala (BOUCHARD, 2003).

Primeiro, a diminuta quantidade de peninsulares, os espanhóis nascidos na Espanha, formavam a elite administrativa e o topo da pirâmide da colônia, eles controlavam os mais altos postos militares e administrativos. É importante informar que o número de mulheres europeias na Nova Espanha era muito pequeno, segundo o observador Alexander von Humboldt, eram apenas 217 na Cidade do México, com isso, era tradição que os homens imigrantes europeus se casassem em famílias crioulas ricas. Essa elite supracitada controlava o governo, o exército e a Igreja, bem como quase todo o comércio exterior, constituindo uma grande base de dominação (ANNA, 2009).

Os próximos na cadeia eram os donos de minas, os comerciantes e donos de terras. Estes eram formados majoritariamente por *criollos* (descendentes de espanhóis nascidos na América) conhecidos como a “elite natural” mexicana. Mesmo com certos privilégios, como títulos de nobreza espanhóis, eles ainda eram excluídos da plena participação política. Como dito anteriormente, eles constituíam os partidos ideias para a união com imigrantes europeus, com isso ainda estavam sujeitos a perda de suas fortunas mediante

ao casamento. Esta classe, com relação às inferiores, era extremamente favorecida, contudo a elite *criolla* ainda assim não se mostrava satisfeita, se desapontavam com as restrições que enfrentavam e com a dinâmica do país que os perpetuavam sempre em um degrau abaixo do poder pleno (ANNA, 2009).

Vinham em seguida, na escala social, os *criollos* formados, onde essa formação quase sempre compreendia o curso de Direito. Eles ocupavam inúmeros cargos de posição inferior no governo e até na Igreja. Contudo os cargos inferiores existiam em maior quantidade, sendo assim estes crioulos detinham a maioria, cerca de 65%, dos postos da burocracia vice-real da Cidade do México⁹, o restante, 35%, eram preenchidos pelos europeus membros da classe dominante na pirâmide social que estamos delimitando (ARNOLD, 1977). Esta classe também estava numericamente presente na Igreja, mas ainda assim, raramente em cargos de grande poder, apenas um bispo *criollo* é reconhecido da época da independência. Nessa classe se encontrava pequenos mineradores e comerciantes, bem como os oficiais de patente mais baixa, todos eles frustrados com a baixa capacidade de mobilidade social. O autor Timothy Anna (2009), vai dizer que se consideramos essa classe e seus elementos todos juntos, temos o que poderia ser chamado de burguesia. Portando infinitos privilégios quando comparados aos índios, por exemplo, essa classe se sentia ainda assim duplamente inferiorizada, tanto em relação a elite europeia, quanto aos *criollos* superiores. No entanto eles cresceram junto ao crescimento econômico da Nova Espanha, além disso possuíam grande consciência política, sobretudo pelos estudos dos filósofos iluministas, com isso eles foram os principais atores na construção de um nacionalismo antiespanhol esclarecido e amadurecido (ANNA, 2009).

Mais abaixo na escala social, e constituindo a base da pirâmide, estavam os índios e os mestiços, é importante lembrar mais uma vez que a base dessa pirâmide social era composta por 82 por cento da população. Os colonizadores desenvolveram uma série de nomes para se referir aos mestiços, sempre buscando delimitar diferentes combinações raciais. As mais difundidas a partir do século XVI foram: “mestiço (espanhol e índio), mulato (espanhol e negro) e zambo ou zambaigo (negro e índio)”, com o passar do tempo e

9. Os 65 por cento dos cargos eram retirados de 555 a 600 postos de trabalho que existiam junto a burocracia da Cidade do México (ARNOLD, 1977).

com o aumento da mistura das etnias surgiram novas classificações artificiais: “castizo (mestiço de pele clara) e mourisco (mulato de pele escura), e até termos de inspiração animal, como lobo e *coyote*” (SANTELLI, 2011, p. 1), além do já citado mulato, que faz referência ao animal mula, que surge do cruzamento do asno com a égua, dois animais de classes diferentes que dão origem a um ser híbrido, tal como se dizia ser a mistura de espanhol e negro. Estas classificações buscavam delimitar uma suposta superioridade espanhola, e no século XVIII na Nova Espanha, elas ainda aumentaram com as mudanças nas distribuições de riquezas.

Para a elite colonial, este sistema de classificação era uma forma de impor ordem na sociedade que se tornava cada vez mais **inclassificável**. A produção dos quadros de mestiçagem, estilo pictórico que representava os diversos tipos humanos provenientes dos cruzamentos raciais entre brancos, índios e negros na recém-formada sociedade colonial, teve sua produção surgida na segunda metade do século XVIII (SANTELLI, 2011, p. 1, grifo nosso).

Os índios e os mestiços eram excluídos por lei, mas também eram segregados pela sua pobreza que adivinha da dinâmica social da época. Estes não poderiam pleitear cargos públicos e eclesiásticos, não possuíam mobilidade social por proibições de acesso às profissões, ou seja, conclui-se que estes eram os provedores e trabalhadores da sociedade, oprimidos pelas leis da coroa. Os índios e mestiços deveriam pagar tributos especiais, além disso por ser a fatia da população menos privilegiada, eram os mais sensíveis a epidemias e a desastres agrícolas que faziam com que o preço dos produtos aumentasse, todos esses fatores somados produziram uma grande deterioração das condições de vida dos pobres (ANNA, 2009).

A forma como a economia se organizava, extrativa e mercantilista, garantia a opressão das massas nas minas e oficinas. É importante ressaltar que as insurreições que surgiram das classes de baixa renda, sobretudo dos povos indígenas, embora tenham ocupado um lugar importante na independência mexicana, não vieram a determinar o teor da independência em si, muito menos as formas como os novos Estados viriam a se estabelecer (ANNA, 2009).

Os crioulos mexicanos, em seus delírios de grandeza construíram interpretações orgulhosas como a de Claveiro: eles seriam, e não os índios, herdeiros dos grandes Astecas, e ainda possuíam um destino divino pelo aparecimento da Virgem de Guadalupe no México. Timothy (2009) vai dizer que quando os crioulos se permiti-

ram olhar para a sua posição, eles se perceberam como subalternos de um sistema colonial, porém não queriam alcançar a independência, pelo menos não ainda, pois temiam as massas, como controlá-las sem o império espanhol? Além disso ele também precisavam da igreja para manter a ordem social. De fato, o que eles buscavam durante esse período, acima de tudo, era mais autonomia.

Entre 1808 e 1810, os governos que se instalavam não conseguiam enfrentar o descontentamento da população *criolla* e das classes pobres, o que abriu precedente para a primeira grande revolução. No verão de 1810, os revolucionários conseguiram o apoio de Hidalgo, que veio a se tornar uma figura proeminente na história do México. Miguel Hidalgo, foi um *criollo* com ótimo desempenho acadêmico, o qual se dedicou aos textos do iluminismo e a organização da comunidade, tendo como foco a melhoria das condições de vida dos índios e dos mestiços. Como já se envolvia a muito tempo com tais causas, ele comandava um grande grupo de *criollos* e índios que o seguiam fielmente (BELAUNDE, 1959).

Com isso, os conspiradores planejavam um levante apoiado na grande massa indígena, eles acreditavam que logo após a derubada dos *guachupines* (imigrantes espanhóis), os índios respeitariam as propriedades dos *criollos* e suas riquezas. A revolução foi descoberta antes mesmo de começar, deveria ser em outubro de 1810, mas devido ao ocorrido Hidalgo decidiu começá-la imediatamente. No dia 16 de setembro, o líder *criollo* bradou o emblemático *Grito de Dolores*, convocando os índios e mestiços para defender a religião, acabar com os impostos e tributos requeridos pela Espanha, e todo o domínio imperial. Em um primeiro momento a revolução não teria objetivos bem definidos, com os passar dos dias Hidalgo foi acrescentado mais metas como a abolição da escravidão e a devolução da terra as comunidades indígenas (BELAUNDE, 1959).

A insurreição foi se alastrando e agregando a ela aqueles que pagavam altos impostos, com uma fúria violenta a revolução logo se transformou em uma guerra contra os brancos, sendo eles espanhóis ou *criollos*, os índios não faziam distinção, pois sentiam que a opressão vinha de ambos:

No primeiro dia de revolta, os rebeldes tomaram a vila de San Miguel el Grande; dois dias mais tarde, entraram na rica vila de Celaya; e, em 23 de setembro, uma força de 25 mil rebeldes, desarmados mas entusiasmados, chegou a cidade de Guanajuato, capital

da intendência. Em 28 de setembro, os insurretos atacaram o celeiro fortificado onde os europeus e os *criollos* se haviam refugiado, massacraram seus defensores e submeteram a cidade a dois dias de saque (ANNA, 2009, p. 85).

O ataque a Guanajuato era tudo que os contrários a revolução precisavam para difamá-la, segundo eles o ataque foi um símbolo da ferocidade animalésca rebelde. No entanto, os índios estavam animados com as conquistas, eles chegaram a reunir 60 mil homens, e com isso planejaram seguir para a Cidade do México, capital do vice-reino, onde com um rápido ataque, esperavam libertar a colônia. Nesse momento a revolução já havia alcançado novos patamares, “Hidalgo convocara massas oprimidas para uma revolta violenta, libertara forças que ele era incapaz de controlar e na verdade mal compreendia” (ANNA, 2009, p. 86). Tudo havia começado como uma revolta contra a opressão política, não obstante a ação se transformou em uma guerra racial contra todos os brancos, e por mais que no início a ideia da revolução conquistou muitos *criollos*, agora já não recebia apoio de muitos pertencentes dessa classe (ANNA, 2009).

A Igreja disparou rápidas propagandas contra a população indígena citando condenações inquisitoriais. O vice-rei Venegas promoveu proclamações públicas noticiando sérias punições para aqueles que apoiassem os rebeldes. A campanha da propaganda imperial foi largamente difundida, com isso ela chegou a convencer até mesmo as classes mais baixas da região central da Nova Espanha de que os rebeldes eram uma grande ameaça para toda a população (RINKE, FREDERIK, 2010).

No dia 28 de outubro os rebeldes, juntamente com Hidalgo, acamparam fora da Cidade do México, nesse momento eles já compreendiam cerca de 80 mil homens. Houve um embate entre as forças de Hidalgo e o exército do vice-reino, exército esse que possuía bem mais treinamento do que os rebeldes. No fim os rebeldes venceram, porém com uma baixa de 2.000 homens, e ainda grandes perdas quanto aos que desertaram após esse conflito, eles representaram cerca de 40.000 homens. Seguiram-se uma série de conflitos em que cada vez mais os rebeldes iam evacuando, até 17 de janeiro de 1811 quando Hidalgo reconstruiu suas tropas e elas se lançaram contra o exército de Calleja, sendo ele o representante do governo espanhol no México, o embate ocorreu nas cercanias de Guadalajara. Os rebeldes foram massacrados em sua pior derrota, e posterior a isso Hidalgo foi destituído de seu cargo por seus pró-

prios tenentes, e em março o general Calleja já havia recuperado o controle do México (ANNA, 2009).

Hidalgo se refugiou ao norte, onde deveria estar mais seguro, mas ele e seus principais oficiais acabaram sendo capturados, com isso ele mostrou ter arrependido de ter chefiado a revolta, e chegou a assinar uma declaração de renúncia a revolução. Ele foi fuzilado, teve sua cabeça decepada e enviada para Guanajuato onde veio a ficar exposta nos 10 anos seguintes no local onde antes ele havia organizado o massacre rebelde. A revolta de três meses deixou profundas marcas no México, os *criollos* que teoricamente poderiam ter se posicionado dos lados das massas se a revolução ocorresse de forma mais branda, por fim tenderam mais ao lado imperial, usando o ocorrido como uma justificativa para apontar a impossibilidade de uma relação mais próxima com os índios. Ressalta-se que esse era o pior momento para isso acontecer, pois o vice-reino estava às vésperas da construção da independência e da criação de um novo Estado (ANNA, 2009).

As lembranças do fracasso de Hidalgo fizeram com que muitas pessoas reconsiderassem se aliar aos rebeldes, mas a revolução não morreria aí. O padre José Morales continuou a guiar os rebeldes remanescentes, e ele foi reconhecido por ser muito habilidoso como líder e comandante. Filho de uma família de baixa renda, Morales desenvolveu seus conhecimentos na universidade, foi ordenado a ser padre e encaminhado para as paróquias indígenas pobres. Isso fez com que ele tivesse uma forte relação com os povos indígenas, e Hidalgo o enviou para levar a revolta ao litoral sul, onde Morales desenvolveu seu trabalho com muita responsabilidade. Ele criou um exército muito eficiente e fiel às suas causas, além disso estruturou as causas e objetivos da rebelião melhor do que o próprio Hidalgo, “seu programa tinha em mira a independência, uma forma congressional de governo e reformas sociais – entre elas a abolição do tributo, da escravidão, do sistema de castas e das barreiras legais ao avanço das classes baixas, bem como a introdução de impostos de renda” (ANNA, 2009, p. 89).

Morales, assim como Hidalgo, possuía ideias bem controversas na visão da elite colonial, no entanto ele buscou atenuar sua revolução dando bastante ênfase no primado da Igreja Católica e seu direito ao dízimo, declarando também o respeito à propriedade privada. Suas ações demonstram claramente a vontade de atrair o apoio dos *criollos*, mas assim como Hidalgo, ele não conseguiu

conquistá-lo. Em 1812, o general Calleja atacou as forças de Morales, mas ele e seu exército evacuaram. Em novembro do mesmo ano, Morales voltou a ofensiva e ocupou a cidade de Oaxaca, no sul. Posterior a esse feito, eles seguiram para a cidade de Acapulco, a qual conseguiram tomar mas que não lhes serviram tão bem como o planejado, e após esse feito, seus êxitos militares começaram a declinar. Morales desenvolveu um congresso entre os rebeldes, o qual, quando foi estruturado, rapidamente lhe conferiu o cargo de poder executivo. Esse congresso buscava formular um poder formal, que pudesse pedir as potências seu reconhecimento. Como as campanhas militares não obtinham mais tanto sucesso, o congresso também foi perdendo cada vez mais sua força, e em 22 de janeiro de 1814, Morales desistiu do poder executivo e perdeu o comando militar. Com isso, os rebeldes, que faziam parte do congresso que se dissolveu, passaram a maior parte do tempo fugindo, em 5 de novembro um destacamento do exército de Calleja com 600 homens os alcançou. Morales agiu defendendo os congressistas mas acabou sendo capturado, ele foi julgado e condenado na Cidade do México, como padre ainda foi condenado pela inquisição, por fim acabou sendo executado por um pelotão de fuzilamento (BELAUNDE, 1959).

Morales se dedicou muito a sua causa, e foi também generoso e fiel com o que ele acreditava, porém defendeu reformas que foram consideradas muito radicais, e mais uma vez um líder que guiou os povos indígenas e os mestiços acabou por fracassar. Depois das duas revoltas os exércitos espanhóis já não podiam mais ser pegos de surpresa, e um levante indígena se tornava quase impossível (BELAUNDE, 1959). Todo a herança do processo colonial acrescida dos citados movimentos revolucionários, determinaram muito do que se acreditava sobre os povos indígenas na época.

As relações entre a Guatemala e o México

Todos esses acontecimentos e as grandes convulsões do império espanhol junto a Nova Espanha, refletiram no Reino da Guatemala através de um forte compartilhamento de ideias e valores, principalmente entre a elite *criolla*. Ressalta-se novamente que a integração e a comunicação entre os povos indígenas era complicada por se tratar de diversas etnias, como já citado, as grandes integrações alcançadas nas revoltas foram estimuladas por um

fator externo aos índios, sendo assim, quando tratamos do compartilhamento de ideias, nos referimos majoritariamente a elite de origem espanhola e aos *criollos* que possuíam recursos e meios para uma interação mais ampla. O Reino da Guatemala era governado através da Cidade da Guatemala, este reino compreendia Chiapas, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e, por fim, a Guatemala. No início do século XIX essa região possuía uma população de 1.250.000 habitantes, dos quais cerca da metade eram povos indígenas, e a maioria dos restantes eram povos mestiços. Seguindo o apresentado na Nova Espanha, a elite administrativa e econômica também era uma minoria branca (ANNA, 2009).

A Guatemala também recebia as influências da filosofia iluminista e possuía *criollos* instruídos, sobretudo pela universidade de San Carlos e pela Sociedade Econômica de Amigos del País. Até então, a independência não era desejada por essa elite de imigrantes europeus e pelos *criollos*, lembrando que aqui as diferentes classes de *criollos* citados na pirâmide social anterior não possuíam distinções expressivas nas suas vontades, o que esperavam era uma melhoria no comércio local, na agricultura e na navegação. Os levantes no México, principalmente o de Hidalgo, provocaram uma apreensão entre a elite administrativa, pois tal como no México, a Guatemala possuía uma massa indígena que não se encontrava em boas condições. Havia um grande intercâmbio de pessoas entre a Nova Espanha e o Reino da Guatemala, um exemplo emblemático foi o de Antonio Saravia, sendo este o trigésimo quarto presidente da audiência da Guatemala de 1801 a 1811. Ele foi enviado ao México para ajudar na repressão da revolta e lá foi capturado pelos rebeldes e perdeu a vida, acarretando uma grande comoção na sua terra de origem (ANNA, 2009).

Ambas as regiões passavam por processos parecidos, o que levava a construção de políticas similares, as quais analisaremos adiante;

É digno de nota que tanto na Guatemala quanto no México as administrações que assumiram o poder após a repressão das primeiras revoltas tenham sido politicamente mais brandas; inadvertidamente, ajudaram a estimular uma renovação da atividade política entre os *criollos* dissidentes (ANNA, 2009, p. 104).

Observando vários reinos da América do Sul alcançarem suas independências, as elites do Reino da Guatemala e da Nova Espanha passaram a buscar modelos governamentais para se guiarem.

Se precisava de uma proposta de governo que eliminasse a dependência da colônia em relação a metrópole, e que também garantisse estabilidade social e proteção da propriedade (BELAUNDE, 1959). Os planos de Hidalgo e Morelos eram impensáveis, eles representavam feridas ainda abertas, além disso se abominava qualquer tipo de política que obrigasse a devolução das terras para os índios. Índios esses que não vinham a pauta nesse momento, o que se desejava era a existência de algum fator que impelisse a elite e a burguesia a uma posição na qual pudessem trabalhar em conjunto (ANNA, 2009).

Neste contexto, no ano de 1820, surge o Plano de Iguala. O governo visado nesse plano garantiria a manutenção do poder da Igreja Católica, buscando a independência, mas também a união entre espanhóis e americanos, assim resultando na fórmula “Religião, Independência, União”. O plano ainda dizia que todas as propriedades seriam protegidas, todos os indivíduos estariam livres e portando os mesmos direitos, os privilégios do clero seriam preservados, e todos os membros do governo, clérigos e militares teriam segurança em suas posições se aceitassem o Plano. A elite logo percebeu as vantagens que o plano trazia para eles, o clero e os militares também se entusiasmaram, e com isso as ideias do Plano foram além do México (ANNA, 2009).

Em abril de 1821 chegaram as notícias do Plano de Iguala na Guatemala, e o reino foi forçado a dar um parecer sobre sua posição frente ao Plano. No final de agosto foi decidido que a Guatemala iria aderir ao Plano, o que reforçava seus laços com o México e mostrava sua lealdade. O México declarou a plena independência em setembro de 1821, e logo depois a Guatemala fez o mesmo (ANNA, 2009). Ao fim do longo processo de independência, o México e a Guatemala claramente não saíram ilesos, eles exibiam cicatrizes do longo conflito, sobretudo as perdas de vida que compreenderam cerca de 10% da população, aproximadamente 600.000 pessoas (BELAUNDE, 1959).

As independências na região analisada levaram a necessidade da formação das culturas nacionais, é importante delimitar que esse termo, segundo Gérard Bouchard, expressa a “parte do imaginário coletivo (produzido pelas práticas discursivas) que se oferece como marco formal de integração simbólica do conjunto

da coletividade” (BOUCHARD, 2003, p. 35, tradução nossa)¹⁰. A elite desses Estados precisava alinhar uma série de fatores para a construção do sentimento de coletividade. A primeira e mais importante necessidade foi o território, este precisava ser delimitado para que se promovesse a base do surgimento da nação; em seguida esta mesma nação precisaria de uma identidade; de costumes; precisaria também de orientações políticas que são essenciais para formular utopias e confeccionar uma memória. Chega-se a um ponto fundamental, onde o autor vai dizer que este processo passa por uma construção que sinaliza continuidades e rupturas:

Será necessário interrogar-se sobre o desenvolvimento e os motivos da ideia de nação. Quais são os problemas ou traumas que se quer superar e a relação com os quais se definiram posteriormente? A partir de que momento se estabeleceram as condições materiais, sociais e intelectuais dessa operação: capacidade de imprimir e difundir, existência de um público cultivado, aparição dos intelectuais? (BOUCHARD, 2003, p. 36, tradução nossa)¹¹.

A citação do autor faz pensar nas citadas revoltas indígenas, na noção que se tinha do que representava ser índio, e na sua influência na difusão de um imaginário negativo sobre esses povos, onde possivelmente, na visão de muitos *criollos*, os índios se tornaram um “trauma a se superar” (BOUCHARD, 2003).

As constituições, seus efeitos e os novos Estados

As ideias constitucionais que perpassavam a região devem ser um foco de análise, com isso será analisado as constituições dos dois países estudados. Essa análise - de certa forma uma comparação - será desenvolvida através de pontos predeterminados, são esses: espaço temporal onde as constituições foram aprovadas e suas intenções; suas cláusulas sobre cidadania e religião; Direitos Civis; e por fim, é fundamental verificar as menções aos povos indígenas e as cláusulas que os afetam direta e indiretamente.

10. Parte del imaginario colectivo (producido por las prácticas discursivas) que se ofrece como marco formal de integración simbólica del conjunto de la colectividad.

11. Será necesario interrogarse sobre el desarrollo y los motivos de la idea de nación. ¿Cuáles son los problemas o traumatismos que quiso superar y en relación con los cuales se definió posteriormente? ¿A partir de qué momento se establecieron las condiciones materiales, sociales e institucionales de esa operación: capacidad de imprimir y difundir, existencia de un público cultivado, aparición de los intelectuales?

Após as declarações de independência, México e Guatemala, confeccionaram e eventualmente aprovaram suas constituições. Estes documentos representaram um apanhado de normas que guiaram os Estados e suas ações sobre os cidadãos, demais países, exércitos etc. Uma constituição enumera e limita as funções e os poderes dos diversos setores políticos do país, para além disso a constituição é a projeção dos princípios políticos, que estabelecem procedimentos, estrutura, direitos e poderes. É através da limitação do alcance do governo que se consegue garantir direitos para os indivíduos (BRASIL, 1965).

Como exposto, fortes influências estavam presentes durante os movimentos independentistas, e aqui não foi diferente, pelo menos três grandes influências podem ser facilmente encontradas durante o surgimento das constituições. A Revolução Francesa e a constituição resultante impactou não só os Estados analisados, mas grande parte dos países do ocidente, estes vieram a dividir seus poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário; além disso o liberalismo britânico foi também uma tradição que esteve muito presente, sobretudo com a expansão da democracia e as liberdades fundamentais, por fim, a Revolução Americana e sua respectiva Constituição de 1787, contribuiu, entre diversos outros fatores, com as noções de república e presidencialismo.

Com o método comparativo aqui empregado objetiva-se perceber as similaridades entre as constituições, tendo como pretensão verificar a existência de uma ordem nos pensamentos que as produziram. Não se suprime que outros países da América Latina, para além dos dois analisados, também introjetaram influências similares e as imprimiram em suas constituições, o que se supõem é que as massas de índios que estavam presentes nesses dois países e sua proximidade, os colocavam em realidades semelhantes e os obrigavam a ter uma atenção especial um com o outro, já que suas populações eram análogas.

Antes de começar a análise das constituições é preciso esclarecer que a Constituição de 1824, atribuída a Guatemala no quadro analisado, não diz respeito somente ao atual território desse país. Esta constituição surgiu após a independência do Reino da Guatemala, que permaneceu unido durante um período, gerando a Federação das Províncias Unidas da América Central (Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras e Costa Rica) e posteriormente sendo substituída pela República Federal da América Central, com capital

na Cidade de Guatemala. Esta Federação gerou a *Constitución de la República Federal de Centroamérica* que ficou em ordem até 1839, então a Federação se dissolveu e a Guatemala como conhecemos hoje surgiu. Optou-se por representar a Guatemala com essa constituição, mesmo que ela não seja unicamente do país, pois a mesma faz parte do período analisado e integra o mesmo processo que transpassava o México, ademais ela exerceu influência direta sobre a atual constituição da República da Guatemala (ANNA, 2009).

Primeiro, adentrando no espaço temporal e intenções, tem-se que o curto período de tempo em que se decorreram o processo estudado é significativo para a análise, os dois países promulgaram suas constituições no mesmo ano. A constituição mexicana entrava em vigor a em 1824, e logo após, no mesmo ano, ocorre a aprovação da constituição da Guatemala (MÉXICO, 1824; CENTROAMÉRICA, 1824).

Uma forma de se analisar a intenção das constituições é através de seus preâmbulos, já que este apresenta os termos gerais, princípios e propósitos, que irão orientar uma constituição (SILVA, 2014). Ambas as constituições têm preâmbulos consideravelmente curtos e sucintos, que trazem dois focos primordiais. O primeiro foco é Deus, e este é citado de diferentes maneiras e é colocado, como esperado, como um ser supremo e com poderes sem precedentes: “*En el nombre de Dios Todopoderoso, autor y supremo legislador de la sociedad*” (MÉXICO, 1824); “*En el nombre del Ser supremo, autor de las sociedades y legislador del universo*” (CENTROAMÉRICA, 1824).

O segundo ponto presente nas constituições é a demarcação da liberdade e do poder do povo, as duas valorizam a autonomia da população. A *Constitucion de la Republica Federal de Centroamérica* ainda vai expor que o citado documento iria fortalecer e garantir os direitos do homem e do cidadão (CENTROAMÉRICA, 1824). É importante ressaltar esse trecho, com ele já começamos a pensar em duas perguntas fundamentais que guiam a leitura das constituições, quem era considerado homem ou cidadão por excelência? Poderíamos dizer que a cidadania - dado estes Estados e durante este período - é racializada?

O segundo ponto é a cidadania e a religião. A noção de cidadania é importante para se pensar as constituições, ela joga luz sobre as características esperadas de um indivíduo que está sob o poder do Estado e ajuda a delimitar qual cidadão a constituição defende,

ou melhor dizendo, todos são cidadãos? Quem é o mexicano e o guatemalteco por excelência? Essa expectativa também se atrela a religião, uma vez que esta é um fator social que, além de caracterizar os indivíduos, acaba os qualificando, ficando justificado assim a união desses dois elementos nesse parâmetro.

O que se percebe é uma unanimidade quando o assunto é a religião do Estado. Todas as constituições deixam claro a devoção a religião Católica Apostólica Romana que se espera dos cidadãos, além disso proíbem o culto de qualquer outra religião. À religião é dedicada um artigo exclusivo em ambas as constituições, na mexicana ainda é declarado que a religião Católica será perpetuamente a única aceita pelo Estado (MÉXICO, 1824; CENTROAMÉRICA, 1824). A colonização europeia minava as religiões indígenas com a catequização e com os processos missionários, porém o que se percebe é que a situação não foi tão diferente durante o surgimento dos Estados. Retomando a discussão iniciada acima, tem-se que o cidadão deve ser católico, isso tem um peso enorme sobre as populações indígenas que seguem sendo oprimidas em sua essência.

Os critérios para a cidadania estão presentes na constituição guatemalteca, mas não na mexicana, que não explora os pré-requisitos para ser cidadão e nem seus direitos. Na Guatemala em 1824 para ser cidadão era preciso preencher alguns critérios, entre eles: ter nascido em uma das repúblicas filiadas; ser casado e maior de vinte cinco anos; saber ler e escrever; ter alguma propriedade e trabalho (CENTROAMÉRICA, 1824).

Se torna claro que todos esses pré-requisitos criam barreiras a ascensão social e a integração da população vulnerável, sendo importante lembrar que os povos indígenas, como exposto, integravam a base da pirâmide social e viviam em condição de subsistência, sendo quase impossível se tornar um cidadão através do exigido nas constituições. Desta forma, ele não era barrado somente pela cultura e organização social diferente da exigida, mas também pelas condições econômicas que não permitiam a ascensão social a condição de cidadão.

Passando então para as garantias e direitos civis, as constituições, após definir o que se é necessário para obter a cidadania, usualmente apresentam as garantias e direitos dos cidadãos, e assim a da Guatemala o faz:

Artículo 152. No podrá imponerse pena de muerte, sino en los delitos que atenten directamente contra el orden público, y en el de

asesinato, homicidio premeditado o seguro.

Artículo 153. Todos los ciudadanos y habitantes de la República sin distinción alguna estarán sometidos al mismo orden de procedimientos y de juicios que determinen las leyes.

[...]

Artículo 168. Ninguna casa puede ser registrada sino por mandato escrito de autoridad competente, dado en virtud de dos disposiciones formales que presten motivo al allanamiento, el que deberá efectuarse de día. También podrá registrarse a toda hora por un agente de la autoridad pública. 1o. En la persecución actual de un delincuente: 2o. Por un desorden escandaloso que exija pronto remedio: 3o. Por reclamación hecha del interior de la casa. Mas hecho el registro se comprobará con dos disposiciones que se hizo por alguno de los motivos indicados (CENTROAMÉRICA, 1824). Como já dito, nota-se preocupações de cunho bastante liberal, que refletem seus pensamentos tanto na constituição Mexicana quanto na Guatemalteca. Por fim, o último parâmetro de análise são os povos indígenas. Em meio a todas as constituições, passando por todos os capítulos, títulos, seções e artigos, os povos indígenas não são citados nem uma única vez.

Constituições usualmente não especificam raças e etnias por considerar que ela seja um documento que se aplique sobre todos os habitantes, contudo, a omissão em países densamente indígenas veio a se mostrar um erro (VACANO, 2011). De qualquer forma, o ponto que se defende até então, mesmo sabendo que uma maior elucidação aos povos indígenas poderia ser proveitosa, não é o de que os índios deveriam ser mais mencionados ao longo das constituições. Na verdade, o que se busca explicitar é o desrespeito e o desprezo ao modo de vida indígena, percebe-se claramente o desenvolvimento de elementos que dificultam ou impedem a inserção desses na vida nacional. Os países analisados imprimiram uma rigidez em suas constituições que discriminava e impedia a movimentação social das classes baixas, sendo que nesses Estados elas eram compostas largamente por povos indígenas.

Estas conclusões expressam dois elementos, primeiro o medo da massa indígena, e segundo, o racismo. México e Guatemala tinham medo do peso demográfico da população nativa, e a rebelião de Hidalgo e Morelos na Mesoamérica, muito provavelmente contribuiu para esse quadro. As discussões em torno da noção de raça desenvolvidas até o início do século XIX, pareceram não ser sufi-

cientes para dissuadir os *criollos*, que influenciaram e construíram as constituições, a repensar o que se acreditava ser verdade sobre os povos indígenas, como resultado, todas as garantias e liberdades possuíam um alcance limitado (VACANO, 2011).

Além de analisar as constituições, é preciso verificar a realidade dos povos indígenas na primeira metade do século XIX logo após a aprovação das constituições, o conteúdo dos discursos e textos foi aplicado a realidade? A transição de colônia para Estado-Nação impactou de que forma a vida dos índios?

No México a independência e a constituição não vieram a provocar uma grande mudança imediata na estrutura social, ou mesmo econômica do país. “O primeiro e principal efeito foi a transferência do poder político antes exercido pela burocracia real, para o exército” (BAZANT, 2009, p. 415). Ressalta-se que a constituição de 1824 não trata da igualdade perante a lei, é claro que essa omissão acaba por salvaguardar os interesses da pequena elite, mas neste caso vai além disso, ela permitia a continuação dos *fueros*, ou seja, as imunidades e isenções legais da justiça civil de que gozavam os militares e o clero (MÉXICO, 1824).

O primeiro presidente mexicano foi o general Guadalupe Victoria, um federalista liberal, e o vice-presidente foi um centralista conservador, Nicolás Bravo. Nas primeiras décadas a vida da população indígena não sofreu muitas alterações, o grande marco neste período se tornou a longa guerra territorial travada entre México e Estados Unidos, que culminou na perda de grandes territórios pelo lado mexicano. O embate terminou em 2 de fevereiro de 1848 com a assinatura de um acordo de paz, contudo neste momento o Texas, o Novo México e Califórnia não pertenciam mais ao México (BAZANT, 2009).

As condições de vida dos índios, principalmente dos índios isolados, permaneceram críticas durante todo esse período. As zonas rurais do México ainda eram marcadas por *haciendas*, ou seja, grandes áreas agrícolas, com assentamentos ou latifúndios. Os trabalhadores das *haciendas* na maioria das vezes estavam presos as propriedades pela “servidão por dívida”, o índio endividado não poderia deixar a *hacienda* a não ser que pagasse por tudo, o que era frequentemente impossível, dado o grau de vulnerabilidade desse grupo (BAZANT, 2009).

As pesquisas atuais sobre o tema têm revelado que nem todos os trabalhadores rurais deviam dinheiro a seus empregadores.

“Em algumas *haciendas* um grande número de trabalhadores nada deviam, e mesmo assim tinham que haver junto à *hacienda*” (BAZANT, 2009, p. 437). Ainda, se um peão (nome genérico dado aos trabalhadores que eram em sua grande maioria indígenas) conseguisse fugir da propriedade, ele poderia ser caçado, reintroduzido na *hacienda* e castigado. Os índios que se encontravam em aldeias viviam em condições razoavelmente melhores, estes podiam trabalhar em *haciendas* próximas e voltar para a aldeia depois de um período, ou seja, serviços sazonais (BAZANT, 2009).

A Guatemala no período independentista passou por um aumento na pobreza das classes mais vulneráveis, este fator impulsionou as tensões sociais. O governo Guatemalteco estava dividido entre duas facções, a aristocracia desejava a expansão do comércio e a eliminação de restrições econômicas, pois acreditavam que esse era um meio de sair da posição complicada que a Guatemala se encontrava. Já os conservadores não desejavam a ascensão econômica de determinados membros da sociedade, e no período posterior a independência ficou evidente o conservadorismo presente em boa parte da classe dominante. De qualquer forma as facções juntas representavam apenas uma diminuta parcela da população, a grande massa indígena e os ladinos, sendo este último um grupo étnico distinto que surgiu através da mestiçagem, eram totalmente excluídos das decisões e debates políticos (WOODWARD JR, 2009).

As políticas liberais tomaram proeminência, porém acabaram por gerar aspectos que foram malvistas pelos conservadores. A política comercial prejudicou seriamente a indústria têxtil nacional, e por outro lado, o incentivo à exportação aumentou a demanda por terras e mão de obra indígena, o que gerava insatisfação. As massas também não estavam satisfeitas, pois os liberais impunham muitas de suas decisões, e estas pareciam se prender bem mais a influência externa do que a justiça social de fato (WOODWARD JR, 2009).

Nos anos anteriores a 1840, o grande número de conservadores presentes na Guatemala impediu que as exportações se desenvolvessem ao máximo. O tom do governo refletia valores tradicionais, viveu-se a volta da agricultura de subsistência, e curiosamente se desenvolveu também, ainda que pouco, um interesse em defender as terras comunais dos povos indígenas. Após 1840 a exportações voltaram a crescer, até mesmo os governos conservadores não resistiram a aumentar a sua receita através do comércio exterior. A participação política dos povos indígenas e

dos ladinos ainda era inexistente, até a reforma liberal de 1860, a partir daí os ladinos começaram a participar do governo em alguns cargos específicos, contudo os índios ainda não estavam incluídos (WOODWARD JR, 2009)

Se torna evidente que o cidadão liberal não combinava com o modo de vida nativo, sendo assim, da mesma forma que o novo regime dizia valorizar o índio o alocando na sociedade como qualquer outro indivíduo, ele promovia também a sua dissolução legal, transformando os membros das comunidades indígenas em proprietários individuais. Essa tentativa de criar sistemas políticos com concepções individuais, de pessoas que maximizassem seu potencial em uma economia livre, gerou esforços para que se originassem sistemas educacionais, que deveriam mitigar a “ignorância” da população e contribuir com o governo republicano. Esses sistemas pela primeira vez deveriam ser guiados pelo Estado, e não pela igreja, isso se dava pelo desejo de fundar a lealdade as novas comunidades políticas (SAFFORD, 2009).

Em ambos os Estados analisados as elites *criolla* foram as principais beneficiárias da emancipação política. Se mostrava difícil para as elites construir uma nação com uma população que eles consideravam ignorante e atrasada. Através da análise fica claro a não existência de uma democracia étnica. Pensava-se na “boa sociedade” - homens brancos, católicos, com autonomia e poder de decisão - sequer considerava-se a possibilidade de democracia ampla. Uma democracia aplicada de forma mais extensiva, ou a instituição da democracia étnica, esbarra em um ponto que já discutimos, o caráter humano do índio, pois quando este não é reconhecido ou é reconhecido de forma parcial, o mesmo acontecerá com seus direitos.

As diferentes etnias analisadas integravam um jogo de dominação e subjugação, que pouco ou nada mudou do período colonial, ademais, agora a ordem partia dos *criollos* mais influentes, e não do imigrante espanhol. O racismo presente nas relações internacionais impediu a autonomia indígena, impediu a inserção dos povos indígenas na vida nacional, e mais distante ainda está a discussão sobre formas alternativas de inserção, que no momento seria o ideal.

Com formas alternativas de inserção, entende-se diferentes formas de se ser cidadão. As constituições contemplavam apenas uma classe e seus privilégios, não abrindo precedente para as demais. A essa altura, com a mestiçagem e o crescimento populacio-

nal, a diversidade de etnias começou a ser vista como um problema sem solução aparente, contudo, as constituições se mostraram ser documentos facilmente manuseáveis para dificultar o acesso de uns e outros ao poder, lembrando que essas constituições iniciais em muito influenciaram as constituições futuras.

Conclusão

Com esse artigo não busquei propor que os problemas dos grupos indígenas da região analisada começaram com a independência, muito menos que eles são frutos de uma ou outra rebelião que fracassou. As raízes das mazelas sofridas por esses grupos são bem mais profundas, elas passam pelo choque cultural entre europeus e ameríndios e pelo surgimento da doutrina da desigualdade. A noção de desigualdade muda toda a história, se o outro é igual a mim eu o aceito como ele é, se o outro é inferior eu não o aceito e quero o transformar, adaptá-lo a mim e subjugá-lo. Essa herança ideacional, a noção do índio inferior, chegou até o momento da independência e claramente contribuiu para as atitudes tomadas em relação a eles.

Não podemos deixar de pensar como seria a realidade dos povos nativos americanos se de alguma forma eles conseguissem ter sua voz ouvida junto as diferentes classes *criollas*, ou se de repente parássemos de cogitar a ideia de “classes” e as distinções que ela promove, o que aconteceria se uma forma mais branda da revolução de Hidalgo ou Morales conseguisse conquistar a Nova Espanha e o Reino da Guatemala? Sendo assim o fim do século XVIII e o início do século XIX com o processo para a independência são cruciais para compreender a forma como os Estados que surgiram a partir daí lidam com suas populações indígenas na atualidade. Darcy Ribeiro (1975) vai falar que os povos indígenas deveriam ter-se configurado com modos distintos de participação na vida nacional e consequentemente obter uma melhor qualidade de vida, nesse artigo acrescento que para alcançar esta forma de integração eles necessitavam de um mínimo de autonomia que sempre lhes foi negado pelo racismo presente nas ideias e valores compartilhados pelos Estados estudados.

Reafirmo o que diz a teoria principal que guiou esse trabalho: as ideias são grandes constituidoras de interesses (WENDT, 1999). A ideia que se fez em determinado contexto, sob a luz de

uma determinada religião, com um contato muito precários entre os povos, acabou por instituir uma ideia negativa sobre os povos indígenas, esta por sua vez deu origem a interesses que em nada beneficiavam esses povos. Com todo o exposto podemos notar que as questões sobre a autonomia do México e da Guatemala avançaram muito com a independência, porém as questões sociais não receberam tanta atenção. Para estes Estados o que restou foi um desafio de reconstrução de suas próprias estruturas sociais, econômicas e políticas, desafio esse que se mostrou tão grande, que até na atualidade apresenta diversas barreiras ainda a se vencer.

Ao longo dos anos estes países tentaram buscar formas de integrar os povos indígenas na política e de melhorar a sua qualidade de vida, muito se evoluiu, inclusive dando mais destaque a voz destes e liberdade para que eles definam o que é melhor para eles mesmos. Mas ainda há muito a se fazer, e a solução parece estar na contramão do que foi feito no passado, sendo necessário trabalhar com a difusão da igualdade, e acima de tudo espalhar o conhecimento, visto que tudo o que se conhece sobre os povos indígenas ainda é muito limitado, e como vimos, falta de conhecimento abre precedente para a dominação do imaginário da população.

Referências

ANNA, Timothy. A independência do México e da América Central. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**: Da Independência a 1870, volume III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão. 2009.

ARNOLD, Linda. **Social, Economic and Political Status in the Mexico City Central Bureaucracy**: 1808-1812. V Reunión de Historiadores Mexicanos y Norteamericanos, Pátzcuaro, 1977.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. Petrópolis: Vozes, 2005

BAZANT, Jan. **O México da Independência a 1867**. História da América Latina: Da independência a 1870, volume III, Leslie Bethell organizador; tradução Maria Clara Cescato. – 1. Ed., 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF – Fundação Alexandre de Gusmão, 2009

BELAUNDE, Victor. **Bolívar y El Pensamiento Político de la Revolucion Hispano Americana**. Madrid: Cultura Hispanica, 1959.

BOUCHARD, Gérard. **Génesis de las naciones y culturas del Nuevo Mundo**. México: FCE, 2003.

BRASIL, Cláudio Pacheco. **Tratado das Constituições Brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1957 – 1965.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 6 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

CENTROAMERICA. **Constitucion de la Republica Federal de Centroamerica (1824)**. Biblioteca Jurídica Virtual, 2019. Disponível em: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/4/1541/9.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

HENDERSON, Errol. Navigating the Muddy Waters of the Mainstream: Tracing the Mystification of Racism in International Relations. In: RICH, Wilbur (ed.) **The State of the Political Science. Discipline: An African-American Perspective**. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2007.

MADRUGA, Leonardo Agrello. **Os povos indígenas e o Estado Brasileiro: um olhar sobre o direito à autonomia**. Belo Horizonte, 2019.

MEXICO. **Constitución (1824)**. Cámara de Diputados, 2019. Disponível em: http://www.diputados.gob.mx/biblioteca/bibdig/const_mex/const_1824.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

RIBEIRO, Darcy. **Configurações histórico-culturais dos Povos Americanos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975

RINKE, Stefan; FREDERIK, Schulze. Los orígenes de las revoluciones de independencia de América Latina en perspectiva atlántica. **Estudios Ibero-Americanos**, Rio Grande do Sul, v. 36, n. 2, p. 153-178, 2010.

SAFFORD, Frank. **Política, Ideologia e Sociedade na América Espanhola do Pós-independência**. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da Independência a 1870**, volume III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão. 2009.

SANTELLI, Ricardo. **Castas Ilustradas: Representação de Mestiços no México do Século XVIII**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Paulo, jul. 2011.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

THOMPSON, Debra. **Through, Against, and Beyond the Racial State: The transnational stratum of race**. New York: Ed. Routledge, 2017.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: A questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TOLOSSA, Natalia. **A Política Europeia de Segurança e Defesa e a Formação da Identidade Coletiva: Caso do Reino Unido no governo de Tony Blair**. 2004. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

UNITED NATIONS. **Discrimination Against Indigenous Peoples: The Latin American Context**, v. 44, n. 3, 2007. Disponível em: <https://unchronicle.un.org/>

article/discrimination-against-indigenous-peoples-latin-american-context. Acesso em: 10 jun. 2018.

VACANO, Diego a Von. **The Color of Citizenship**. Race, Modernity and Latin American/Hispanic Political Thought. Nova York: Oxford University Press, 2012.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WOODWARD JR, R.L. **A América Central da Independência a 1870**. História da América Latina: Da independência a 1870, volume III, Leslie Bethell organizador; tradução Maria Clara Cescato. – 1. Ed., 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF – Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

Recebido em: 28/10/2019

Aprovado em: 04/03/2020

27 anos de operações de paz italianas: as preferências do Estado italiano ao propagar a segurança no sistema internacional

27 years of Italian peace operations: the Italian State's preferences while propagating security among the international system

27 años de las operaciones de paz italianas: las preferencias del Estado italiano al propagar la seguridad en el sistema internacional

Flávia Silva Lanza*

Karoline Victoria Sousa Tübben**

Resumo

Este artigo tem como foco as operações de paz que foram realizadas com o apoio da Itália desde o início de sua participação nas operações. Esta pesquisa foi feita com o intuito de analisar o formato dessas operações e como elas são escolhidas pelo governo italiano dando enfoque nos fatores que influenciam esse processo de decisão, além de quais são os países que as recebem. A intenção é de entender qual(is) as motivações que levam a Itália a participar das operações de paz das Nações Unidas, e se é apenas através dessa organização que o país atua tendo em vista a manutenção da segurança do sistema internacional.

Palavras-chave: Operações de paz. Itália. *Peacebuilding*. Organização das Nações Unidas.

Abstract

This article focuses on peacekeeping operations that happened with Italy's help since the beginning of its participation in these kinds of operations. This research was done in order to analyze the format of these operations and how they are chosen by the Italian government focusing on the factors that influence this decision-making process, as well as which countries receive it. The intention is to understand what motivates Italy to participate in United Nations peacekeeping operations, and whether it is only through this organization that the country conducts this kind of operations.

Keywords: Peacekeeping. Italy. Peace operations. United Nations.

* Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: flavialanza13@gmail.com.

** Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: kvstubben@gmail.com.

Resumen

Este artigo tiene como foco las operaciones de paz hechas con el apoyo de Itália desde el inicio de su participación en las operaciones. La pesquisa fue realizada con el objetivo de analizar la forma de esas operaciones y como ellas son escogidas por el gobierno italiano dando atención en los factores que influyen el proceso de decisión, además de cuáles son los países que las

reciben. La intención es comprender cuál(es) son las motivaciones que llevan a Itália a participar de las operaciones de paz de las Naciones Unidas, y si solamente por intermedio de esta organización que el país actúa teniendo en vista el mantenimiento de la seguridad del sistema internacional.

Palabras clave: Peacekeeping. Itália. Operaciones de paz. Naciones Unidas.

Introdução

As operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) começaram a ter o apoio do governo italiano logo após a entrada do país como membro nessa organização. Desde então, a Itália participa de diversas operações de paz, sendo elas feitas através da ONU ou de outras organizações - como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia. O objetivo principal deste artigo é a compreensão dos interesses da Itália ao escolher quais operações de paz irá participar, considerando seus interesses para agir nesses locais, além de analisar qual o tipo dessas operações e quais os órgãos promotores com os quais o governo italiano trabalha para enviá-las.

Diante disso, a pergunta de pesquisa deste artigo é “Como funciona a atuação italiana nas operações de paz, realizadas pela ONU ou por outras organizações internacionais, e qual o interesse da Itália ao envolver-se nelas?”. Visto que a Itália já realizou diversas operações de paz, o propósito é criar um perfil dessas operações para entender como o governo italiano decide que irá se envolver em tal conflito e qual o tipo de operações que a Itália prioriza realizar.

Tomando o histórico das operações de paz realizadas com apoio italiano como ponto de partida, a hipótese que este artigo pretende investigar é a de que a Itália se envolve em operações de paz baseada em uma proximidade geográfica, procurando evitar que seu governo e sua estrutura interna sejam afetados por um conflito externo. Isso faz com que a maioria de sua participação em operações de paz sejam de *peacebuilding* e feitas através do modelo das Nações Unidas - ou seja, feitas através desta organização.

Para tal, utilizaremos como metodologia uma pesquisa bibliográfica e documental, que envolverá obras do campo da Segurança Internacional que foquem no funcionamento, realização e nos di-

ferentes tipos de operações de paz. Além disso, usaremos também artigos a respeito das operações que a Itália participa e artigos sobre como ocorreram as operações em diversos países. Neste caso, usaremos artigos de periódicos e as informações quantitativas apresentadas no projeto *Providing for Peacekeeping*, a partir desses dados, foram desenvolvidos, durante nossa pesquisa, mapas que expõem o perfil italiano e sua participação nas operações de paz.

Por fim, cabe ressaltar que o presente artigo será dividido em quatro seções: uma para apresentar um panorama geral e criar um perfil inicial das operações de paz italianas, uma seção para desenvolver qual o tipo de operação mais usado pelo país, assim como explicar o que são as operações de *peacebuilding*, a terceira com a intenção de relacionar os órgãos promotores e os países escolhidos com o que já foi apresentado previamente e a última com os estudos de caso analisados. Logo após isso, as considerações finais são apresentadas.

Contexto italiano e as operações de paz

A Itália é um país conhecido principalmente por suas relações diplomáticas com a União Europeia e os Estados Unidos, que já duram mais de 60 anos. Assim, o país procura coordenar suas políticas internacionais através da cooperação, principalmente com países próximos - como os do Mediterrâneo - para que seja possível a exportação de produtos, a troca de materiais e, também, as políticas de segurança (ANDREATTA, 2008). Isso significa que, quando considerado situações em que é necessário proteger a população italiana, o governo procura os países-vizinhos da região como aliados (ISERNIA; LONGO, 2017). E é possível ver isso no auxílio pedido pela Itália ao lidar com o impacto econômico da pandemia do COVID-19 no país, solicitando que a União Europeia acesse seu fundo de resgate para mitigar a economia (AMARO, 2020).

Porém, não devemos descartar a ideia do nacionalismo italiano, que também está presente nas decisões internacionais do governo do país. Um exemplo disso é a diplomacia italiana com a Líbia, país do Mediterrâneo e que realiza diversas trocas com a Itália - principalmente com a exportação de óleo feita ao mercado italiano (CIA, 2011). Mas, a relação entre esses países nem sempre foi harmônica visto que antes de 1911 existiam planos italianos de ocupação do território líbio. A população, em sua maioria, era grande defensora da colonização, não só desse país como de diver-

sos outros - como Eritreia e Etiópia -, usando da justificativa de que isso contribuiria para a Itália economicamente e compensaria o fato de a Áustria ter anexado a Bósnia-Herzegovina - território que a Itália também queria (CUNSOLO, 1965). Sendo assim, é por isso que o autor Cunsolo (1965) afirma que a Líbia foi diretamente envolvida no movimento nacionalista italiano.

As operações de paz têm como objetivo a manutenção da paz mundial, e são “um dos três principais pilares da ONU, juntamente com a promoção do desenvolvimento e a garantia da observância dos direitos humanos” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2016). Este sempre foi um assunto muito delicado pois relaciona temas como soberania dos Estados, direitos humanos e logo, os limites de uma intervenção em busca da paz. Todavia, sua ação é geralmente vista como necessária e relevante para a promoção da qualidade de vida de populações em perigo.

A crescente atenção aos direitos humanos e a consequente relativização da inviolabilidade das fronteiras é uma consequência direta do fracasso da comunidade internacional em lidar - inclusive através de operações de paz eficazes - com tragédias humanas em grande escala como as ocorridas em Ruanda, Somália e Bósnia (KENKEL, 2013, p. 123, tradução nossa)³.

As operações de paz começaram a ser realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, apenas três anos após a criação da organização. A primeira operação foi realizada durante a primeira guerra árabe-israelense, e contava com um pessoal de 120 homens desarmados (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2016). Elas são determinadas pelo Conselho de Segurança, justificadas pelos Capítulos 6º, 7º e 8º da Carta das Nações Unidas, e são financiados pela Assembleia Geral da ONU (PEACEKEEPING, 2019). Esse estilo de intervenção, com homens sendo enviados para tentar conter um conflito, foi se desenvolvendo até estabelecer os diversos tipos de operações que ocorrem hoje, como as de *peacekeeping* tradicional, *peacebuilding*, manutenção da paz (*peacemaking*) e execução de paz (*peace enforcement*) (KENKEL, 2013).

As operações de *peacekeeping* tradicionais - sendo denominadas como primeira geração por autores de segurança internacional - en-

3. Growing attention to human rights and the attendant relativization of borders' inviolability is a direct consequence of the international community's failure to deal—including through effective peace operations—with large-scale human tragedies such as that occurred in Rwanda, Somalia, and Bosnia.

volveram principalmente as missões da ONU durante a Guerra Fria, seguindo o fim de um conflito armado através do cessar-fogo ou da trégua entre as partes. Assim, seu objetivo é o de criar um ambiente para a resolução do conflito de forma pacífica, usando de ações como o monitoramento de fronteiras, verificação de zonas desmilitarizadas, entre outras tarefas. Logo, quando for obtido um acordo político, essas missões eram retiradas da ação (KENKEL, 2013).

Já as operações de *peacemaking* - denominadas de segunda geração - se referem à “implantação de uma presença das Nações Unidas no campo, até então com o consentimento de todas as partes envolvidas, normalmente envolvendo pessoal militar e/ou policial das Nações Unidas e frequentemente civis” (KENKEL, 2013, p.128 , tradução nossa)⁴. Elas adicionam as tarefas civis para realizar o serviço de transição política do conflito, mas sem um aumento na permissão do uso da força militar (KENKEL, 2013).

Por outro lado, as operações de *peace enforcement*, denominadas de terceira geração das operações de paz, são caracterizadas “pelo aumento da permissão para usar a força para impor os objetivos de uma missão” (KENKEL, 2013, p.130 , tradução nossa)⁵. Esse aumento do uso da força se deu pela preocupação que surgiu com o possível uso do conceito de soberania como forma de um país escapar da intervenção em seu território. Assim, a ONU passou a intervir com maiores preocupações humanitárias. Além das gerações já mencionadas, existe a quarta geração, chamada de *peacebuilding*, que tem a intenção de construir a paz em um país em conflito, auxiliando, por exemplo, na reestruturação do Estado (KENKEL, 2013).

Nesse sentido é possível discorrer sobre as ações de um relevante Estado no que se refere a operações de paz: a Itália. As operações começaram a possuir o apoio da Itália logo após a admissão italiana à Organização das Nações Unidas, em 1956. Na década de 1960, a Itália foi responsável pelo envio de tropas para pacificar o Congo, que estava devastado pela guerra civil, durante a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC). Essa participação é importante para a história italiana perante operações de paz, visto que houve um incidente em 1993 no qual 13 aviadores italianos enviados para cumprir funções para a operação foram sequestrados e

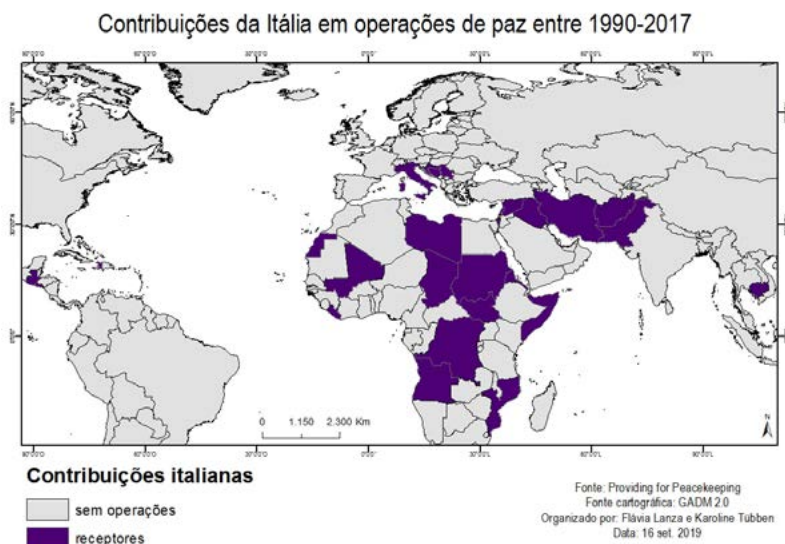
4. The deployment of a United Nations presence in the field, hitherto with the consent of all the parties concerned, normally involving United Nations military and/or police personnel and frequently civilians as well

5. Increased permission to use force to impose the aims of a mission's mandate.

mortos - participando de uma operação de *peacemaking*. Este incidente é marcado perante a população italiana, pois ocorreu durante uma das maiores operações de paz realizadas pela ONU, o que demonstra como a participação italiana nestas ocorre com o propósito de solucionar um grande conflito (BALDINI, 2017).

De acordo com o projeto *Providing for Peacekeeping*, realizado pelo IPI (International Peace Institute) em parceria com a Elliot School of International Affairs - localizada na Universidade George Washington -, a Itália realizou 2.195 contribuições no setor de operações de paz entre os anos de 1990 e 2017. Essas contribuições foram constituídas de 1.179 experts, 843 polícias formais, 362 polícias individuais, 9.734 polícias civis, 278.703 tropas e 6.137 observadores. Elas foram feitas majoritariamente no Líbano, Israel, Paquistão, Saara Ocidental, Sérvia, Iraque e Chipre, além de algumas na Bósnia, Eritreia, Sudão, Mali, El Salvador, Congo, Afeganistão, entre outros países (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019). Esses dados estão ilustrados no mapa a seguir.

Mapa 1 - Contribuições da Itália em operações de paz entre 1990-2017



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados de Providing for Peacekeeping (2019)

Neste mapa 1, é possível perceber quais são os países do globo que mais recebem o envio de tropas e pessoal da Itália para contri-

buir com uma operação de paz entre os anos de 1990 e 2017. Isso significa que, ao todo, - segundo os dados coletados pelo projeto *Providing for Peacekeeping* - 27 países foram receptores de tropas enviadas pelo governo italiano em parceria com a ONU. Por exemplo, foram cerca de 200 - 320 envios feitos no Líbano segundo os dados coletados. Esses envios foram realizados dentro das operações de paz específicas, e cada uma recebeu diversos envios de pessoal (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019).

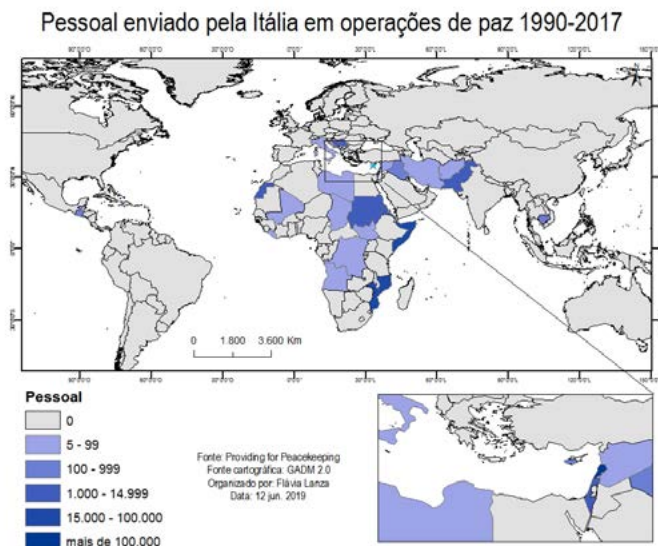
Outros países que contaram com o apoio italiano foram o Chipre, Libéria, Sudão do Sul, Somália, entre outros. A própria Itália está colorida visto que o governo italiano considera que seu envio de policiais dentro de seu próprio território para conter estrangeiros, como refugiados, também é parte da participação de uma operação de paz (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019).

Tais dados são importantes para entendermos que a grande maioria das operações que a Itália escolhe participar envolvem países que são geograficamente próximos desse Estado, o que também pode ser comprovado pelo fato de que o maior número de operações de paz foi enviado à região dos Balcãs - ou seja, para países como a Sérvia, Bósnia e Croácia (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019).

Para além disso, a Itália também participa de bastante operações no continente africano, - que ocorreram majoritariamente no Congo, no Sudão, na Somália e na Saara Ocidental - envolveram um número muito extenso de países, visto que os Estados que receberam as operações de paz estavam em situação de quase colapso e foram necessárias grandes operações - ou seja, um grande esforço tanto da ONU quanto dos países participantes. Sendo assim, o envolvimento da Itália nelas não foi tão significativo.

Além disso, como já mencionado, o maior engajamento apresentado pela Itália em operações de paz foi durante as 320 contribuições - que se referem ao envio de diversos mecanismos de contenção - realizadas pelo país durante as operações de paz feitas no Líbano, em 2006, através da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019). Diante disso, o mapa a seguir apresenta a quantidade de pessoal - ou seja, de tropas, experts, polícias civis, polícias individuais, polícias formais e observadores - que foram enviados pela Itália durante a realização de todas as operações no qual o país contribuiu entre os anos de 1990 a 2017.

Mapa 2 - Pessoal enviado pela Itália em operações de paz 1990-2017



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados de Providing for Peacekeeping (2019).

É possível perceber que o maior fluxo desse envio de pessoal também se deu para o continente africano e países da Europa e da Ásia que são geograficamente próximos à Itália. O país que mais recebeu pessoal foi o Líbano, com um envio de aproximadamente 232.000 tropas, policiais, experts e observadores. Isso demonstra como o governo italiano se preocupou em resolver a questão nesse país e restaurar uma paz positiva no local, visto que diversas embarcações de refugiados podiam tentar atravessar o Mar Mediterrâneo até a Itália, o que poderia afetar o país diretamente.

Tal conceito de paz positiva se refere a uma paz de longo prazo, que implica ajuda mútua e a construção de uma sociedade melhor (GALTUNG, 1995). É possível perceber que essa é uma característica presente em diversas das operações de paz nas quais a Itália decide contribuir, pois são operações de um maior porte, feitas pela ONU com o apoio de diversos países e que se preocupam em acabar com um grande conflito que estava sendo extremamente prejudicial para a população. Assim, o objetivo das operações de *peacebuilding* é reestruturar o governo do país, procurando uma forma de evitar que outro conflito se instaure ali.

Essa última análise feita também se relaciona com o caso da região da Dalmácia, onde houveram diversos conflitos na década de 1990 que poderiam gerar um grande fluxo de refugiados para a Itália, visto que gerariam um grande fluxo de migrantes forçados que procurariam o país para pedir refúgio. Então, é possível perceber que as operações de paz que tem o apoio italiano são bastante auto-interessadas, visto que o governo procura solucionar os conflitos que poderiam de alguma forma afetar a estrutura doméstica do país, como por exemplo a vinda de muitos refugiados (BROWN, 1996).

A própria Itália foi novamente marcada neste mapa, para demonstrar as tropas e polícias que foram enviadas dentro de seu próprio território com o intuito de assegurar a população de refugiados que estava no país, sendo estas pessoas que estavam fugindo de um conflito territorialmente próximo a Itália. Também, as participações italianas em operações de paz tiveram um perfil de alternância entre empenho e desempenho durante muito tempo. Isso se deve principalmente a grandes mudanças na política internacional e suas preferências. Esse era um problema tão relevante que, em 1993, o então ministro da Defesa, Salvatore Andò, pediu ao parlamento italiano que apoie os esforços da ONU na Somália, porque era a hora de a Itália deixar de ser um consumidor de segurança, ou seja, que precisa de apoio para manter sua própria segurança, e começar a ser um provedor de segurança, auxiliando outros Estados em conflito (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2017).

Além dessa operação, a Operação de paz da ONU na Somália II (UNOSOM II), realizada na Somália em 1993, também se destaca, onde a Itália foi considerada um provedor de segurança. Também é importante enfatizar a importância da Missão de Administração Interina da ONU no Kosovo (UNMIK), realizada pelo Conselho de Segurança em 1999, na qual a Itália aumentou sua contribuição total para as forças da ONU. Outra contribuição italiana que precisa ser ressaltada é o envolvimento apresentado no Afeganistão e no Iraque após os ataques terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos. Essas também foram grandes operações que chamaram bastante a atenção da comunidade internacional e, com isto, também marcam a história italiana de participações neste tipo de operação. Foram feitas com o intuito de acabar com os conflitos nestes Estados, assim como restaurar um governo de forma mais estruturada (BALDINI, 2017).

Órgãos promotores de missões de paz e países escolhidos

Grande parte das operações de paz das quais a Itália participa são realizadas por intermédio da Organização das Nações Unidas, visto que o país é um dos principais contribuidores. Desde 1960, a Itália já participou de 33 operações de paz, aumentando significativamente o número de tropas ao longo do tempo (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019).

Para além das operações de paz promovidas pela ONU, sua principal intermediária em suas ações, a Itália também age através de outras organizações, como União Europeia (UE). A OTAN e a UE, em conjunto com a ONU se comprometeram em 2010 a prevenir crises, gerir conflitos e estabilizar situações de pós-conflito (NATO, 2018). Dentro dessa aliança, a Itália se destaca como a maior provedora de tropas de *peacekeepers* das Nações Unidas para essas ações em conjunto, o que pode ser percebido porque ela é o oitavo maior contribuidor financeiro para a manutenção das operações de paz da ONU (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019).

Um exemplo disso é a atuação italiana no Kosovo que, além da operação já mencionada no presente trabalho que foi feita através do Conselho de Segurança da ONU, também houve diversas operações feitas pela *Kosovo Force* (KFOR), que foi feita em parceria com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1999. Essa operação visava a construção de um ambiente pacífico no país, o que demonstra sua similaridade com a quarta geração das operações de paz. A Itália é um dos países que mais enviou tropas para essa missão, iniciando com 5.000 tropas enviadas e, ainda hoje - com a operação sendo considerada auto-suficiente⁶ -, mantém 600 tropas para manter a paz (NATO, 2018).

Além dessa operação, outra realizada através da OTAN também foi responsável por expandir o papel italiano dentro do campo das operações de paz - a *Implementation Force* (IFOR) realizada em 1995 na Bósnia. A ONU estava relutante sobre enviar *peacekeepers* de países vizinhos que possuísem alguma relação histórica de envolvimento militar com a ex-Iugoslávia para manterem a paz após o conflito - visto que a Itália não se envolveu em nenhu-

6. Isso significa que a operação obtém sucesso em ensinar o Estado receptor a treinar suas próprias tropas a defenderem seu país. Disponível em: <https://blogs.state.gov/stories/2019/05/29/en/boots-ground-strengthening-peacekeeping-through-us-global-peace-operations>. Acesso em: 10 ago. 2019.

ma operação de paz durante a guerra em si. Então, foi através do apoio da OTAN que a Itália se envolveu procurando reestruturar a Bósnia. (NATO, 2001)

Como foi explicado por Carlo Scognamiglio-Pasini, que na época era Ministro da Defesa da Itália, no documento “*Increasing Italy’s input*” publicado em 2001 no site da OTAN, “compartilhando o mar Adriático com a Albânia, Croácia, Montenegro e Eslovênia, a Itália é um ímã óbvio para os refugiados, muitos dos quais cresceram assistindo televisão italiana, sonhando com a Itália e falando italiano” (NATO, 2001, n.p., tradução nossa)⁷. Sendo assim, cabe-se uma análise de porque a Itália teve o interesse em enviar missões de operações de paz para a Bósnia, talvez por medo de que um grande número de refugiados chegasse ao seu país, causando dificuldades para o governo e a própria população italiana (NATO, 2001).

Sendo assim, é possível perceber que a Itália realiza suas operações de paz baseada nessa proximidade geográfica, procurando evitar que seu governo e sua estrutura interna seja afetada por um conflito externo. Para tal, é necessário que suas operações sejam de *peacebuilding*, visto que ao usar da força para tentar construir a paz em um Estado, a Itália já consegue participar em uma intervenção que seja mais “cedo” no conflito, evitando que ele escale ao ponto de afetar o território ou a população italiana, causando prejuízos ao país.

Cabe citar também o caso das operações de paz que a Itália realizou na região da Dalmácia. Ao todo, foram 278 contribuições em operações de paz realizadas através da ONU, na região. Dentre elas, 210 ocorreram na Sérvia, 67 na Bósnia e Herzegovina, e 1 na Croácia (PROVIDING FOR PEACEKEEPING, 2019). Ela não participou da principal operação de paz que ocorreu no local, a UNPROFOR, porque a ONU não queria empregar tropas de *peacekeeping* de países vizinhos, por medo de que seu histórico de envolvimento militar com a ex-Iugoslávia afetassem o estabelecimento de paz no local. (NATO, 2001).

Ainda com esse empecilho, a Itália conseguiu aderir a Força de Implementação liderada pela OTAN (IFOR) para a Bósnia em dezembro de 1995 e partir disso, entrou em ação por muitos anos nessa região através das operações de paz. Inicialmente, seus esfor-

7. Sharing the Adriatic Sea with Albania, Croatia, Montenegro and Slovenia, Italy is an obvious magnet for refugees, many of whom have grown up watching Italian television, dreaming of Italy and speaking Italian.

ços eram direcionados a assistências das tropas, foram mandados aproximadamente 3.200 soldados pela IFOR na área controlada pela França, com um crescimento significativo do número de agentes ao longo do tempo naquela região. Posteriormente, passou a enviar *carabinieri*, que eram policiais que tinham status militares, e autorizaram a utilização de suas bases áreas para que a OTAN atingisse alvos sérvios e bósnios. (NATO, 2001). “Esse é o resultado de uma política consciente de assumir um papel maior em uma região na qual Roma considera estar em jogo seu interesse nacional” (NATO, 2001, n.p., tradução nossa)⁸.

Além de todas as operações citadas, também cabe ressaltar que a Itália também realizou operações de paz com o apoio da União Europeia. Este bloco realiza operações por ser um bloco de características políticas, para além de econômicas, e então já se uniu à ONU diversas vezes para apoiar operações de paz com o envio de tropas. Para além disso, a União Europeia também realiza operações por conta própria, realizando operações no próprio território europeu e algumas na África (CIRLIG, 2015).

Alguns exemplos dessas operações de paz ocorreram na Albânia, na Iugoslávia, na Geórgia, no Iraque, no Kosovo e na própria Itália. Porém, essas operações são de pequeno porte, ou seja, não envolvem tantas tropas e polícias como as operações feitas pela ONU. Portanto, não existem muitas informações para que possamos analisar se elas também são de *peacebuilding* (CIRLIG, 2015).

O tipo das operações

O autor Johan Galtung (1976), em sua obra “*Three approaches to peace*” afirma que existem três abordagens que são seguidas durante as operações de paz, sendo elas o *peacekeeping*, o *peacemaking* e o *peacebuilding*. A primeira abordagem se refere a uma forma mais tradicional de realizar as operações, buscando manter as partes em conflito separadas. A segunda abordagem busca eliminar o foco da tensão, sem realmente estabelecer um acordo negociado pelas partes. Então, o autor introduz o conceito de *peacebuilding*, que é o estabelecimento de uma paz duradoura e que consiga se auto-sustentar.

8. This is the result of a conscious policy of assuming a greater role in a region in which Rome considers its national interest to be at stake.

Considerando o exposto, é possível afirmar que as operações de paz realizadas pela Itália são majoritariamente de *peacebuilding*. Esse tipo de operação é característico da quarta geração das operações de paz da ONU, e consistem em operações de construção de paz. Elas combinam a permissão para o uso da força com tarefas civis que são mais intrusivas em termos de seu efeito sobre a autonomia e soberania do Estado no qual são realizadas as operações - ou seja, são mais fortes que as da segunda geração (KENKEL, 2013). Esse tipo de operação começou a ser frequentemente implementado pelas operações da ONU durante os anos 1990 (CAVALCANTE, 2010).

Esse tipo de operação também são descritas como operações de paz de apoio, visto que elas são, como afirmou o antigo Secretário-Geral da ONU Boutros Boutros-Ghali, ações para identificar e apoiar estruturas que tenderão a reforçar e solidificar a paz a fim de evitar uma recaída no conflito (BOUTROS-GHALI, 1992). Sendo assim, são necessários esforços abrangentes para identificar e apoiar estruturas que tenderão a consolidar a paz e promover um sentimento de confiança e bem-estar entre as pessoas (KENKEL, 2013).

De forma a exemplificar as definições demonstradas acima, serão analisados três mandatos de operações de paz já explicitadas anteriormente que contaram com a participação do Estado italiano: UNIFIL II e UNOSOM II ordenadas cronologicamente. As Forças Interinas das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) foram postas em ação por meio das resoluções 425 e 426 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em 1978, com um mandato que consistia de atividades características de operações definidas por Kai Kenkel em 2013 como de *peacekeeping*, como a supervisão da saída de forças israelenses e monitoramento do cessar fogo - adicionado pela revisão de 2006 (UNITED NATIONS, 2019). Entretanto, havia também afazeres típicos de missões de *peacebuilding*, como o auxílio na retomada de legitimidade por parte do governo libanês e no desarmamento do território por parte das forças do Líbano, assim como na retomada do controle de suas fronteiras - adicionada pela revisão de 2006 (UNITED NATIONS, 2019).

A Operação das Nações Unidas na Somália (UNOSOM II) foi estabelecida pelo CSNU em 1993 por meio da resolução 814, seu mandato consistia em monitorar o cessar-fogo entre as partes, controlar os armamentos em posse dos grupos rebeldes assim como desarmar os agentes não autorizados, proteger linhas de transporte e comunicação passíveis de uso por parte de auxílio humanitário

e ajudar indivíduos em situação de refúgio (UNITED NATIONS, 2003). De acordo com a definição de *peacekeeping*, as atividades descritas pelo mandato da UNOSOM II a classificam como uma operação de manutenção da paz. Entretanto, um ano antes da retirada das forças da ONU do território somali em 1995, o mandato da UNOSOM II foi revisado, introduzindo atividades características de missões de *peacebuilding* como por exemplo prestar auxílio em assuntos institucionais, como a organização do sistema judicial do país dentre outros processos políticos que tinham a finalidade de reorganizar o Estado somali (UNITED NATIONS, 2003).

Posto isso, é necessário destacar o Relatório Brahimi, que foi um relatório construído em 2000 por uma equipe chefiada pelo ex-Primeiro Ministro da Argélia Lahkdar Brahimi, a pedido do então Secretário-Geral da ONU Kofi Annan, apresentou sugestões para que a organização conseguisse melhorar suas operações de paz e focou principalmente em quais as condições que um local deveria ter para que uma operação de *peacebuilding* pudesse ser implantada lá (UNRIC, 2019). Já em 2007, esse tipo de operações foi descrito pelo Comitê de Políticas do Secretário-Geral durante seus relatórios como:

Uma série de medidas direcionadas a reduzir o risco de decaimento ou recaída em conflito, fortalecendo as capacidades nacionais em todos os níveis para a gestão de conflitos e estabelecendo as bases para a paz e o desenvolvimento sustentáveis. As estratégias de construção da paz devem ser coerentes e adaptadas às necessidades específicas do país em questão, com base na apropriação nacional, e devem incluir um conjunto de atividades cuidadosamente priorizado, sequenciado e relativamente estreito, com o objetivo de alcançar os objetivos acima. (UNPBF, 2019, Decision of the Secretary-General, tradução nossa)⁹

Tais objetivos mencionados ao final dessa citação foram incluídos durante um dos relatórios enviados pelo Comitê, sendo esses relatórios a respeito da consolidação de uma paz após um conflito nessa consolidação. Os objetivos são: apoio à segurança básica e segurança, processos políticos, prestação de serviços básicos, restauração das funções do governo central e revitalização econômica (UNPBF, 2019).

9. A range of measures targeted to reduce the risk of lapsing or relapsing into conflict by strengthening national capacities at all levels for conflict management, and to lay the foundation for sustainable peace and development. Peacebuilding strategies must be coherent and tailored to the specific needs of the country concerned, based on national ownership, and should comprise a carefully prioritized, sequenced, and relatively narrow set of activities aimed at achieving the above objectives.

Para que a paz de longo prazo seja construída no local de ocorrência da operação, as partes em conflito procuram assinar acordos que acabam com conflitos civis - podendo estes incluir o desarmamento e a restauração da ordem, a custódia e possível destruição de armas, repatriamento de refugiados, assessoria e treinamento de pessoas para garantir a segurança, entre outras medidas (KENKEL, 2013).

Por fim, vale ressaltar que o conceito de *peacebuilding* engloba diversos esforços feitos tanto por governos e organizações internacionais quanto por sociedades civis em diversos níveis. Sendo assim, tal tipo de operação apóia a segurança humana, assim como tenta garantir que o bem-estar da população - visto que reconhece a necessidade de desenvolver um governo, construir uma democracia, garantir os direitos humanos e saúde para a população, etc (ALLIANCE FOR PEACEBUILDING, 2019).

Ademais, no final dos anos 2000 a *Peace Operations* 2010 foi desenvolvida como uma reforma que visou institucionalizar as operações de paz aumentando a segurança de seus participantes por meio da formulação de *guidelines* sobre o trabalho exercido nessas atividades (FAGANELLO, 2013). Dessa forma, a Doutrina Capstone, lançada em 2008, reuniu as décadas de missões de paz das Nações Unidas de forma a organizar os aprendizados por elas trazidos à contemporaneidade, com o objetivo de prestar auxílio àqueles envolvidos nas operações informando-os dos preceitos que conduzem esse trabalho, desde seus benefícios a suas limitações (FAGANELLO, 2013).

Michael Brown (1996), em sua obra *The International Dimensions of Internal Conflict*, retrata que existem cinco categorias nas quais um conflito consegue afetar seus Estados vizinhos, sendo elas problemas com refugiados, problemas econômicos, problemas militares, problemas de instabilidade e guerra. Isso significa que um Estado próximo a um em conflito pode acabar recebendo um enorme fluxo de refugiados, o que pode acarretar problemas de segurança como militares misturados aos civis ou a condição difícil desses refugiados podem os tornar muito radicais, causando instabilidade política.

Além disso, conflitos armados podem causar perturbação com a comunicação, transporte, troca, manufatura, finança e acesso a materiais, o que pode gerar diversos problemas econômicos. Também, os territórios dos Estados ao redor de um Estado em conflito podem ser usados clandestinamente por grupos rebeldes para o

envio de armas, ou como base de suas operações, podendo causar ataques a esses Estados vizinhos. Por fim, vale ressaltar que um conflito pode causar instabilidade econômica e militar a um Estado próximo, podendo levar a guerra até lá (BROWN, 1996).

Sendo assim, é possível perceber que as operações nas quais a Itália participa são de *peacebuilding* justamente por sua tentativa de estabelecer um novo governo no Estado em conflito, de forma a tornar mais difícil a recaída em guerra. Assim, a Itália consegue evitar que os conflitos domésticos de outros Estados a afetem, como por exemplo um grande fluxo de refugiados que poderia pedir refúgio e causar certa desestabilização na economia italiana.

Estudos de caso: UNIFIL II e UNOSOM II

Diante do que foi exposto acima, esse artigo faz uso do estudo de caso como metodologia de comprovação da hipótese, sendo essa de que o envolvimento do Estado italiano em operações de paz se dá baseado na proximidade geográfica, ou seja, procurando evitar que seu governo e sua estrutura interna sejam afetados por um conflito externo. Assim, foram selecionadas duas missões de paz realizadas pelas Nações Unidas: a Operação das Nações Unidas na Somália II (UNOSOM II) e a Força Interna das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL II). A escolha dessas se deu a partir do contexto histórico italiano, que perpassa o colonialismo no século XIX, bem como a análise feita sobre as relações da Itália com o mediterrâneo, respectivamente.

UNOSOM II

O território hoje conhecido como Somália foi dividido entre os Estados colonialistas europeus no final do século XIX, a região norte era de dominação britânica; o sul foi invadido pelos italianos e a costa era de presença francesa (INGIRIIS, 2018). Na década de 1960, quando o continente africano vivenciou uma erupção de descolonizações, os territórios britânicos e italianos foram unidos em um só governo nacional que se manteve sob a égide da democracia liberal ocidental até 1969, quando o presidente indiretamente eleito, Ali Shermarke foi deposto por um golpe militar liderado pelo general Siiaad Barre. Tendo em vista o contexto bipolar internacional, o novo Estado autoritário somali se alinhava à União Soviética, assim, Barre estatizou diversos bens públicos e realocados para seus aliados. Devido ao re-

gime ditatorial e excludente, surgiram no território alguns grupos de oposição e resistência, que conseguiram, no ano de 1991 derrubar o governo de Barre. Contudo, teve-se início um processo de disputa pelo controle do poder que levou ao colapso total do Estado somali, e consequentemente, a uma guerra civil (JAMAL, 2013).

No que tange ao conflito interno somali, haviam dois atores principais, o grupo liderado pelo general Mohammed Farah Aidid, o homem responsável pela derrocada do ditador Barre, que controlava a capital Mogadíscio; e as forças regidas pelo general Mohammed Hersi, genro de Barre, que estava presente no sudeste do país. Além da disputa entre os grupos insurgentes, um outro fator se fez central na guerra civil: a fome. Gerada principalmente por condições climáticas como a seca, a fome foi usada como forma de torturar civis, bem como moeda de troca entre os rebeldes. Tendo em vista a violência e a mortalidade do conflito, bem como a destruição completa da máquina estatal, as Nações Unidas organizaram intervenções humanitárias que tinham como objetivo principal proteger os civis e garantir que esses recebessem o apoio internacional (KATZ, 1993).

Diante disso, em 1992 foi estabelecida a UNOSOM I, uma operação de paz cujo intuito era de proteger as forças das Nações Unidas no território somali, bem como assegurar a chegada e distribuição de recursos básicos à população. Essa missão também foi responsável pelo estabelecimento da Força Tarefa Unificada (UNITAF), uma força conjunta liderada pelos Estados Unidos, que visava garantir, por meios militares, o acesso dos civis ao apoio humanitário, fazendo uso de todos os meios necessários. No ano seguinte, por meio da resolução 814 do Conselho de Segurança, a UNOSOM II foi criada visando a substituição da UNITAF, constituindo essa missão uma *peacekeeping operation* (PEACEKEEPING, 2020).

Diferentemente da primeira, a UNOSOM II foi estabelecida com o objetivo de instaurar a paz na região, por meio da mediação do processo de desarmamento bem como incentivar a reconciliação nacional. Dentre as funções da operação estavam: realização do processo de desminagem do território; tratamento adequado aos refugiados; proteção das linhas de chegada dos carregamentos humanitários; monitoramento da adesão ao cessar fogo por parte dos envolvidos e impedimento do retorno das hostilidades, com autorização de agir militarmente caso isso ocorresse. No ano de 1994, o mandato da UNOSOM II foi revisado e, por conseguinte, recebeu algumas características típicas de *peacebuilding operations* como

por exemplo a reorganização dos mecanismos judiciais e de coerção somalis, bem como auxílio na reconstrução política do Estado (PEACEKEEPING, 2020).

No que tange à participação italiana, essa operação se faz de veras relevante, tendo em vista que foi um marco no envolvimento do Estado nesse setor das Nações Unidas. Em 1992, o ministro da defesa italiano Salvatore Andó clamou por um maior protagonismo na segurança internacional e, consequentemente, pelo apoio italiano na UNOSOM II, assim o país se tornaria um 'provedor de segurança'. No mesmo ano a Itália se envolveu na operação, enviando 2150 soldados, e nela permaneceu durante dois anos (1993-1995), culminando no envio de aproximadamente 3200 tropas, o que representou 30% das forças empenhadas no ápice da missão. É necessário salientar que, devido ao passado compartilhado entre a Itália e a Somália, o século de dominação colonial e as atrocidades cometidas a população nativa, o retorno da presença italiana na região, por meio de uma operação de paz, causou estranhamento por parte dos somalis (TERCOVICH, 2017).

Durante o período em que a Itália esteve contribuindo para a UNOSOM II, houveram algumas tensões entre esse Estado e as Nações Unidas, em especial no que diz respeito ao centro de comando da operação. De modo a alterar a percepção somali em relação a Itália, as forças italianas optaram por adotar mais negociações com os civis, esse curso de ação foi de encontro com as perspectivas do comandante da missão, que acusou a Itália de não buscar uma solução política para o conflito. Em resposta, o Estado italiano condenou a militarização da UNOSOM II, além disso, essas forças deixaram de receber ordens do centro de controle das Nações Unidas e passaram a responder somente à Itália, de forma que essa operação é vista como uma experiência negativa no histórico de participações italianas (TERCOVICH, 2017).

UNIFIL II

As Forças Interinas das Nações Unidas no Líbano II (UNIFIL II) foram um esforço da ONU para promover a paz na região do Oriente Médio, em especial na fronteira entre o território de Israel e o Estado libanês, que culminaram no conflito conhecido como a Segunda Guerra do Líbano. As hostilidades entre o grupo terrorista libanês Hezbollah e Israel possuem um vasto histórico de mais de

duas décadas. No ano de 2000, o grupo conseguiu expulsar as forças israelenses do território do Líbano, contudo, seis anos depois, o conflito se escalou com o ataque à soldados israelenses. Em resposta à ação do Hezbollah, o governo israelense decidiu atacar não só o grupo, mas o Estado do Líbano por meio de uma campanha aérea de modo a pressionar a saída dos terroristas do território libanês. O conflito teve 33 dias de duração, no entanto, as causalidades ocorreram em grande número tendo em vista o poderio militar israelense e o preparo do Hezbollah nos últimos seis anos, que contou com o apoio de Estados como Irã e Síria (FARQUHAR, 2009).

Desse modo, em 2006, foi estabelecida a UNIFIL II, como uma expansão da UNIFIL I, criada em 1978 por meio das resoluções 425 e 426 do Conselho de Segurança, cujo mandato consistia no auxílio à retomada libanesa do controle de seu território, e consequentemente retirada as forças israelenses do local bem como ajuda ao governo libanês a manter sua soberania por meio da proteção de suas fronteiras, caracterizando-a como uma *peacekeeping operation*. Ademais, no que tange aos contribuintes, a UNIFIL contou com 45 Estados participantes que culminaram em aproximadamente 10600 forças, dentre esses, a Itália foi o segundo país com maior número de contribuições, 1071, perdendo somente para a Indonésia, com 1254 (PEACEKEEPING, 2019).

A decisão de tomar parte na UNIFIL II é significativa quando se analisa o histórico italiano, e representa uma continuidade de um esforço iniciado na UNOSM II de se tornar um ‘provedor de segurança’. Essa iniciativa de protagonismo italiano pode ser interpretada como um compromisso com o multilateralismo da sociedade internacional, um posicionamento característico europeu após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, essa motivação não pode ser usada como única explicação para a participação italiana na UNIFIL II, como proposto na hipótese, a região onde se deu essa operação é de proximidade geográfica com o território italiano, de modo que o conflito poderia trazer impactos para esse, como por exemplo, refugiados, consequência comum para o governo italiano quando se trata de hostilidades no mediterrâneo. No período em que a missão ocorreu, a Itália era governada por Romano Prodi, que foi eleito no discurso de expandir o papel da União Europeia no sistema multilateral - indo ao encontro da proposta Andó na década anterior - de forma que a intervenção no Líbano se mostrou como uma oportunidade de consolidar essa retórica (CLADI; LOCATELLI, 2018).

É necessário ressaltar que a reação da sociedade internacional se deu, majoritariamente, devido a um protagonismo europeu, com destaque à Itália, que realizaram, em Roma, uma conferência de paz para o Líbano. Ainda, antes do estabelecimento da UNIFIL II, o Estado italiano já vinha se envolvendo no conflito entre Hezbollah e Israel, contribuindo para a UNIFIL I, bem como realizando doações humanitárias financeiras para o Líbano (CLAD; LOCATELLI, 2018).

Considerações finais

Posto tudo, conclui-se que a Itália possui um histórico valioso de operações de paz, sejam elas promovidos pela ONU, OTAN ou União Europeia. Seu engajamento nessas ações foi se tornando mais consistente ao longo do tempo e é possível relacionar a proximidade geográfica dos Estados ajudados com a ação da Itália. Isso denota um interesse implícito de que os problemas domésticos desses países não os atinjam de qualquer forma: seja por meio de imigrantes ou no âmbito político e econômico.

As operações de *peacebuilding* cumprem justamente esse papel de reconstrução da paz perdida, seja por motivos econômicos, políticos ou sociais. Consequentemente, as ações, quando alcançam seu objetivo, promovem a paz não só no cenário doméstico, mas também regional, possibilitando maior segurança nessa área em geral. Logo, é justificado que países próximos do conflito ajam em prol não só da estabilidade interna, mas também de sua própria preservação.

Todavia, a ONU, por imaginar que houvesse um conflito de interesses entre o território italiano e o país próximo que necessitasse suas operações de paz, não permitia que a Itália fizesse parte do corpo de operações. Ainda assim é possível observar que a preservação da segurança interna ainda é algo que os preocupava, que eles fizeram, por exemplo, uma operação de paz na região da Dalmácia pela OTAN, uma vez que a ONU não permitiu que eles agissem ali.

Ademais, mesmo quando não são geograficamente próximos, é possível observar que, como essas operações são solicitadas por órgãos internacionais, recusar-se de enviar tropas caracterizaria um desconforto internacional, havendo a possibilidade de sofrer consequências posteriores. Sendo assim, a principal preocupação do governo italiano ao participar de uma operação de paz é evitar que o conflito afete seu Estado.

Referências

ALLIANCE FOR PEACEBUILDING. **Peacebuilding 3.0**. [S.l.]: Alliance for Peacebuilding, Harnessing Collective Action for Peace. Disponível em: <https://alliance-forpeacebuilding.org/peacebuilding-3-0/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

AMARO, Silvia. **Italy asks for help from EU crisis fund as death toll spikes**. [S.l.]: Europe News, CNBC, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2020/03/20/italy-conte-calls-for-eu-crisis-fund-as-coronavirus-death-toll-rises.html>. Acesso em: 24 mar. 2020.

ANDREATTA, Filippo. **Italian Foreign Policy: Domestic Politics, International Requirements and the European Dimension**. Itália: Journal of European Integration, University of Bologna, 09 abr. 2008.

BALDINI, Alessandra. **UN Peacekeeping: Italy at the top among NATO, EU, WEOG contries**. [S.l.]: ONU Italia, 2017. Disponível em: <https://www.onuitalia.com/2017/04/25/un-peacekeeping-italy-top-among-nato-eu-weog-countries/>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BOUTROS-GHALI, Boutros. **An agenda for peace: preventive diplomacy, peace-making and peace-keeping**. n. 17 jun. 1992. Nova Iorque. Disponível em: https://www.un.org/ruleoflaw/files/A_47_277.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.

BROWN, Michael E (Ed.). **The international dimensions of internal conflicts**. Cambridge: MIT Press, 1996.

CAVALCANTE, Fernando. As origens conceituais da construção da paz das Nações Unidas. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/1328/1188>. Acesso em: 27 jul. 2019.

CIA. **Libyan-Italian Relations: Qadhafi's Link to Western Europe**. Washington: Central Intelligence Agency, Directorate of Intelligence, 2011. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00287R000800020001-3.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CLADI, Lorenzo; LOCATELLI, Andrea. Why did Italy contribute to UNIFIL II? An analytical eclectic analysis. **Italian Political Science Review**, [s.l.], v. 49, n. 1, 2018. Disponível em: <https://pearl.plymouth.ac.uk/bitstream/handle/10026.1/11838/Main%20document.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 26 mar. 2020.

CIRLIG, Carmen-Cristina. **EU-UN cooperation in peacekeeping and crisis management**. European Parliament Research Service, Members' Research Service, briefing, nov. 2015. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2015/572783/EPRS_BRI\(2015\)572783_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2015/572783/EPRS_BRI(2015)572783_EN.pdf). Acesso em: 07 jul. 2019.

CUNSOLO, Ronald S. Libya, Italian Nationalism, and the Revolt against Giolitti. **The Journal of Modern History**, Chicago, v. 37, n. 2, p. 186-207, jun. 1965.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. **Operações de Manutenção de Paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta interna-**

cional da paz. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1078-operacoes-de-manutencao-de-paz.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019

FARQUHAR, Scott C. **Back to basics: A study of the Second Lebanon War and operation CAST LEAD**. Kansas: Combat Studies Institute Press. 2009. Disponível em: <https://b-ok.cc/book/1176823/7758f6>. Acesso em: 26 mar. 2020

GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means**. London: Sage, 1995.

GALTUNG, Johan. Three approaches to peace: peacekeeping, peacemaking, and peacebuilding. In: GALTUNG, Johan (Ed.). **Peace, war and defence: essays in peace research**. Copenhagen: Christian Ejlers, 1976.

INGIRIIS, Mohamed Haji. From Pre-Colonial Past to the Post-Colonial Present: The Contemporary Clan-Based Configurations of Statebuilding in Somalia. **African Studies Review**, [s.l.], v. 61, n. 2, p. 55-77. 2018. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/325942822_From_Pre-Colonial_Past_to_the_Post-Colonial_Present_The_Contemporary_Clan-Based_Configurations_of_Statebuilding_in_Somalia. Acesso em: 25 mar. 2020.

ISERNIA, Pierangelo; LONGO, Francesa. The Italian foreign policy: challenges and continuities. **Italian Political Science Review/Rivista Italiana di Scienza Politica**, Itália, v. 47, n. 02, p. 107-124, 2017.

JAMAL, Ahmad Rashid. **Identifying causes of state failure: the case of Somalia**. 2013. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/38f3/687e9116370c9a96230093447964872040c8.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

KATZ, Samuel M.. **Operation Restore Hope and UNOSOM: International Military Mission of Mercy in Somalia**. Hong Kong: Concord. 1993. Disponível em: <https://b-ok.cc/book/1096974/407447>. Acesso em: 25 mar. 2020.

KENKEL, Kai Michael. **Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”**. [S.l.]: Revista Brasileira de Política Internacional, 2013.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ONU conta história das Missões de Manutenção de Paz, que completam 68 anos**. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-counta-a-historia-missoes-de-manutencao-de-paz-que-completa-68-anos-de-existencia/>. Acesso em: 04 jun. 2019.

NATO. **Increasing Italy's input**. [S.l.]: North Atlantic Treaty Organization documents, 2001. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/2001/Peacekeeping-Challenge/Increasing-Italy-input/EN/index.htm>. Acesso em: 22 abr. 2019.

NATO. **NATO'S role in Kosovo**. [S.l.]: North Atlantic Treaty Organization, 2018. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_48818.htm. Acesso em: 22 abr. 2019.

PEACEKEEPING. **Mandates and legal basis for peacekeeping**. [S.l.]: United Nations Peacekeeping, What is peacekeeping, Forming a new operation. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mandates-and-legal-basis-peacekeeping>. Acesso em: 27 jul. 2019.

PEACEKEEPING. **Somalia - UNSOM I: Background.** [S.l.]: United Nations Peacekeeping. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/mission/past/unosom-1backgr2.html>. Acesso em: 27 jul. 2019.

PROVIDING FOR PEACEKEEPING (Estados Unidos) (Comp.). **Providing for peacekeeping.** 2019. Disponível em: <http://www.providingforpeacekeeping.org/contributions/>. Acesso em: 09 mai. 2019.

TERCOVICH, Giulia (Ed.). **Contributing Country Profile: Italy.** 2017. Disponível em: http://www.providingforpeacekeeping.org/wp-content/uploads/2017/04/Italy-Tercovich-12April2017_FINAL.pdf. Acesso em: 04 jun. 2019.

UNITED NATIONS. **Somalia - UNOSOM II Mandate.** 2003. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/past/unosom2mandate.html>. Acesso em: 4 set. 2019.

UNITED NATIONS. **United Nations Interim Force in Lebanon: UNIFIL Mandate.** 2019. Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/unifil-mandate>. Acesso em: 4 set. 2019.

UNPBF. **What is Peacebuilding?** [S.l.]: United Nations Peacebuilding Fund, Definitions and Policy Development, 2019. Disponível em: <http://www.unpbf.org/application-guidelines/what-is-peacebuilding/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

UNRIC. **O que tem feito a ONU para melhorar as operações de manutenção da paz desde a década de 1990?** [S.l.]: Centro Regional de Informação das Nações Unidas, Manutenção da Paz das Nações Unidas, 2019. Disponível em: <https://www.unric.org/html/portuguese/peace/pkpngfaq/q3.htm>. Acesso em: 18 jun. 2019.

*Recebido em: 16/02/2020
Aprovado em: 06/04/2020*

Securitização e o papel do refugiado: a agenda ambiental e o Estado de Bangladesh

Securitization and the role of refugee: environmental agenda and the State of Bangladesh

La titulización y el papel del refugiado: la agenda ambiental y el Estado de Bangladesh

Flávio Timar Rodrigues*
Victoria Rodrigues Silva*

Resumo

O presente artigo parte de um questionamento acerca da relação que se dá entre a busca por refúgio dos indivíduos presentes no Estado de Bangladesh e a importância da existência de uma agenda securitizada do meio ambiente. Logo, uma agenda que possa viabilizar uma nova ideia de refugiado, devido às implicações geradas pelas mudanças climáticas, a fim de se obter resoluções mais palpáveis para os casos específicos. Referente à essas resoluções, elas se dariam na forma como o status de refugiado é feito e analisado, abrangendo mais indivíduos nessa classificação. Neste sentido, a proposta é entender quais são as abordagens acerca do papel do refugiado no Sistema Internacional e como elas se aplicam no caso de Bangladesh. A análise será feita com base nos eventos que ocorreram no território bangalês e as migrações forçadas que acarretam a necessidade de uma nova óptica sobre o refugiado.

Palavras-chave: Refugiado. Bangladesh. Securitização. Segurança. Meio Ambiente.

Abstract

This paper starts with a question about the relationship it provides between the environmental items present in the State of Bangladesh and the importance of the presence of a securitized agenda in the environment. Whoever, an agenda that can make possible a new idea of refuge, which will be due to the implications generated by climate change, in order to obtain more palpable samples for these groups. In this sense, the proposal is to understand what are the approaches about the role of the refugee in the International System and how they can be applied in the case of Bangladesh. An analysis will be made based on events that will not allow territory and how forced migrations entail a need for a new view on refugees.

Keywords: Refugee. Bangladesh. Securitization. Security Studies. Environment

Resumen

El presente artículo parte de una pregunta sobre la relación entre la búsqueda de refugio de personas presentes en el Estado de Bangladesh y la impor-

* Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Contato: flatimar@hotmail.com

** Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Contato: victoriarodriguessilva@hotmail.com.

tancia de la existencia de una agenda securitizada para el medio ambiente. Por tanto, una agenda que pueda posibilitar una nueva idea de refugiado, por las implicaciones que genera el cambio climático, con el fin de obtener resoluciones más tangibles para casos concretos. En cuanto a estas resoluciones, se producirían en la forma en que se elabora y analiza la condición de refugiado, abarcando más personas en esta clasificación. En este sentido, la

propuesta es comprender cuáles son los enfoques sobre el rol del refugiado en el Sistema Internacional y cómo se aplican en el caso de Bangladesh. El análisis se realizará en base a los hechos ocurridos en el territorio de Bangladesh y las migraciones forzadas que generan la necesidad de una nueva perspectiva sobre el refugiado.

Palabras clave: Refugiado. Bangladesh. Titulización. Seguridad. Medio Ambiente.

Introdução

A discussão entre o papel do refugiado e do meio ambiente vêm sendo tratada em diversos debates acadêmicos no campo das Relações Internacionais. A associação dessa temática pode ser viabilizada ao de estudo de Segurança Internacional através da securitização de temáticas sobre o meio ambiente. Assim, relacionar a realidade da migração forçada que o Estado de Bangladesh tem enfrentado desde 2017 até hoje com a agenda ambiental é de extrema importância para a ampliação dos estudos de Segurança Internacional.

O objeto de estudo deste trabalho é a securitização da agenda ambiental, que será explicitada com mais detalhes adiante. Dessa forma, essa análise possui como objetivos: explicitar o conceito de securitização e suas demais diretrizes até alcançar a discussão sobre o meio ambiente; analisar como as migrações existentes na atualidade refletem a necessidade de securitizar a agenda ambiental, sendo este, portanto, um novo meio para compreender o papel do refugiado no Sistema Internacional; e por fim, detalhar uma série de eventos catastróficos sofridos por Bangladesh com o intuito de levantar dados estatísticos sobre a situação do país.

Referente ao cenário escolhido, a proposta é entender como que a securitização da agenda de meio ambiente, tendo em vista a região de Bangladesh e a migração forçada existente no território, pode, portanto, ampliar a ideia de refugiado? Neste sentido, a hipótese de pesquisa que se apresenta é que a migração forçada existente no território bangalês, relacionada a segurança ambiental, pode ampliar a ideia de refugiado na medida em que não há aplicação legal para estes indivíduos como refugiados no Sistema Internacional.

A discussão a seguir será feita a partir de três seções. Na primeira seção, serão apresentadas discussões acerca do processo securitização do meio ambiente. Posteriormente, será feito um escopo conceitual sobre o refugiado no Sistema Internacional e como isso pode ser adotado por outras abordagens a fim de se entender melhor a abrangência do termo. Dessa forma, será retomando perspectivas clássicas do que é o refugiado no plano internacional até os estudos mais recentes. Ademais, será feito uma análise de levantamento de dados sobre a realidade de Bangladesh e como estes indivíduos vêm sofrendo com a falta de uma representação apropriada no Sistema Internacional. E, por fim, serão feitas considerações finais sobre o estudo de caso e sobre a estrutura do trabalho de pesquisa como um todo.

Processo de Securitização e o Meio Ambiente

A proposta desta seção diz respeito ao desdobramento dos Estudos de Segurança nas Relações Internacionais até chegar à discussão sobre o refugiado e o meio ambiente. Tais estudos, iniciados aproximadamente na década de 1940, tinha um cenário preocupado com as fortes ameaças nucleares da época e com a bipolarização existente no período da Guerra Fria. Contudo, as preocupações contempladas neste período dizem respeito a um embasamento teórico voltado para uma agenda comumente denominada de tradicional.

Esta agenda, no período em questão, contemplava métodos voltados para um estudo mais positivista e racionalista das Relações Internacionais, logo, uma agenda que obtinha uma forte presença de abordagens tais como a Teoria da Escolha Racional³ e a adoção de um entendimento de que os Estudos Estratégicos se pautavam apenas naquilo que envolvia o uso da força. Caso contrário, tal matéria não entraria para as discussões desta agenda e muito menos como objeto de estudo do campo (COLLINS, 2015).

No entanto, a corrente teórica abordada nesta pesquisa é a perspectiva ampliada, que surge ao final dos anos de 1980 e começo dos anos 1990. Segundo os teóricos Buzan e Hansen, foi devido ao fim do período da Guerra Fria em que os Estudos de Segurança

3. A esse respeito ver a discussão de Graham Allison sobre agentes racionais em Allison. "Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis". *The American Political Science Review*. 1969

puderam trazer novas questões sobre a área a fim de que ela sobrevivesse (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 283). Neste período, ocorreram diversos debates entre a perspectiva tradicional e a perspectiva ampliada que, posteriormente, seria a teoria predominante ao final da década de 1990 e começo dos anos 2000.

Conhecida também pelo nome de Escola de Copenhagen, a corrente da perspectiva ampliada nos Estudos de Segurança abrange uma série de novas concepções para se abordar a agenda dos países no plano internacional. Essas novas concepções se deram graças as forças motrizes existentes na época, assim como o imperativo tecnológico que se obteve na época, como o desenvolvimento de novas tecnologias; os eventos que marcaram o contexto que elas foram formuladas, como o fim da Guerra Fria e o surgimento da bipolarização dos Estados Unidos (EUA) e o Bloco soviético; a dinâmica dos debates acadêmicos em âmbito interno e a necessidade de uma abrangência do campo. Segunda tal perspectiva, o tratamento dado ao que se entende como matéria de segurança é a ausência de ameaças militares e não militares que possam colocar em risco os valores centrais que uma pessoa ou comunidade possam promover (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

Nesta abordagem em questão, a proposta dada por tal corrente é trabalhar, concomitantemente, uma agenda ampla que incorpore a tradicional, ou seja, agregar tantos elementos novos como configurar os antigos. Dito isto, torna-se necessário a explicitação do conceito de securitização que é dado pelos teóricos Buzan, Weaver e Wilde (1998). Segundo os autores, quando um determinado assunto é elevado ao seu nível máximo de politização, ele alcança também uma atenção máxima aos assuntos de segurança, transformando-se em uma ameaça à existência humana. Essa condição só pode ser dada a partir de um discurso que constrói socialmente um inimigo a fim de combatê-lo dentro desta agenda. Logo, a ameaça construída dentro de um assunto voltado para a perspectiva ampliada envolve um processo intersubjetivo para que ocorra a sua securitização efetiva (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998).

Por meio disso, torna-se relevante inserir temáticas antes não mencionadas por outras agendas a fim de que se possa explorar cada vez mais o campo das Relações Internacionais. Dessa forma, os assuntos no setor ambiental se tornaram uma pauta dentro dos estudos de Segurança Internacional através da perspectiva amplia-

da, com uma abrangência maior, tendo como relevância o meio ambiente e a qualidade de vida.

A teoria da securitização deve ser entendida como o estudo de ameaças subjetivas, definidas em um processo intersubjetivo de construção de entendimentos sobre a realidade. Para isso, deve-se estudar a construção da ameaça por meio da lógica da securitização e de seus efeitos, ou seja, construir uma ameaça comum a partir de um compartilhamento de ideias e valores (BARBOSA; SOUSA, 2010).

Referente às mudanças climáticas, essa temática foi levada pela primeira vez ao Conselho de Segurança (CSNU) em 2007, com o propósito de debater as suas consequências para a paz e a segurança no plano internacional. No documento em questão, o Reino Unido afirmava que as mudanças climáticas ameaçavam a paz e a segurança internacionais em função de seus efeitos sobre litígios já existentes, envolvendo países fronteiriços, além de constituir um fator desencadeador de crises humanitárias, disputas por recursos escassos e tensões sociais (SECURITY COUNCIL, 2007). Logo, entende-se que este foi um dos primeiros feitos que contribuiu para se entender o que é a securitização da agenda do meio ambiente, ou seja, o que levaria o assunto em questão a seu nível máximo de politização até que o seu ator securitizador que, neste caso, seria o Reino Unido, se pronunciasse a fim de tratar o meio ambiente como uma ameaça à integridade humana.

Entretanto, entre o meio ambiente e o processo de securitização, há ainda o elemento que se deseja discutir neste trabalho que é incorporado pela agenda ambiental: o papel do refugiado. Antes de desmembrar mais afundo as possíveis concepções de como o Sistema Internacional entende e pode entender os refugiados, é necessário explicitar como que tal grupo discriminado pode ser discutido no plano das Relações Internacionais em uma agenda de meio ambiente.

Nessa perspectiva, repousa uma estrutura teórica para os estudos de securitização e os conceitos em torno dos quais a teoria se desenvolve, sendo estes o movimento de securitização, atos de fala, ator securitizador, objeto de referência, entre outros. Mesmo de maneira dificultosa e ainda em discussão, pode-se alavancar alguns episódios no âmbito internacional com o intuito de preencher estes elementos propostos por tal teoria.

Como dito anteriormente, em um dos casos dados, entendendo o Reino Unido como um ator securitizador do meio ambiente, é

compreensível que haja a presença de algum país que coloque àquele assunto como algo ameaçador. Porém, o objeto de referência não é tão claro para todas as nações assim como foi para o Reino Unido, visto que o dano que o meio ambiente pode causar não possui um caráter mensurável para a audiência e até mesmo para o ator securitizador (SOUSA; BARBOSA; 2010).

Assim, no que diz respeito à securitização do meio ambiente, isto se torna relativo, pois há uma série de eventos que podem ser analisados a fim de se entender o que é cada elemento teórico da perspectiva ampliada. Logo, a dificuldade só se multiplica, em que há o esforço de se entender tanto a necessidade da securitização da agenda do meio ambiente como também essa nova percepção de refugiado.

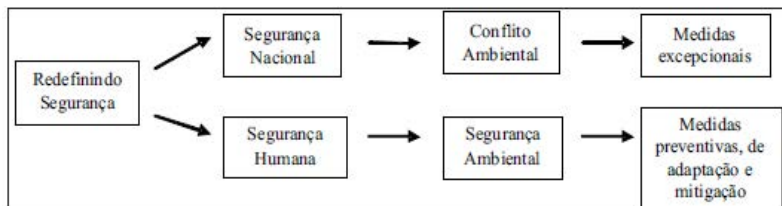
Um exemplo que pode ser citado, a fim de que se possa entender melhor o posicionamento de alguns países no que tange o uso de tal teoria, é o papel da Austrália e da Nova Zelândia como os atores securitizadores da ampliação da ideia de refugiado. Ambos os países já se pronunciaram em receber pessoas de países vizinhos que possam estar precisando de refúgio devido as consequências das mudanças climáticas (CLIMATE..., 2020).

Em contraponto a esses pronunciamentos, a Índia demonstrou uma grande preocupação sobre enfrentar, futuramente, um número massivo de refugiados forçados que se deslocarão para o seu país. Tomando esses países como base, por mais que o caso da Índia reflita uma negação ao acolher tais refugiados, há ainda o reconhecimento informal dos mesmos, ou seja, o posicionamento de tais nações reflete um ato de fala que se dirige à um objeto de referência em comum. Dito isto, estes países podem ser entendidos como integrantes ativos da ideia de que: o refugiado, entendido como tal, não pode mais ser limitado por um conceito tão restritivo e que dificulte a sua inserção e reconhecimento nos países que se deseja migrar (ARCAS, 2012).

Somente no ano de 2017, 18,8 milhões de pessoas em 135 países foram deslocadas recentemente no contexto de desastres de início repentino em seu próprio país (OIM, 2018). O que gera, consequentemente, um nexo de causalidade entre os eventos catastróficos com o aumento dos fluxos migratórios, visto que a desestabilização física dos países não é mais estável para garantir a sobrevivência da sua população. No que resulta, portanto, em uma pauta de extrema relevância para ser discutida dentro de uma agenda de meio ambiente.

Em virtude de tal discussão, é necessário incorporar não apenas como a agenda do meio ambiente pode ser tratada no âmbito da segurança, como também podem ser esclarecidas as divisões desta agenda, com o intuito de que se entenda em qual abordagem pode ser feito o debate sobre os refugiados:

Figura 1 - Relação entre Segurança, Meio Ambiente e Variações Conceituais



Fonte: Barnett, 2001.

Segundo a figura acima, proporcionada pelo autor Jon Barnett (2001), pode-se interpretar que: além das divisões que são adotadas na agenda do meio ambiente via segurança, pode-se inferir a discussão sobre refugiados no âmbito da segurança humana. Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a segurança humana é um conceito que vai muito além da ausência de um conflito violento, ou seja, as suas preocupações contemplam todo o tipo de ameaça que afete a integridade humana (PNUD, 2014). Dito isto, entende-se que o tópico ambiental é um ponto a ser revisado e discutido para que ocorra, futuramente, a incorporação de tal questão de maneira mais íntegra e institucionalizada, de forma a preservar a vida de uma série de indivíduos que se deslocam para se protegerem contra demais tragédias ambientais.

Nesse aspecto, o que pode ser interessante para se discutir a temática ambiental em uma agenda de segurança humana é a violação dos direitos humanos. No caso de Bangladesh, que é um país que será analisado mais minuciosamente adiante, sofre da falta de auxílio do Estado em desastres ambientais e entre outros fatores que envolvem as mudanças climáticas. Nisso, a integridade humana dessas pessoas, que se deslocam constantemente por falta de auxílio do Estado e também por medo das futuras catástrofes, é fatalmente comprometida. Resultando, dessa forma, a estarem sujeitas às mesmas condições que os demais refugiados que, segundo

o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), detém o direito ao *status* oficial de refugiado.

Ao dar ênfase na temática ambiental dentro do relatório sobre segurança humana, garantiria que a integridade e a vida dos indivíduos, em casos de deslocamento por tragédias ambientais, fosse mais preservada na medida em que as ameaças que afligem a essas pessoas se tornam cada vez mais complexas e de difícil discernimento. Englobar essas temáticas em um único relatório daria, de certa forma, mais autonomia ao PNUD no processo de distinguir quem está sendo afetado ou não por catástrofes ambientais; impulsioneira que o campo de estudo correlacionando a segurança humana com as demais questões ambientais fosse mais incentivado; proporcionaria que fossem feitos novos métodos de avaliação sobre o que de fato vêm ameaçando migrantes e refugiados nos últimos anos.

Fluxo Misto e o papel do refugiado

Após discorrer sobre como se dá o processo de securitização e como ele pode ser feito para não só mudar o tratamento dado ao meio ambiente, mas também incorporar a discussão sobre refugiados, torna-se igualmente necessário a explicitação de outros conceitos. Destes, não apenas o perigo e a ameaça que as mudanças climáticas apresentam para o Sistema Internacional, mas como o próprio conceito de refugiado, dado atualmente, se torna restritivo para a criação de novas agendas.

Segundo o último relatório dado pelo ACNUR, os refugiados são todos aqueles que estão fora de seu país de origem devido a um fundado temor de perseguição relacionado à sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. E, ademais, podem ser consideradas refugiadas aquelas pessoas que foram obrigadas a deixar seus países devido a conflitos armados, violência generalizada e graves violações dos direitos humanos (ACNUR, 2018). A partir disto, os países entendem que aqueles que possuem tais características devem ser tratados como refugiados tanto em âmbito interno como internacional.

No entanto, dada esta definição inicial, os Estados, invariavelmente, tratam as migrações internacionais de forma generalista, sem considerar os elementos específicos e individuais que as motivaram. Consequentemente, muitos solicitantes de refúgio que utilizam os mesmos mecanismos e rotas dos migrantes voluntários,

econômicos e entre outras categorias, são prejudicados no acesso ao reconhecimento de seus direitos.

Dessa forma, uma série de indivíduos que estão nas mesmas condições da nomenclatura de refugiado são omitidos pelo Estado. Tal atuação estatal privilegia apenas uma vertente da relação entre Estados e migrantes. Com isso, diminui a eficiência ao enfrentar a temática da regulação de outros fluxos migratórios, como os mistos que será apresentado adiante.

O fluxo migratório misto, já reconhecido dentro das organizações internacionais, contempla uma maior variedade na mobilidade de migrantes e de refugiados, configurando um tipo específico de migração que não é dotada de proteção internacional (SILVA; BÓGUS; SILVA, 2017). Tendo em vista tal argumentação, a adesão de uma óptica dos refugiados por meio dos fluxos mistos cria na relação entre os países um ordenamento jurídico mais justo e inclusivo. Pois, ele preserva não só os casos mais conhecidos, mas principalmente os mais raros.

Dado esta realidade, esta seção contemplará a abordagem dos fluxos mistos e como a mesma já vêm sendo um estudo recente dentro do campo das Relações Internacionais. Assim, a Organização Internacional para a Migração (OIM) recém-integrada ao Sistema das Nações Unidas (ONU), definiu os fluxos mistos como movimentos de população complexos, que incluem refugiados, solicitantes de asilo, migrantes econômicos e outros migrantes. Além disso, ela ainda salienta que esse tipo de fluxo está relacionado com movimentos irregulares, nos quais há com frequência migração em trânsito que inclui pessoas que realizam o movimento sem a documentação necessária, atravessando fronteiras e chegando ao seu destino sem autorização (SILVA; BÓGUS; SILVA, 2017).

Dessa forma, os fluxos mistos, além de serem alvo de preocupação do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), por envolverem aspectos relacionados à solicitação de refúgio, também são objeto de preocupação da OIM, já que esse órgão entende de que há um vínculo estreito entre os fluxos mistos e as migrações irregulares, haja vista que os mesmos viajantes se sujeitam a condições precárias na tentativa de chegar a seus destinos.

Considerando esse quadro, resta para a OIM o entendimento de que nem todos os fluxos migratórios são do tipo misto, sendo estes caracterizados pela presença de diversas modalidades migratórias, mas incluindo, necessariamente, refugiados e solicitantes

de refúgio. Assim, estes mesmos que constituam um número expressivo do fluxo não conseguem exercer seu direito de reconhecimento de forma efetiva por estarem vinculados aos demais tipos migratórios, levando os Estados à prática indiscriminada da devolução (SILVA; BÓGUS; SILVA, 2017).

Esta prática, feita ilegalmente pelos países que recebem estes refugiados, é uma forma de “devolver” esses refugiados ao seu país de origem, ou seja, no momento que àquele migrante detém um fundado temor de perseguição relacionado somente às questões políticas do seu país, ele pode ser chamado de refugiado. E, neste caso, cabe a esse imigrante o direito do princípio da não-devolução⁴.

No entanto, este princípio é recorrentemente violado, pois no momento que este refugiado chega a um país vizinho, devido à uma série de problemas vinculados à instabilidade geográfica e natural da sua terra natal, ele é visto como migrante e não como um refugiado propriamente dito. Por não entrarem na classificação colocada como refugiados, a proteção e a prevenção destas pessoas é comprometida e precária. A adesão desse novo entendimento, que é o fluxo misto, mostra-se extremamente relevante para que tais pessoas possam receber o amparo e o reconhecimento necessário, fazendo com que os Estados se disponham a fazer algo a respeito.

Um exemplo bastante atual dessa situação, vinculado à ideia de identificar um fluxo misto, é o que vem ocorrendo na fronteira entre Brasil e Venezuela. A partir do ano de 2015, houve um aumento significativo do número de venezuelanos dirigindo-se ao Brasil, o que, conforme a avaliação dos representantes do ACNUR no Brasil, configura um caso típico de fluxo misto, reunindo pessoas que se enquadram nas hipóteses específicas para a concessão do refúgio e outras em condições de migração distinta. Nisso, é de difícil discernimento por parte do ACNUR aceitar esses refugiados, pois no momento que muitos deles não utilizam as mesmas justificativas de saída do seu país, como é postulado pelas organizações, toma-se isto como uma preocupação para entender estas especificidades. Especificidades que se dão por meio de casos isolados e que não são valorizados devidamente por parte do Estado que os está recebendo (ACNUR BRASIL, 2019). Diante disto:

4. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, referente à Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas. Tal convenção entrou em vigor em 22 de abril de 1954, fazendo parte da série de Tratados da ONU, disponível por meio do Nº 2545, Vol. 189 (ONU, 1954).

O exemplo da fronteira entre a Venezuela e o Brasil demonstra toda a dificuldade na atuação estatal diante dessa realidade. A Polícia Federal em Roraima, entidade em que ocorre o atendimento da maior parte desse movimento, oferece dados que mostram o aumento do fluxo e o significativo crescimento do número de solicitantes de refúgio, os quais correspondiam a 268 em 2014, 1.073 em 2015, 3.155 em 2016 e 2.899 até 25 de abril de 2017. Esse aumento, por si só, gerou dificuldades para os órgãos receberem e analisarem os pedidos e criou, numa interpretação equivocada, a impressão para diversos órgãos públicos do Estado brasileiro, de que a maioria desses migrantes não faria jus ao status de refugiado. Evitar esse tipo de problema é o que tem pautado a ação do ACNUR e a participação da academia nos debates sobre a questão (SILVA; BÓGUS; SILVA, 2017, p. 19).

Diante destas declarações, o exemplo que é dado demonstra um empecilho cada vez maior para o fluxo misto, visto que o reconhecimento de tais indivíduos é limitado independentemente do que é a causa da sua fuga. Dentro da lógica do fluxo misto, as discussões teóricas que abarcam o papel do refugiado englobam também as pautas dos migrantes que buscam refúgio devido às catástrofes ambientais. E, por meio disso, entende-se que há países que, futuramente, podem apresentar integrantes que possam compor este fluxo misto, expressado pelas catástrofes e mudanças climáticas. O caso que é relatado, entre o Brasil e a Venezuela, pode ser um exemplo de algo que pode ocorrer em outros países, porém com a justificativa voltada para as questões climáticas, limitando o acesso de muitos indivíduos em busca de refúgio.

Sendo essa uma das questões que diz respeito à um foco de muita cobertura da mídia, nota-se que várias pequenas nações insulares⁵, como as nações do Pacífico, tais como Tuvalu, Kiribati, República das Ilhas Marshall e Maldivas, no Oceano Índico, correm o risco de se tornar praticamente inabitáveis (ou economicamente inviáveis) e, de fato, pode eventualmente estar inteiramente debaixo d'água no futuro.

Dito isto, estas nações insulares, que se acredita estarem vivendo na margem de maior risco devido às mudanças climáticas, compõem uma pequena parte do esquema maior de migração. Até onde se constatou, os quatro países insulares mencionados acima

5. Relativo a ilha. País insular: país que existe em uma ilha. Insulares (pessoas), habitantes de uma ilha. Um país insular é um Estado independente cujo território é composto de uma ilha ou grupo de ilhas, não tendo nenhuma fronteira terrestre

têm uma população combinada de aproximadamente 500.000 pessoas (ARCAS, 2012). Ao que tudo indica, após o levantamento desses números explicitados, têm-se a perspectiva de que esses civis enfrentarão sérios problemas com as mudanças e catástrofes ambientais.

Tomando como base os acontecimentos entre a fronteira do Brasil e Venezuela, onde é difícil discernir quem são os imigrantes e os refugiados, entende-se que os países insulares podem sofrer males ainda piores no reconhecimento de refugiado. Este reconhecimento só pode ser dado, segundo o que foi dito nesta seção, por meio dos fluxos mistos por parte não apenas das organizações, mas também no âmbito interno dos países.

Walter Kälin, Representante do Secretário Geral das Nações Unidas para os Direitos Humanos para Pessoas Deslocadas Internamente, apresenta uma análise útil de situações que podem levar as induções climáticas como uma causa para a migração: (1) “desastres de início súbito”, como inundações ou tempestades, (2) “desastres de início lento”, como aumento do nível do mar e aumento da salinização da água doce, (3) os chamados “pequenos Estados insulares” que estão afundando talvez seja um caso especial de um desastre de início lento, (4) governos designando áreas como “zonas de alto risco perigoso demais para a habitação humana” devido a perigos ambientais e (5) “inquietação seriamente (ARCAS, 2012).

Diante disto, há uma necessidade de se discorrer sobre as questões definidas acima. Visto que, ao visualizar os acordos e protocolos já existentes e a prática do Sistema Internacional acerca dos referidos, é notório a existência de uma lacuna que acaba marginalizando os refugiados que são forçados a sair de seus territórios por outras causas que não são as mencionadas no Estatuto dos Refugiados e tratados internacionais.

Desta forma, indivíduos no qual são forçados por causas ambientais a se deslocarem do seu território, abandonando suas casas, comunidades e vidas estabelecidas no seu país de origem, ficam sem amparo legal no Sistema Internacional. Após tal análise, entende-se que a inserção de tais imigrantes no conceito de fluxo misto torna-se relevante e preocupante. Pois, ao mesmo tempo que há um desdobramento de novas abordagens sobre a concepção de refugiado no plano internacional, a quantidade de imigrantes que se deslocam por outras razões que não a estabelecidas via protocolos e tratados é cada vez maior.

Estado de Bangladesh

Após abordarmos o entendimento que pode ser dado à securitização da agenda do meio ambiente e também da abrangência do papel do refugiado, toma-se como nota acontecimentos atuais sobre tal problemática. Segundo os conceitos discorridos, tanto pelas organizações internacionais como por alguns teóricos do campo das Relações Internacionais, nota-se uma preocupação não só com os refugiados no Sistema, mas também com as novas concepções que podem ser adotadas sobre quem são esses refugiados. Logo, o Estado bangalês se apresenta como exemplo da existência destes refugiados que não possuem amparo sequer, em que desde o ano de 2017 vem passando por uma série de dificuldades devido a presença de eventos catastróficos no seu país.

Antes de analisar as pautas relacionadas à migração de Bangladesh, se torna importante ressaltar alguns aspectos do país em si. O Estado de Bangladesh é um país que se localiza no sul da Ásia, rodeado em sua grande parte pela Índia e com uma parcela bem pequena por Myanmar. O Produto Interno Bruto (PIB) do país girou em torno de 1,828.000 dólares no ano de 2019, demonstrando um aumento significativo em relação ao ano anterior. Bangladesh é tido como um país muito pobre, porém em constante desenvolvimento, sendo a sua economia baseada principalmente no setor de exportações têxteis e vestuário e entre outros, bem como peixes e frutos do mar. O país possui uma vida vegetal em abundância, em virtude de um clima quente e úmido. A maior parte do país é composta por planícies baixas, fertilizadas pelas enchentes dos rios e cursos d'água que as cruzam. Os rios, durante a época das cheias, fazem com o que o solo permaneça fértil ao longo das suas margens. Entretanto, muitas dessas enchentes também causam grande destruição nos vilarejos rurais e nas cidades em volta (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; 2020).

Figura 2 – República Popular do Bangladesh



Fonte: CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2020

O Estado de Bangladesh demonstra casos específicos de migração, tanto no que diz respeito aos seus conflitos regionais como no âmbito interno do país. O país, além de estar enfrentando uma migração referente a um deslocamento da população de Bangladesh para outros países, possui uma dificuldade simbólica com entrada da etnia *rohingya* advinda de Myanmar (ALBERT; MAIZLAND, 2019). Perante as situações presenciadas pelo Estado, cabe entender que os fluxos migratórios são responsáveis por causar grandes impactos na autonomia dos Estados em questão - Bangladesh e Myanmar -, uma vez que os mesmos têm a obrigação de prover os bens públicos para sua população e garantir a segurança da mesma.

O impacto da imigração em massa pode afetar o controle fronteira dos países, bem como fragilizar o estado vizinho econômica e culturalmente. Dito isto, o choque causado pela presença de imigrantes de Mianmar no território bangalês pode alterar a composição étnica do país, gerando assim conflitos de identidade e, possivelmente, a escalada de uma percepção nacionalista capaz de resultar em práticas xenofóbicas (DUARTE, 2017). Fica evidente, portanto, a incapacidade de Myanmar de prover bens públicos a sua população, bem como a inabilidade de Bangladesh de receber um fluxo tão grande de imigrantes, sendo assim necessário apoio internacional a esses Estados e aos *rohingyas*.

Neste cenário apresentado, evidencia-se que há uma preocupação não só com os deslocamentos internos do Estado de Bangladesh, como também a inserção de outras influências externas que escalam a prevenção e o cuidado necessário dos povos deslocados. Dito isto, toma-se como análise agora problematizar os acontecimentos fisicamente abalados no país, vinculando isto, futuramente, a uma possível securitização da agenda do meio ambiente.

Segundo uma série de levantamento de dados, em 2019, as Nações Unidas indicaram que mais de 19 milhões de crianças em Bangladesh sofrem com riscos de enchentes devastadoras, ciclones e outros desastres ambientais ligados à mudança climática, sendo um alerta advindo também do Fundo das Nações Unidas para a Infância (ONU, 2019). O estudo disponibilizado pelo órgão em questão pontua que o território bangalês:

De acordo com o estudo, a topografia plana, a alta densidade populacional e as fracas infraestruturas tornam o país “excepcionalmente vulnerável às poderosas e imprevisíveis forças que a mudança climática está consolidando” (ONU, 2019, s/p.).

Assim, os desastres que vêm se agravando no território bangalês diz respeito a uma agenda inexistente, ou seja, uma agenda que não contempla tanto esses problemas ambientais como as migrações que surgem a partir destes desastres. As Nações Unidas, ainda neste ano, já registraram inúmeras catástrofes no território por conta de enchentes, um evento que ocorre frequentemente na região, assim como os períodos de seca que se tornam também frequentes ano a ano.

Atualmente, em torno de 12 milhões das 19,4 milhões de crianças mais afetadas pela mudança climática vivem dentro e ao redor de poderosos sistemas fluviais que passam por Bangladesh

e frequentemente inundam (ONU, 2019). “O perigo representado por enchentes é extremo e quase anual”, disse o autor do relatório, Simon Ingram, “As últimas grandes enchentes que atingiram Bangladesh ocorreram em 2017; algo em torno de 8 milhões de pessoas foram afetadas por uma série de eventos”.

Estes fatos, que se dão com frequência no território bangalês, dizem respeito a eventos que ocorrem tanto nos dias de hoje como eventos que podem se agravar futuramente. À exemplo disto, a Universidade de Notre-Dame desenvolveu um mapa inteligente disponibilizando o Índice *ND-Gain*⁶, indicando que o Estado de Bangladesh estaria em estado de alerta, se apresentando no ranking como o país 146 de 181 países mencionados, sinalizando uma situação crítica para um o futuro do país (UNIVERSITY OF NOTRE DAME, 2017).

É importante lembrar que o aquecimento global irá causar danos gravíssimos, envolvendo um cenário de tempestades fortíssimas, ventos devastadores, tornados, terremotos e um alto índice de que as camadas de gelo estão se desprendendo cada vez mais dos glaciares; sendo estes os registros de altas temperaturas atípicas em meses de outono; aumento do nível do mar e até tsunamis frequentes e outros casos que têm assolado alguns países do planeta (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2018).

Toma-se como de extrema relevância ressaltar que não só o Estado de Bangladesh, mas como um número significativo de outros países que vem sofrendo também com desastres ambientais, países tais como a Somália, Chade, República Democrática do Congo e entre outros países presentes no continente africano. Assim, os mecanismos de prevenção do Estado de Bangladesh, segundo os dados levantados, se tornam extremamente escassos e ineficazes para com o avanço do aquecimento global e com a população nele existente.

Dito isto, há uma preocupação excessiva com os futuros migrantes do Estado, que ainda neste ano, já enfrentaram uma série de catástrofes e podem estar sujeitos à mais eventos desse porte. Logo, a aplicação de um sistema jurídico legal para estes indivíduos não se torna apenas responsabilidade do Sistema Internacional, como também parte da responsabilidade doméstica dos países.

6. Plataforma que disponibiliza dados com o ranking dos países que irão sofrer mais com o aquecimento global.

No entanto, uma dificuldade que é apreender o caso de Bangladesh e também o caso dos demais Estados é que o ator securitizador, muitas vezes, é incerto. Como discutido anteriormente, ao trazer à tona todas as discussões que existem sobre o refugiado no Sistema Internacional, é necessário o reconhecimento do indivíduo como tal a fim de que ele possa ser tratado de forma específica e ter o direcionamento adequado no território em que ele se estabeleça. No que tange à isso, os empecilhos só se multiplicam, pois no momento que há uma grande dificuldade de se diagnosticar se há uma agenda securitizada ou não, reafirmar a existência de um refugiado ambiental⁷ se torna um diagnóstico mais difícil ainda.

Nesse sentido, o que foi pronunciado por meio das organizações internacionais já se revelou um ponto de extrema preocupação para o tratamento destes casos específicos. Em uma das definições dada como o conceito de refugiado anteriormente⁸, o próprio Alto Comissariado delimitou o que poderia ser classificado como temor.

Segundo o ACNUR (2004), este elemento de temor – que é um estado de espírito e uma condição subjetiva – é acrescentada a qualificação “com razão”. Isto implica que não é só o estado de espírito da pessoa interessada que determina a condição de refugiado, mas que esse estado de espírito seja baseado e justificado em uma situação objetiva (ACNUR, 2004, p. 19). Isso se deu devido a uma tentativa de objetivar quais pessoas estariam aptas para o recebimento do *status* de refúgio, estabelecendo motivações específicas em 1967, em que se foram impostas restrições específicas, assim como o de “raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”, excluindo a questão ambiental como motivação válida para o deslocamento.

Primeiramente, deve-se recordar que o *status* de refugiado é um instituto jurídico “que visa designar uma posição pessoal, ou seja, um *status* de uma pessoa pode ser alterado caso o contexto

7. Com o passar do tempo, houve uma proliferação e polarização terminológica e conceitual, emergindo diversas nomenclaturas informais sobre tais indivíduos, tais como: migrantes ambientais, migração forçada ambiental, migração motivada pelo meio ambiente, refugiados climáticos, refugiados da mudança climática, refugiados de desastres naturais, pessoas deslocadas ambientalmente, refugiados ecológicos, “climigrantes” e ecologicamente deslocados, entre muitos outros exemplos.

8. Os refugiados são todos aqueles que estão fora de seu país de origem devido a um fundado temor de perseguição relacionado à sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política (ACNUR, 2018).

do qual aquele decorre seja modificado” (JUBILUT, 2007, p. 43). Por tal motivo, uma pessoa nunca será refugiada por natureza. Sendo, portanto, apenas via uma convenção do direito, respeitando a certos requisitos teóricos que podem excluir desse status pessoas que vivem em situações iguais aos que possuem tais exigências (JUBILUT, 2007, p. 43).

Com essa definição em mente, vemos que com base no artigo 12 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e no artigo 25 da Declaração Universal de Direitos Humanos, sendo necessário respeitar um direito para possibilitar o respeito aos demais, pode ser classificada a situação de desrespeito dos refugiados ambientais como perseguição devido à falta de um nível de vida suficiente em casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade, como é o caso dos desastres naturais (FILHO *et al.*, 2018, p. 120).

Considerações Finais

Diante da discussão acerca dos refugiados que são forçados a migrarem por causas ambientais, foi possível analisar uma insuficiência por parte dos Tratados e protocolos dos refugiados já existentes de protegê-los. Visto que os mesmos não incorporam as suas definições, tal categoria, posta informalmente como os refugiados ambientais, deixa assim uma série de pessoas sem amparo legal. No entanto, como foi dito anteriormente, é possível perceber que já existe uma mobilização no Sistema Internacional para diminuir/acabar com essa lacuna existente.

À exemplo disso, países como a Nova Zelândia e a Austrália já se prontificaram acerca desse problema em questão, se pronunciando a respeito dos refugiados que acabassem entrando em seu país (ARCAS, 2012). Assim, é necessário entender que catástrofes ambientais já ocorrem, porém há uma propensão grande de aumento devido ao aquecimento global.

Com as relações estabelecidas via a teoria apresentada, a perspectiva ampliada, há uma série de elementos que precisam ser complementados. Como dito anteriormente, pode-se evidenciar o posicionamento de algumas organizações internacionais a respeito do papel do refugiado em que ocorre a adoção cada vez maior da abordagem dos fluxos mistos. No entanto, uma das considerações que podem ser colocadas nesta seção é que as novas abordagens sobre o

reconhecimento destes casos específicos de refúgio só serão modificadas significativamente quando alguma potência se pronunciar em relação a isso.

Esta potência, sendo entendida como alguma figura marcante no século XXI, assim como os EUA ou China, se tornaria não apenas um ator securitizador acerca das catástrofes presentes em Bangladesh, mas responsável também pelo posicionamento de outros países presentes no Sistema Internacional. Em virtude disso, tais nações poderiam se responsabilizar pelo enaltecimento dos discursos atrelados à ideia dos fluxos mistos e também por demarcarem melhor o objeto de referência na agenda do meio ambiente.

Assim, o processo da adoção da abordagem dos fluxos mistos dialoga diretamente com a discussão sobre a securitização da agenda do meio ambiente. Dentro da perspectiva dos Estudos de Segurança, a securitização ocorre por meio das forças motrizes que viabilizam a existência de agendas que discutam essas situações; situações tais como o papel do refugiado e o uso de uma óptica securitizadora para tratar de assuntos do meio ambiente. Dito isto, essas forças motrizes podem ser viabilizadas, atualmente, por meio da ascensão das comunidades epistêmicas⁹. As comunidades epistêmicas, neste caso, podem adotar práticas de transparecer e desenvolver um diálogo cada vez maior entre os governos e a academia. Assim, gerando resultados que, futuramente, pode-se ser possível o nexo dos debates sobre o refugiado e o meio ambiente em uma discussão sobre segurança. E, por fim, este artigo demonstra que serão necessárias novas pesquisas no campo das Relações Internacionais que acompanhem os desdobramentos dessas temáticas aqui apresentadas. Percebe-se, então, que será de grande valia para a área novos estudos que visarem preencher as lacunas aqui encontradas.

Referências

ARCAS, Rafael. International Conference on Emerging Economies - Prospects and Challenges: Climate migrants: Legal options. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, United Kingdom, v. 2, n. 37, p. 86-96, out./2012.

ALBERT, Eleanor; MAIZLAND, Lindsay. A. Council of Foreign Relations. **The**

9. Nas ciências sociais, a comunidade epistêmica pode ser entendida como o conjunto de indivíduos disseminado nas agências de governo, nos departamentos e institutos de pesquisa, partidos políticos, organizações não governamentais e grupos de interesse que atua numa área específica de política pública (HAAS, 1996).

Rohingya Crisis. Estados Unidos: Nova Iorque, 23 de jan. 2019. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/rohingya-crisis>. Acesso em: 07 dez. 2019.

ACNUR BRASIL. **Número de refugiados e migrantes da Venezuela ultrapassa 4 milhões, segundo o ACNUR e a OIM.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/06/07/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-ultrapassa-4-milhoes-segundo-o-acnur-e-a-oim/>. Acesso em: 24 nov. 2019.

ACNUR. **Protegendo Refugiados:** No Brasil e no Mundo. 2018. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo_ACNUR-2018.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

BARNETT, Jon. **The meaning of environmental security:** ecological politics and policy in the new security era. New York: Zed Books, 2001.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security:** a new framework for analysis. Boulder: Lynne Rienner Publishers Inc, 1998.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution International Security Studies.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BARBOSA, Luciana; SOUZA, Matilde De. Securitização das Mudanças Climáticas: O Papel da União Europeia. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 121-153, jun./2010. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v32n1a04.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World FactBook.** Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bg.html>. Acesso em: 3 abr. 2020.

CLIMATE Home News. **UN ruling on climate refugees could be gamechanger for climate action.** USA: 29 jan. 2020. Disponível em: <https://www.climatechan-genews.com/2020/01/29/un-ruling-climate-refugees-gamechanger-climate-action/>. Acesso em 07 de dez. 2020.

COLLINS, Alan. Introduction: What is Security Studies? In: COLLINS, Alan (ed.). **Contemporary Security Studies** 4. ed. London: Oxford University Press, 2015. p.1-9.

DUARTE, Geraldine Rosas. Migrações e conflitos armados. In: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa; RAMOS, Leonardo César Souza (org.). **Conflitos do Século 21.** [S.l.]: Fino Traço, 2017. p. 97-137.

FILHO, D. *et al.* O desamparo e a invisibilidade dos refugiados ambientais: estudo à luz do caso Bangladesh. **Revista Sociais e Humanas**, Espírito Santo, v. 31, n. 2, p. 110-128, jul./2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/31949>. Acesso em: 3 dez. 2019.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Mapa que revela os países que têm melhores hipóteses de sobreviver às mudanças climáticas.** 30 out. 2018. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/adaptacao-ao-aquecimento-global/6567-mapa-que-revela-os-paises-que-tem-melhores-hipoteses-de-sobreviver-as-mudancas-climaticas>. Acesso em: 22 nov. 2019.

HAAS, Peter M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination, **International Organization**, v. 49, n. 1, p. 1-35, 1992.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (OIM). **Global Migration Indicators**: Insights from the global migration data portal. IOM, 2018. Disponível em: www.migrationdataportal.org. Acesso em 18 nov. 2019

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954. Série Tratados da ONU, n. 2545, v. 189, p. 137. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 02 dez. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Bangladesh**: 19 milhões de crianças estão sob risco de desastres ligados à mudança climática. Brasil: 11 de abr. 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/82889-bangladesh-19-milhoes-de-criancas-estao-sob-risco-de-desastres-ligados-mudanca-climatica>. Acesso em: 21 nov. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**. 2014. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.

SECURITY COUNCIL. 5663 rd meeting. **United Nations**, 17 abr. 2007. Disponível em: <http://www.un.int/wcm/webdav/site/tuvalu/shared/documents/SC/N0730908.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SILVA, João; BÓGUS, Lucia; SILVA, Stéfanie. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 15-30, abr./2017.

UNIVERSITY OF NOTRE DAME. **ND-GAIN Country Index**. 2017. Disponível em: <https://gain.nd.edu/our-work/country-index/rankings/>. Acesso em: 22 nov. 2019.

Recebido em: 05/01/2020

Aprovado em: 06/04/2020

A restrição causada pelo capitalismo no processo da evolução socioeconômica angolana no período pós-colonial

The restriction caused by capitalism in the process of Angolan socioeconomic evolution in the postcolonial period

La restricción provocada por el capitalismo em el processo de evolución socioeconómica angoleña en el período poscolonial

Gustavo Domingues Morais*

Julia Alonso de Souza**

Laryssa Tomaz de Frias Marques de Souza***

Resumo

A Angola é um país que passou por períodos históricos com diversas organizações socioeconômicas. Desse modo, ela foi influenciada por vários fatores estruturais, principalmente no período pós-colonial. Entretanto, a relação de dependência internacional, e subdesenvolvimento conservados pela elite local são constantes, logo, limitando o desenvolvimento econômico do país africano. À vista disso, esse artigo tem como objetivo compreender esse processo utilizando de princípios neo-gramscianos de Cox sobre a relação agente-estrutura e das Teorias Marxistas de Lênin e Wallerstein.

Palavras-chave: Angola. Petróleo. Marxismo. Agente. Estrutura. Dependência.

Abstract

Angola is a country that has gone through historical periods with various socioeconomic organizations. Therefore, it was influenced by several structural factors, especially in the postcolonial period. However, the relationship of international dependence and underdevelopment retained by the local elite is constant, thus limiting the economic development of the African country. In view of this, this article aims to understand this process using Cox's neo-gramscian principles on the agent-structure relations and the Marxist Theories of Lenin and Wallerstein.

Keywords: Angola. Petroleum. Marxism. Agent. Structure. Dependence

* Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: gustavomoraes_471@icloud.com.

** Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: juliaasouza97@gmail.com.

*** Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: laryssatomazfms@gmail.com.

Resumen

Angola es un país que ha pasado por períodos históricos con varias organizaciones socioeconómicas. Así, estuvo influenciado por varios factores estructurales, principalmente en el período poscolonial. Sin embargo, la relación de dependencia internacional y subdesarrollo que mantiene la élite local es constante, lo que limita

el desarrollo económico del país africano. En vista de esto, este artículo tiene como objetivo comprender este proceso utilizando los principios neo-gramscianos de Cox sobre la relación agente-estructura y las Teorías marxistas de Lenin y Wallerstein.

Palabras chave: Angola. Petróleo. Marxismo. Agente. Estructura. Dependencia.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar o desenvolvimento socioeconômico em Angola, tomando como partida, a exploração e a dominação dos grandes impérios europeus em seu período de colonização. Além disso, considerar as consequências decorrentes às influências de elites capitalistas no território africano e como esse fato afetou seu desenvolvimento político e social ao longo das décadas. Em decorrência disso, houve um posicionamento de enquadramento sobre a vida social em Angola e também, uma introdução de novos valores culturais, econômicos, políticos e religiosos no país em questão. Aliado a esse fato, pode ser utilizado como base as ideologias da teoria marxista, que preceitua como esse tipo de influência pode desencadear um modelo de dominação por parte das elites, moldando a estrutura do Estado dominado, de acordo com seus interesses político e econômico.

Ademais, o estudo realizado utilizou de teorias como a Teoria Imperialista de Lênin, que tem como objetivo compreender o processo histórico das relações entre os Estados em detrimento do expansionismo baseado na busca de lucros. Como também, a Teoria Sistema-Mundo de Wallerstein que elabora uma explicação sobre hierarquia no sistema entre Estados baseada no mercado, no qual, Estados buscam maximizar seus ganhos individualmente. Além disso, também utiliza dos princípios neo-gramscianos para analisar a relação entre agente-estrutura, que busca uma análise da estrutura da sociedade angolana, a qual é constituída pelos comportamentos perpetuadas pelas forças sociais, logo, são consequências das interações sociais históricas que formam essa estrutura.

Portanto, as análises que compõem este trabalho e as teorias citadas anteriormente, podem auxiliar na formulação da hipótese e da pergunta de partida. Diante disso, pergunta-se: 'Como as ideo-

logias das elites capitalistas restringiram o processo de evolução socioeconômica angolana no período pós-colonial?'. E para responder essa questão, a hipótese formulada é que nessa nova ordem pós-colonial, as classes favorecidas possuem uma maior facilidade de moldar a estrutura do sistema internacional, sendo que elas possuem uma posição hegemônica nesse sistema e a partir desse fato, nota-se que a sociedade angolana não tem poder suficiente para modificar tal estrutura, por conta desse ser considerado um país periférico e não possuir uma posição econômica influente no sistema internacional.

As premissas das teorias marxistas

Com base nas ideologias fundamentadas a partir da teoria marxista, pode-se constatar o desencadeamento das influências que as elites capitalistas tiveram em relação às colônias africanas e como certas políticas foram impostas, moldando a sua estruturação como Estado. Dessa forma, a essência da teoria enfatiza a concepção de que o Estado é resultado dos interesses das classes dominantes, particularmente a burguesia, as quais impõem sua dominação através do controle ideológico e político do Estado. Contudo, os Estados não são autônomos, logo, a política é uma consequência da economia, que por sua vez é um espaço de disputa e desigualdade – caracterizando-se como sendo um jogo de soma-zero entre as classes, em que uma não existe sem a outra. Entretanto, é notória a ausência da discussão específica sobre relações internacionais, porém, ao mesmo tempo, nota-se que a teoria oferece instrumentos para sua análise, na qual pauta sua escrita em reflexos da sociedade civil, ou seja, em classes sociais (COHN, 2012; MARTINS; MIKLOS; RODRIGUES; VIGEVANI, 2011).

Ademais, o entendimento da realidade parte de um olhar das dinâmicas das relações sociais de produção e compreende as relações entre as unidades políticas em uma estrutura. À vista disso, a perspectiva dialética marxista parte do princípio de que agentes humanos existem dentro de uma estrutura social, que reproduz ou altera suas ações, no entanto, a práxis de Marx define que os homens podem modificar a sua história, logo, podem moldar a estrutura, mesmo que ainda constrangidos por ela. Sendo assim, há uma interdependência entre o mundo das ideias (subjetivo) e o mundo material (objetivo), no entanto, apenas a burguesia teria condições

para alterar a estrutura, uma vez que essa possui o monopólio da linguagem. Desse modo, o processo de mudança social é um resultado do progresso das forças produtivas e da luta de classes, assim, as sociedades devem ser compreendidas em função de seu contexto socioeconômico. Portanto, a formação do Estado deve ser analisada pelo processo de imposição do capitalismo e da subjugação executada por este às sociedades pré-capitalistas, sendo que a produção econômica é a base para todas as atividades humanas, e é inerentemente expansiva (MARTINS; MIKLOS; RODRIGUES; VIGEVANI, 2011; RUPERT, 2007).

Teoria Imperialista de Lênin

Em virtude disso, foi elaborada uma visão mais ampla sobre as relações entre os Estados, argumentando que a acumulação capitalista é o que promove o expansionismo colonial das grandes potências, assim, elas estão sempre em busca do lucro. Neste sentido, foi desenvolvida a teoria do Imperialismo por Vladimir Lenin, o qual se baseou na internacionalização dos estudos de Karl Marx. No contexto dessa teorização, ocorria o estabelecimento de colônias europeias na África e Ásia a procura de mão de obra barata, recursos naturais, e circunstância para o investimento do capital industrial. Assim, do mesmo modo que Marx, Lenin argumenta que o capitalismo tende ao monopólio, concentrando o capital em uma pequena parcela da sociedade, fato que desencadearia na dificuldade em encontrar mercados e oportunidades para investimento. Tendo em vista que a classe capitalista não tinha interesses em investir no salário do proletariado para aumentar o consumo e manter o modelo econômico fomentado, decorre a expansão colonial. Logo, as nações capitalistas puderam manter suas taxas superavitárias de lucro e bens, conservando as nações mais pobres subdesenvolvidas, exploradas e dependentes (BALAAM; DILLMAN, 2014; COHN, 2012; MARTINS; MIKLOS; RODRIGUES; VIGEVANI, 2011; RUPERT, 2007).

Dessa forma, Lenin se diferencia de Marx por dissertar que entre o capitalismo e o socialismo há outra etapa, a qual corresponde à presença de monopólios e imperialismo, que – assim como a exploração do proletariado – era inevitável. Isto posto, Lenin defende que a revolução prevista por Marx ainda não havia ocorrido, pois a expansão imperialista teria ocasionado na sobrevida do

modelo, ao prover lucros que eram utilizados para dar benefícios sociais ao proletariado europeu, retardando a luta contra o capital. Consequentemente, inicia-se a corrida imperial, e a partir do momento em que todas as regiões do globo fossem divididas em colônias, seriam instituídos conflitos entre as potências imperialistas, desencadeando no fim do capitalismo. Nesse sentido, ao transpor o conceito marxista de luta de classes para o internacional, Lênin afirma que com a formação do mercado mundial, os países mais pobres, os quais eram em sua maioria colônias, podem ser associados à posição de proletariado do sistema internacional (BALAAM; DILLMAN, 2014; COHN, 2012; RUPERT, 2007).

Ademais, é dissertado que mesmo as potências capitalistas restringindo a industrialização das colônias, o imperialismo era uma etapa crucial para o desenvolvimento desses países. Isso decorre, haja vista que esse processo desencadearia na transferência de capital e tecnologia para as colônias, as quais seriam competitivas internacionalmente pela mão de obra barata, assim, a ascensão e a decadência das potências capitalistas fomentariam conflitos imperialistas. Por outro enfoque, a teoria explícita que os países periféricos eram campos atrativos para a produção de monopólios, uma vez que as elites locais competiam por capital e investimento. Desse modo, é central que a estrutura política dentro e entre os Estados ocorria de forma a beneficiar produtivamente e financeiramente os que detinham o monopólio do capital. Portanto, o Sistema Internacional é definido por relações de dependência e desenvolvimento desiguais, as quais outras teorias marxistas retratam (BALAAM; DILLMAN, 2014; COHN, 2012).

Teoria Sistema-Mundo de Wallerstein

Nesse contexto, foi elaborada a teoria Sistema-Mundo, a qual é desenvolvida principalmente por Immanuel Wallerstein, e deriva de uma análise estrutural determinista, que ressalta o desenvolvimento global desde o século XV, promovendo um entendimento histórico das mudanças políticas e econômicas. Assim, nessa teoria é dissertado que a economia constrange a política, e é o fator organizacional do Sistema Internacional, em que o sistema mundo consiste em uma única divisão do trabalho em um contexto multicultural, podendo ser um império-mundo ou uma economia-mundo. Primeiramente, império-mundo é um sistema em que há apenas

uma organização política, na qual é utilizada coerção para se definir a divisão de trabalho interna. Já na economia-mundo há uma multiplicidade de organizações políticas, em que mesmo que haja um ator hegemônico, esse não possui a capacidade de controlar o mercado internacional inteiramente. Desse modo, atualmente os Estados estão inseridos em uma economia-mundo, haja vista que mesmo com diferentes políticas, todos compactuam do capitalismo internacional, ordem a qual Wallerstein argumenta ter emergido no século XVI (BALAAM; DILLMAN, 2014; COHN, 2012).

Sendo assim, é estabelecida uma hierarquia baseada no mercado, em que se visa maximizar os ganhos individuais. Desse modo, o Sistema Internacional pode ser dividido em centro, periferia e semiperiferia, divisões que se relacionam tanto internamente quanto uma com as outras, e que são permanentes na estrutura global capitalista. Primeiramente, o centro é caracterizado por possuir majoritariamente indústrias altamente qualificadas, que produzem bens de alto valor agregado, tendo o monopólio do capital financeiro. Por sua vez, a periferia é identificada pela maioria de sua produção ser bens de baixo valor agregado, configurando uma relação de dependência com o centro pela necessidade de outros bens, e uma debilidade econômica decorrente das trocas desiguais. Assim, o centro é definido como forte, enquanto a periferia fraca, uma vez que a posição econômica dos Estados influencia sua relevância global. Nesse contexto, ao tentar modificar esse sistema a periferia é passível de sofrer repressão por meio da força exercida pelo centro, o qual tem como intuito a manutenção de sua dominância (BALAAM; DILLMAN, 2014; COHN, 2012).

Ademais, é adicionado nessa conjuntura a semiperiferia, que consiste em um intermediário entre os dois termos anteriores, haja vista que alguns países menos desenvolvidos passaram a realizar seus processos de industrialização. Consequentemente, houve uma mudança na classificação de alguns países, contudo, teóricos do Sistema-Mundo têm uma visão ainda pessimista, e consideram que mesmo essas alterações podendo ser interpretadas como desenvolvimento, esses ainda são dependentes. Por sua vez, a semiperiferia reproduz a relação de dominância – realizada pelo centro – com a periferia. Desse modo, a semiperiferia é um fator estabilizador do capitalismo internacional, por realizar um papel mais político do que econômico ao tornar menos explícita a diferença de desenvolvimento entre o centro e a periferia, e aparentar ser possível a as-

censão nesse modelo. Por fim, também é argumentado na teoria do Sistema-Mundo que a divisão centro, periferia e semiperiferia pode ser também observada no contexto interior dos países. Dessa forma, é dissertado sobre a influência que os interesses burgueses têm nas políticas estatais, ocorrendo em todas as classificações de Estados, mesmo que em intensidades diferentes. À vista disso, as elites capitalistas utilizam das políticas de Estado para maximizarem seus ganhos, impactando a estruturação da sociedade na sua totalidade (BALAAM; DILLMAN, 2014; COHN, 2012).

Relação Agente-Estrutura na abordagem neo-gramsciana de Robert Cox

A partir da análise da estruturação da sociedade angolana e a relação entre as condutas dos atores, pode-se observar quais foram os interesses e os fatores predominantes neste processo. Desse modo pode-se analisar esse procedimento por meio da abordagem realizada por Cox, utilizando-se como outras perspectivas neo-gramscianas, um método epistemológico histórico. A argumentação central desse método é fundamentada pelo dualismo da subjetividade e da objetividade dentro a sua pesquisa, buscando compreender como as estruturas das sociedades foram constituídas; assim como visa explicar o modo pelo qual essas estruturas são capazes de agir frente aos indivíduos que fazem parte dessa realidade objetiva social. Por sua vez, ele foca nas intersubjetividades que constituem as estruturas históricas do mundo material social, logo, ele parte do pressuposto de que as instituições sociais e políticas são o conjunto da ação coletiva dos indivíduos. Sendo assim, a sua análise fundamentou em entender a constituição dessas estruturas por base do processo histórico das ações realizadas pelos indivíduos e o compartilhamento de ideias entre eles, para poder analisar as mudanças subjetivas nas tomadas de decisões dos agentes, os quais influenciaram na criação das estruturas históricas (BIELER; MORTON, 2001; COX, 1985; SUGANAMI, 1999).

À vista disso, Cox visava analisar as relações sociais pelo processo histórico, em como essas relações são influenciadas pela prefiguração do passado e como é a importância da combinação de elementos objetivos e subjetivos dentro desse processo. Neste sentido, era argumentado a relação entre o contexto histórico e as condições sociais do presente, tendo em vista que as consequências

do passado moldam todas as formas sociais do presente. As estruturas históricas não determinam as ações das pessoas, no entanto, molda e constitui o contexto de hábitos, pressões, expectativas e restrições dentro das quais a ação do indivíduo ocorre. Ademais, o mundo social – marcado pela objetividade – é um conjunto de leis que agem sobre as pessoas, os quais são fundamentadas pelos comportamentos e interações sucedida pelo passado; logo, a estrutura objetiva não existe por si só, mas sim por causa de uma relação histórica subjetiva entre os indivíduos que os configuram. Um contexto histórico é dado como concreto, pois ela corresponde a uma subjetividade histórica de uma relação coletivo social. Com isso, a incorporação dessas relações sociais que constituem o mundo social é, portanto, mediada pela combinação de elementos objetivos e subjetivos (BIELER; MORTON, 2001; COX, 1981, 1985).

As estruturas históricas referem-se as práticas sociais contínuas, formuladas e modificadas pela coletividade humana. Segundo Cox, dentro dessa estrutura, há a interação recíproco entre três elementos fundamentais: as ideias, as capacidades materiais, e pelas instituições. O primeiro elemento é compreendido em significados intersubjetivos, ou nas normas compartilhadas e perpetuadas pelas interações sociais, como também pelas percepções coletivas da ordem social. As capacidades materiais são referidas de forma dinâmica ao significado do poder do recurso, sendo ele tangível. Por sua vez, as instituições são os resultados combinatórios dos outros dois elementos. Desse modo, o método de estruturas históricas é aplicado às três esferas de atividade: a organização da produção, que fundamenta-se na totalidade das relações sociais, como as forças sociais que são concebidas pelo processo de produção; as formas de Estados, que se constitui aos complexos estudos entre Estado e a sociedade historicamente contingentes; e as ordens mundiais, que são configuradas pelas forças sociais que representam determinados padrões de estabilidade ou de conflito na estrutura. Por conseguinte, os três níveis estão interligados, sendo que alterações na organização da produção geram novas forças sociais que, por sua vez, originam alterações na estrutura dos Estados (BIELER; MORTON, 2001; COX, 1981; RAMOS, 2005).

Assim, Cox desenvolve este quadro analítico a fim de entender as estruturas históricas que foram constituídas dentro do contexto temporal do sistema capitalista de produção, logo, ele parte do pressuposto da ordem mundial e com ela a noção de hegemonia.

Isto posto, é argumentado que as forças sociais interferem a hegemonia dentro do aspecto nacional e mundial da ordem social, através do progresso e da expansão de um modo de produção. Neste sentido, é possível operar a hegemonia pela estruturação de um bloco histórico e pelo estabelecimento da coesão social dentro do Estado; como também pela expansão internacional de um modo de produção e pela proeminência dessa hegemonia através da ordem mundial (COX, 1987; RAMOS, 2005)

As forças sociais arranjam-se em uma estrutura global de poder e produzem uma estrutura histórica coerente consigo. A estrutura histórica torna-se, então, um balizamento à dinâmica social, conservando a estrutura de poder que a concebeu. A alteração na correlação das forças sociais produz contradições na estrutura histórica, que entra em descompasso com a antiga estrutura de poder. Enquanto a dinâmica social possibilitar o arranjo coerente dos elementos da estrutura histórica, ela se mantém. O surgimento de incoerências entre os elementos estruturais provoca a decomposição da estrutura histórica e sua substituição por uma nova, sustentada em uma nova relação coerente dos três elementos. (VIEIRA, 2013, p. 34).

Em virtude disso, Cox utiliza-se das forças sociais no processo de produção como a explicação central da economia política global, tendo em vista que a estrutura é retratada como resultado da relação entre essas forças, do mesmo modo que a partir da interação entre os Estados. Consequentemente, essa abordagem contempla a realidade da economia política como um desencadeamento no qual o poder não é dado baseando-se nas capacidades materiais por si só, mas sim é um produto dos processos sociais. Por conseguinte, as estruturas são estabelecidas pela interação sociais entre os agentes que constituem comportamentos perpetuadas pelo processo de produção controlada pela hegemonia, sendo essa produção também referente a de normas, regras e ideias. Por outro lado, as estruturas sociais, que refletem os diferentes níveis de poder político e econômico, moldam os pensamentos e ações dos indivíduos, logo, são concebidos pelas forças sociais que são incorporadas dentro da estrutura social prefiguradas pelo contexto das relações sociais capitalistas (BIELER; MORTON, 2001; COX, 1987; RAMOS, 2005; VIEIRA, 2013).

Processo da evolução socioeconômica angolana

Os primeiros contatos estrangeiros foram realizados pelos portugueses em 1482 com o território angolano, onde existiam

formações econômico-sociais de classes fortemente organizadas e que se fundamentavam principalmente pelo modo de produção escravagista. Sendo assim, os principais beneficiários dessas trocas eram a aristocracia, dona dos escravos, e os chefes administrativos das províncias. Além disso, os portugueses se beneficiaram desse meio de produção, os traficando para o Brasil e outras regiões da América, onde eram vendidos às elites agrárias. Ademais, estabeleciam relações com as autoridades locais, introduzindo o cristianismo e, assim, gradativamente, os portugueses expandiram a sua influência e dominação no território por uma colonização representada, principalmente, por missionários católicos e por comerciantes. Essa expansão monoculturalista impactou na organização social angolana, dividindo a sociedade em duas diferentes comunidades, os denominados católicos e os gentios (COSTA; PACHECO; TAVARES, 2018; JOSE, 2008; VENÂNCIO, 2001).

Esse modo de exploração continuou até meados da década de 1870, quando iniciou uma tendência imperialista por parte da Europa, a qual é representada pela política do *Scramble for Africa*⁴. À vista disso, buscando evitar conflitos entre as potências europeias, houve uma distribuição do território africano realizada definitivamente na Conferência de Berlim em 1884. Entretanto, os africanos não tiveram influência significativa nas decisões tomadas sobre a distribuição de seu próprio território, assim, foi uma resolução elaborada apenas pelos interesses das potências europeias. Desse modo, foi estabelecida por Portugal, com acordo das outras potências imperialistas, as fronteiras da atual Angola. Portanto, foi implantada a conceptualização de Estado, que delimitava a antiga estruturação territorial do Reino Angolano, que era constituído por vários povos diferentes (AVELAR, 2014; BRIDGE; BULLEN, 2005; COSTA; PACHECO; TAVARES, 2018).

Dessa forma, entre 1885 e 1910, a Angola foi marcado por guerras de ocupação militar, que permitiu o controle efetivo de todo o território por Portugal. Posteriormente, no período pós Primeira Guerra Mundial, iniciou-se o processo da exploração capitalista de Angola, que foi marcado pela implementação de ideais

4. Foi um ímpeto político que derivou do impacto das lutas intereuropeias pelo poder e da competição por preeminência. Desse modo, a dominação dos territórios africanos foi visada como uma solução para as questões socioeconômicas que os países capitalistas enfrentavam, logo, as colônias sustentavam as potências por meio de impostos (IWERIEBOR, 2011.).

capitalistas, como novas relações de produção, trabalho forçado e a exploração agrícola e mineral. Diante disso, com o Ato Colonial de 1930, foi redefinida a relação entre colônia-metrópole, estabelecendo às colônias um papel de fornecedores de matérias-primas e abrindo os seus mercados aos produtos da metrópole, logo, restringia o crescimento e evitava a competição das indústrias da colônia angolana com o Portugal. Em virtude disso, a Angola teve a sua industrialização inibida, e o foco da sua economia foi restrita à exportação de matérias-primas, atividade a qual apenas ascendeu durante a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial e, subsequentemente, dentre esses produtos, o café tornou o principal produto de exportação angolano (COSTA; PACHECO; TAVARES, 2018; JOSE, 2008).

Em 1961, iniciou-se a etapa da revolução angolana, em que o pacto colonial foi substituído por uma política desenvolvimentista. Até aos anos 60, a economia da Angola era essencialmente dependente das exportações de matérias-primas e produtos primários, no entanto, com a ascensão da revolta do movimento nacionalista angolano, esse período foi caracterizado pela manutenção das condutas portuguesas no país. Desse modo, o território abriu o seu mercado e estimulou o aparecimento de indústrias, logo, abriu-se para maiores investimentos externos e internos, reestruturando a sua política e infraestrutura econômica. Em virtude disso, a taxa de crescimento da economia angolana atingiu níveis elevados, como também houve uma desvinculação do comércio único com a metrópole, assim, estabeleceu um maior movimento de expansão das instituições de crédito na Angola. Portanto, surge uma dependência do capital estrangeiro para o crescimento econômico do país, tendo em vista que este era subordinado internacionalmente pela exploração de recursos naturais (AVELAR, 2014; COSTA; PACHECO; TAVARES, 2018; TORRES, 1983).

Neste sentido, em 1970, Angola tinha um setor industrial significativo em relação à África Subsaariana, entretanto, o desenvolvimento da empresa capitalista angolana estava amplamente associado ao capital financeiro português e mundial. À vista disso, a burguesia portuguesa procurou financiar ainda mais o crescimento industrial da colônia, aumentando ao máximo a valorização dos recursos angolanos, logo, a industrialização deste período visava o desenvolvimento da sociedade central metropolitana. Entretanto, com o surgimento da revolta nacionalista, do engajamento dos movimentos de

libertação nacional e com o apoio intervencionista da África do Sul⁵; a burguesia colonial conseguiu estabelecer uma certa autonomia em relação à burguesia portuguesa e integrou-se progressivamente no espaço capitalista regional austral (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; CORKIN, 2011; JOSE, 2008; PEIXOTO, 2011; SANTOS, 2001).

Desse modo, após 400 anos de colonização portuguesa, sendo os últimos 20 anos sob controle da ditadura salazarista⁶, Angola se torna independente em 1975 de forma abrupta, com a ascensão ao poder de movimentos revolucionários. Porém, os três movimentos apresentavam interesses distintos e, assim, na fase da transferência do poder para os angolanos, foi constituído vários fatores decisivos que não representavam os interesses de todos os habitantes do território angolano, reflexo do processo e condições da luta de libertação o qual era representada pela elite branca. Com isso, inicia-se um conflito racial no centro da confrontação política, resultando-se em uma guerra civil, causando uma onda de emigração e estagnando o crescimento e desenvolvimento econômico angolano (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; CORKIN, 2011; JOSE, 2008; PEIXOTO, 2011; SANTOS, 2001).

Ademais, nesse período de transição para a independência de Angola, o sistema internacional se via dividido em um conflito ideológico entre duas potências, os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), os quais disputavam conquistas de zonas de influência. Sendo assim, o interesse pelo território angolano se justificava pela ampla quantidade de riquezas minerais encontradas no seu subsolo e pela sua localização estratégica na região do Atlântico Sul. Neste sentido, os movimentos de libertação foram apoiados por diversos países, transformando-se numa zona de esfera de influência e estratégica política e militar. À vista disso, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) com a ajuda militar de Cuba, conquistou a independência, o controle da defesa da integridade territorial e a soberania de Angola (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; JOSE, 2008, 2009; PEIXOTO, 2011; SILVA, 2016).

5. O modelo de desenvolvimento de Angola fazendo parte da zona dominada pela África do Sul, estava de acordo com a estratégia total do apartheid após 1975. Assim, a integração deste espaço na região e as políticas adotadas, principalmente em termos de capital e de trabalho, refletiam uma estratégia racional do desenvolvimento do capitalismo sul-africano (SANTOS, 2001).

6. A ditadura de Salazarista-Marcelo Caetano, foi derrubado em 25 de abril de 1974 com a Revolução dos Cravos e, sucessivamente, Portugal estabeleceu uma política que retirou as suas tropas de Angola, aceitando a sua independência. (JOSE, 2008).

A FNLA se dissolveu como grupo armado, mas a UNITA abraçou a defesa do capitalismo com o apoio dos EUA e da África do Sul do regime do Apartheid, receando as possíveis influências que a vitória do movimento de esquerda do MPLA, de maioria negra, poderia causar na região Austral da África. Tal conflito civil motivou a elaboração e a realização das missões de paz da ONU em Angola em 1988, coincidentemente no momento de término da Guerra Fria em escala mundial, com a desmobilização da bipolaridade e do acirrado conflito ideológico nas relações internacionais (JOSE, 2008, p. 166-167).

Neste contexto, a partir de 1992, em razão dos termos constituídos pela UNAVEM I e II⁷ (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola), foi estabelecida eleições para o executivo e o legislativo do país com a supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU), que tinha expectativas na unificação nacional e pacificação efetiva de Angola. Deste modo, o país deixa de ter um sistema monopartidário para um multipartidário, assim, encaminhou-se para um processo de liberalização e abertura de mercado. Entretanto, os resultados das eleições, os quais foram ganhos pelo MPLA, foram contestados pela União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) que, sucessivamente, retomou a guerra civil. Portanto, após 27 anos de conflito e várias tentativas de mediações da ONU – que teve as suas atividades encerradas em 1999, por pedido do presidente de Angola – em 2002, com a morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA, foram criadas cláusulas visando a pacificação definitiva do território, culminando na assinatura do *Luena Memorandum Peace Accord*⁸ (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; CORKIN, 2011; JOSE, 2008, 2009; SANTOS, 2001; SILVA, 2016).

Política Econômica da Angola pós-independência

Concomitantemente, com a liderança do partido MPLA, o qual se baseava em políticas com viés socialistas, a maioria da produtividade do país se tornou pública, com preços controlados,

7. As duas missões da UNAVEM foram missões de manutenção da paz que tiveram sucessos, sendo negociados e concluídos os Acordos de Nova York e o Acordo de Bicesse, assinados pelos representantes do governo angolano, da MPLA e da UNITA. (JOSE, 2008).

8. “O assunto do Memorando de Entendimento é o compromisso das partes, através da colaboração fraterna e ativa, para garantir a conquista e ativação de cessar-fogo e resolução de todas as questões militares pendentes. Posteriormente, isso inclui a resolução definitiva do conflito armado [...]” (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2002, p. 3).

e havia um sistema de subsídio. Contudo, ainda se manteve parte do setor privado no país, principalmente relacionado ao petróleo, que em contraposição a situação política, era muito explorada por empresas da Europa Ocidental, mesmo que muitas vezes ainda em associação com a SONANGOL – companhia de exploração de petróleo estatal. Por sua vez, o governo angolano não foi efetivo no planejamento, assim, na década de 1980, o país foi marcado pela falta de alimentos e outros bens básicos, necessidades que passaram a ser supridas no mercado ilegal. Ademais, ocorria uma pressão inflacionária e o *Kwanza* estava cada vez mais valorizado, e, em adição aos gastos militares, a posição financeira angolana se tornou muito debilitada (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009).

Em 1987, o MPLA deixou de promover o socialismo, direcionando a economia angolana para o mercado, e se tornou membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), entretanto, esse esforço não obteve sucesso e a economia se manteve em crise na década de 1990. Em vista disso, nesse período, as operações de paz (OPs) da ONU estavam cada vez mais presentes na Angola, visando a resolução do conflito, uma vez que as guerras que decorriam das periferias eram consideradas uma das maiores ameaças à segurança internacional. Entretanto, as OPs também contribuíram ativamente para a inserção do modelo neoliberal à Angola, modificando as suas políticas e abrindo seu mercado, ressaltando-se a sua relação com o mercado petrolífero. Desse modo, o governo buscou apoio de instituições financeiras internacionais, com o intuito de atrair investidores para o país, no entanto, para que isso ocorresse era preciso evidenciar a sua credibilidade e a consistência das suas políticas. Contudo, Angola necessitou se adequar as políticas favoráveis para o mercado financeiro (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; FORTES, 2018; SANTOS, 2001).

Posteriormente, advindo das ineficiências dos acordos de paz para Angola, e da ineficácia de adotarem e de se adequarem as políticas neoliberais, houve uma distorção econômica. À vista disso, pela impossibilidade de conseguir créditos internacionais, foi ocasionado um crescimento econômico que dependia excessivamente do comércio de petróleo e diamante. Desse modo, essa dependência prejudica o desenvolvimento dos setores econômicos não associados ao mineral, haja vista que as reservas e infraestrutura advindas dessa atividade não são utilizadas para impulsionar esses outros setores. Por fim, grande parte dos lucros é repatriado, e há desorça-

mentação das receitas petrolíferas que não tem seus *royalties* mensurados. Ainda neste contexto, pelas consequências do período da guerra civil, a infraestrutura do país estava destruída e as perdas humanas eram grandes, impactando principalmente a agricultura (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; ALVES, 2007; FORTES, 2018; PEREIRA, 2011).

A partir de 2002, a paz se consolidou de maneira rápida, tanto com a desmobilização de combatentes e forças pacificadoras, quanto em fatores econômicos, com o crescimento do volume e do valor nas exportações de petróleo. Ademais, a capital Luanda se manteve relativamente protegida dos impactos causados, por ter sido uma base de fortaleza para o MPLA, assim, ainda em 2008, entre 80-90 por cento da produção econômica se centralizava na cidade. Entretanto, mesmo evidenciando altas taxas de crescimento econômico, a desigualdade social e a dependência de capital externo ainda eram desafios presentes no Estado. Em suma, ainda foram necessários recursos externos para a reestruturação da infraestrutura, as quais são limitadas pelo Ocidente pela acusação de má governança, corrupção e falta de transparência (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; CORKIN, 2011).

Nessa conjuntura, com o intuito de reestruturar o país na questão humanitária, o governo angolano buscou ajuda financeira da ONU e da comunidade internacional, através da criação da Estratégia Contra a Pobreza (ECP). Entretanto, essa não foi efetiva, uma vez que durante sua formulação não houve muita articulação com os acionistas, assim, a comunidade internacional não considerou a Angola como segura para se realizar investimentos. Outro fator relevante foi o período dos anos 2000, em que houve o *boom* das *commodities*, fazendo com que muitas organizações não governamentais (ONGs) tivessem que se retirar do país por esse não poder mais se beneficiar da ajuda dada aos países mais pobres da África. Entretanto, a política estatal para as classes mais pobres, e de bem estar social se mantiveram não eficientes. Consequentemente, isso atrai investidores não tradicionais na África como a China e, assim, como analisado por Jose (2008, p. 178) “a Angola passa por um profundo processo de restauração estrutural, com forte cooperação e recursos aportados pelo governo chinês, reorganizando e reconstituindo a sua esfera política, a sociedade e economia” (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; CORKIN, 2011; FORTES, 2018).

Relação sino-angolano

Na década de 1990, a Angola mantinha uma relação com as potências neoliberais, ascendendo como membro da FMI e ao BM, visando a reconstrução do país por meio de financiamentos desses países, porém essa relação não foi satisfatória para o Estado angolano. Em virtude disso, o governo angolano recorreu às outras alternativas políticas, logo, surge a relação sino-angolana, a qual ganha força por beneficiar ambas as partes. Nesse contexto, com a implementação da diplomacia pragmática chinesa de Reforma e Abertura⁹, e o reconhecimento diplomático de Angola, em 1983, ocorreu uma aproximação bilateral dos países. Essa relação se intensifica principalmente no início do século XXI, pelo fim da Guerra Fria e da Guerra Civil angolana e, sucessivamente, a Angola se tornou o segundo maior parceiro da China na África. Por sua vez, essa relação é marcada principalmente pelo petróleo, e por investimentos chineses no principal objetivo do governo angolano, que era a reconstrução da infraestrutura do país destruído pelo conflito (CAMPOS; VINES, 2006; CORKIN, 2011; FERNANDES, 2015; PAUTASSO, 2010; PEREIRA, 2011).

Dessa forma, os investimentos chineses em Angola são voltados para a infraestrutura – destacando-se os setores de transporte, energia e comunicação –, para que o país possa se restaurar dos efeitos da guerra civil e se desenvolver economicamente. Desse modo, os investimentos do país asiático são mais priorizados que os tradicionais ocidentais pelas menores condicionalidades e menor taxa de lucro. Ademais, um efeito indireto do crescimento chinês é o aumento no valor das *commodities* causados por esse grande mercado, impactando positivamente a economia angolana dependente desse recurso. Além da cooperação técnica e reconhecimento diplomático, a relação com a China tem trazido benefícios diretos para o país africano, haja vista que pela economia chinesa poder orçamentar *déficits*, a Angola tem obtido *superávits* comerciais, tornando a China seu principal parceiro comercial. Ainda assim, o governo angolano discursa estar realizando uma aproximação conduzida de modo a não tornar o país dependente do crédito chinês (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; PASCOAL, 2013; PAUTASSO, 2010).

9. Programa de Deng Xiaoping, em 1978, que abriu a China para investimentos estrangeiro, visando o desenvolvimento sustentado e contínuo do país, com intuito de ascender a uma posição de potência mundial (SILVA, 2008).

Desse modo, a China ultrapassa exportadores tradicionais, como Portugal, África do Sul e EUA, e se torna a principal origem das importações do país africano. Ademais, o país asiático também se configura como o maior destino das exportações angolanas, sobretudo pela necessidade energética do país, que emerge como uma potência na economia internacional. Neste sentido, no contexto angolano, o petróleo se torna a base da economia a partir de 1974, quando passa a ser sistematicamente explorado, substituindo o café como principal produto de exportação, e transformando a Angola em um produtor relevante do mineral na África Subsaariana. Assim, o produto serve para questões políticas, não tendo sua extração paralisada durante a guerra civil, sendo principal fonte de renda do MPLA nesse período (ALVES, 2007; EMMANUEL, 2009; PASCOAL, 2013; PAUTASSO, 2010).

Nesse contexto, o papel da empresa estatal SONANGOL é central, principalmente após a promulgação da Lei do Petróleo, em 1978, fazendo do Estado angolano o único proprietário do recurso, mesmo que procedimentos operacionais pudessem ser de domínio estrangeiro, o que torna a SONANGOL concessionária exclusiva dos recursos petrolíferos angolanos. Desse modo, nesse período o governo angolano iniciou programas para a atração de empresas estrangeiras, as quais exploram os recursos angolanos por meio de contratos de parceria, seja por partilha de produção ou associação em participação. Ademais, a partir da década de 1990, a empresa passou a realizar *holding* com o intuito de realizar outras atividades relacionadas ao ramo. Do mesmo modo, as empresas petrolíferas chinesas são estatais, assim, esses investimentos se configuram como uma política de estratégia de longo prazo (AGUILAR; GOLDSTEIN, 2009; ALVES, 2007).

Entretanto, o governo chinês modifica a sua política, começando a apoiar empresas do próprio país a fazerem negócios com o continente africano, com o objetivo de proteger os recursos naturais estratégicos e promover o desenvolvimento econômico da China. Além de que, o país asiático aplica uma política de não intervenção na política interna dos países nos quais ela realiza apoio financeiro, assim, relacionam com qualquer tipo de organização política, sendo ela democrática ou algum regime autoritário. Entretanto, é argumentado que a falta de condicionalidades chinesa faz com que Angola esteja menos disposta a realizar acordos com o FMI, dificultando os objetivos da organização de diminuir a corrupção,

umentando a transparência. Como também, é argumentado que os investimentos constituem apenas em um projeto para manter o fornecimento de matérias-primas constante (CAMPOS; VINES, 2006; PASCOAL, 2013; PAUTASSO, 2010).

Análise do capitalismo e seus impactos na Angola à luz das teorias marxistas

Observando a teoria neo-gramsciana de Cox, verifica-se que os comportamentos e os interesses refletidos por um Estado são construídos por ideias historicamente compartilhadas, ou seja, pelas interações entre os indivíduos (BIELER; MORTON, 2001). Em decorrência disso, os Estados são atores que constituem as normas e regras do Sistema internacional, através de suas interações políticas e econômicas, assim, o SI é um reflexo dos conflitos de interesses entre esses atores. Entretanto, o Estado retrata as ambições das forças sociais, logo, ele é restringido aos interesses de uma minoria. Contudo, o SI é fundamentado por um conjunto de valores intersubjetivos que se baseia no beneficiamento e satisfação das elites, assim, evidencia-se que a estrutura histórica capitalista é constituída por essa conduta social.

Neste sentido, as classes favorecidas têm maior influência para modificar a estrutura, que neste caso, seria o SI, assim, as preocupações dessas elites se limitam a ampliação do seu poder e do seu lucro. Dessa forma, os investimentos e implantações das políticas do Estado, o qual é controlado pelo mercado e, consequentemente, pelos interesses da burguesia, foca na obtenção de recursos para a manutenção do status privilegiado no âmbito internacional. Em virtude disso, observa-se a teorização de Marx sobre a práxis nesse processo de estruturação social, no qual as elites capitalistas exercendo o papel de forças sociais dominam os interesses do Estado. Isso decorre, uma vez que essas possuem o monopólio dos processos sociais e uma capacidade de influência sobre a coerção estrutural, fazendo com que os interesses da burguesia sejam incorporados dentro da estrutura social prefiguradas pelo contexto das relações sociais capitalistas. Essa conduta pode ser analisada em várias construções sociais, e nesse artigo é contemplado na estruturação socioeconômica de Angola (MARTINS; MIKLOS; RODRIGUES; VIGEVANI, 2011).

Nessa perspectiva, evidencia-se que essa construção está presente na sociedade angolana desde antes da ocupação colonial

portuguesa, sendo composta por classes fortemente organizadas, que se fundamentavam pelo modo de produção escravagista. Desse modo, a aristocracia e os chefes administrativos das antigas províncias eram a minoria com maior dominância coerciva estrutural, uma vez que os outros integrantes da sociedade eram inibidos de se expressar, logo, não conseguiam articular de modo concreto coletivamente o suficiente para moldar a organização social. Consequentemente, os portugueses se inseriram nessa conjuntura de modo a influenciar amplamente a sociedade local, moldando aspectos como na implementação do multiculturalismo cristão advindo da miscigenação generalizada da região.

Posteriormente, esse modo de exploração se manteve até meados da década de 1870, quando intensifica a expansão imperialista da Europa no continente africano, provenientes da ideologia da maximização do poder com o intuito de obter uma situação de vantagem no Sistema Internacional. Dessa forma, constata-se que os Estados usavam as colônias como elementos importantes para a sua preponderância nesse sistema, logo, as colônias eram vistas como uma garantia de poder, uma vez que proporcionava suas autossuficiências. Além disso, uma vez que as primeiras potências europeias iniciaram seus domínios imperiais, a estrutura foi moldada de modo a compelir que as outras potências replicassem em seus comportamentos políticas imperialistas em prol de manter o seu status na sociedade internacional.

Neste contexto, Portugal se agrega nessa conduta social, delimitando a antiga estruturação territorial do Reino Angolano, o qual era constituído por vários povos diferentes e, assim, tentaram homogeneizar esses diversos grupos a partir de uma conceptualização latina. Contudo, percebe-se que os africanos não tiveram influência significativa nas decisões tomadas sobre a distribuição dos seus territórios, sendo uma resolução elaborada apenas pelas potências europeias. Ademais, eram as metrópoles que fundamentavam as regras e leis da socialização africana, introduzindo significados provenientes do ocidente, como a organização estatal. Desse modo, é possível observar que os povos africanos não possuíam poder de agência em decorrência por apresentarem forças sociais menos relevantes – possuem pouca capacidade material –, o qual era fundamental para a moldagem das estruturas sociais.

Consequentemente, essa necessidade de expansão imperialista oriunda da estrutura capitalista internacional fez com que

emergissem conflitos entre as potências europeias. Nesse sentido, ao analisar a Teoria Imperialista de Lenin, proveniente principalmente da ampliação dos monopólios, iniciou-se a busca por condições de investimento, mão de obra barata e recursos naturais na África. Desse modo, as potências europeias puderam manter suas taxas de lucro, assegurando suas posições de agentes da estrutura; e conservando a situação de suas colônias de dependência e não capacidade de influenciar significativamente os processos internacionais. À vista disso, os recursos explorados nos países africanos são implementados na sociedade europeia, melhorando sua condição de vida, e evitando com que a revolução que findaria o capitalismo ocorresse. Entretanto, assim que os territórios africanos foram divididos em sua totalidade pelas potências ocidentais, iniciam-se conflitos, que ocasionam na Primeira Guerra Mundial. Portanto, é possível perceber que os interesses das elites europeias de aumentar os lucros guiam os comportamentos desses Estados, tornando-se impossível dissociar a economia da política.

O Ato Colonial em 1930, redefine a relação entre a Angola e Portugal, ressaltando-se o poder de controle da metrópole no modo de produção do país africano, com isso, restringindo, o crescimento industrial da colônia e, conseqüentemente, a possibilidade da sociedade de desenvolver outros modos econômicos além de ser provedora de matérias primas e de produtos manufaturados. Entretanto, foi somente na década de 1960 que essa política foi substituída para uma política desenvolvimentista, iniciando-se a etapa da revolução angolana. À vista disso, Portugal estabelece uma política mais liberal, aplicando à sociedade angolana a possibilidade de estimular o aparecimento de indústrias e o aumento dos investimentos externos e internos, por meio da abertura do seu mercado, logo, reestruturando a sua política e infraestrutura econômica, possibilitando o aumento da capacidade material. Essa abertura política econômica possibilitou que a sociedade angolana formasse outra percepção de conduta social, havendo uma interação um pouco mais ampla com outros países além da metrópole.

Entretanto, o poder de agência atribuído ao povo angolano foi utópico, tendo em vista que o país era dependente do capital estrangeiro para o seu crescimento econômico, portanto, era subordinado as potências capitalistas pela exploração dos seus recursos naturais, principalmente do petróleo. Por sua vez, verifica-se a emergência da conscientização do senso coletivo do povo angolano

– primeiro elemento do método de estruturas históricas –, havendo a interação entre indivíduos compartilhando a noção de exploração e limitação que o formato político vigente proporcionava, logo, essa percepção possibilitou a formação de movimentos revolucionários. Em virtude disso, com o engajamento dos movimentos de libertação nacional, a burguesia colonial conseguiu estabelecer uma certa autonomia em relação à burguesia portuguesa e agregou-se gradativamente no espaço capitalista regional austral. Por conseguinte, Angola se torna independente em 1975, com a ascensão ao poder desses movimentos revolucionários, assim, ressalta-se o ganho de poder de agência dos angolanos e a modificação da estrutura que eles provocaram.

Porém, o poder de agência concentrou no controle dos três partidos existentes, os quais apresentavam interesses distintos entre si, não representando os interesses de todos os angolanos, como consequência do processo e das condições da luta de libertação, as quais a elite branca tinha maior predominância. Subsequentemente, inicia-se uma guerra civil, em um período em que a ordem internacional presenciava um conflito ideológico entre duas grandes potências, os EUA e a URSS, sendo assim, além dessas potências, vários outros países apoiaram e influenciaram o desencadeamento da guerra. Isso se dá por razão de Angola ser um relevante ator estratégico político e econômico, principalmente pela sua vasta reserva petrolífera. Dessa forma, verifica-se que todas as tentativas de pacificação e unificação angolana tiveram um interesse de vantagem próprio das potências. No entanto, com o fim da Guerra Fria e a intensificação da globalização, as políticas neoliberais foram implementadas na Angola, reestruturando as suas políticas e forçando o país a se adequar às demandas capitalistas.

Ademais, nesse contexto, ocorre a expansão da ideologia de liberalização econômica e política. Desse modo, o mercado passa a ser o principal ordenador da vida social, entretanto, o neoliberalismo acentuou as assimetrias econômicas, impactando negativamente, principalmente as economias periféricas. Nessa conjuntura, transformações internacionais desencadeiam em mudanças na política interna angolana, modificando de um sistema unipartidário para uma democracia baseada no lema “um só povo, uma só nação”. Assim, nesse período foi possível observar a ascensão de uma visão mais multiculturalista, mesmo que ainda houvesse uma divisão entre aqueles que defendessem uma posição mais lusófona

ou uma mais afrocentrista do país. Por conseguinte, a Angola ainda dependia amplamente do capital financeiro para reestruturar a sua infraestrutura – que sofreu impactos intensos em função da guerra civil –, porém o país não obteve esse apoio em razão das acusações de má governança e corrupção, logo, resultando na falta de confiança da comunidade internacional.

Nesse contexto, é possível analisar a posição angolana no sistema internacional a partir do conteúdo teórico do Sistema-Mundo. Assim, a Angola pode ser classificada como periferia, haja vista que a sua produção consiste em majoritariamente bens de baixo valor agregado, essencialmente petróleo bruto. Consequentemente, é estabelecida uma relação de dependência para a aquisição de outros bens, necessidade suprida inicialmente com parceiros como Portugal, e atualmente sendo substituída pela China. Esse fator torna o país inapto para realizar impactos significativos no sistema internacional, sendo passível de ações repressivas pelo centro para a manutenção da estrutura. Por sua vez, na perspectiva do contexto interno angolano, a divisão econômica ocorre de modo a posicionar a burguesia ligada ao petróleo no centro da política do país, impactando no comportamento desse Estado. Em decorrência disso, mesmo com tentativas de se diminuir a dependência com relação ao mineral, esse objetivo não foi atingido, uma vez que essa burguesia utiliza de seu poder de agência para manter a conformação social e a coerção estrutural.

Nesse sentido, a posição de dependência de Angola faz com que seja crucial a manutenção das relações com a China, principalmente relacionado aos investimentos para a reconstrução da infraestrutura angolana. Assim, os empréstimos chineses são priorizados pelos governos africanos em decorrência dos menores lucros e condicionalidades a estes atribuídos. Entretanto, as poucas condicionalidades resultam em poucas restrições, assim, os investimentos chineses se direcionarem também aos países não democráticos e que desrespeitam os direitos humanos, diferentemente dos empréstimos ocidentais. Ademais, o envolvimento chinês em Angola pode ser compreendido apenas como uma transição de eixo de dependência, uma vez que as vantagens desses empréstimos os tornam mais atraentes, todavia, ainda ocasionam em grandes dívidas. Em virtude disso, essa relação é criticada por poder ocasionar um condicionamento da economia angolana à chinesa, dificultando o desenvolvimento.

Outro fator de importância nessa relação é a articulação de interesses entre as elites angolanas e chinesas, assim, estas atuam de modo a influenciar ambos os Estados para defenderem seus interesses. Dessa forma, no contexto angolano, a população beneficia apenas parcialmente do crescimento econômico, em contraposição às elites, principalmente associadas ao MPLA, que obtém grandes ganhos, e desenvolvem novas técnicas de acumulação de capital a partir da combinação às elites estrangeiras. Por conseguinte, a estrutura capitalista reflete os interesses dos atores com maior poder de influência e material - as forças sociais -, desse modo, são reiterados significados relacionados ao lucro e ao crescimento, não necessariamente visando o crescimento da nação e a melhoria nas condições de vida da população.

Conclusão

Em vista dos argumentos previamente apresentados, é possível concluir que as ideologias das elites capitalistas influenciaram o desencadeamento socioeconômico angolano pelo contexto apresentado a partir da pergunta de partida para esse artigo: 'Como as ideologias das elites capitalistas restringiram o processo de evolução socioeconômica angolana no período pós-colonial? '. Essa influência se dá por possuírem o monopólio dos processos sociais e uma capacidade de influência sobre a coerção estrutural, fazendo com que os interesses da burguesia sejam incorporados dentro da estrutura social prefiguradas pelo contexto das relações sociais capitalistas. Dessa forma, para compreender como essa prática restringiu a sociedade angolana, analisa-se o desenvolvimento histórico socioeconômico de Angola, ressaltando o período pós-independência, quando a estrutura neoliberal capitalista teve grande influência sobre o povo angolano.

À vista disso, verifica-se que desde antes de Angola conquistar a sua independência, ela foi limitada à uma certa socialização, sendo essa definida pela metrópole portuguesa. Dessa forma, os africanos não apresentavam poder de agência, logo, não podiam modificar a estrutura em que eles foram inseridos, tendo em vista que a estruturação foi moldada pela força do exército português para garantir os seus interesses e preocupações. Em virtude disso, observa-se que os angolanos por não possuírem uma interação social de ideias efetivas ao progresso da sua força, eram inibidos

de criarem sentidos coletivos que pudessem influenciar a estrutura. Aspecto que seria mudado partir dos anos 1960, época em que foi implementado uma política mais liberal por Portugal sobre Angola, possibilitando uma abertura política econômica, no entanto, surgindo-se uma maior subordinação às outras potências capitalistas, principalmente pela exploração do seu petróleo.

Desse modo, o poder de agência de Angola ainda foi limitado, tendo em vista que o país era dependente do capital estrangeiro para o seu crescimento econômico, logo, as elites ocidentais eram os que moldavam ideologicamente a estrutura. Isto posto, os Estados ocidentais aderindo as ideias de suas elites, atuavam de modo a beneficiá-las, por meio de relações desiguais com a Angola, instaurando uma interação de dependência e exploração. Portanto, essa influência ideológica perdurou, no contexto da Guerra Fria, mesmo com a ascensão do poder de agência dos movimentos de libertação em relação ao controle português. Tendo em vista que o poder de agência concentrou no controle dos três partidos existentes, os quais tinham uma relação ampla com as potências ocidentais, assim, a estruturação socioeconômica do país angolano foi delimitada aos seus interesses.

Nessa conjuntura, ocorre a implementação da ideologia neoliberal no país angolano, reestruturando os seus moldes da ordem social, assim, foi necessário se adequar às demandas do sistema político econômico vigente, fazendo com que o mercado passasse a ser o principal ordenador da vida social. Entretanto, o neoliberalismo acentuou as assimetrias econômicas, no âmbito nacional e internacional, uma vez que a Angola ainda dependia intensamente do capital financeiro para reestruturar a sua infraestrutura. Consequentemente, o país se viu depender também do seu comércio petrolífero, o qual restringiu o seu desenvolvimento econômico, haja vista que as elites capitalistas, internas e externas, estavam interessados apenas em cumprir as suas relações de troca comercial. Em vista disso, evidencia-se um crescimento econômico no país, porém não havia políticas focadas em questões mais necessitadas, como a garantia do desenvolvimento social. Portanto, nesse contexto, surge a relação sino-angolano, que intensificou, principalmente em virtude da convergência de interesse das elites de ambos países.

Destarte, essa relação se limita nos interesses provenientes de ambas as partes, a China visando a Angola como um garantidor energético que sustentaria o seu crescimento industrial, enquanto,

o país africano almeja investimentos em sua economia buscando restaurar os impactos ainda persistentes da guerra civil. Entretanto, verifica-se que essa relação consiste em um modo para manter fornecimento constante do petróleo, tornando o país angolano dependente da China em virtude das dívidas ocasionadas pelos empréstimos. Além de que, a cooperação se limita aos interesses das elites capitalistas angolanas, logo, restringindo o desenvolvimento econômico, aumentando a desigualdade no país. Por conseguinte, verifica-se que nessa nova ordem pós-colonial, as elites capitalistas moldam a estrutura do país com uma ideologia capitalista que, consequentemente, influencia e modifica o modo de interação da sociedade angolana.

Referências

- AGUILAR, Renato; GOLDSTEIN, Adrea. The Chinasation of Africa: The Case of Angola. **The World Economy**, Wiley Blackwell, Oxford, v. 32, n. 11, p. 1543-1562, 2009.
- ALVES, Duarte Bué. A Presença Chinesa em África: o Caso de Angola. **Negócios Estrangeiros**, Lisboa, v.10, p. 56-71, 2007.
- AVELAR, Amanda Caroline Nunes. **As relações comerciais entre Angola e China no início do século XXI**. 2014. Tese (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- BALAAM, David; DILLMAN, Bradford. **Introduction to International Political Economy**. 6. ed. Nova Iorque: Pearson Education, 2014, p. 78-100.
- BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. The Gordian Knot of Agency-Structure in International Relations: A Neo-Gramscian Perspective. **European Journal of International Relations**, Aberystwyth, v. 7, n. 1, p. 5-35, 2001.
- BRIDGE, F. R.; BULLEN, Roger. **The great powers and the European states system 1814-1914**. 2. ed. Harlow: Pearson education limited, 2005, p. 1-20.
- CAMPOS, Indira; VINES, Alex. Angola and China: A Pragmatic Partnership. **Center for Strategic & International Studies**, London, p. 1-26, 2008.
- COHN, Theodor H. **Global Political Economy: Theory and Practice**. 6. ed. Londres: Pearson Education, 2012, p. 103-130.
- CORKIN, Lucy. China and Angola: Strategic partnership or marriage of convenience? **Angola Brief**, v. 1, n. 1, 2011.
- COSTA, Paulo; PACHECO, Luís; TAVARES, Fernando Oliveira. História econômico-social de Angola: do período pré-colonial à independência. **População e Sociedade**, Porto, v. 29, p. 82-98, 2018.
- COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Re-

lations Theory. **Millenium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

COX, Robert W. Realism, Positivism and Historicism. In: COX, Robert W; SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 49-59.

COX, Robert W. **Production, Power and World Order: Social Forces in the Making of History**. New York: Columbia University Press, 1987.

EMMANUEL, Vete Willy. Chinese Investment in Angola. In: BAAH, Anthony Yaw; JAUCH, Hebert. **Chinese Investment in Africa: A Labour Perspective**. Accra: African Labour Research Network, 2009, p. 366-383.

FERNANDES, Sofia de Graça Cordeiro. **Os acordos de financiamento entre a China e Angola: uma reconstrução pós-conflito sem reformas políticas**. 2015. Tese (Doutor em Estudos Africanos) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.

FORTES, Ana Rachel Simões. As operações de paz da ONU como um mecanismo de neoliberalismo disciplinar: o caso de Angola (1988-2002). **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v.15, n.3, p.28- 37, 2018.

IWERIEBOR, Ehiedu E. G. **The Colonization of Africa**. New York: Schomburg Center for Research in Black Culture, 2011.

JOSE, Joveta. Angola: independência, conflito e normalização. In: MACEDO, JR (org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, p. 159-179.

JOSE, Joveta. **Política Externa de Angola de 1992 aos dias atuais**. Caxambu: 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009.

MARTINS, Aline Regina Alves; MILKLOS Manoela; VIGEVANI, Tullo. RODRIGUES, Priscila. **A contribuição marxista para os estudos das Relações Internacionais**. São Paulo: Lua Nova, 2011.

PASCOAL, Ana Mitti Manuel. **Impacto da Cooperação Angola-China na Construção de Infraestruturas e no Desenvolvimento Social e Económico**. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus) - Universidade de Évora, Évora, 2013.

PAUTASSO, Diego. A Economia Internacional da China para Angola e os Caminhos da Transição Sistêmica. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 107-126, 2010.

PEREIRA, Rui P. A Nova Realidade da Presença Chinesa em Angola e suas Implicações para Portugal: O Sector da Construção Civil e Obras Públicas como Estudo de Caso. **Nação e Defesa**, p. 183-214, n. 128, 2011.

PEIXOTO, Carolina. **Por uma perspectiva histórica pós-colonial, um estudo de caso: A 'descolonização' de Angola e o retorno dos 'nacionais'**. Lisboa: Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 2011.

RAMOS, Leonardo Cesar Souza. **A sociedade civil em tempos de globalização:**

uma perspectiva neogramsciana. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC-RIO. Rio de Janeiro, p. 39-74, 2005.

RUPERT, Mark. Marxism and critical theory. In: DUNNE, Tim et. Al. (eds.). **International relation theories**: Discipline and diversity. Oxford: OUP, 2007, p. 153-171.

SANTOS, Daniel dos. Economia, democracia e justiça em Angola: o efêmero e o permanente. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 99-133, 2001.

SILVA, Helder Paulo M. Reforma e Abertura na China: Vinte e Cinco Anos. **Fragmentos de Cultura**, Goiania, v. 18, p. 67-78, 2008.

SILVA, Zoraide Portela. Guerra colonial e independência de Angola: o fim da guerra não é o fim da guerra. **Transversos**: Revista de História, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 154-184, 2016.

SUGANAMI, Hidemi. Agents, Structures, Narratives. **European journal of International Relations**, Keele, v. 5, p. 365-386, 1999.

TORRES, Adelino. Pacto Colonial e industrialização de Angola (anos 60-70). **Análise Social**, v. 19, p. 1101-1119, 1983.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Identical letters dated 25 April 2002 from the Permanent Representative of Angola to the United Nations addressed to the Secretary-General and the President of the Security Council**. Nova York: Security Council, 2002.

VIERA, João Paulo T. de Oliveira. **Forças Sociais na produção da história**: A visão de mundo de Robert Cox. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, 2013.

VENÂNCIO, José Carlos. Multiculturalismo e Literatura Nacional em Angola. In: GONÇALVES, António Custódio (coord.). **Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades na África Subsaariana**. Porto: Universidade do Porto, 2001. p. 28-37.

Recebido em: 16/02/2020
Aprovado em: 20/04/2020

Inserção na OTAN: negociação entre a Grécia e a Macedônia entre 1990 e 2019

Inset at NATO: negotiation between Greece and Macedonia between 1990 and 2019

Inserción en la OTAN: negociación entre Grecia y Macedonia entre 1990 y 2019

Bruna Maria dos Santos*

Álvaro Manchon Ferreira**

Isabela Mendes Silva***

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de adesão da antiga República Iugoslava da Macedônia à OTAN, entre 1990 e 2019. São descritos os debates segundo o instrumento de estudo das negociações internacionais, as teorias que compreendem a cultura, a política, a economia e o contexto histórico de uma sociedade. Alguns pontos são decisivos para a aceitação do acordo com o Tratado finalizado em 2019, como é o caso da mudança da nomenclatura do país, uma exigência grega como país membro da OTAN. Dessa forma, para concretizar a negociação, Macedônia e organização internacional se movem por meio de estratégias que possuem o foco nas perspectivas de tempo e de poder para alcançar os seus objetivos finais.

Palavras-chave: Negociações Internacionais. Antiga República Iugoslava da Macedônia. Macedônia e Grécia. OTAN.

Abstract

This article has as its main objective analyzed the adherence process of the Former Yugoslav Republic of Macedonia to NATO, between 1990 and 2019. Describes the debates in conformity with the study instruments of international negotiations, the theory which comprises culture, policy, economy, and the historical context of a society. Some points are decisive for the acceptance of the agreement with the Treaty finished in 2019, as in the case of the country nomenclature change, a Greek requirement as a member of NATO. Thereby, to complete the negotiation, Macedonia and the international organization moves around the strategies focus on the perspectives of time and power to achieve their final objectives.

Keywords: International Negotiations. Former Yugoslav Republic of Macedonia. Macedonia and Greece. NATO.

* Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: b.m.sant.s@gmail.com

** Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. Contato: alvaro_manchon@hotmail.com

*** Mestranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Contato: isabelasilva.ri@gmail.com

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el proceso de adhesión de la antigua República Yugoslava de Macedonia a la OTAN, entre los años 1990 y 2019. Son descritos los debates según el instrumento de estudio de las negociaciones internacionales, las teorías que incluyen a la cultura, política y economía, y el contexto histórico de una sociedad. Algunos puntos son decisivos para la aceptación del acuerdo con el Tratado finalizado en el 2019, como

es el caso del cambio de la nomenclatura del país, una exigencia griega como miembro de la OTAN. De esa forma, para concretizar la negociación, Macedonia y la organización internacional se mueven por medio de estrategias que poseen el enfoque en las perspectivas de tiempo y de poder para alcanzar sus objetivos finales.

Palabras clave: Negociaciones internacionales. Antigua República Yugoslava de Macedonia. Macedonia y Grecia. OTAN.

Introdução

As diferentes teorias de negociações têm como objeto compreender como são realizados e consolidados os processos que permeiam os trâmites das relações entre pessoas, empresas, organizações governamentais e não governamentais, instituições nacionais e internacionais, cuja finalidade do debate entre elas são um tratado ou acordo como forma de selar uma determinação de interesse comum concernente às partes envolvidas. Para isso são observados aspectos históricos, culturais, regionais, econômicos, políticos que podem influenciar nas estratégias a serem adotadas pelos atores envolvidos em determinadas decisões.

A adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e à União Europeia são objetivos estratégicos da Macedônia desde as suas iniciativas em 1993, significando para o país melhores padrões, leis modernas, salários mais altos, segurança do estado e do cidadão, novos investimentos e livre circulação (GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF NORTH MACEDONIA, 2020). Será ilustrado neste artigo o processo de adesão da Macedônia ao acordo para a entrada do país à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), tendo como base os elementos estratégicos de negociação que interferiram no processo e os desdobramentos das iniciativas a partir de 1995 até o início de 2019, quando as negociações finalmente chegam a um acordo que permite a entrada do país à Aliança Militar. Este artigo pretende, sobretudo, destacar a importância da cultura nas negociações internacionais, de forma que, dado o embasamento teórico sobre cultura e negociações presente na bibliografia da temática observada em McCormack (1984), Junqueira (1991), Laurent (1991), Bocanera (1997), Hofstede (1997), Mnookin (1997), Panosso (2000), Carvalho e Henrique (2010), é possível

realizar contribuições relevantes a partir da identificação de elementos essenciais ao processo de adesão da Macedônia à OTAN.

A estrutura do artigo é composta por uma sessão de fundamentação teórica em que são contempladas as discussões em torno da importância dos aspectos culturais de um Estado na adesão a acordos internacionais. Além disso, também é introduzido o histórico do caso e em seguida a análise do caso, ou seja, esse capítulo coloca em xeque o processo e as alternativas que moveram a adesão da Macedônia à OTAN, a partir do funcionamento da instituição e das exigências que ocuparam todo o período de negociações até o desembaraço final ao fim de 2019 em que a Macedônia consegue sob termos dos países membros do Tratado. Enquanto isso, as considerações finais contemplam a consolidação do fim das negociações, assinando o acordo que a torna parte da OTAN.

Fundamentação teórica

As articulações teóricas presentes nesta seção abordam questões importantes para a análise do processo de adesão da Macedônia à OTAN, no que diz respeito, principalmente ao elemento cultura, principal fomento de conflitos entre Grécia e Macedônia nos últimos anos. No intuito de elucidar algumas ferramentas e elementos que interferem numa negociação, tem-se as ferramentas de negociação explanadas por Junqueira (1991), as estratégias de negociação de Mnookin (1997), e a questão da cultura, abordada tanto por Bocanera (1997) quanto Carvalho e Henrique (2010).

A negociação é um processo que ocorre desde os primórdios da interação entre os homens com o intuito de alcançar acordos e conciliar diferenças. Segundo McCormack (1984), a negociação transcorre nos espaços da interpretação, da percepção, nas motivações subjacentes, da exploração das fronteiras definidas pela parte oponente. A negociação está relacionada às razões do interesse pelo objeto de disputa. E ainda, segundo Laurent (1991), a negociação é um processo que envolve várias fases para amenizar as divergências entre as partes, por meio da discussão.

Os negociadores devem traçar uma estratégia para negociação e essa passa por um planejamento das táticas para alcançar os seus objetivos quanto ao objeto em disputa. Mnookin (1997), cita ações mais presentes na estratégia das partes em um processo de negociação: (1) Fazer concessões, no qual o negociador reduz as expectati-

vas em relação aos seus objetivos, demandas e ofertas; (2) Conquistar concessões da outra parte. (3) Buscar a resolução dos problemas, através da construção conjunta de alternativas que sejam benéficas para ambas as partes, considerando suas respectivas prioridades e possibilidades de flexibilização das pretensões iniciais, sendo comuns as ameaças, o afastamento, recuo e o avanço para a busca do acordo; (4) Exercer a inação, em que o negociador opta por não avançar em suas propostas, não ceder mais, porque percebe que para construir o espaço de possibilidades de acordo, requer a flexibilidade maior da parte oponente, e; (5) Exercer o afastamento, em que o negociador vê a inexistência total de espaço para o acordo.

Ao tratar das táticas na formulação das estratégias, Junqueira (1991) cita a informação, o tempo e o poder. Na preparação para a negociação o negociador deve elencar as informações necessárias a serem obtidas da outra parte, bem como as que ele deve oferecer. Também deve definir em qual tempo é possível lidar com a negociação para saber quando devem ser colocadas as alternativas para a conciliação. Também é necessário medir o seu poder relativo frente ao negociador oponente para provocar alterações nas propostas dele, com o objetivo de flexibilizar as exigências do oponente em favor dos seus interesses específicos, bem como as possibilidades de sua própria flexibilização, observando a legitimidade das demandas de ambas as partes para alcançar o acordo.

Segundo Bocanera (1997), nas negociações internacionais certos fatores devem ser mais destacados do que nas negociações domésticas: o ambiente, a cultura, as leis específicas de cada país e a burocracia das organizações multilaterais. Particularmente a cultura deve ser atentamente observada na definição da estratégia de negociação, pois os costumes, as religiões, e os comportamentos sociais adversos dos indivíduos oriundos de Nações diferentes, constroem valores pessoais que afetam a forma de relacionamento e o encaminhamento de alternativas para a busca do acordo.

Segundo Hofstede (1997), a cultura é uma programação coletiva da mente que distingue os membros de um grupo ou categoria de pessoas face a outro, ela é adquirida ao longo dos anos conforme o ambiente social do indivíduo. E ainda, segundo Panosso (2000) a cultura é um conjunto de conhecimentos e opiniões, valores e crenças compartilhados que caracterizam a nação e orientam o comportamento do indivíduo, influenciando e determinando o juízo e a ação social.

Carvalho e Henrique (2010) apresentam o conceito de sensibilidade cultural, que consiste na percepção e compreensão por parte do negociador, da existência de diferenças culturais que o levam a prever ações que minimizam os constrangimentos possíveis de ocorrer no processo de negociação. As atitudes do negociador oponente sofrem influências da cultura da sociedade a que pertence, por isso, cada negociador precisa entender as diferenças culturais entre as partes para compreender as atitudes e evitar caracterizá-las precipitadamente como ofensivas e ou desrespeitosas. Assim, a definição da estratégia de negociação deve considerar os aspectos culturais.

Os conflitos, fatos causadores da busca da conciliação através da negociação, fazem parte do processo de evolução humana e estão sempre presentes no desenvolvimento e crescimento nas estruturas sociais. As percepções nas partes negociadoras a respeito dos conflitos provêm de suas vivências e se originam devido às diferenças entre os valores que as partes atribuem aos fatos, objetos e recursos envolvidos na negociação (MNOOKIN, 1997). Dessa forma, os conflitos podem ser irreconciliáveis ou reconciliáveis. Os irreconciliáveis são os que são resolvidos por meio de triunfos violentos, em que há a decisão entre paz ou guerra e os reconciliáveis são os que podem ser resolvidos pela mediação, persuasão, arbitragem ou negociação, em que há a decisão por tentar o acordo (PANOSSO, 2000).

Histórico

O histórico das relações multilaterais da Macedônia, assim como a formulação da identidade do país são importantes para o entendimento do processo de adesão do país à OTAN. Dessa maneira, o desenrolar dos acontecimentos entre os países da região em questão corroboram para a contextualização de elementos referentes à cultura e a história dos envolvidos nessa negociação, a qual influenciam nas políticas e estratégias dos países.

A República da Macedônia do Norte é uma parte da antiga região denominada Macedônia, a qual fez parte do vasto império de Alexandre III, o Grande (CIA, 2017). Localizada na região dos Balcãs é o ponto de encontro entre o ocidente e o oriente próximo (oriente médio), por esta razão, a região tem sido invadida e dominada desde 146 a.C., quando o reino foi anexado, primeiramente, pelos romanos. Durante a Idade Média, a região esteve sob o comando do Império Bizantino, até a queda de Constantinopla, quando foi dominada pelo

Império Otomano. No século XX, a Macedônia esteve presente nas Guerras dos Bálcãs e na Primeira Guerra Mundial, estando no palco de interesses de outros países; tornando-se parte da Ex-Iugoslávia até 1991 (DANFORTH, 2020; MACEDÔNIA, reino da, 2005, p. 170).

A situação na Macedônia na virada do século XIX para o XX, assim como no resto dos Balcãs era de muita instabilidade, não só das potências que tinham algum tipo de interesse na região, como também das próprias nações da região, que disputavam pela hegemonia regional, especialmente Grécia e Bulgária (MACEDÔNIA, 2005, p. 168-170). Na década de 1890, surge a Organização Revolucionária Interna da Macedônia (VMRO - ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~
~~XXXXXXXXXX~~) para defender oficialmente uma Macedônia autônoma; paralelamente, o governo búlgaro patrocinava outro grupo, os supremacistas, que apoiaram a anexação direta pela Bulgária (HALL, 2018)

Com a rápida deterioração da situação na Macedônia no início do século XX com revoltas internas, Rússia e Reino Unido esboçaram um plano de implantação de autonomia limitada para a Macedônia, porém, foi ineficaz pois os “Jovens Turcos” tomaram o poder com o objetivo de transformar o Império em um Estado Nacional Turco. A situação da Macedônia serviu de pretexto para Bulgária, Sérvia, Grécia e Montenegro (com apoio russo) declararem guerra ao Império Otomano (MACEDÔNIA, 2005, p. 168-170; OWNAR.COM, 2018); a ação contra o Império inicia-se em outubro de 1912, e segue até o fim da primeira guerra mundial, em 1918 (HALL, 2018).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial a monarquia fora abolida e o Reino da Iugoslávia se tornou a República Socialista Federativa da Iugoslávia, comandada pelo guerrilheiro partisan, marechal Josip Broz Tito. Sob o regime de Tito a Macedônia ganhou o status de república, tornando-se a República Socialista da Macedônia e uma das seis repúblicas constituintes da Iugoslávia socialista. Os anseios pela independência da Macedônia perduraram até o início da década de 1990, quando os países socialistas do leste europeu entraram em colapso e a Iugoslávia entrou em processo de deterioração. Em 1991, a Macedônia torna-se independente pela primeira vez, desde 146 a.C., adotando o nome oficial de República da Macedônia (MACEDÔNIA, 2005, p. 168-170).

O uso do nome “Macedônia” é o fundamento da contenda da República da Macedônia com a Grécia, os macedônios se consideram os herdeiros históricos do antigo Reino da Macedônia e o governo grego denuncia tal reivindicação, alegando que, apesar da atual

República da Macedônia estar localizada em parte do território que compreendia o antigo Reino da Macedônia, esta não apresenta quaisquer relações culturais com o antigo reino, que era culturalmente helênico (grego), sendo a população da atual Macedônia eslava e muito mais próxima dos búlgaros, tanto culturalmente quanto etnicamente, de forma que a herança cultural do antigo Reino da Macedônia é inteiramente pertencente a Grécia assim como o uso do nome “Macedônia” que, na visão do governo de Atenas, poderá ser usada de pretexto para futuras reivindicações sobre o território grego, que também detém um território com o nome de Macedônia - região grega que integrava o antigo Reino da Macedônia.

Com a recusa grega em reconhecer a República da Macedônia, por considerar o nome “Macedônia” como parte indissociável da história e cultura grega, o reconhecimento da Macedônia pela comunidade internacional foi fortemente travado, sendo que sanções econômicas pesadas foram impostas pela Grécia à economicamente frágil República da Macedônia, historicamente a mais pobre das repúblicas iugoslavas (MACEDÔNIA, 2005, p. 168-170).

Em 2004 os EUA passaram a reconhecer oficialmente a República da Macedônia pelo seu nome constitucional e até 2017, 130 países reconheciam-na pelo seu nome declarado, incluindo China, Rússia e Reino Unido. Seguindo a resolução do Encontro de Bucareste, de 2008, a Macedônia seria integralmente aceita na OTAN após a resolução da contenda com a Grécia acerca do uso do nome “Macedônia”, sendo essa questão um dos impeditivos na campanha de adesão macedônica à UE, travada desde 2005 (CIA, 2017).

A situação foi, parcialmente, normalizada após a República da Macedônia participar em uma série de negociações da ONU sobre a questão do nome Macedônia, as quais permitiram a retirada das sanções econômicas gregas, em 1995 e o ingresso da Macedônia nas Nações Unidas, sob o nome, provisório de Antiga República Iugoslava da Macedônia (the former Yugoslav Republic of Macedonia, FYROM), sendo esse o nome oficial usado pela ONU, Conselho Europeu, OTAN e pela União Europeia para se referir à República da Macedônia (CIA, 2017) até 2018, quando Grécia e Macedônia fecharam o Acordo Prespa (o qual a Macedônia seria conhecida nacional e internacionalmente como República da Macedônia do Norte) (DANFORTH, 2020).

O Acordo Prespa foi assinado em 17 de junho de 2018 e entrou em vigor em 12 de fevereiro de 2019. O objetivo deste é a implementação ao Acordo Final com a Grécia, o qual irá permitir a adesão

da República da Macedônia à União Europeia e à OTAN, sendo um acordo definitivo e, após à sua entrada em vigor, encerra o Acordo Provisório entre as Partes de 1995 (GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF NORTH MACEDONIA, 2018). Neste acordo, o qualificador geográfico “Norte” foi adicionado antes do termo “Macedônia”, tornando-se North Macedonia (Macedônia do Norte); além disso, as características nacionais foram protegidas conforme o direito à autodeterminação dos povos, permanecendo os termos idioma macedônio (sendo o idioma oficial: “idioma da Macedônia”) e o povo macedônio. A nacionalidade será registrada em todos os documentos como macedônia/ cidadão da República da Macedônia do Norte. Sendo assim, o nome oficial e constitucional do país é “República da Macedônia do Norte” e o nome abreviado “Macedônia do Norte”. A entrada em vigor do Acordo Final foi condicionada à ratificação do Protocolo de Ratificação da OTAN por parte da Macedônia do Norte e da Grécia (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2020).

Descrição do caso

A Organização do Atlântico Norte (OTAN) surgiu no início da Guerra Fria com a assinatura do Tratado de Washington em 4 de abril de 1949 pelos Estados Unidos, Reino Unido, Portugal, Noruega, Holanda, Luxemburgo, Itália, Islândia, França, Dinamarca, Canadá e Bélgica, o qual deliberaram o princípio da Defesa Coletiva em que um ataque contra um dos membros seria considerado um ataque contra todos. Após a queda do Muro de Berlim, a OTAN, em 1991, desenvolveu parcerias com antigos adversários, ex-membros da União Soviética, e os reuniu em uma reunião do Conselho da OTAN para celebrar este novo momento da história que estava se construindo com estes países. Em 1995, a OTAN inicia sua primeira grande gestão de crises na Bósnia e Herzegovina com o controle de operações militares e implementação do “*peace agreement*”. Em 2001, a organização invoca pela primeira vez o artigo 5º, adotando uma abordagem mais ampla em questões de segurança ⁴após os

4. “Artigo 5.º As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, consequentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte” (NATO, 1949).

ataques terroristas em Nova Iorque e Washington DC. EM 2003, assume o comando da Força Internacional de Assistência para Segurança - ISAF - no Afeganistão. E, em 2010, adota o Conceito Estratégico “*Active Engagement, Modern Defence*”, em que o documento abre caminhos para desenvolver novas maneiras de combate às novas ameaças como proliferação de armamentos nucleares e ataques cibernéticos (NATO, 2018a).

Atualmente, a organização é constituída por 29 países-membro, os quais são responsáveis pelas tomadas de decisão mais importantes e o poder de barganha relacionada às negociações da OTAN são provenientes dos próprios membros, e está aberta a qualquer outro estado Europeu, desde que promova os princípios da organização e disponha do Plano de Ação para a adesão, que prepara os candidatos para cumprirem os requisitos essenciais (NATO, 2018a).

Mediante ao caráter da Organização, existem interesses entre os países membros da aliança e dos demais, os quais pretendem fazer parte da OTAN em algum momento. Para isso, as nações interessadas em integrar devem buscar fortalecer os aspectos políticos, econômicos, de defesa, de recursos, de segurança e legais para justificar o empenho em ser uma nova representação dentro da OTAN. A elaboração de projetos à longo prazo ocorre assim como na maioria das organizações internacionais, em que há um peso sobre as proposições, as motivações, a repercussão gerada ao agregar membros e como isso é retribuído em troca.

À luz do debate entre Grécia e Macedônia, cujo possui alicerces em um histórico de disputas territoriais imperialistas que perdura por séculos, surge o embate da entrada da Macedônia na Organização do Tratado do Atlântico Norte. Esse tema tem sido muito polêmico nos últimos anos, principalmente pelo foco dado sobre a cultura desses países e a forma como esse aspecto interage com a política externa, os processos de negociações e a tomada de decisões a nível internacional. Com base na tese de Panosso (2000), na qual são utilizados aspectos culturais, tais como por opinião, moral e credos que compõem a sociedade como fonte de construção de um comportamento que incide diretamente na imagem passada por determinada nação, é possível inferir sobre as determinantes do processo pelo qual a República da Macedônia passa quando é exigida a mudança do nome do país para que ela seja aceita da OTAN. A partir disso, considera-se a relevância dada às características internas de cada país e como tudo isso é projetado para o sistema internacional.

Além de todo o aspecto cultural que permeia uma negociação surge também os dilemas enfrentados pelas demais regiões do globo, como é o caso da Federação Russa, país cuja política entende como preferível que a República da Macedônia permaneça fora da OTAN. Isso está relacionado à localização geográfica no leste europeu e ao histórico entre as duas nações entre os anos de 1920 e 1990, principalmente durante a disputa entre os blocos capitalista e socialista. Os indícios dessa contraposição estão nas denúncias do Governo grego contra os protestos e suborno a funcionários, ocorridos na antiga República Iugoslava da Macedônia no período em que estava acontecendo a discussão em torno da mudança do nome constitucional do país, como forma de prejudicar o processo em andamento (ESTADÃO, 2018).

Para entender melhor como o processo de negociação da adesão da Macedônia foi realizado, é necessário saber previamente como a OTAN opera quando um país pretende aderir ao Tratado, uma vez que os países ingressantes precisam corresponder a uma série de características específicas que irão permear os debates das reuniões, decisões que afetarão os membros da organização em sua totalidade e pode em algum momento causar constrangimentos na estrutura internacional. Sendo assim, como forma de evitar controvérsias dentro da OTAN com os novos países-membros há um processo rigoroso a ser seguido anterior à entrada efetiva, o que demonstra um aparato burocrático rígido e que ao mesmo tempo tenta acolher proposições por meio de discussões conscientes que amparam as necessidades das partes interessadas envolvidas, como é o caso da presença da Macedônia.

Para esses casos existe na instituição um mecanismo conhecido como Plano de Ação para a Adesão de novos Membros, da sigla em inglês MAP, que consiste em um programa que age de forma prática na solução e minimização de problemas que possam interferir na assinatura dos membros na organização. Ele opera como forma de assistência, atendendo às particularidades dos países que possuem necessidades ou exigências específicas no que diz respeito aos aparatos, características e normas internas que afetam direta e indiretamente decisões a serem tomadas dentro da organização. Esse quadro se torna ainda mais relevante quando o poder de veto de algumas nações é colocado em pauta. É extremamente importante que o diálogo seja claro em seus objetivos e escolhas, visto a mobilização ocasionada e as dimensões de desavenças, caso haja sérios comprometimentos em relação à Organização.

O MAP se trata de um programa de aconselhamento, assistência e apoio que acompanha o progresso do país quanto às políticas públicas e programas governamentais internos, que se adapta às necessidades do país que visa entrar na OTAN. Ele também se torna responsável por realizar consultorias e incluir os países não membros em reuniões anuais da Organização, como forma de promover o reconhecimento do progresso correlato à ação do programa de tempos em tempos. Todo esse amparo representa extrema importância para o fortalecimento do planejamento estratégico em defesa, como também o estabelecimento de metas a serem cumpridos quando um país entra de fato na OTAN (NATO, 2018b).

Com base nisso, a República da Macedônia conseguiu obter apoio da infraestrutura da OTAN em 1995, quando o Tratado já possuía quarenta e seis anos de existência, após ter assinado o Acordo de Paz da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Nesse trâmite da negociação entre os dois atores, a República passa a ser chamada como a antiga República Iugoslava da Macedônia, como fora demandado pela Grécia, - país-membro da OTAN - demonstrando interesse por parte da representação macedônica pela continuidade do processo de negociação com a instituição, principalmente no que se trata da adaptação que deveria ser feita na nomeação (NATO, 2019).

Em relação à demanda da República Iugoslava da Macedônia por fazer parte das reuniões da OTAN, isso significa a busca pelo estreitamento das relações por meio de algumas estratégias. Sendo assim, é necessária uma formalização, ou a criação de uma identidade para tal relação. Esse quadro é facilitado pelo MAP em 1999, o qual incrementa um nível a mais de perspectiva para a adesão ao integrar os projetos e planos em vigência que podem influenciar os próximos passos da negociação com a Organização. A futura adesão passa a ser uma perspectiva real à medida que há uma maior participação em eventos comuns e discussões que se aproximam da realidade entre instituição e país (NATO, 2019).

Ao pressupor elementos considerados essenciais na consolidação de táticas para a negociação de um acordo, pode ser observado que o uso de estratégias que levam em consideração o tempo. Esse, entre os demais métodos estudados por Junqueira, é uma variável importante para a República da Macedônia que utiliza desse caminho para estabelecer um campo de oportunidade, no qual, o período de tempo de negociações é extenso o suficiente para que

o país se adapte às exigências referentes ao processo que levará a integração, da qual ela se propõe a fazer parte.

Isso é notável principalmente no que diz respeito à necessidade de contemplar um dos pilares da OTAN, cujo é uma maior integração da região europeia atlântica à longo prazo e mantida através de rédeas autossustentáveis. Assim, confirma a importância do diálogo com parceiros que estejam engajados em fazer parte desse grupo de países assumindo, valores, responsabilidade, riscos e obrigações incluídos nas proposições que venham a surgir nos momentos em que quaisquer nações esteja sob as condições de membro.

Para deixar explícito como esse processo vem sendo realizado ao longo dos anos, algumas situações e reuniões específicas precisam ser destacadas. A primeira delas é a Cúpula de Bucareste, ocorrida em 2008 na qual ficou decidido que poderia ser feito um convite à República Iugoslava da Macedônia para a adesão à OTAN, mediante a mudança do nome do país - que fora a pedido da Grécia - e que indicou quais parâmetros deveriam ser seguidos para a consolidação da Aliança, que envolvem questões debatidas por cerca de quinze anos pela relação bilateral entre os dois países. Em segundo, a Cúpula de Julho de 2018 selou um acordo em torno de solução para as implicações envoltas do nome, em que foi convocado o governo de Skopje e Atenas para desenvolver os trâmites iniciais que levará posteriormente à entrada do país à Aliança (NATO, 2019).

Entre essas reuniões formais que marcaram o início da adesão da antiga República Iugoslava da Macedônia à OTAN, em que foram recebidas a Vice Primeira Ministra e Ministra de Defesa Radmila Šekerinska-Jankovska e a delegação de Skopje na sede da Organização - onde temas com foco em questões políticas, militares e legais foram discutidos - um discurso do Secretário Geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte, se destaca:

Com o cumprimento das mudanças constitucionais sobre o novo nome ocorrerá a assinatura do protocolo de adesão à Aliança. [...] é uma oportunidade histórica [...] a liderança política e das partes trabalharão juntas de forma construtiva e responsável por aproveitar a oportunidade. (NATO, 2018c, tradução nossa)⁵

5. once all the constitutional changes on the new name are completed we can sign the accession protocol. [...] historic opportunity [...] all political leaders and parties to work together constructively and responsibly to seize this opportunity.

Sendo assim, e tendo como base os acontecimentos da Cúpula de Bruxelas, o processo que iniciou em julho de 2018 marca o que em curto prazo ocasionará na assinatura do Acordo de Adesão da Macedônia à OTAN (NATO, 2018c).

A partir desse dado e considerando o anseio para a conclusão do Acordo de Adesão da Macedônia à Aliança Militar, foi organizado um referendo, tendo como fundamento a consideração da opinião pública para tomar decisões firmes quanto à adoção de um novo nome para oficializar constitucionalmente como o país passará a ser chamado. Considerando o fato de que para a entrada da República da Macedônia na Organização das Nações Unidas também houve a premissa de ser chamada de antiga República Iugoslava da Macedônia, até que o nome constitucional do país foi sendo legitimado pelas outras nações, o que não é o mesmo caso da relação com OTAN e a Grécia (THE GUARDIAN, 2018). No entanto, o que acontece, é que o poder de barganha da República da Macedônia dentro da organização seja reduzido. Diante disso, é necessário que sejam traçadas estratégias eficazes para a obtenção da cadeira de membro na instituição, uma vez que há clareza que existe um objetivo final - a adesão na Aliança - as representações diplomáticas devem ser coerentes ao tomar decisões ao longo das negociações.

Conforme os debates se desenvolvem acerca das alterações do nome da Macedônia, o país acaba se inserindo em uma crise que arrasta ao longo tempo, provocada pelo descontentamento das negociações com a Grécia que se aprofunda diante da proximidade com a OTAN. Esse quadro se estende pela sociedade com base no baixo índice da população votante, a grande parcela da população ser contra a decisão - que afeta a história do país, cujo terá que aceitar a proposta, mesmo que por meio de negociações, acatar um posicionamento grego que vem desde o período em que a Iugoslávia fazia parte dos territórios da Grécia, modificando o nome do país para República da Macedônia do Norte - e a determinação dos representantes da Grécia e da antiga República da Macedônia em fazer com que o acordo bilateral fosse selado para criar espaço para a assinatura formal do Tratado da Aliança Militar (THE GUARDIAN, 2018).

A entrada da República Iugoslava da Macedônia está além das competências, do desempenho da estrutura interna e do aparato burocrático da Organização do Atlântico Norte e seus recursos. O processo de adesão enfrenta questões históricas entre a República da Macedônia e a Grécia, que influenciam diretamente o andar das

negociações com a OTAN, uma vez que esse desembaraço também trouxe dificuldades para o país iugoslavo dentro de outras instituições. Nesse momento a nomeação é um caso a ser tratado para que o país possa aderir à Aliança.

O empenho da República da Macedônia ao ser convencida de realizar a mudança na nomenclatura, demonstra a relevância da Organização no sistema internacional para o país. Além disso, deixa explícito o elevado potencial de negociação e o poder de barganha da OTAN, em relação aos interesses das partes envolvidas no processo, deixando claro profundo interesse de interação pois essa adesão fortalece a projeção internacional da Macedônia. Ressaltando que todo esse cenário é acompanhado de discussões acerca das políticas públicas, opinião pública, aceitação da população, características internas ao governo, aos interesses de política externa, aos princípios do Estado, ou seja, todos são aspectos intrinsecamente ligados às particularidades do país. Nesse sentido, os aspectos culturais geram constrangimentos quando são colocados em pauta, desafiados ou questionados, mas de forma alguma são pontos que não podem ser relidos de maneiras diferentes e conferidos como demanda uma situação e por esse motivo implica em crises civis como ocorreram na República da Macedônia.

Diante dessa perspectiva, é possível assumir graus mais elevados de cooperação, não apenas da OTAN, mas como denominada pela Organização, a Antiga República da Macedônia passa a cumprir responsabilidades como parte responsável e integrante de vínculo internacional com 29 membros efetivos (2018).

Ressalta-se nesse ponto o envolvimento e comprometimento entre OTAN e Macedônia, que busca junto com a Organização, se tornar capaz de cooperar e participar de maneira precisa dos processos realizados pelos membros. Essa tentativa se consolida a partir da assimilação de capacidades nacionais, construção de meios sustentáveis, suficientes e interoperantes que poderá através disso atuar em concernência com a Aliança e aliados - o que inclui operações para a manutenção da paz, para o gerenciamento de crises, para o treinamento de tropas, planejamentos setoriais comuns e os exercícios militares (NATO, 2019).

Até mesmo alguns pontos que parecem não relevantes para esse debate fazem parte do quadro de ação e planejamento para a manutenção dessa cooperação. Entre eles estão a implementação da Agenda sobre questões relacionadas às Mulheres, Paz e Seguran-

ça, que no século XXI é uma pauta em que todos os países devem estar empenhados e nesse aspecto a OTAN assume um protagonismo em relação a Macedônia, encorajando-a a reconhecer e se alinhar com essas pautas. Além disso, o conhecido Centro de Coordenação de Resposta a Desastres Euro-Atlântico é uma forma encontrada para soluções das capacidades de gestão de crises e operabilidade interestatais, que vem como forma de adequar padrões para além dos comportamentais, como também a procedência comum entre atores a partir do momento em que o Tratado fosse assinado.

Por fim, apesar das aproximações e reuniões recorrentes entre a OTAN e a antiga República da Iugoslava da Macedônia, alguns fatores ainda pesavam os elementos centrais da negociação impossibilitando que por um longo período o acordo não fosse assinado, no entanto, considerando todo período de tempo em que a negociação esteve em trâmites, esta tornou-se um alvo de recorrentes reuniões, fechamento de alianças e cláusulas em torno dos pilares já trabalhados por anos. A cooperação para reformas democráticas, institucionais, de segurança e de defesa, levou ao ano de 2019 a possibilidade real para a conclusão do processo de adesão do país ao Tratado (NATO, 2019).

Com o patamar atingido pelas discussões no fim de 2018 a antiga República Iugoslava da Macedônia, após ter aceito a denominação exigida e atingir a confiança de grande parte dos membros da OTAN, conquista um espaço muito mais próximo da Grécia e da Aliança do que ela pudera antes, contando assim com alguns benefícios em decisões futuras, a partir da assinatura do acordo de forma que sejam atendidas as demandas formais das partes envolvidas, sem ocorrências em perdas significativas mesmo que apenas para fundamento de posicionamento e diálogo diplomático.

Dessa maneira, são evidenciados alguns fatores estudados pelas teorias de negociações internacionais, em que são propostos mecanismos capazes de percorrer todo o processo que apesar de complexo e extenso perpassa por fases regulares que vão desde a concentração de atores envolvidos em uma determinada causa, como por exemplo, averiguar quais são os interesses semelhantes e relevantes a um contexto interno e de projeção internacional e como isso é refletido dentro das instituições para escolher quais as estratégias adequadas a ser utilizadas para traçar os melhores focos para a inserção em projetos e processos que guiam um país, nesse caso, a se tornar parte de uma Organização Internacional, a OTAN.

Em 2019, foram tomadas as decisões finais da negociação em que ficou decidida a entrada do país à OTAN. No entanto, ainda após assinar os protocolos e documentos para a adesão à Organização, em 06 de fevereiro de 2019 há fatores determinantes a serem conquistados nas relações que permeiam o envolvimento com os demais países membros do Tratado, ou seja, os trâmites internos de ratificação por parte de cada Estado em âmbito interno.

No dia 15 de fevereiro de 2019, foi celebrado um acordo em torno do nome da antiga República Iugoslava da Macedônia, o qual define como oficial o termo República da Macedônia do Norte, mostrando toda a ação e comoção envolvida pelo movimento de negociações com a Grécia e os debates acerca da participação do novo membro da Aliança do Tratado do Atlântico Norte. Além disso, ficou decidido o cumprimento da grande exigência, cedendo às pressões gregas e assim, a Macedônia, atualmente com o novo nome consegue maior apoio após a conclusão da adesão (NATO, 2019).

Análise do caso e considerações finais

Considerando a análise do caso e a fundamentação teórica, algumas considerações adicionais podem ser feitas a partir da condução dos debates acerca da adesão à Aliança. Primeiramente, pode-se elucidar algumas estratégias presentes nesta negociação segundo Mnookin (1997), em que a República da Macedônia teve que conceder algumas de suas demandas ao longo do processo para se aproximar de uma aliança com a Organização e poder ser inserida em outras organizações internacionais, de forma que teve que ceder seu nome República da Macedônia para antiga República Iugoslava da Macedônia. Outra estratégia utilizada foi a da inação, em que a Grécia fez o mínimo possível para fazer concessões a Macedônia com várias restrições internacionais constringendo a ação do país, e impedindo assim a entrada desta na OTAN, pois um dos requisitos para a adesão seria finalizar as disputas com a Grécia.

Além disso, a Grécia optou por negociar se beneficiando de fatores como o tempo e poder elucidadas por Junqueira (1991), na formulação de táticas que estendem o progresso da negociação. Essa escolha, para a presente análise, tem como finalidade de dificultar a entrada na organização, isso se justifica pois a Grécia usa do seu poder de barganha para provocar mudanças de acordo com seus interesses, como é o caso do nome da Macedônia, e quanto

ao tempo, ele é acolhido como uma oportunidade de se colocar alternativas em seu favor na negociação a medida que deixa suas propostas em aberto para que em algum momento a República da Macedônia mude seu nome constitucionalmente e seja resolvido o impasse entre os dois países, enquanto isso impede que ela faça parte de acordos e se seja parte de fato da Aliança.

Outro ponto de análise está nos elementos que diferem uma negociação internacional de uma negociação no âmbito doméstico. Segundo Bocanera (1997), em que alguns fatores afetam as transações internacionais gerando diversos impactos que podem não ser percebidos no âmbito doméstico. Sendo assim, quando se fala da burocracia interna das organizações internacionais, como por exemplo, como é o processo de adesão, quais são as adequações e exigências que antecedem um acordo, de modo que essas especificidades influenciam o tempo de adaptação, a condução das rodadas de negociação. Isso ocorre pois os diferentes interesses dentro de uma organização influenciam o diálogo entre as representações, de forma a impedir ou facilitar a adesão macedônica ao tratado. Um exemplo disso é o posicionamento da Rússia no qual defende que é melhor que a República da Macedônia permaneça fora da OTAN, por interesses ligados à localização geográfica e ao histórico entre as duas nações. Além disso, a OTAN dispõe de um processo rigoroso para evitar controvérsias com os novos países-membros (MAP), em que esse processo deve ser seguido anteriormente a entrada efetiva.

E ainda, há o elemento da cultura, um ponto de relevância em negociações internacionais segundo Bocanera (1997), pois os antecedentes culturais podem condicionar a percepção e as intenções dos atores influenciando em suas estratégias. Isto posto, um dos grandes entraves entre a Grécia e a República da Macedônia está em questões culturais, pois a atual República da Macedônia está localizada no antigo Reino da Macedônia, mas não possui relações culturais com o antigo reino, possui maior proximidade cultural com eslavos e búlgaros. Sendo assim, a Grécia reivindica o nome Macedônia que remete à cultura helênica, provocando disputas e conflitos que afetam a negociação dentro da OTAN.

Esse caso resultou em profundas discussões em torno do âmbito social, civil e a dimensão de tomadas de decisões do Estado da Macedônia. As implicações envolvem tanto termos de segurança, o que é claramente visto quando se fala em uma organização militar, como também agrega importância à valores culturais, os quais, aca-

bam por influenciar veementemente como se finalizaria o processo de entrada do país à organização internacional. Sendo assim, provocou mudanças foram que se apenas quando nenhuma força fora suficiente para ampliar a área de predominância do jogo de poder até que o país se tornasse de fato parte da OTAN.

Por fim, deve ser colocado em evidência que as negociações internacionais dependem de características peculiares, muito relacionadas aos trâmites de cada instituição e na forma como é conduzida a política externa dos países que estão frente aos debates. No caso da Grécia e Macedônia havia embates dissolutos desde o período em que a atual República da Macedônia do Norte era de posse grega. Todo esse contexto prejudicou em alguma medida a resolução de conflitos de interesses em torno da entrada do país na Organização. No entanto, sabe-se que essas características são essenciais nos processos de negociações. Sendo assim, apenas após a ratificação do acordo entre Skopje e Atenas, o caminho para a entrada da República da Macedônia do Norte se tornou um horizonte possível nas futuras reuniões da Organização e a viabilidade da ratificação da entrada do país na OTAN pelos demais membros.

Referências

BOCANERA, María Fernanda. **Técnicas de Negociación**. Buenos Aires: Belgrano, 1997.

CARVALHO, Marcella de Souza; HENRIQUE, Dorgival. Etiqueta no Mundo dos Negócios: como negociar com a cultura árabe. **Revista de Negócios Internacionais**, Piracicaba, v. 8, n. 14, p. 25-29, 2010. Disponível em: https://www.moodle.ufu.br/pluginfile.php/644395/mod_resource/content/1/OMC%20E%20NEGOCIA%C3%87%C3%95ES.pdf. Acesso em 04 nov. 2018

CIA Factbook. **Macedônia do Norte**. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/north-macedonia/>. Acesso em 02 nov. 2018.

DANFORTH, Loring. **North Macedonia**. Encyclopaedia Britannica; fev. 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/North-Macedonia>. Acesso em: 5 mar. 2020.

MACEDÔNIA. In: GRANDE Enciclopédia Barsa. São Paulo: Barsa Planeta Internacional, 2005.

MACEDÔNIA, reino da. In: GRANDE Enciclopédia Barsa. São Paulo: Barsa Planeta Internacional, 2005.

ESTADÃO. **Rússia é suspeita de interferir em referendo na Macedônia**, 2018. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw,rus->

sia-e-suspeita-de-interferir-em-referendo-na-macedonia,70002508166. Acesso em 04 nov. 2018.

GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF NORTH MACEDONIA. **Final Agreement for settlement on the Name Issue**, 2018. Disponível em: <https://vlada.mk/node/15057?ln=en-gb>. Acesso em: 3 mar. 2020.

GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF NORTH MACEDONIA. **Republic of North Macedonia - member of NATO and the European Union**, 2020. Disponível em: <https://vlada.mk/node/18041>. Acesso em: 3 mar. 2020.

HALL, Richard. **War in the Balkans (version 1.1)**. In: 1914-1918-online. Encyclopedia of the First World War, 2018. Disponível em: https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/war_in_the_balkans. Acesso em: 10 mar. 2020.

HOFSTEDE, Geert. **Culturas e Organizações** - Compreender a nossa programação mental. Lisboa: Silabo, 1997.

JUNQUEIRA, Luiz Augusto Costacurta. **Negociação, tecnologia e comportamento**. Rio de Janeiro: COP Editora, 1991.

LAURENT, Louis. **Como conduzir discussões e negociações**. Tradução Oswaldo Louzada Filho. São Paulo: Nobel, 1991.

MCCORMACK, Mark H. **O que não se ensina em Harvard Business School**. Tradução Jean Jacques Salim. São Paulo: Harbra, 1984.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (Republic of Macedonia). **Name Issue**, 2020. Disponível em: <https://www.mfa.gov.mk/page/1504/name-issue>. Acesso em: 3 mar. 2020.

MNOOKIN R. *et al.* **Mediación** – Una respuesta interdisciplinaria. Buenos Aires: Eudeba, 1997.

NATO. **Formal Accession Talks with Skopje begin at NATO Headquarters**. 2018c. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_159541.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 4 nov. 2018.

NATO. **Membership Action Plan (MAP)**. 2018b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_37356.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 4 nov. 2018.

NATO. **O que é a NATO?** 2018a. Disponível em: https://www.nato.int/nato-welcome/index_pt.html. Acesso em: 5 nov. 2018.

NATO. **Relations with the Republic of North Macedonia (Archived)**. 2019. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_48830.htm. Acesso em: 13 maio 2019.

NATO. **Tratado de Washington**, 1949. Disponível em: https://www.nato.int/cps/su/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt. Acesso em: 07 nov. 2018

ONWAR.COM. **First Balkan War 1912-1913**. Disponível em: <https://www.onwar.com/aced/chrono/c1900s/yr10/fbalkan1912.htm>. Acesso em 05 nov. 2018.

PANOSSO, Carlos Alfredo. **Negociação Comercial Internacional**: Um comparativo entre negociadores brasileiros e argentinos. Porto Alegre, março de 2000. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2835/000282023.pdf?sequence=1>. Acesso em 05 nov. 2018.

THE GUARDIAN. **Macedonia facing crisis after name change referendum hit by low turnout**, 30 set. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/sep/30/macedonia-to-vote-on-name-change-and-ending-greek-dispute>. Acesso em 04 nov. 2018.

Recebido em: 09/09/2019

Aprovado em: 27/04/2020

Grupos extremistas como um entrave à educação de jovens nigerianas: uma análise do sequestro das estudantes pelo Boko Haram

Extremist groups as an obstacle to the education of Nigerian girls: an analysis of the kidnapping of students by Boko Haram

Los grupos extremistas como barrera para la educación de chicas nigerianas: un análisis del secuestro de las estudiantes por Boko Haram

Ana Laura Machado Pereira*
Anna Clara Klinkerfuss Martins**
Carolina Arida Uescar***

Resumo

O presente artigo pretende realizar um estudo de caso sobre o sequestro das meninas nigerianas pelo Boko Haram, ocorrido em 2014, e tem como objetivo mostrar como a atuação desse grupo extremista viola os direitos humanos das jovens dessa região, dando ênfase ao acesso à educação. Nesse contexto, propõe-se compreender os fatores estruturais que fundamentam as agressões do Boko Haram, utilizando as lentes do feminismo islâmico, do pós-colonialismo e do relativismo cultural. Além disso, é feita uma breve exposição do papel de agência e resistência feminina nesse contexto. A partir de métodos reflexivistas, considerando aspectos interpretativos, históricos e de identidade, conclui-se que a violência praticada pelo grupo é um resultado da estrutura patriarcal e ocidental que a sustenta.

Palavras-chave: Boko Haram. Grupos extremistas. Nigéria. Feminismo Islâmico. Educação. Identidade. Pós-colonialismo.

Abstract

This article aims to present a study-case about the kidnapping of Nigerian girls by Boko Haram, in 2014, and intends to show how the action of this extremist group violates the human rights of young women in that region, emphasizing access to education. In this regard, it is proposed to understand the structural factors that underlie the attacks of Boko Haram, using the lens of Islamic feminism, post-colonialism and cultural relativism. Moreover, a brief presentation of the female agency and resistance in this context is made. Using reflexivist methods, covering interpretive, historical and identity

* Graduanda de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais campus Poços de Caldas. Contato: analaurapmail@gmail.com.

** Graduanda de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais campus Poços de Caldas. Contato: clara.k.martins@gmail.com.

*** Graduanda de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais campus Poços de Caldas. Contato: carolinauescar@gmail.com.

aspects, it is concluded that the violence practiced by the group is a result of the patriarchal and western structure that supports it.

Keywords: Boko Haram. Extremist group. Nigeria. Islamic feminism. Education. Identity. Post-colonialism.

Resumen

Este artículo pretende realizar un estudio de caso sobre el secuestro de niñas nigerianas por parte de Boko Haram, ocurrido en 2014, y tiene como objetivo mostrar cómo el trabajo de este grupo extremista viola los derechos humanos de las mujeres jóvenes en esa región, haciendo énfasis en el acceso a edu-

cación. En este contexto, se propone comprender los factores estructurales que subyacen a los asaltos de Boko Haram, utilizando la lente del feminismo islámico, el poscolonialismo y el relativismo cultural. Además, se realiza una breve presentación del papel de la agencia y la resistencia femenina en este contexto. A partir de métodos reflexivistas, considerando aspectos interpretativos, históricos y de identidad, se concluye que la violencia practicada por el grupo es resultado de la estructura patriarcal y occidental que lo sustenta.

Palabras clave: Boko Haram. Grupo extremista. Feminismo islámico. Educación. Identidad. Poscolonialismo.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo geral analisar como a atuação do grupo extremista Boko Haram tem representado uma violação aos direitos humanos de jovens mulheres na Nigéria. Nesse âmbito, é dado foco principal ao acesso à educação, o qual tem sido limitado e inviabilizado para o público feminino da região. Para isso, a análise se baseia no contexto do sequestro das meninas estudantes realizado pelo Boko Haram em 2014, em uma escola no município de Chibok, localizado no norte da Nigéria. O lema central do grupo extremista é a condenação de qualquer forma de influência que venha do Ocidente, principalmente a educação. Ao observar a discriminação praticada contra garotas, torna-se evidente que a violência baseada no gênero se manifesta nas atitudes praticadas pelo grupo (OGAH; OMAERA, 2016).

É essencial salientar que este artigo busca discutir as condições estruturais que fundamentam as agressões do grupo, considerando o extremismo, o patriarcado e a superioridade de uma cultura ou religião como sendo tais condições. Assim, este trabalho possui natureza reflexivista, pois os métodos aqui utilizados consideram experiências individuais e subjetivas, além de pós-estruturalista, visto que se apoia nas particularidades que constituem grupos ou regiões. Para isso, é levado em consideração o contexto histórico, analisando a formação das estruturas que perpetuam desigualdades, sejam elas culturais ou de gênero.

O desenvolvimento do trabalho será dividido em quatro seções seguidas das considerações finais. A primeira parte busca

apresentar brevemente o contexto do caso analisado, mencionando a atuação do Boko Haram na Nigéria e relatando o sequestro das jovens estudantes. Em seguida, a segunda seção traz a teoria feminista e pós-colonial para analisar o tema. Para isso, a perspectiva do feminismo islâmico será considerada, a fim de mostrar a luta contra uma estrutura que é não somente patriarcal, mas também fortemente ocidental. Ainda, é feita uma reflexão sobre como os grupos radicais fazem uma leitura equivocada e extremista do livro sagrado islâmico, o Alcorão (LIMA, 2017).

Na terceira seção é apontada a relevância da agência feminina sobre a estrutura patriarcal e ocidental, colocando mulheres e meninas não somente como vítimas da opressão, mas também como agentes de resistência. Para isso, será utilizada a Teoria da Estruturação de Giddens, mostrando a relação de co-constituição entre agência e estrutura. Por fim, na última seção, o conceito de identidade cultural será utilizado para analisar a formação da identidade do grupo como extremista. Ademais, o relativismo cultural será usado para estudar a relação do Boko Haram perante os ideais da cultura ocidental.

A atuação do Boko Haram na Nigéria

O fim da Guerra Fria representou para a conjuntura mundial o surgimento de uma nova agenda internacional, marcada por conflitos étnicos e regionais e pela presença de novos atores e ameaças não-estatais. Dentre esses novos atores, o terrorismo fundamentalista religioso manifestou-se como uma questão importante de segurança internacional (DAVID, 2000). Ao analisar a situação nigeriana, observa-se que esse país é um dos territórios que sofre com as atrocidades de movimentos terroristas (OGAH; OMAERA, 2016). A Nigéria possui o maior território do continente africano, marcado por uma significativa diversidade que marca um país multiétnico e culturalmente diverso. Os conflitos étnico-religiosos se intensificaram consideravelmente a partir da década de 1990, devido, principalmente, ao aumento dos desentendimentos entre a população muçulmana e a cristã (LOPES, 2016).

O grupo popularmente conhecido como Boko Haram surgiu, então, em meio a esse contexto turbulento. Boko Haram advém da combinação das palavras “*boko*”, traduzida como “*book*” (livro) e “*haram*”, que significa “*forbidden*” (proibido). A interpretação literá-

ria remete a “livro proibido”, porém o significado refere-se, principalmente, à proibição dos livros e da educação ocidental (ADESO-JI, 2010). A expressão é empregada com a finalidade de designar o que é “proibido ou permitido aos seus adeptos”, relacionando-se a um fanatismo ideológico de segregação. A crueldade do Boko Haram é marcada por assassinatos, sequestros em massa, atentados suicidas, violência sexual e escravidão, fazendo com que algumas interpretações o considerassem o “grupo terrorista mais letal do mundo” (VIGAUD-WALSH, 2016).

Criado em 2002 e realizando ataques na Nigéria desde 2009, o Boko Haram atua como um grupo extremamente violento, sendo as organizações ocidentais e cristãs seus principais alvos. Seus membros passaram a difundir a doutrina de repúdio a tudo que vem do Ocidente na sociedade nigeriana, desde a educação Ocidental até quaisquer influências culturais (OGAH; OMAERA, 2016). De acordo com os princípios estabelecidos por Muhammad Yūsuf, fundador do grupo, os ensinamentos ocidentais são incompatíveis com os ensinamentos islâmicos, o que seria problemático. Isso se deve a vários motivos, sendo alguns deles: a mistura de gênero dentro das salas de aula; o uso de roupas inadequadas, principalmente pelas meninas; as disciplinas e teorias que divergem dos pensamentos de Alá, como a teoria darwinista da evolução (PETERS, 2014).

As leis do Boko Haram são extremamente discriminatórias contra as mulheres, deixando nítida a forte utilização da violência baseada no gênero. Observa-se o direcionamento da violência e abuso às meninas e, principalmente, à educação de meninas (PETERS, 2014). Desde 2009 o grupo intervém no sistema educacional do nordeste da Nigéria, mostrando-se contrário à ideia de meninas frequentarem escolas e provocando, assim, impactos negativos na educação das jovens nigerianas. Como tentativa de impedir esse acesso, seus membros frequentemente cometem ataques como sequestros de meninas a caminho da escola, assassinatos de professoras e destruição de escolas (JODA; ABDULRASHEED, 2015).

No dia 14 de outubro de 2014, o grupo terrorista sequestrou 276 jovens nigerianas, com idades entre 16 e 18 anos, dentro de uma escola no município de Chibok, na Nigéria. A escola permanecia fechada, receando um ataque terrorista, porém foi aberta para a realização da prova do *West Africa Examination Council*, organização empregada para emitir certificados de ensino. Os combatentes do Boko Haram fingiram ser soldados e transportaram as meninas

em caminhões, enquanto tentavam convencê-las de que estariam indo para um lugar seguro. Duas semanas após o sequestro, um vídeo foi lançado pelo grupo, alegando sua responsabilidade pela operação. Um dos líderes, ao defender seus motivos para o ataque contra as meninas, afirmou que “a educação ocidental é pecado, é proibida, e as mulheres devem se casar” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2014). Além disso, ainda foi declarado que as meninas seriam vendidas para se casarem com aliados do grupo e militantes, o que também caracteriza o sequestro como um crime de estupro e escravidão (LOPES, 2016).⁴

A repressão do Boko Haram por uma visão feminista islâmica e pós-colonial

A fim de analisar, por aspectos teóricos, a atuação do Boko Haram na restrição do acesso à educação para meninas, a teoria feminista é utilizada aqui, para refletir a desigualdade de gênero que tange situações como a que ocorre na Nigéria. Tal perspectiva é escolhida pois tem como ponto central, em sua abordagem contemporânea, as questões de identidade, as quais não são tidas como relevantes nas teorias tradicionais das Relações Internacionais. Historicamente, o desenvolvimento dos estudos da política internacional e das correntes teóricas foi pautado em experiências masculinas, o que faz com que feministas considerem que a epistemologia das correntes tradicionais seja *gendered*, ou seja, dotada de gênero (TICKNER, 1996).

Dessa forma, o conhecimento acerca da identidade das mulheres é socialmente construído, com base na falta de autonomia e independência feminina. Portanto, o conceito de gênero também se torna uma construção social, que “[...] reflete um padrão de papéis sociais conferidos a homens e mulheres. Não são papéis

4. Essa situação de discriminação contra as mulheres e a restrição ao acesso de meninas aos estudos pode ser analisada, também, no caso de Malala no Paquistão. Com a ascensão do grupo extremista conhecido como Talibã, os anos entre 2007 e 2009 foram marcados por muita violência e retrocesso de direitos. No começo de 2008, o Talibã proibiu meninas de terem acesso à educação. A jovem paquistanesa, desde a infância, lutou pelos direitos das meninas, sobretudo pelo direito de estudarem e garantirem um futuro adequado. Sendo uma ativista conhecida mundialmente, a garota virou alvo de ameaça e ataque do grupo radical. No dia 9 de outubro de 2012, Malala e mais duas amigas foram baleadas pelos extremistas, ao voltarem da escola. Esse atentado pode ser interpretado como uma tentativa do Talibã de silenciar sua voz e sua luta (SILVA; GEQUELIN, 2017).

conquistados, mas impostos numa óptica patriarcal, que revela uma relação de poder e subordinação do homem sobre a mulher.” (KNIPPEL; AESCHLIMANN, 2017, p. 61). A desigualdade é fruto, então, dessas construções que se impõem na coletividade. Consequentemente, a teoria feminista tenta promover o empoderamento das mulheres e romper com os paradigmas que reforçam a discriminação de gênero.

A disparidade entre gênero feminino e masculino no que tange o acesso à educação tem destaque principalmente na África Subsaariana (UNESCO..., 2018), o que se relaciona com a presença dos grupos radicais que reprimem os direitos fundamentais das meninas, evidente na atuação do Boko Haram na Nigéria. Situações como essa ocorrem dentro de variados contextos que constituem diferentes sociedades, pois há uma multiplicidade de formas em que a violência de gênero pode incidir sobre mulheres nos diversos lugares do mundo. Representar as culturas como homogêneas é uma característica do Orientalismo que é reproduzida na literatura feminista *mainstream* que, assim como a maioria dos estudos canônicos das Relações Internacionais, foi produzida no Ocidente (LEE; SHIMABUKO; HIGA, 2018; SALEM, 2013). O orientalismo aqui colocado é um conceito definido por Edward Said (1996) como:

A instituição organizada para negociar com o Oriente – negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: [...] um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (SAID, 1996, p. 15).

A fim de considerar, então, a representatividade feminina dentro das comunidades específicas citadas e, visto que o grupo extremista em questão prega uma interpretação radical do islamismo, o Feminismo Islâmico será utilizado para analisar o contexto dentro de sua particularidade. Afinal, torna-se fundamental distinguir os ativismos próprios de cada grupo, pois nem sempre as reivindicações de um representam as de outro. Essa vertente surge, assim, como perspectiva pós-colonial que se contrapõe à ocidentalização imposta nos países menos desenvolvidos e colonizados pelas nações imperialistas. Traz um ideal de identificação cultural, buscando elaborar narrativas que desviem de um discurso universalizado e formem uma agenda que represente as diferentes experiências que configuram o caráter heterogêneo do feminismo (LIMA, 2017; SALEM, 2013).

Esse movimento é, ao mesmo tempo, político e religioso, visto que rejeita as ações discriminatórias sobre as mulheres, mas luta pelo resgate da identidade cultural religiosa. Dessa forma, o argumento do Feminismo Islâmico é o de que a ideologia e o poder patriarcal são os responsáveis por essa violência de gênero, perpetuando uma visão distorcida da religião islâmica (LIMA, 2017). Portanto, enquanto o Boko Haram utilizou da conversão ao islamismo para justificar seu sequestro das meninas de Chibok, além de sujeitá-las a abusos sexuais e casamentos forçados (HUMAN RIGHTS WATCH, 2014), para a perspectiva feminista islâmica essa é uma interpretação radical do Islã.

Destarte, a agressão do grupo nigeriano contra as garotas expressa uma questão que pode ser analisada de forma comportamental: devido a uma conduta divergente da que é definida como ideal por esses radicais – que são homens –, legitima-se o controle masculino sobre o corpo feminino (MACHADO, 2001). Nesse sentido, pode-se entender que os comportamentos sociais são construídos por um conhecimento coletivo, baseado em entendimentos e interpretações, que gera padrões e justifica a motivação das ações individuais (ADLER, 1999). A maneira como o Boko Haram construiu seu entendimento acerca da forma como meninas devem agir é, portanto, baseada em sua interpretação radical e machista do Islamismo que estruturou as ações de violência e repressão cometidas.

É nesse sentido que se fundamenta a luta feminista islâmica, buscando romper as raízes de uma estrutura que, além de patriarcal, é ocidental, e utilizar fontes religiosas para afirmar a identidade do grupo que é, sobretudo, muçulmana (LIMA, 2017). Por conseguinte, essas feministas fazem a distinção entre o Islã e as práticas machistas, argumentando que o livro sagrado do Islamismo, o Alcorão, não proíbe mulheres de terem seus direitos garantidos e não incentiva a desigualdade. A assimetria de gênero que está presente na *Xaria*⁵ muçulmana é uma construção, feita por homens, de um entendimento rígido e equivocado do Alcorão (NETO, 2006).

Portanto, a produção de conhecimento feita nos moldes do feminismo ocidental facilitou um entendimento que supõe que a religião islâmica é inerentemente patriarcal, criando uma categori-

5. *Xaria*, na religião islâmica, é o caminho a ser trilhado de acordo com o conjunto de ordens que o Criador dirige aos fiéis (NETO, 2006, p. 33)

zação da mulher do “terceiro mundo” como automaticamente oprimida (SALEM, 2013), desconsiderando a escolha de muitas dessas mulheres em adotar certa religião e defendê-la. O Feminismo Islâmico e o Pós-Colonialismo mostram a importância, para estudar as relações internacionais, de se analisar as identidades considerando a singularidade de cada grupo ou região em seu contexto particular, a fim de desconstruir estereótipos de uma estrutura que marginaliza indivíduos de acordo com sua cultura ou gênero.

#BringBackOurGirls: o poder de agência feminina sobre a estrutura

Com o intuito de analisar o protagonismo feminino dentro de um sistema aqui considerado como patriarcal e ocidental, a Teoria da Estruturação é trazida para explicar a relação de constituição mútua entre agência e estrutura. De acordo com Anthony Giddens (2003), precursor da teoria, essas duas unidades são de igual importância, o que faz com que uma não se reduza a outra. Ou seja, ator e estrutura têm implicações mútuas, pois a sociedade não é apenas uma criação da agência humana e nem existe independentemente dela. Configuram, então, uma relação de co-constituição. A estrutura, nesse sentido, é composta por uma dualidade: pode constranger ou encorajar determinada ação (GIDDENS, 2003).

É evidente nos acontecimentos aqui analisados que o acesso à educação e o direito de se manifestar das meninas são limitados por uma estrutura, imposta pelo Boko Haram, que perpetua o machismo, assim como os padrões ocidentais também reprimem a representação da mulher oriental. Entretanto, ressalta-se o encorajamento da atuação feminina, causa defendida pelo Feminismo Islâmico e pelos movimentos de resistência de mulheres na África. Representando a causa feminista⁶ na defesa do poder de agência, Carolina Lee, Gabriela Shimabuko e Lais Higa (2018) defendem que: “se conhecemos e nos reconhecemos com nossas ancestralidades [...], nosso curso ancestral não será instrumento de uma lente orientalista que nos silencia, nem de um machismo que se justifica através de gerações.” (LEE; SHIMABUKO; HIGA, 2018, p. 332).

6. O Feminismo defendido pelas autoras é o Asiático, porém, é aqui utilizado pois também representa uma vertente feminista que não pertence ao mundo ocidental e busca sua emancipação desse.

Considerando que indivíduos são atores capazes de transformar a sociedade em que vivem, o processo de realizar uma transformação evita a reprodução dos padrões internalizados historicamente na sociedade (GIDDENS, 2003). É nesse contexto que se encontra o poder da ação individual das mulheres, que se reservam no direito de modificar o “tradicional” para conquistar uma identidade que as emancipa e não as subjuga (LEE; SHIMABUKO; HIGA, 2018). A atuação feminina pôde ser observada, então, na campanha *#BringBackOurGirls* (“tragam nossas garotas de volta”), que surge após o sequestro do Boko Haram e atingiu grande repercussão pelo mundo todo.

A campanha ganhou força nas redes sociais e, de início, planejava apenas um protesto em Abuja, capital da Nigéria. Porém, o movimento se espalhou e muitas manifestações pela libertação das meninas foram organizadas, reivindicando ação política pelo governo nigeriano. O quadro da violência de gênero no país já era alarmante e, com a atuação do grupo extremista, se tornou ainda pior (LOPES, 2016). Visto que a agressão não ocorre apenas de forma física, a impossibilidade de se ter acesso à educação também é uma violência que fere a dignidade humana. Logo, as ativistas africanas se motivaram a demonstrar resistência e incentivar mulheres de outras regiões a se mobilizarem pela causa.

A necessidade de reconhecer a capacidade de agência feminina se dá, também, para romper com uma concepção das mulheres como indefesas por serem incapazes de exercer uma resposta diante de uma violência política e sexual, além de: “[...] vítimas passivas dos conflitos armados, deixando a agência e a autonomia em mãos masculinas. A narrativa tradicional dos conflitos armados tem construído a figura da mulher desprotegida que deve ser objeto de proteção” (ARIÑO, 2010, p. 12, tradução nossa)⁷. Diante disso, a perspectiva de gênero nos conflitos não deve ser pautada apenas na condição de vítima, mas também na de agência sobre esse contexto, reconhecendo que a mulher, mesmo enquanto principal alvo dessa agressão, também é símbolo de resistência (ARIÑO, 2010).

Ao mesmo tempo em que conflitos armados são um processo de “destruição”, são também um estímulo para a mobilização

7. [...] víctimas pasivas de los conflictos armados, dejando la agencia y la autonomía en manos masculinas. La narrativa tradicional de los conflictos armados ha construido la figura de la mujer desvalida que debe ser objeto de protección.

contra a violência, gerando capacitação e conscientização (ARIÑO, 2010). Essa relação exemplifica a dualidade da estrutura, como supracitado, visto que um contexto de violência é capaz de impulsionar uma resposta que o combata, assim como a *#BringBackOurGirls* e a resistência de mulheres em outros lugares do mundo em que atuam grupos com práticas machistas. Portanto, é fundamental reconhecer a importância da educação para a formação das meninas, para que adquiram conhecimento sobre seus direitos e participem, futuramente, como agentes da sociedade em que vivem (KNIPPEL; AESCHLIMANN, 2017).

Portanto, conforme a abordagem de Giddens (2003) supracitada, a estrutura patriarcal e ocidental não só constrange como também encoraja a agência das mulheres no contexto analisado. Isso porque a constante agressão sofrida pelas meninas reside em uma estrutura machista que, mesmo as oprimindo, também impulsionou movimentos de resistência como o *#BringBackOurGirls*. A tentativa de romper com a reprodução dos padrões machistas internalizados na sociedade se mostra presente no movimento feminista islâmico e na campanha internacional aqui tida como exemplo. Conforme a teoria da estruturação, esse tipo de atuação gera a possibilidade de transformar a sociedade, e é essa a luta das mulheres que protestam contra a violência da qual as nigerianas – e o gênero feminino, no geral – são vítimas.

Identidade e relativismo cultural na análise do sequestro pelo Boko Haram

Para abrir uma discussão antropológica sobre o tema, é necessário estabelecer que o ideal do grupo extremista Boko Haram e toda sua atuação na Nigéria advêm, principalmente, da construção identitária do grupo em questão, que se deu pela total contraposição a qualquer atividade cultural que seja ocidental e católica. Por consequência, o país fica dividido religiosamente entre católicos e muçulmanos, sendo essa visão de repúdio ao Ocidente propagada pelos adeptos do grupo radical. Sendo assim, a partir de uma ideia sobre relativismo cultural e identidade cultural, faz-se aqui uma análise a respeito do caso dessas meninas, abrindo espaço para controvérsias ao esbarrar, de um lado, no significado destes conceitos e, de outro, na ideia de igualdade de gênero que se propaga no mundo atual.

Primeiramente, adotando a ideia de identidade cultural, Kenia Kemp afirma que “só nesse contato com a diferença é que se podem construir noções sobre identidade. Enquanto não se deparar com o “outro”, em sua alteridade, não se pode abandonar a perspectiva que naturaliza a cultura e as identidades que ela produz” (KEMP, 2006, p. 75). Ou seja, foi necessária a aproximação do catolicismo e do islamismo para se criar o pré-conhecimento que se tem de cada. Dessa forma, as atitudes de repulsa quanto à religião católica e ao Ocidente que o Boko Haram admite, pelo contato e pela experiência que o grupo radical teve com o outro lado, chegando no que hoje se estabelece a respeito do grupo.

Outra abordagem do conceito de identidade cultural é aquela com relação ao gênero biológico, ou seja, ao sexo feminino e masculino. “Dirigimos nossa conduta orientados pelo cenário social que se forma nas várias situações” (KEMP, 2006, p. 79), ou seja, a cultura islâmica estabelece que existem papéis sociais específicos que serão atribuídos ao homem ou à mulher, e como já se sabe, neste contexto, mulheres devem adotar um papel submisso com relação ao homem. Diferentemente das práticas extremistas do grupo terrorista Boko Haram, existem países adeptos da religião islâmica que propagam posições mais liberais com relação às mulheres.

Em outra ocasião, o conceito de relativismo cultural estabelece que cada cultura é formada a partir de sistemas próprios de valores e de integridade cultural, não aceitando que se estabeleça valores e normas absolutas, sendo necessário analisar os casos a partir da visão própria da cultura e de seus valores (MARCONI; PRESOTO, 2010, p. 31-32). De acordo com esta concepção, deve-se considerar as atitudes do Boko Haram apenas pelo viés de religião islâmica que eles adotam, sendo necessário pensar sobre o sequestro das meninas nesta concepção. Entretanto, já que as meninas seguiam a religião católica, a atitude tomada pelo grupo é contrária ao que elas acreditavam e seguiam na sua vida, afetando, também, a ideia básica de direitos de igualdade de gênero que estabelece o feminismo e à ideia de liberdade que cada um tem de seguir seus ideais e de professar a religião de escolha.

Como admitido anteriormente, o sequestro realizado no município de Chibok, na Nigéria, foi articulado pelo Boko Haram e raptou cerca de 276 jovens meninas de uma escola católica que havia sido aberta com o propósito de realizar uma prova de avaliação e certificação de ensino. O sequestro visava converter a religião das

meninas, vendendo-as para que pudessem se casar com homens e para que se mantivessem nos padrões islâmicos adotados pelo grupo extremista. Caso não aceitassem, as meninas sofreriam punições (LOPES, 2016). Este caso não pode ser admitido como um ato do grupo extremista por ser um grupo islâmico, é necessário que se julgue levando em consideração o crime que cometeram em relação às meninas usando de justificativa uma adaptação radical da religião islâmica.

Além disso, outra abordagem possível do relativismo cultural é usada de maneira positiva e se pensa com relação às mulheres e como elas se sentem fazendo parte da religião islâmica. Não considerando a ideia radical propagada por grupos semelhantes ao Boko Haram, não se deve julgar e estabelecer que a culpa é da religião, mas sim que as pessoas fazem um uso equivocado dela, ou seja, adeptos de grupos extremistas devem ser os culpados por usarem da religião pacífica e da crença das pessoas como meio para atingir suas realizações pessoais.

Com relação à mulher, existem análises a respeito da sua posição e como elas não adotam as ideias por obrigação, como afirma Lila Abu-Lughod em seu artigo “As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros” (ABU-LUGHOB, 2012), por exemplo, a respeito do uso de uma “cobertura”, como a burca. Como utilizado pela autora, “a utilização desse tipo de cobertura significa pertencimento a uma comunidade particular e participação em um modo de vida moral no qual as famílias são o centro da organização das comunidades e a casa é associada com a santidade da mulher” (ABU-LUGHOB, 2012, p. 457). Neste caso, a possibilidade de se pensar uma cultura através dela mesma e tentar entendê-la, ao invés de julgá-la, é fundamental, visto o preconceito ocidental com relação a essa indumentária.

A partir disto, Lila adota um pensamento importante sobre como o Ocidente pensa a respeito das roupas, sendo que existem situações mais importantes para se criticar do que o vestuário, “talvez seja hora de desistir da obsessão americana com o véu e focar em questões mais sérias com as quais as feministas e outras deveriam de fato estar preocupadas.” (ABU-LUGHOB, 2012, p. 460). Ao citar as feministas, pode-se pensar no caso das meninas do Chibok e, ao invés de se preocupar com questões rasas como o vestuário das mulheres, deve-se considerar a situação das meninas e mulhe-

res que vivem ameaçadas por grupos extremistas. Como estabelecido no presente artigo, pode-se dar uma relevância a educação e como meninas são privadas de se engajarem na área acadêmica e até da educação básica simplesmente por serem, biologicamente, do sexo feminino.

Conclusão

Ao analisar a atuação do grupo extremista Boko Haram na Nigéria, impedindo o acesso de meninas à educação, tornou-se evidente a necessidade de avaliar tal contexto considerando as particularidades que o envolvem. A partir da análise feita, conclui-se que a segurança das meninas e mulheres no Norte da Nigéria é ameaçada pela atuação de grupos extremistas, pois existe uma ameaça à integridade física e psicológica e uma impossibilidade de garantir os próprios direitos quando se trata do gênero feminino.

Diante disso, a teoria feminista se faz necessária para compreender a violência nesse contexto, inserida em uma estrutura machista que perpetua um entendimento do gênero feminino como sendo, naturalmente, submisso e inferior. Ainda, a fim de prezar pela particularidade das mulheres que pertencem a um grupo religioso ou regional específico, é imprescindível considerar os fatos a partir do Feminismo Islâmico, dando visibilidade para a voz do público diretamente atingido com os eventos exemplificados no artigo.

Além da característica patriarcal do sistema, também se mostrou de suma importância enfatizar a questão cultural e identitária que define a estrutura. Compreender a distinção que existe nas relações entre Ocidente e Oriente é necessário para não julgar a cultura oriental com base em preceitos alheios a essa realidade, devendo-se levar em consideração o relativismo cultural. Pôde ser comprovado, aqui, como o entendimento que um grupo tem sobre determinado assunto é capaz de construir identidades e estruturar ações, visto que o Boko Haram interpreta o islamismo de forma radical e reflete isso em suas ações violentas.

Por fim, pode-se constatar também que, a despeito da repressão sofrida pelas mulheres, o poder de atuação feminina também está em pauta. Os movimentos de resistência feminina aos contextos de violência política e sexual analisados, como na campanha *#BringBackOurGirls* e nos protestos que foram organizados

em regiões africanas, são um exemplo disso. A estrutura, mesmo favorecendo a violência de gênero, também é capaz de encorajar a agência das mulheres, que buscam combater a atuação de grupos extremistas e romper, assim, com as raízes que caracterizam a realidade machista em que se encontram.

Referências

- ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 451-470, ago. 2012.
- ADESOJI, Abimbola. The Boko Haram Uprising and Islamic Revivalism in Nigeria. **Africa Spectrum**, [S.l.], v. 45, n. 2, p. 95-108, jan. 2010.
- ADLER, Emanuel. O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais. **Lua nova**, São Paulo, n. 47, p. 201-239, 1999.
- ARIÑO, María V. La violencia sexual como arma de guerra. **Quaderns de Construcció de Pau**, Barcelona, n. 15, p. 1-13, set. 2010.
- DAVID, Charles Philippe. **A Guerra e a Paz**: abordagens contemporâneas da segurança e da estratégia. [S.l.]: Instituto Piaget, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HUMAN RIGHTS WATCH. “**Those Terrible Weeks in their Camp**”: Boko Haram Violence against Women and Girls in Northeast Nigeria. 2014. Disponível em: http://features.hrw.org/features/HRW_2014_report/Those_Terrible_Weeks_in_Their_Camp/#appendix_1. Acesso em: 29 abr. 2019.
- JODA, Fatima M.; ABDULRASHEED, Olowoselu. Effects of insurgency on girls education in north eastern Nigeria. **European Journal of Education and Development Psychology**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 44-50, mar. 2015.
- KEMP, Kênia. Identidade Cultural. In: GUERRIERO, Silas. **Antropos e psique**: O outro e sua subjetividade. 7 ed. São Paulo: Olho d'Água, 2006.
- KNIPPEL, Edson Luz; AESCHLIMANN, Maria Carolina de Assis Nogueira. Educação e equidade de gêneros. **Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará**, Ceará, v. 15, n. 2, p. 59-85, 2017.
- LEE, Carolina Rica; SHIMABUKO, Gabriela Akemi; HIGA, Laís Miwa. Feminismo asiático. In: HOLLANDA, H. **Explosão Feminista**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 325-342.
- LIMA, Valdecila Cruz. **Feminismo Islâmico**: mediações discursivas e limites práticos. 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- LOPES, Larissa Nunes. **A violência do Boko Haram contra as mulheres na Nigéria**: uma análise feminista e pós-colonial do sequestro das meninas de Chi-

bok. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2016.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. **Série Antropologia**, Brasília, v. 290, p. 1-33, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: Uma Introdução**. 7 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

NETO, Antonio Augusto Machado de Campos A Charia Muçulmana. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 101, p. 33-70, jan./dez. 2006.

OGAH, Clement A.; OMAERA, Osakue Stevenson. Boko Haram como agente provocador de desestabilização e destruição na Nigéria: A verificação da mídia. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. v.1 n.1 2016

PETERS, Michael Adrian. 'Western education is sinful': Boko Haram and the abduction of Chibok schoolgirls. **Policy Futures in Education**, [S.l.], v. 12, n. 2, jan./fev. 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.2304/pfie.2014.12.2.186>. Acesso em: 30 abr. 2019.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SALEM, Sara. Feminist critique and Islamic feminist: the question of intersectionality. **The Postcolonialist**, v. 1, n.1, p. 1-8, 2013.

SILVA, Nazaré Aleixo da; GEQUELIN, Rosângela Lúcia; CAMPOS, Elza Maria. Malala Yousfzai – Inspiração para a defesa dos Direitos Humanos e da igualdade de gênero. In: **Evento de Iniciação Científica**, n. 12, [S.l.], out. 2017.

TICKNER, Judith Ann. Identity in International Relations Theory: Feminist Perspectives. In: LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich. **The Return of Culture and Identity in IR Theory**. London: Lynne Rienner, 1996, p. 147-162.

UNESCO e Atlas of Gender Inequality in Education. Montreal: **UNESCO Institute for Statistics**. Disponível em: <https://www.tellmaps.com/uis/gender/#!/tellmap/-1195952519>. Acesso em: 29 abr. 2019.

VIGAUD-WALSH, Francisca. Nigeria's displaced women and girls: humanitarian community at odds, Boko Haram's survivors forsaken. **Refugees International**, [S.l.], abr. 2016. Disponível em: www.refugeesinternational.org. Acesso em: 30 abr. 2019.

Recebido em: 13/06/2019

Aprovado em: 18/05/2020

O Pragmatismo Responsável de Geisel e a posição brasileira perante o conflito árabe-israelense (1974-1979)

Geisel's Responsible Pragmatism and the Brazilian position in the Arab-Israeli conflict (1974-1979)

El Pragmatismo Responsable de Geisel y la Posición Brasileña en el Conflicto Árabe-Israelí (1974-1979)

Beatriz Vieira Rauber*

Rafaela Elmir Fiozeze**

Victor Hugo Dresch da Silva***

Resumo

O objetivo do artigo que aqui se apresenta consiste em compreender e analisar como se deu a evolução das relações diplomáticas entre o Brasil e o Oriente Médio e, mais especificamente, qual foi o posicionamento brasileiro perante o conflito árabe-israelense durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979). Reconhecendo que o período em questão foi marcado por grandes turbulências nos mais diversos âmbitos, tem-se como hipótese central a ideia de que, com o governo Geisel, inaugurou-se uma nova fase nas relações entre o Brasil e o Oriente Médio, mas, mais especificamente, entre o Brasil e a Palestina, deixando-se de lado a até então vigente “equidistância” entre Israel e Palestina e passando-se a uma inflexão em direção a um posicionamento mais pró-Palestino.

Palavras-chave: Brasil. Política Externa Brasileira. Governo Geisel. Oriente Médio. Conflito Árabe-Israelense.

Abstract

The objective of this article is to understand and analyze how diplomatic relations between Brazil and the Middle East evolved and, more specifically, what was Brazil's position in the Arab-Israeli conflict during the Ernesto Geisel administration (1974-1979). Acknowledging that such period was marked by great turmoil in the most diverse fields, the central hypothesis is that, with the Geisel government, a new phase in relations between Brazil and the Middle East was inaugurated, but more specifically, between Brazil and Palestine, leaving aside the hitherto prevailing “equidistance” between Israel and Palestine and moving towards a more pro-Palestinian position.

* Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: beatrizvrauber@outlook.com.

** Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: rafaelafiozeze@gmail.com.

*** Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-: victordresch@gmail.com

Keywords: Brazil. Brazilian Foreign Policy. Geisel Government. Middle East. Arab-Israeli Conflict.

Resumen

El objetivo del artículo es comprender y analizar la evolución de las relaciones diplomáticas entre Brasil y el Oriente Medio y, más concretamente, la posición brasileña respecto al conflicto árabe-israelí durante el gobierno de Ernesto Geisel (1974-1979). Reconociendo que el período en cuestión estuvo marcado por

grandes turbulencias en muchas áreas diferentes, la hipótesis central es que con el gobierno de Geisel se inició una nueva fase en las relaciones entre Brasil y Oriente Medio, pero, más específicamente, entre Brasil y Palestina, dejando de lado la “equidistancia” entre Israel y Palestina, y pasando a una posición más pro-Palestina.

Palabras-clave: Brasil. Política Exterior Brasileña. Gobierno Geisel. Oriente Medio. Conflicto Árabe-Israelí.

Introdução

Entre 1920 e 1948, o território que hoje se encontra dividido entre a Palestina e o Estado de Israel esteve controlado pela Grã-Bretanha, sob o regime de um mandato sancionado pela então existente Liga das Nações. A região, que sempre se colocou como altamente visada por inúmeros povos devido, entre outros fatores, ao fato de ser considerada uma “terra sagrada”, tornou-se um foco de entraves entre árabes e judeus, com cada qual defendendo o estabelecimento de um Estado próprio no referido território. À medida que a Grã-Bretanha foi se mostrando incapaz de lidar com as demandas conflitantes de ambos os povos, o mandato britânico foi se erodindo até que, em 1947, a questão relativa ao futuro daquela área, bem como dos povos que nela habitavam, foi introduzida na pauta de discussões da Organização das Nações Unidas (CARRE-RAS, 1992). Desde então, a chamada “questão palestina” - com o decorrente conflito árabe-israelense - tem sido objeto de intensos debates e litígios, com reflexos que não apenas perduram, mas também seguem vívidos até os dias de hoje.

Tendo este breve panorama em mente e estando ciente da importância e da atualidade do tópico acima mencionado, o presente artigo se propõe a entender e analisar como se deu a evolução das relações diplomáticas entre o Brasil e o Oriente Médio e, mais especificamente, qual foi o posicionamento brasileiro perante o conflito árabe-israelense durante o governo Geisel (1974-1979). Para isso, lançou-se mão de fontes primárias e secundárias sobre o assunto, estando incluídas na primeira categoria resoluções das Nações Unidas, discursos proferidos por representantes brasileiros e, por fim, relatórios e resenhas de política exterior disponibilizados e publicados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Ademais, tem-se como hipótese central deste trabalho a ideia de que, com o

advento do governo Geisel, inaugurou-se uma nova fase nas relações entre o Brasil e o Oriente Médio, mas, mais especificamente, entre o Brasil e a Palestina. Supõe-se que esse novo momento, inserido em uma conjuntura de maior aproximação do Brasil com os países árabes, foi marcado por uma inflexão da política externa brasileira em direção a um posicionamento mais pró-Palestino, em detrimento de uma até então existente “equidistância” brasileira entre o Estado palestino e Israel.

Dessa forma, a fim de cumprir com o objetivo proposto, este artigo se organiza cronologicamente, tendo como ponto de partida o ano de 1947 - nomeadamente o momento em que foi rascunhado e apresentado para votação o Plano de Partilha da Palestina. Este período, que converge em termos temporais com o desenvolvimento de relações mais articuladas entre o Brasil e os países do Oriente Médio, se coloca como fundamental para o entendimento do problema, uma vez que representa o primeiro contato do Brasil com a questão palestina. Sendo assim, primeiramente, apresenta-se um apanhado histórico acerca do posicionamento brasileiro em relação ao Oriente Médio e ao conflito árabe-israelense entre 1947 e 1973 - isto é, antes do início do governo Geisel; em seguida, a fim de se compreender as ações e posições brasileiras no período abrangido pelos anos de 1974 a 1979, traz-se uma visão macro e ampliada das principais linhas e diretrizes de política externa seguidas pelo presidente Geisel; em um terceiro momento, procede-se para uma análise focada na política externa de Geisel para o Oriente Médio, enfatizando a posição do Brasil em relação às disputas entre árabes e israelenses e, portanto, em relação à Palestina; por fim, busca-se fazer algumas considerações e ponderações finais sobre o tema do artigo, avaliando, dessa maneira, se a hipótese proposta, de fato, se aplica.

A posição histórica do Brasil em relação ao Oriente Médio e ao conflito árabe-israelense (1947-1973)

No Brasil, o período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo estabelecimento do governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e pela não apenas continuidade, mas também intensificação de uma política externa significativamente alinhada, tanto em termos políticos quanto ideológicos, aos Estados Unidos. É nesse contexto – de fundamental importância para compreender as ações e medidas brasileiras

que serão tomadas a partir de então – que se dá início às relações entre o Brasil e os países do Oriente Médio (CERVO; BUENO, 2012). Embora viesse a se desenvolver com o decorrer do tempo, neste momento inicial, o envolvimento brasileiro com o Oriente Próximo foi bastante incipiente, uma vez que o país não tinha interesses concretos e bem definidos na região (AMORIM, 2015). Assim, como poderá ser visto ao longo desta seção, inicialmente, as relações entre o Brasil e o Oriente Médio – inclusive no que diz respeito à Palestina – foram escassas e ocorreram majoritariamente no escopo da Organização das Nações Unidas (ONU).

O marco inicial do envolvimento do Brasil com os países do Oriente Médio de forma mais abrangente corresponde ao período do pós-Segunda Guerra, dado que a erupção de processos de independência na região abriu espaço para novas e maiores relações políticas (CASARÕES; VIGEVANI 2014). Esse crescente interesse na região do Oriente Próximo se mostra especialmente verdadeiro em 1947 – ano em que se verifica o princípio da questão palestina. Com o encerramento do mandato britânico, o problema referente ao território palestino foi deixado a cargo das Nações Unidas, que, em uma sessão extraordinária da Assembleia Geral presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, criou o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP), a fim de avaliar e propor planos que pudessem solucionar a questão (PILLA, 2011). Uma vez findos os trabalhos do comitê, votou-se, no dia 29 de novembro de 1947, durante a segunda sessão ordinária da Assembleia Geral, o Plano de Partilha da Palestina – ou, em termos formais, a Resolução 181 (II) (VIGEVANI; KLEINAS, 2000). Além de prever a divisão do território palestino em dois Estados (um Estado judeu e um Estado árabe), a resolução estabelecia também um regime internacional especial para a cidade sagrada de Jerusalém, a qual seria administrada, dessa maneira, pela própria ONU (UNITED NATIONS, 1947).

O Plano de Partilha da Palestina foi aprovado por 33 votos favoráveis – dentre os quais estava incluído o do Brasil – contra 13 votos contrários e 10 abstenções. Conforme apontam Vigevani e Kleinas (2000), o voto brasileiro não representou uma posição anti-árabe⁴, mas refletiu, na verdade, uma tentativa de con-

4. Conforme coloca Santos (2000), antes de votar favoravelmente à Resolução 181 (II), o Brasil havia, inclusive, votado a favor de uma proposta árabe que previa a solicitação de um parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça (CIJ) acerca da questão.

ciliação e de manutenção dos objetivos gerais da política externa brasileira. Oswaldo Aranha, que não apenas representou o Brasil, mas também presidiu a segunda sessão ordinária da Assembleia Geral, foi instruído pelo Ministério de Relações Exteriores a atuar de forma a: (i) evitar um afastamento da posição norte-americana; e (ii) buscar uma solução de compromisso, que fosse aceitável para as duas partes em litígio (GONZAGA, 2008; PILLA 2011; VIGEVANI; KLEINAS, 2000). Com efeito, esta tentativa brasileira de seguir uma linha de ação imparcial e neutra consolidou um elemento fundamental que, por anos, guiou a política externa do país perante a questão israelo-palestina: a equidistância (SANTOS, 2003).

Com a criação do Estado de Israel efetivada em 1948, teve início a chamada “guerra de independência”, na qual uma série de países árabes invadiram o território palestino a fim de combater o vizinho judaico. O resultado desse conflito foi uma expansão de aproximadamente 37% do território israelense, que passou a ocupar áreas originalmente pertencentes aos árabes, e uma ocupação parcial de Jerusalém – que deveria permanecer sob tutela das Nações Unidas – por parte de Israel (SANTOS, 2000). Diante dessa nítida violação da Resolução 181 (II), a posição do Brasil durante a votação relativa à adesão do Estado de Israel como membro da ONU, que se deu em meados de 1949, foi de abstenção – mesmo que já havendo reconhecido o Estado judaico meses antes (FÁVERO; PINHEIRO, 2016). De acordo com Norma Breda dos Santos (2000), o fator de maior peso na decisão brasileira foi o significativo receio brasileiro com relação ao *status* de Jerusalém – havendo, relativamente a este quesito, uma importante influência do Vaticano, que defendia veementemente a manutenção do regime internacional da cidade sagrada. Mais do que isso, havia também, por parte do Brasil, grande preocupação com a situação dos refugiados palestinos, a qual seria atestada, no final de 1949, pelo voto brasileiro favorável à criação da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) (SANTOS, 2000; 2003).

O decorrer dos anos não foi capaz de mitigar as rivalidades existentes no Oriente Médio e, em 1956, a decisão do líder do Egito de nacionalizar o Canal de Suez levou a um escalonamento de tensões na região, culminando na Segunda Guerra Árabe-Israelense. O conflito, mais conhecido como a Crise de Suez, se iniciou a partir da resposta de Israel – que ocupou a península do Sinai – ao movimento egípcio de nacionalização do canal e envolve também a in-

tervenção de tropas francesas e britânicas, que viram seus interesses na região ameaçados (PILLA, 2011). A questão foi levada para discussão à Assembleia Geral das Nações Unidas e, nesse contexto, o Brasil se colocou como um dos países que votou a favor da grande maioria das resoluções que requeriam um imediato cessar-fogo e a livre-navegação no Canal de Suez (SANTOS, 2000), defendendo, portanto, a solução pacífica de controvérsias, bem como a não-intervenção (CASARÕES; VIGEVANI, 2014). Ademais, em seu discurso na XI Sessão Ordinária da Assembleia Geral, o representante brasileiro pontuou que o país seria favorável “a uma solução que leve em conta os interesses legítimos dos usuários daquele canal internacional, mas que de forma alguma viole a soberania do Egito” (FREITAS-VALLE, 1956, p. 114), enfatizando também, dessa maneira, o princípio da soberania.

Para além da participação nas tratativas formais da Crise de Suez no âmbito da ONU, o Brasil contribuiu para a resolução da questão mediante o envio de tropas para o Sinai e para a Faixa de Gaza, constituindo parte das Forças de Emergência das Nações Unidas (UNEF), às quais caberiam as tarefas de garantir o cessar-fogo e de supervisionar a retirada das tropas israelenses, francesas e britânicas (CASARÕES; VIGEVANI, 2014; SANTOS, 2000). Ainda que, no período em questão, o Brasil não tivesse desenvolvido numerosas e substanciais relações bilaterais com os países do Oriente Médio – especialmente árabes –, deve-se ressaltar que “a participação do Brasil no Conselho de Segurança e a presença de tropas em Suez, antes mesmo da Guerra dos Seis Dias, propiciaram uma maior aproximação com a região” (VISENTINI, 2011, p. 126).

A partir dos anos 1960, com o estabelecimento do governo de Jânio Quadros (1961) e, posteriormente, de João Goulart (1961-1964), inaugurou-se no Brasil a chamada “Política Externa Independente” (PEI), que, em termos gerais, almejava promover uma maior autonomia brasileira no cenário internacional, deixando de lado alinhamentos ideológicos para buscar a diversificação de parcerias (CERVO; BUENO, 2012). Muito embora este novo momento na política externa brasileira tenha aberto novos horizontes e perspectivas no que diz respeito a um potencial aprofundamento de relações com os países árabes – e também do Oriente Médio como um todo –, o curto tempo de duração da PEI acabou obstaculizando a obtenção de resultados mais concretos. Com efeito, em 1964, desencadeia-se no Brasil um golpe militar que culmina na instaura-

ção, em abril do mesmo ano, do regime civil e militar brasileiro. Em contraposição ao governo previamente existente, a política externa de Castelo Branco (primeiro presidente brasileiro do regime militar) destaca-se por representar um forte retorno ao alinhamento com os Estados Unidos (SILVA, 2014), de tal forma que tanto o Oriente Médio quanto o continente asiático como um todo foram relegados a um segundo plano das relações internacionais do Brasil. Ainda assim – e a despeito das mudanças ocorridas em termos de política externa –, o Brasil manteve seu clássico posicionamento de equidistância em relação às rivalidades árabe-israelenses e israelo-palestinas, sendo a diplomacia brasileira recomendada

a manter, em face do conflito árabe-israelense, a posição realista, imparcial e equânime já constante [...] e que é a de ver no Estado de Israel uma realidade no cenário internacional, com a qual (...) se sente o Brasil perfeitamente livre para conduzir relações bilaterais e legítimas, mas ressalva sendo feito de que o reconhecimento da realidade estatal de Israel não implica endosso total ao status quo vigente na Palestina (BRASIL, 1966 apud PILLA, 2011, p. 24).

Em 1967, durante o governo Costa e Silva (1967-1969), iniciou-se – a partir da invasão da península do Sinai por parte do Egito e da exigência deste de que houvesse um recuo das tropas da UNEF na região –, novamente contra Israel, a Guerra dos Seis Dias (SANTOS, 2000). O Brasil, membro não-permanente do Conselho de Segurança à época, foi um dos adeptos da Resolução 233, que convocou os governos envolvidos a tomarem uma dianteira a fim de alcançarem um “cessar-fogo imediato e a cessação de todas as atividades militares na área” (UNITED NATIONS, 1967a, p. 2). Embora a questão tivesse sido levada também à Assembleia Geral – em cujo âmbito houve forte insistência brasileira em relação ao respeito aos princípios jurídicos –, as discussões sobre o litígio permaneceram em voga até novembro de 1967, quando aprovou-se por unanimidade no Conselho de Segurança a Resolução 242 (SANTOS, 2000). Além de afirmar que o estabelecimento da paz duradoura no Oriente Médio dependia da retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados no conflito, bem como do fim da beligerância e do respeito à soberania, à integridade territorial e à independência política de todos os Estados da região, a resolução também reiterava a necessidade de: garantir a livre-navegação em todas as vias marítimas da região; alcançar um arranjo justo para o problema dos refugiados; e assegurar a inviolabilidade territorial e

a independência política de todos os Estados (UNITED NATIONS, 1967b). O Brasil, que se mostrava bastante favorável ao documento elaborado, reiterava em seus discursos que “a Resolução 242, do Conselho de Segurança, ainda constitui justa e segura base para o estabelecimento da paz no Oriente Médio” (PINTO, 1968, p. 239).

Ainda que, como apontam Casarões e Vigevani (2014), as relações com o Oriente Médio tenham se desenvolvido de forma lenta e gradual até o final da década de 1960, a Guerra dos Seis Dias seria vista por alguns como a circunstância que levou a diplomacia brasileira a ter maior autonomia e articulação em sua atuação para o Oriente Médio (ROSA, 2000). De fato, com o início do governo Médici (1969-1974) e da “Diplomacia do Interesse Nacional”, vislumbra-se um aumento nas relações bilaterais brasileiras com a região do Oriente Próximo, a qual, diante de um progressivo aumento nos preços do petróleo, foi se colocando como cada vez mais estratégica para o Brasil. Assim, já no princípio dos anos 1970, o Itamaraty passou a reforçar duas diretrizes da política externa para o Oriente Médio: a condenação da expansão territorial israelense e, especialmente após a Guerra do Yom Kippur⁵, a criação de um Estado palestino (SANTANA, 2006). Dessa forma, vai-se paulatinamente abandonando a até então vigente política da equidistância – pautada, em grande medida, em uma posição de neutralidade e na defesa dos princípios do direito internacional, como a integridade territorial e a soberania – para adotar-se posições mais acentuadamente compreensivas e simpáticas à causa árabe (CASARÕES; VIGEVANI, 2014). Conforme será melhor abordado nas seguintes seções deste artigo, esta tendência de aproximação brasileira do mundo árabe é aprofundada e consolidada entre 1974 e 1979, durante o governo de Ernesto Geisel.

O Pragmatismo Responsável e o Oriente Médio

O governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) se deu num período de grandes turbulências domésticas e internacionais. Apesar de ter começado seu governo em um momento de forte cres-

5. A Guerra do Yom Kippur, também conhecida como Quarta Guerra Árabe-Israelense, eclodiu em 1973, quando uma coalizão árabe, formada especialmente pelo Egito e pela Síria, invadiu a península do Sinai e as colinas de Golã - áreas que haviam sido tomadas por Israel durante a Guerra dos Seis Dias (CARRERAS, 1992). Um dos resultados dessa guerra foi o subsequente aumento nos preços do petróleo, promovido pelos países da OPEP contra os Estados Unidos e os países europeus que forneciam apoio a Israel.

cimento econômico herdado do governo anterior (nomeadamente, de Médici), o novo presidente assumiu logo após o Primeiro Choque do Petróleo de 1973, que fragilizou a situação energética e de financiamento do país. Ademais, o sistema da Guerra Fria passava pelo período de détente, fator que teve influências positivas para a consolidação da política externa brasileira do período. A situação interna também se apresentava problemática: Geisel assumiu com a intenção de preparar o país para a transição de regime, ou seja, priorizando a ideia de transição “lenta, gradual e segura” (PIMENTA, 2014). A postura do presidente, somada ao desgaste iminente do regime, possibilitou a ascensão de oposições em todas as esferas sociais, desde as disputas com a linha dura no âmbito militar e a nova onda de protestos da população, até o acirramento de críticas na imprensa nacional e internacional. Apesar das situações críticas, o período é tido como referência pela alta articulação de sua política externa, que ficou conhecida pelo termo “Pragmatismo Responsável”, sendo por vezes chamada de “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” (VISENTINI, 2011).

O Pragmatismo Responsável e Ecumênico, como aponta a análise de Visentini (2011), tratou de abordar como estratégia pragmática a busca de vantagens no ambiente internacional, abstendo-se de conflitos acerca de regimes e ideologias; como estratégia responsável, o comprometimento de não contaminar a política externa com ideologias; e, por fim, como estratégia ecumênica, a ampliação de parcerias, de forma a prescindir de afinidades ideológicas ou políticas. Em suma, o Pragmatismo Responsável se apresentou como uma política externa que visava à ampliação da participação brasileira no mercado internacional, uma melhor inserção do Brasil na dinâmica de poder internacional e uma maior autonomia e liderança do país na região e no mundo. Apesar dessa aparência inovadora na mudança da política externa, grande parte das propostas do Ministério de Relações Exteriores apresentam um caráter de continuidade com os governos antecedentes – e por isso vale lembrar que muitas das relações bilaterais tiveram o seu primeiro contato ainda no governo Médici. Sendo assim, a grande diferença entre os governos foi a existência de um projeto de autonomização econômica do país no Governo Geisel - projeto este que é predominantemente uma resposta aos problemas gerados pela crise econômica internacional - que permitiu uma articulação mais livre e global da política externa (VISENTINI, 2011).

É possível afirmar que as diretrizes do Pragmatismo Responsável foram ditadas de maneira fortemente centralizada e focada em objetivos claros, sendo estas uma mescla das percepções do presidente Geisel e de seu Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silva (ESPOSITO NETO, 2014). Ainda que a centralização da tomada de decisões tenha sido um fenômeno comum no governo do presidente, a sua dedicação para a formulação da política externa brasileira se mostrou excepcional. A nova dinâmica de interação brasileira com o sistema internacional, contudo, trouxe consigo uma série de críticas da imprensa internacional e de grupos políticos domésticos. Nesse sentido, como forma de prejudicar a continuidade do governo, usou-se como objeto de acusação a violação de direitos humanos perpetuada no regime ditatorial (PIMENTA, 2014). Ainda que, em caráter de produção de políticas públicas, tal elaboração centralizada possa ter parecido ser negativa, ela resultou em uma política externa consolidada que, até os dias de hoje, é objeto de estudo de muitas análises.

Conforme indicado pelo diplomata Gelson Fonseca Júnior (2006), optou-se, dado o contexto previamente abordado, por um distanciamento do conflito Leste-Oeste, seguindo a linha da détente para investir nas controvérsias Norte-Sul. Com isso, torna-se clara a alternância de uma linha de política externa com viés predominantemente securitário e de inserção por meio da dinâmica de conflito da Guerra Fria para uma nova visão de política externa, como estratégia para fomentar o desenvolvimento. A presente linha de raciocínio pode ser corroborada pelo exposto, em 1974, pelo discurso do então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio Francisco Azeredo da Silveira:

Essa precípua responsabilidade regional e continental não significa, porém, que sejam menos relevantes as tarefas que aguardam a nossa diplomacia em esferas mais amplas ou mais distantes geograficamente. Elevado nas dimensões de sua economia e do seu poder nacional, projetando-se num mundo onde se estreita a convivência entre as nações, não será possível ao Brasil alhear-se do que ocorre em outras áreas, do que emerge como novas urgências na África, no Oriente Próximo, na Ásia e na Europa (BRASIL, 1974a, p. 21).

Sendo assim, vale ressaltar que o Pragmatismo Responsável se caracterizou por uma ampliação na presença internacional brasileira (multilateralização), pelo aprofundamento do bilateralismo

com os países com os quais já existiam relações históricas e por um viés em busca de vantagens externas para o desenvolvimento nacional (VISENTINI, 2011). Em seus primeiros anos, a busca de parcerias da nova estratégia diplomática brasileira se deu em uma tentativa de melhor inserir o Brasil no Terceiro Mundo, ao mesmo tempo em que garantia sua autonomia se afastando dos Estados Unidos. Segundo Visentini (2011, p. 212), essas parcerias se organizavam em três formas

[...] a) Europa e Japão como alternativas aos EUA; b) potências médias, como certos países árabes e a Argentina com vistas a parcerias tecnológicas; c) países de menor desenvolvimento relativo, vistas ao intercâmbio comercial, mais precisamente mercado de manufaturados e transferência de tecnologia e know-how.

Nesse sentido, é justamente durante o governo Geisel que se intensificam as relações entre o Brasil e o Oriente Médio, ainda que grande parte dos motivos para essa maior aproximação possam se resumir ao Primeiro Choque do Petróleo (1973). Assim, deve-se pontuar que, logo após o choque e o consequente aumento exponencial dos preços do barril de petróleo, o Brasil passou por uma situação de extrema dificuldade, finalmente sofrendo as consequências de sua alta dependência de combustíveis fósseis - que existia devido tanto à baixa diversidade na produção de energia quanto à alta dependência logística de rodovias. Dessa forma, após 1973, um bom relacionamento com o Oriente Médio se apresentou como fator vital para a sustentação da economia e do bem-estar da população brasileira. Sendo assim, a nova política de aproximação da região se tornou parte do Plano Nacional de Desenvolvimento do presidente, a fim de garantir a estratégia de ajuste à nova conjuntura (VISENTINI, 2011).

A situação de *déficit* que permeou a relação Brasil-Oriente Médio frustrou grandes grupos da sociedade e foi um dos pontos de críticas durante o governo - em 1974, o *déficit* foi de cerca de 1,76 bilhões de dólares, tendo escalonado a tal ponto que, em 1978, ele estava em 3,31 bilhões. O país buscou como alternativa uma maior aproximação com o Iraque, uma vez que os outros Estados da região já mantinham fortes vínculos com potências estrangeiras, em busca de um mercado importador, embora a intensificação das relações não tenha sido o suficiente para compensar o *déficit* crescente (ESPOSITO NETO, 2014). Ademais, no restante do Oriente Médio, observou-se um aumento nos encontros de altas autoridades para

estreitar os laços bilaterais. No que diz respeito à situação Israel-Palestina, Geisel e Azeredo se viram obrigados a se posicionar frente ao conflito, tendo em vista a necessidade de consolidar boas relações com os países árabes; a maneira como se administrou essa questão será melhor explorada na próxima sessão.

Ainda que não diretamente vinculados ao assunto central do presente artigo, cabe também ressaltar que, como resultados do Choque do Petróleo e da nova dinâmica no Oriente Médio, é possível notar um maior investimento brasileiro na região a fim de adquirir conhecimento acerca da produção energética, com vistas à modernização da Petrobrás. Ademais, o Brasil investiu em fontes alternativas de energia, como demonstrado pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, pelo Programa Pró-álcool e pelo Acordo de Energia Nuclear com a Alemanha. Tais investimentos reforçam, sobretudo, o caráter pragmático e fortemente estratégico da política externa de Geisel; todavia, é importante ressaltar que, ao tratar a crise energética como algo temporário e contornável, o governo também armou sua própria derrocada, sendo esta originada na crise da dívida e no alto endividamento externo.

O governo Geisel e a nova posição brasileira em relação ao conflito árabe-israelense

As já realizadas discussões acerca das características e das diretrizes do Pragmatismo Responsável posto em prática pela política externa do governo Geisel tornam lógica a importância dada às relações com o Oriente Médio ao longo do período. A nova perspectiva universalista, o objetivo de expansão de mercados e as necessidades advindas dos Choques de Petróleo de 1973 tornaram a região um dos núcleos da atuação internacional levada a cabo pelo Brasil ao longo da segunda metade dos anos 1970. Nesse sentido, a presente seção tem como objetivo discorrer sobre a posição brasileira em relação ao conflito árabe-israelense e, mais especificamente, em relação ao Estado palestino, apontando os principais eventos e as principais características que marcaram essa faceta do Pragmatismo Responsável.

Frente aos contextos doméstico e internacional, e diante das novas demandas brasileiras, configurou-se como importante a consolidação da presença brasileira no Terceiro Mundo. Esse fortalecimento, contudo, precisava ser precedido pela revisão de algumas relações bilaterais caracterizadas como excludentes, que prejudica-

vam a posição brasileira frente a essas regiões. É possível citar como exemplos as relações com a China nacionalista, com a África do Sul, a proximidade com o regime colonialista português e, com destaque para o presente artigo, as relações brasileiras com o Estado de Israel. Naquele momento, a manutenção da equidistância em relação ao conflito árabe-israelense prejudicava o relacionamento com o resto do Oriente Médio; dada a urgente necessidade de aproximação rápida e eficiente com a região, tornou-se imperativo reexaminar a política externa brasileira para a questão. É com essa necessidade que a nova política de Geisel para a Palestina ganha destaque como um dos marcos do novo universalismo brasileiro (LESSA, 2000).

Já nos meses finais de 1973, último ano da administração Médici, a política externa brasileira para a Palestina começa a expressar os indícios iniciais de uma mudança de padrão e, paulatinamente, passa a adotar um discurso mais favorável às posições árabes. Contudo, o principal ponto de inflexão é o início do governo Geisel, em março de 1974, e a formulação do Pragmatismo Responsável junto ao chanceler Azeredo da Silva. O Brasil passa a se alinhar a pautas árabes, defendendo posições condenatórias em relação à ocupação israelense e enfatizando a necessidade de resguardar os direitos do povo palestino (LESSA, 2000). Nesse sentido, o discurso proferido por Azeredo da Silva na abertura da XXIX Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1974, exemplifica e destaca a nova posição adotada pelo Estado brasileiro:

Consideramos absolutos os direitos à integridade territorial e a obrigação de respeito à soberania. Em consequência, acreditamos que a desocupação dos territórios ocupados é, insofismavelmente, parte integrante da solução do conflito. O drama do Oriente Médio se amplia e se universaliza na medida em que envolve aspectos humanos que não podem ser ignorados. É impossível à comunidade das Nações omitir-se nos seus esforços inclusive junto aos povos do Oriente Médio, para que atendam, com as medidas adequadas, ao sofrimento do povo palestino. É desumano pensar que será equitativa e ilusório esperar que será duradoura qualquer solução que não atenda aos seus direitos (SILVEIRA, 1974, p. 309).

De forma até então inédita, a política externa brasileira passa a evoluir em direção a uma posição não somente mais próxima dos países árabes, mas também crítica às políticas expansionistas de Israel. A equidistância então vigente é substituída por uma posição mais assertiva, mais alinhada ao Terceiro Mundo e acompanhada pelo entendimento que o recuo de Israel era necessário para atin-

gir a paz na região (CASARÕES; VIGEVANI, 2014). Concepções já muito presentes no Itamaraty, tais como a defesa da soberania e do direito de autodeterminação, bem como a objeção à guerra, passam a também ser princípios fundantes das posições brasileiras perante o conflito árabe-israelense (BRASIL, 1974b).

Para além de discursos e de princípios formuladores da política externa, é possível apontar as votações brasileiras nas Nações Unidas como resultados empíricos da maneira como o Brasil passa a se colocar no âmbito multilateral. Dessa maneira, uma análise dos votos proferidos pela delegação brasileira na ONU é capaz de explicar a progressiva adoção de um posicionamento mais consoante com os países árabes. Em outubro de 1974, o Brasil votou a favor da Resolução 3210, a qual convidava a Organização para a Libertação da Palestina⁶ (OLP) a participar das discussões da Assembleia Geral; em novembro do mesmo ano, a posição brasileira no assunto foi reforçada pelo voto afirmativo na Resolução 3237, que garantia a participação da OLP com status observador. No entanto, na mesma sessão, e de forma até mesmo atípica, o Brasil foi um dos quatro únicos países a não votar na Resolução 3236, a qual reafirmava “os direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação, independência nacional e soberania” (CASARÕES; VIGEVANI, 2014).

Não obstante, em 1975, o posicionamento brasileiro na ONU atinge seu momento de maior destaque: de forma surpreendente, a delegação brasileira vota a favor da Resolução 3379, a qual qualificava o sionismo como uma forma de racismo e de discriminação racial. O Brasil foi, juntamente com Cuba e com o México, um dos três únicos países latino-americanos a se posicionar de forma positiva em relação à resolução mencionada, suscitando fortes repercussões tanto no âmbito doméstico quanto no internacional (SANTOS, 2003). Essa votação foi a expressão máxima da nova postura brasileira frente à Palestina, mesmo se levarmos em consideração algumas controvérsias, pois “[...] o que se sabe sobre o processo decisório que conduziu a esse voto indique que os motivos relevam mais

6. A Organização para a Libertação da Palestina (OLP) foi fundada em 1964 com o objetivo de defender o povo palestino e de promover a libertação dos territórios da Palestina. A OLP é considerada, por diversos países e pela ONU, a única e a legítima representante do povo palestino e foi, até a criação da Autoridade Nacional Palestina em 1993, a única instituição capaz de representar o povo palestino no plano internacional. É justamente por isso que uma análise das relações Brasil-Palestina precisa ser desenvolvida à luz das relações do Estado brasileiro com a OLP (FÁVERO; PINHEIRO, 2016).

de idiossincrasias do presidente Geisel – sempre muito preocupado em afirmar-se como autônomo, sobretudo face ao governo norteamericano – do que de um processo mais objetivamente motivado” (SANTOS, 2003, p. 12). Além das votações citadas, outras manifestações brasileiras nas Nações Unidas emergem como importantes:

A participação do Brasil nas Nações Unidas em relação à questão do Oriente Próximo cumpriu sua linha de coerência na discussão e na votação dos projetos apresentados. O Brasil votou em favor de projetos de Resolução relativos a bolsas para estudantes palestinos; ao financiamento da UNWRA; à refugiados palestinos em Gaza; a populações e refugiados deslocados desde 1967; e votou, ainda, em favor dos projetos de Resolução para a Prorrogação das dotações financeiras da UNEF, UNDOF e UNIFIL (BRASIL, 1979, p. 16).

O Pragmatismo Responsável também ecoou sobre as relações formais entre o Brasil e a Palestina. A OLP, após os resultados positivos advindos de diversas votações nas Nações Unidas, sentiu-se encorajada a ampliar seu diálogo diplomático com outros países, e o Brasil emergiu como o seu principal foco na América Latina. Após o estabelecimento do contato inicial, em 1974, por meio da embaixada brasileira em Beirute, uma delegação da OLP visitou, pela primeira vez na história, o território brasileiro no ano de 1975. A partir de então, a Organização empenhou-se na obtenção de uma autorização para a abertura de um escritório diplomático no Brasil, e, em 1976, o Itamaraty permitiu que um representante palestino operasse dentro da Missão da Liga dos Estados Árabes no Brasil; é esse, portanto, o marco inicial do estabelecimento das relações formais entre Brasil e Palestina. Por fim, ainda em relação à OLP, e diante de fortes pressões dos países árabes, o Brasil e o Iraque assinam o Comunicado Conjunto de 18 de maio de 1979, o qual resulta no reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da OLP como a única e legítima representante do povo palestino (FÁVERO; PINHEIRO, 2016).

Paralelamente a essa atuação brasileira, o governo Geisel embarca em um processo de estreitamento das relações com os demais países árabes, sempre tendo em vista a política de desenvolvimento e a centralidade da questão energética para tal. O Iraque surgiu como um dos principais parceiros brasileiros no Oriente Médio, mas o Brasil também fortaleceu laços comerciais e diplomáticos com diversos países da região: em 1974, foram abertas embaixadas nos Emirados Árabes Unidos, no Bahrein e em Omã, as quais somaram-se a outras dez que foram estabelecidas na região nos anos se-

guintes (SANTANA, 2006). A possibilidade desse relacionamento esteve também bastante relacionada à nova postura adotada pela política externa brasileira quanto à Palestina e a superação de relações bilaterais conhecidas como excludentes, como já mencionado. Não há dúvidas que todo esse esforço ia ao encontro das diretrizes propostas pelo Pragmatismo Responsável formulado sob o governo Geisel, e nesse sentido também é importante ressaltar que não se tratava apenas de garantir as importações de petróleo e aceder a um amplo mercado consumidor de produtos agrícolas, manufaturas, serviços e armamentos. “(...) Tratava-se do esboço de um eixo de cooperação entre potências médias emergentes do Terceiro Mundo” (VISENTINI, 2011, p. 12).

Nos anos 1970, momento no qual o Terceiro Mundo emergia com tamanha importância, o Itamaraty passa a ensaiar cada vez mais um projeto de política externa autônoma, apartada da lógica bipolar e calcada na expansão sobre e no estreitamento das relações com regiões como o Oriente Médio.

Além disso, após ser mencionada a importância dos Choques do Petróleo e da política energética para a aproximação brasileira com a região, cabe também discorrer acerca dos resultados econômicos e comerciais de tais parcerias. Em linhas gerais, a inflexão política na posição brasileira não suscitou mudanças significativas nas relações econômicas com os países árabes, e os resultados esperados pelas autoridades brasileiras não foram atingidos. Entre 1970 e 1979, a parcela representada pelo petróleo na pauta de importações brasileiras cresceu de 11,2% para 37,5%, colocando em evidência a crescente dependência brasileira na importação de sua matriz energética e tornando natural o crescimento da participação do Oriente Médio entre os produtos importados pelo Brasil (FÁVERO; PINHEIRO, 2016). Mais de 80% do petróleo consumido em território nacional passa a ser comprado da região, concretizando o aumento do *déficit* na balança comercial brasileira com os países árabes, o qual atingiu US\$3,314 bilhões em 1978. Mesmo com todos os esforços levados a cabo pelo Itamaraty, as tentativas de ampliar a pauta exportadora brasileira para a região tornaram-se infrutíferas, minando os resultados comerciais que eram esperados pela nova aproximação política do Pragmatismo Responsável (SANTANA, 2006).

Em suma, o que pode ser retirado como resultado da análise das relações Brasil- Palestina ao longo do governo Geisel é que há, de forma bastante precisa e clara, um ponto de inflexão. Desde a

criação do Estado de Israel em 1948, o Brasil, ao manter-se distante do Oriente Médio, também se abstinha em tecer qualquer posição concreta a respeito do conflito árabe-israelense. A partir de 1974, o governo brasileiro, seja pelas necessidades inerentes ao seu desenvolvimento, seja pelas concepções construídas por Geisel acerca do Pragmatismo Responsável, passa a adotar uma posição alinhada aos interesses árabes. Mesmo mantendo a concepção que a melhor saída seria uma solução construída de forma pacífica e diplomática, e sem nunca contestar ou deslegitimar a existência do Estado de Israel, o Brasil, pela primeira vez, dá ênfase sobre os direitos do povo palestino e sobre a ocupação ilegítima de Israel.

Considerações finais

O Pragmatismo Responsável ensaiado pelo governo Geisel, mesmo não representando uma ruptura completa com os paradigmas anteriores, representou, ao longo do período militar, a principal tentativa de consolidação de uma política externa estruturada e alinhada a novos interesses nacionais. Com todas as suas características, o Pragmatismo Responsável foi o ápice do universalismo brasileiro, o qual buscava, no âmago da Guerra Fria, uma autonomia capaz de sustentar a continuidade do processo de desenvolvimento brasileiro. Na esteira dessa concepção, buscou-se ampliar a participação brasileira em regiões e temas até então pouco explorados pelo Itamaraty; tornou-se imperativo, diante das demandas brasileiras, consolidar a posição nacional e, para isso, formular uma nova postura para regiões como a África e o Oriente Médio. É nesse sentido que a última surge como um novo desafio a ser considerado pelos formuladores da política externa brasileira no período, e que, conseqüentemente, o conflito árabe-israelense emerge como importante tema para o presente trabalho.

A análise da evolução do posicionamento brasileiro perante a “questão palestina” ao longo da história brasileira e, mais especificamente ao longo do governo Geisel, permite-nos traçar padrões de continuidade e pontos de ruptura. Desde a criação do Estado de Israel, em 1948, o Brasil nunca abdicou de expressar sua preocupação com o conflito e seu desejo de resolvê-lo por meio de canais diplomáticos e distante de quaisquer conflitos. Contudo, até o governo Geisel, essa postura sempre ocorreu de forma equidistante, neutra e muitas vezes alinhada à postura estadunidense. É nesse sentido que

o Pragmatismo Responsável representa uma ruptura ao representar, de forma clara, uma posição pró-árabe e de condenação da ocupação israelense; o governo Geisel abandona a equidistância, adota uma explícita postura de defesa dos direitos do povo palestino e alinha-se aos interesses árabes da região. Portanto, torna-se possível, através da análise do momento, afirmar que houve uma inflexão da política externa brasileira em direção a um posicionamento pró-Palestino.

Essa inflexão, contudo, não pode bem compreendida quando apartada do contexto no qual ela emergiu. Diante do Primeiro Choque do Petróleo em 1973 e da crescente demanda brasileira pela importação de petróleo, o Oriente Médio transformou-se em uma região estratégica para as aspirações de desenvolvimento do governo brasileiro. Na tentativa de se aproximar da região, tornou-se indispensável rever a posição brasileira na questão árabe-israelense; a radicalização da postura adotada pelo governo Geisel não foi atípica e estava em consonância com as diretrizes e os princípios promulgados pelo Pragmatismo Responsável.

A mudança da postura brasileira em relação à Palestina inaugura um novo período que ultrapassa as fronteiras temporais do governo Geisel, estabelecendo um padrão que encontrará continuidade ao longo de diversos governos seguintes. No âmbito do Pragmatismo Responsável, a radicalização dessa posição acompanha a revisão brasileira em outras questões internacionais, tais como as relações bilaterais com a China nacionalista e com a África do Sul, as quais também representavam entraves para a atuação internacional brasileira. É justamente por isso que a nova posição face à Palestina não pode ser vista à luz de simples concepções anti-Israel ou de meras incompatibilidades ideológicas. O ponto de ruptura estava, na verdade, diretamente ligado a questões externas ao conflito, ao universalismo brasileiro e às novas necessidades anunciadas pelo Pragmatismo Responsável.

Referências

AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha**: Memórias da Política Externa Ativa e Altiva. São Paulo: Editora Benvirá, 2015.

BRASIL. **Resenha de Política Externa do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 2, 1974a.

BRASIL. **Resenha de Política Externa do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 3, 1974b.

BRASIL. **Resenha de Política Externa do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 20, 1979.

CARRERAS, José U. Martínez. **El mundo árabe e Israel: el Próximo Oriente en el siglo XX**. Madrid: Istmo, 1992.

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANNI, Tullo. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz?. **História (São Paulo)**, v. 33, n. 2, p. 150-188, 2014.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2012.

ESPOSITO NETO, Tomas. Desenvolvimento e autonomia: os eixos da política externa do Governo Geisel (1974-1979). In: SILVA, André L. (Org.); SVARTMAN, Eduardo M. (Org.). **A Política Externa Brasileira durante o Regime Militar (1964-1985)**. Curitiba: Editora Juruá, 2014, p. 125-163.

FÁVERO, Gustavo; PINHEIRO, Lucas Frota Verri. As relações entre o Brasil e a Palestina e o reconhecimento do Estado palestino pelo Brasil. **Cadernos de Política Exterior**, v. 3, p. 65– 91, 2016.

FONSECA JR., Gelson. Mundos diversos, argumentos afins. Notas sobre os aspectos doutrinários da PEI e o Pragmatismo Responsável. In: ALBUQUERQUE, José; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio (Orgs.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006, p. 381-432.

FREITAS-VALLE, Cyro de. XI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU. Discurso pronunciado na XI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas de 1956. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas (1946 - 2006)**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 113 - 116.

GONZAGA, André Luís. **A política externa brasileira e a questão Palestina: análise da imprensa e da diplomacia no período de 1945-1951**. Dissertação de Mestrado em História, apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista, 2008.

LESSA, Antônio Carlos. Israel e o mundo árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil. In: SANTOS, Norma Breda dos (Org.). **Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades**. Brasília: Editora UnB, 2000. p. 149 - 186.

PILLA, Bruno. **O Posicionamento do Brasil sobre o Oriente Médio no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1993-2005)**. 2011. 132 f. Dissertação - Programa de Pós- Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PIMENTA, Gabriel Fernandes. **Política externa do governo Geisel (1974 - 1979): análise realista neoclássica**. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais: Política Internacional, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PINTO, José de Magalhães. XXIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU. Discurso pronunciado na XXIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas de 1968. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas (1946 - 2006)**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 235 - 239.

ROSA, Luciano Ozorio. O Brasil e o Oriente Médio (1930-1990). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico**. São Paulo: Annablume; NUPRI; USP, 2000.

SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 49, v. 2, p. 157-177, 2006.

SANTOS, Norma Breda dos. O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao pós(?) -sionismo. In: SANTOS, Norma Breda dos. **Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades**. Brasília: Editora UnB, 2000. p. 19 - 70.

SANTOS, Norma Breda dos. As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio (1945-2002): Equidistância, pragmatismo e realismo. **Cena internacional**, v. 5, n. 2, p. 5-23, 2003.

SILVA, André L. Interdependência, segurança e desenvolvimento: A política externa do governo Castelo Branco (1964-1967) In: SILVA, André L., (Org.); SVARTMAN, Eduardo M. (Org.). **A Política Externa Brasileira durante o Regime Militar (1964-1985)**. Curitiba: Editora Juruá, 2014, 13-49.

SILVEIRA, Antonio Francisco Azeredo da. XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU. Discurso pronunciado na XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas de 1974. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas (1946 - 2006)**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 309 - 317.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Resolution 181 (II)**. New York, 1947. Disponível em: [https://undocs.org/en/A/RES/181\(II\)](https://undocs.org/en/A/RES/181(II)). Acesso em: 15 mar. 2020.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 233**. New York, 1967a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/90711>. Acesso em: 15 mar. 2020.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 242**. New York, 1967b. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/242\(1967\)](https://undocs.org/S/RES/242(1967)). Acesso em: 15 mar. 2020.

VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Alberto. Brasil-Israel: da Partilha da Palestina ao Reconhecimento Diplomático (1947-1949). In: SANTOS, Norma Breda dos (Org.). **Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades**. Brasília: Editora UnB, 2000. p. 71 - 11.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

Recebido em: 24/03/2020

Aprovado em: 18/05/2020

Chamada de artigos

FRoNteIRA, Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, publicada pelo Curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, dirige-se aos estudantes de cursos de graduação de Relações Internacionais do Brasil – embora aceite artigos de graduandos em outros cursos e/ou de fora do país. Projetada para ser um fórum permanente de expressão e debate entre estudantes, a revista tem como objetivo estimular a iniciação científica. A sua qualidade, reconhecida pelo processo de classificação Qualis/Capes, é assegurada por um Conselho Editorial composto por professores e pesquisadores de todo o país.

Entrega de artigos

A Revista *FronTeira* opera em fluxo contínuo. Os artigos serão analisados conforme ordem de chegada.

Normas de produção

O artigo deve ser entregue em formato .doc pelo sistema da Revista *FronTeira*, em que o(s) autor(es) deverão cadastrar suas informações, como, por exemplo, nome completo do autor, o curso de graduação a que está vinculado, telefone e e-mail de contato.

A *FronTeira* atenta ainda para as seguintes considerações:

- 1 - O autor deve estar cursando, obrigatoriamente, o nível de graduação ou ter concluído o curso há, no máximo, um ano;
- 2 - Os artigos enviados devem ser inéditos;
- 3 - Todo e qualquer artigo enviado à Revista *FronTeira* será submetido ao Conselho Editorial, a quem cabe a decisão soberana acerca do mérito da proposta;
- 4 - Os artigos devem ser gravados e impressos em Word, com texto digitado em espaçamento duplo, *Times New Roman* e corpo 12. Devem conter, obrigatoriamente, entre 30 mil e 50 mil caracteres (incluindo espaços; notas; referências; e palavras e caracteres de quadros, gráficos e tabelas). Além

disso, devem ser acompanhados por *abstracts*, resumos de 500 a 800 caracteres em português e em inglês, com quatro a seis palavras-chave, em que fique clara uma síntese de propósitos, dos métodos utilizados e das principais conclusões alcançadas;

- 5 - Os quadros e gráficos devem ser apresentados em folhas separadas do texto corrido, numerados e titulados, com indicação das unidades em que se expressam os valores e fontes correspondentes. Os gráficos e tabelas devem se apresentar, sempre que possível, confeccionados para sua reprodução direta;
- 6 - As notas devem ser de natureza substantiva, restringindo-se a comentários adicionais do texto. Devem ser alocadas ao final da página, iniciar-se com a chamada numérica recebida no texto, em corpo 10, usando-se espaçamento simples entre linhas e espaçamento duplo entre notas;
- 7 - Citações, quando necessárias, devem seguir a regra: se menores de três linhas, são inseridas diretamente no texto, entre aspas; se maiores de três linhas, devem constituir parágrafos independentes com espaçamento simples e margem esquerda de 4 cm. Em sequência a cada citação, devem aparecer o sobrenome do autor, o ano da publicação e o número de página;
- 8 - As referências devem vir ao final do texto, em ordem alfabética, com título do livro ou periódico em negrito. A referência deve conter, na ordem, sobrenome do autor, nome do autor, título, edição local, editora, data. No caso de periódico, é necessário incluir o nome do mesmo após o título do trabalho;
- 9 - Qualquer dúvida quanto às normas aqui citadas ou a outros modelos de publicação, pede-se seguir as normas da ABNT (para mais informações, verificar http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_artigos.pdf);
- 10 - A Fronteira se reserva o direito de alterar os originais, a fim de adequá-los às regras acima descritas;
- 11 - Os trabalhos e artigos são de inteira responsabilidade de seus autores, de forma que a Revista Fronteira e seus

conselheiros não assumem a responsabilidade pelas opiniões expressas.

- 12 - Autores que solicitarem o arquivamento do artigo durante o processo de submissão ficarão em quarentena mediante novo processo de avaliação.

Telefones para contato: (31) 3319-4257 e (31) 3319-4935. Para mais informações, favor enviar e-mail para fronteira@gmail.com.

Atenciosamente,

Conselho Executivo da Revista *Fronteira*.

Prof. Javier Alberto Vadell
Prof. Leonardo César Souza Ramos
Ana Rachel Simões Fortes
Fabiana Freitas Sander
Fabiana Kent Paiva
Júlia Clara Lúcio de Araújo
Juliana de Faria Campos
Letícia Maria Antunes do Carmo
Matheus de Abreu Costa Souza
Pedro Diniz Rocha
Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes
Victor de Matos Nascimento
Vinícius Tavares de Oliveira